

Revista eletrônica

Interfaces

ISSN 2179-0027

Volume 9 número 2

Revista Interfaces

Editora-chefe

Dr. Maria Cleci Venturini

Conselho Editorial

Dr. Adail Sobral (UCPEL)
Dra. Alice Atsuko Matsuda (UTFPR)
Dra. Amanda Eloina Scherer (UFSM)
Dr. Antônio Esteves (UNESP)
Dra. Aracy Ernest (UCPEL)
Dr. Antonio Escandiel de Sousa (Unicruz)
Dra. Carme Regina Schons (UPF) in memorian
Dra. Eneida Chaves (Universidade Federal de São João Del Rey)
Dr. Eclair Antonio Almeida Filho (UNB)
Dr. Eduardo Pellejero (UFRN)
Dra. Elisabeth Fontoura Dorneles (Unicruz)
Dra. Ercília Cazarin (UCPEL)
Dra. Gesualda dos Santos Rasia (UFPR)
Dra. Luísa Lobo (UFRJ)
Dra. Marcia Dresch (Universidade Federal de Pelotas/RS)
Dra. Maria da Glória Di Fanti (PUCRS)
Dra. Maria Cristina de Almeida Mello Laranjeira (Universidade de Coimbra)
Dra. Mary Neiva Surdi da Luz (UFFS/Chapecó)
Dra. Sonia Pascoalati (UEL)
Dra. Verli Petri da Silveira (UFSM)

Consultores *ad hoc* desta edição

Adilson Carlos Batista
Alice Atsuko Matsuda
Kelcilene Grácia Rodrigues
Leandro Tafuri
Luciane Baretta
Lídia Stutz
Tais da Silva Martins
Renata Chrystina Bianchi de Barros
Aline Venturini
Sônia Meriths Claras
Adriana Dalla Vecchia
Gustavo Vargas Cohen

Jefferson Augusto dos Santos Campos

Maria Cláudia Teixeira

Neide Garcia Pinheiro

Verli Petri da Silveira

Gesualda dos Santos Rasia

Márcio José de Lima Winchuar

Adriana Bernardim

Zélia Maria Paim Viana

Rafael de Souza Bento Fernandes

Sandriele Aparecida Bueno da Rocha

Cláudia Maris Túlio

Nilceia Valdatti

Cristiane Malinoski

Elizandra Alves

Mariana Sbaraini Cordeiro

Cibele Lemke

Débora Raquel Hetwer Massman

Revisores de texto

Débora Smaha Corrêa

Emily Smaha da Silva

Maria Cláudia Teixeira

Diagramação

Amanda Padilha Pieta

Responsáveis Técnicos

Eloísa Baldissera

Márcio José Winchuar

Nota: O conteúdo dos artigos desta revista são de inteira responsabilidade de seus autores

Sumário

- Interfaces entre língua e literatura: sempre uma possibilidade**
Maria Cleci Venturini .6-9
Nº DOI: 10.5935/2179-0027.20180017
-
- Fatos de preconceito racial no futebol em perspectiva discursiva: da historicidade do dizer**
Gesualda dos Santos Rasia 10-18
Nº DOI: 10.5935/2179-0027.20180018
-
- O gênero textual narrativa de enigma em sala de aula**
Marilúcia dos Santos Domingos Striquer e Adenize Aparecida Franco 19-28
Nº DOI: 10.5935/2179-0027.20180019
-
- O Ideb e seus efeitos de sentido na Educação Básica do Brasil**
Márcia da Conceição Pereira Alves, Renata Chrystina Bianchi de Barros e
Guilherme Carozza 29-40
Nº DOI: 10.5935/2179-0027.20180020
-
- Recepção de *Dom Quixote* no Chile e no Brasil: aproximações e diferenças jornalísticas entre 1884 e 1905**
Aline Venturini 41-55
Nº DOI: 10.5935/2179-0027.20180021
-
- A oralidade em atividade de reflexão gramatical: conhecimentos linguístico-discursivos no ensino de língua portuguesa**
Sílvia Nunes da Silva Júnior 56-67
Nº DOI: 10.5935/2179-0027.20180022
-
- O “folhetim eletrônico” *Verdades Secretas*: um fenômeno de audiência e de crítica**
Rondinele Aparecido Ribeiro 68-80
Nº DOI: 10.5935/2179-0027.20180023
-
- A mediação do professor-orientador como fator relevante na formação inicial do professor**
Raquel Cristina Mendes de Carvalho 81-97
Nº DOI: 10.5935/2179-0027.20180024
-
- Sobre a cor da usura**
Dejair Dionísio 98-106
Nº DOI: 10.5935/2179-0027.20180025

Sumário

- O homem disciplinado: incentivo da TV para um corpo economicamente ativo**
Jeferson Bertolini .107-116
Nº DOI: 10.5935/2179-0027.20180026
-
- O protagonismo da mulher negra na teledramaturgia brasileira: uma análise da personagem Preta da telenovela *Da Cor do Pecado***
Jéfferson Balbino 117-126
Nº DOI: 10.5935/2179-0027.20180027
-
- Análise da concordância nominal em Guarapuava, Paraná**
Tatiane da Luz Walczak da Fonseca, Lucelene Teresinha Franceschini e Loremi Loregian-Penkal 127-140
Nº DOI: 10.5935/2179-0027.20180028
-
- A universalidade desmantelada e as derivas do gênero: Foucault, Butler e as sexualidades insurgentes**
Ederson Luís Silveira 141-162
Nº DOI: 10.5935/2179-0027.20180029
-
- O signo linguístico e as imagens: sobre representar e desvendar**
Ana Rosa Gonçalves de Paula Guimarães 163-171
Nº DOI: 10.5935/2179-0027.20180030
-
- V de Versões* na revista *sãopaulo*: o posicionamento jornalístico sobre manifestações de rua**
Luana Vitoriano Gonçalves, Flávia Cristina Silva Barbosa e Tacia Rocha 172-184
Nº DOI: 10.5935/2179-0027.20180031
-
- Gestos de interpretação sobre o discurso político: uma análise de “democracia” em diferentes materialidades discursivas**
Thaís Costa da Silva e Viviane Teresinha Biacchi Brust 185-196
Nº DOI: 10.5935/2179-0027.20180032

Interfaces entre língua e literatura: sempre uma possibilidade

A Revista Interfaces, da Unicentro, segue trabalhando com vistas a promover as interfaces entre a Língua, a Literatura e outras artes, objetivando a produção do conhecimento. Temos a satisfação de apresentar o segundo número da Revista, com quinze artigos e, de anunciar o dossiê “Marcuschi e suas contribuições para a Linguística Contemporânea”, que está sendo organizada por Vaima Regina Lemos Motta, Sara Scottá Cabral e Francieli Matzemberger, professoras da Universidade Federal de Santa Maria, atuando na graduação e na pós-graduação.

O dossiê é uma atividade que segue o Curso Livre, também em homenagem a Marcuschi e que antecede o XIII Encontro dos Estudos Linguísticos do Sul – CELSUL e que homenageia o linguista e discute a sua obra, destacando as suas contribuições para a Linguística, o Ensino e, por meio dos gêneros textuais e discursivos, a Literatura, outras artes e distintas textualidades. Destaque-se que o nosso homenageado destacou, entre os gêneros, também, os que circulam na mídia e, também, aqueles que mesclam a oralidade e o letramento.

Gesualda dos Santos Rasia, professora do Curso de Letras e da Pós-graduação em Letras, da Universidade Federal do Paraná empreende discussões em torno das práticas consideradas racistas em estádios de futebol, as quais, segundo a autora, são recorrentes, apesar das campanhas antirracismo. As discussões tomam como objeto o enunciado que envolve o goleiro Aranha, do Santos e circulou na torcida do Grêmio, em jogo contra o Santos, em 2014. O desenvolvimento do artigo ocorre pela composição de uma ‘teia’ em que são visíveis regularidades a partir de suas condições de produção com o objetivo de “compreender como os sentidos de cunho racista se produzem na história e como jogam com as tentativas de controle do dizer”.

Com o texto “Gênero textual narrativa de enigma em sala de aula” as professoras Marilúcia dos Santos Domingos Striquer, da UENP e Adenize Aparecida Franco, professora do Curso de Letras e da pós-graduação em Letras da Unicentro, apresentam uma intervenção pedagógica realizada por bolsistas do PIBID/Letras/Português da UENP. O eixo organizador do processo ensino-aprendizagem de Língua Portuguesa é o gênero textual narrativa de enigma e a intervenção foi desenvolvida em quatro salas de aula dos 6º anos de dois colégios estaduais da rede pública de ensino do município de Jacarezinho/PR, atendidas pelo subprojeto. A base teórico-metodológica abarca os preceitos sobre gêneros do discurso e de seu ensino instituídos pelo Interacionismo Sociodiscursivo, e no histórico literário de narrativas de enigma e investigação.

Os pesquisadores Márcia da Conceição Pereira Alves, Renata Chrystina Bianchi de Barros e Guilherme Carrozza, da UNIVÁS, propõem discussão sobre o IDEB e os efeitos de sentido postos em funcionamento na Educação pública do Brasil, tendo em vista a institucionalização do indicador oficial de qualidade da educação básica. Os fundamentos teóricos e metodológicos da Análise de

Discurso a partir de Michel Pêcheux e Eni Orlandi, segundo os autores permitem compreender que o IDEB, como política de Estado, faz funcionar na escola a lógica do mercado como parâmetro de qualidade, impulsionando, para as práticas de ensino, a elaboração de políticas que fomentam o treino, a capacitação e a habilitação, e não a formação do aluno.

Com o texto “A recepção de *Dom Quixote* no Chile e no Brasil: aproximações e diferenças jornalísticas entre 1884 e 1905” Aline Venturini, doutoranda da Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS, sob a orientação do professor Dr. Ruben Castiglioni, propõe-se a comparar a recepção de *Dom Quixote* nos dois países, a partir de jornais publicados em meados do final do século XIX (1884) e início do XX (1905) com títulos dos nomes de personagens quixotescos. A leitura realiza-se pelo viés romântico e idealista, tendo como centro Miguel de Unamuno (1914) e Ortega (1967) e ancoragem na tese de Raquel Villaborba Lara (2014) em relação à recepção do Chile, entre 1863 a 1947, comparada à leitura quixotesca brasileira presente no jornal *D. Quixote* à luz das teorias chartiana, da Hermenêutica e da Recepção.

O artigo de Sílvia Nunes da Silva Júnior, mestrando da Universidade Federal de Alagoas, filia-se à Linguística Aplicada ao ensino de línguas e busca refletir sobre a articulação entre oralidade e ensino de gramática em língua portuguesa como língua materna com o objetivo de constituir práticas de ensino que estimulem processos de reflexão e construção conjunta de saberes em sala de aula. A discussão de uma experiência com o ensino de gramática no ensino fundamental, que tem como ponto de partida a produção oral dos alunos com vistas à construção de saberes gramaticais. As análises ancoradas na teoria apontam para a necessidade de ajudar os alunos a constituírem, além de habilidades puramente linguísticas, conhecimentos linguístico-discursivos, tendo em vista que as relações contínuas existentes no ensino de língua portuguesa devem caminhar juntas em busca de uma construção sólida de saberes.

Rondinele Aparecido Ribeiro, mestrando em Letras, pela UNESP, campus de Assis, concebe a telenovela como o principal gênero da teleficção seriada e lhe confere o status de produto artístico e cultural com o objetivo de investigar as estratégias aplicadas ao folhetim global *Verdades Secretas*, trama exibida pela Rede Globo no ano de 2015, no horário das 23 horas. Essa produção, segundo o autor, além de ter uma audiência expressiva para o horário, foi considerada pela crítica como uma novela de qualidade, tendo em vista o enfoque e veiculação de temas polêmicos.

A mediação do professor-orientador como fator relevante na formação inicial do professor é a temática do artigo desenvolvido por Raquel Mendes de Carvalho, doutora pela Universidade Federal de Santa Catarina e professora do departamento de Letras, da Universidade Federal de Santa Catarina. O aporte teórico que sustenta as afirmações feitas pela articulista tem como centro a Teoria Sociocultural (TSC), de Vygotsky (1978), e busca discutir a importância da disciplina Estágio Supervisionado e a relevância dessas experiências para o aluno-professor e, também, mostrar que o conceito de Mediação, conforme Vygotsky (1978), implica o desenvolvimento do AP na sua formação inicial.

“Sobre a cor da usura” é o texto nos dado a ler pelo professor Dejour Deonísio, professor-visitante do Programa de Pós-graduação em Letras, da Universidade Federal da Grande Dourados. A proposta desse texto consiste em pensar as representações estéticas e o modo como elas apareceram no *Dicionário das Relações Raciais*, de Cláudia Santos, ainda no prelo. O foco desse texto está nas questões relacionadas em torno do diálogo e aproximação, que sinalizam para a retração entre grupos étnicos diferentes. Essas questões ganharam espaço na literatura afro-brasileira, no texto de Milsoul Santos (2016) “Sou macho”, inscrito como um dos poemas na publicação *Pássaro preto*.

Jeferson Bertolini, doutor em Ciências Humanas, pela Universidade Federal de Santa Catarina, discute a disciplina, concebida por Michel Foucault (2013) como um conjunto de técnicas que objetivam disciplinar os indivíduos e torná-los corpos ativos. As análises incidem sobre dois eventos emergentes no Brasil: o aumento do tema saúde em programas de TV e a crescente dedicação ao corpo por parte do público. O centro das discussões está nas análises de conteúdo em programa de televisão sobre saúde e bem-estar, que recomenda a disciplina corporal e alimentar e a observação participante em supermercados e academias de ginástica, onde são comprados alimentos e exercitados os corpos.

Jéfferson Balbino, mestrando em História, na UNESP (Assis), discute em seu texto o protagonismo da mulher negra na teledramaturgia brasileira, a partir da análise de uma personagem negra na novela *Da Cor do Pecado*. A sustentação teórica vem das concepções do semiólogo colombiano Jesus Martín-Barbero (1997), das teorias acerca do mito da democracia racial, no Brasil, apontados pelo historiador americano George Reid Andrews (1998) e, concomitantemente, as reflexões do cineasta e pesquisador Joel Zito Araújo (2004). A partir dessas sustentações, o autor se propõe a refletir acerca do espaço que as personagens negras ocupam nos enredos das telenovelas brasileiras, sobretudo, quando são protagonistas como em *Da Cor do Pecado*. Nessa novela deu início à produção de telenovelas com atores negros interpretando personagens centrais.

“A concordância nominal em Guarapuava, Paraná” é o título do artigo produzido pela mestre pelo PPGL da Unicentro, Tatiane da Luz Walczak da Fonseca, juntamente com as professoras orientadoras Lucelene Teresinha Franceschini e Loremi Loregian-Penkal. As amostras provem do Projeto VARLINGUA (Variação Linguística de Guarapuava) e são compostas de 24 entrevistas, distribuídas por sexo, faixa etária e escolaridade. Os pressupostos teóricos que apoiam as análises advêm, especialmente, da Teoria da Variação e da Mudança Linguística, delineada por Weinreich, Labov e Herzog (2006 [1968]) e Labov (2008 [1972]). Os resultados apontam como significativas as variáveis linguísticas posição do elemento e classe gramatical aliadas, e de outro lado as marcas precedentes, saliência fônica e tonicidade aliadas. Dentre as variáveis sociais, a escolaridade se destaca, sendo o aumento da concordância proporcional ao aumento do nível de escolarização dos informantes.

Ederson Luís Silveira, doutorando em Linguística, da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), produziu um texto de natureza documental e bibliográfica. O objetivo principal da pesquisa foi situar o pensamento de Judith Butler acerca do gênero enquanto categoria política de análise. Dá visibilidade, a partir de Foucault, às análises históricas da sexualidade e o desmantelamento da hipótese repressiva. Com isso, explicita as particularidades e os deslocamentos teóricos no âmbito das contribuições aos estudos das identidades e da sexualidade, sobretudo no que confere à Butler.

“O signo linguístico e as imagens: sobre representar e desvendar” é o título do artigo produzido por Ana Rosa Gonçalves de Paula Guimarães, doutoranda no Programa de Pós-graduação em Letras, da Universidade Federal de Uberlândia. A autora propõe a fazer uma revisão bibliográfica com vistas a investigar os signos linguísticos e a pluralidade das imagens representativas deles. Para dar conta desse objetivo centra-se no desenvolvimento da língua e da linguagem, bem como sobre a imagem acústica e o objeto. Destaca, ainda, que a arte apresenta diversas nuances de expressão da imagem, dentre elas, a fotográfica, a pintura, a expressiva e a abstrata, concluindo que qualquer imagem é uma representação da realidade, ou um aspecto dela.

Neste artigo, Luana Vitoriano Gonçalves (mestre e doutoranda em Letras); Flávia Cristina Silva Barbosa (Mestre em Letras) e Tacia Rocha (mestre e doutoranda em Letras) buscam saber quais as *versões* sobre manifestações de rua a *Folha de S. Paulo* (in)visibiliza na *Revista são paulo*, quando retoma as manifestações do passado e as compara, por meio de categorias pré-construídas em um infográfico. As análises construídas a partir da Análise de Discurso, centrada em Pêcheux, revelam que há na/pela *Revista são paulo* o deslize e a negatização de sentidos, o que possibilita distintas interpretações dos vários períodos abordados pelo veículo e, também que a tentativa de realizar uma “abordagem literal dos fatos” – chamada de “a verdade” contribui para que a revista construa a sua versão sobre as manifestações de rua.

Thaís Costa da Silva, mestranda da Universidade Federal de Santa Maria, e Viviane Teresinha Biacchi Brust, doutora em Letras e professora substituta no Centro de Educação da UFSM realizam uma análise contrastiva entre os dicionários de Língua Portuguesa, no Brasil, destacando: *Novo Aurélio Século XXI*, de Aurélio Buarque de Holanda Ferreira e *Dicionário Online de Português*, como sendo instrumentos linguístico-discursivos da maior importância neste início de século. O objetivo da seleção de dicionários brasileiros e a opção pela análise contrastiva foi o de analisar a produção de sentidos, mais especificamente, no verbete “democracia”, enquanto palavra que pode ser lida e ouvida diariamente no universo das ruas, das manifestações, da cidade, fazendo referência ao discurso político.

Depois de apresentados os quinze artigos e do destaque dado à interface entre língua, literatura e outros domínios do conhecimento, convidamos os leitores a acessarem a revista e a lerem os artigos. Sublinhamos, para concluir, a diversidade teórica que bem demonstra a valorização das Letras e da produção do conhecimento.

Profa. Dra. Maria Cleci Venturini
Editora-gerente

Guarapuava, 10 de setembro de 2018

Fatos de preconceito racial no futebol em perspectiva discursiva: da historicidade do dizer

pg 10 - 18

Gesualda dos Santos Rasia¹

“Viver é perigoso”, disse Guimarães Rosa. Dizer é mais perigoso ainda, digo eu.

Resumo

Este estudo ocupa-se com a discursivização acerca de práticas consideradas racistas em estádios de futebol, as quais não são novidade e têm se tornado recorrentes nos últimos tempos, em que pesem as campanhas anti-racismo, dentro e fora dos campos. Na tomada que ora fazemos, objetivamos a análise dos processos de apropriação da palavra, essencialmente, nela simbolizada a teia de relações que enlaça, agencia, agrega e desagrega sujeitos e posições as mais diversas. Para tanto, tomamos como acontecimento de referência um fato emblemático do acirramento das práticas racistas no Brasil, o acontecido na torcida do Grêmio em jogo contra o Santos, em 2014, mais especificamente, em enunciado proferido a respeito do goleiro Aranha, do Santos. A partir desses episódios, compomos uma teia de outras enunciação de mesmo teor, buscando nelas regularidades e colocando-as em relação a suas condições de produção. Interessa-nos compreender como os sentidos de cunho racista se produzem na história e como jogam com as tentativas de controle do dizer. Trata-se, em suma, da constituição de um modo de olhar o funcionamento dos discursos em uma tessitura móvel que faz convergir a memória, os confrontos raciais, os limites do politicamente correto, os lugares históricos representados por sujeitos e, sobretudo, o dissenso. Essa pauta, plena de atravessamentos para poder ser abordada, mostra-se rica para se pensar teórica e metodologicamente a relação enunciação-discursividades, haja vista que reclama que se pense o espaço intervalar entre essas duas categorias e, paradoxalmente, sua contiguidade.

Palavras-chave: Tessitura discursiva, Memória, Historicidade

RACIAL PREJUDICE FACTS AT SOCCER IN DISCURSIVE PERSPECTIVE: THE SPACE WHERE THE MISUNDERSTANDING PLAYS IN THE LANGUAGE

Abstract

This study concerns the discourses about the practices considered racists in the soccer stadiums, which practices aren't new and they are becoming recurrent on last times, so, in this way there are anti-racism campaigns inside and outside the fields. In the taking we do here, we aim the process analysis of word appropriation, essentially, the relation's web that connects, agencies, aggregates or disaggregates subjects and positions of several orders. Therefore, we take as happening reference an emblematic fact of the racist practice spread in Brazil, the happen occurred with the Gremio team' cheer in a match against Santos team, in 2014, specifically, in a statement pronounced about Aranha, the Santos' goalkeeper. By these episodes, we compound a web of other statements in the same meaning, finding regularities and putting them in relation with their production' conditions. Interest us to understand how the meanings of racist nature are produced in the history and how they play with the tries to control the statements. It treats, in

¹ Professora Adjunta da Universidade Federal do Paraná (UFPR), atuando na graduação e na Pós-graduação. Membro do Grupo de Pesquisa “Estudos do Texto e do Discurso: entrelaçamentos teóricos e analíticos – GPTD”. E-mail gesa.rasia@gmail.com

brief, the constitution of a way to look at the discourses' functioning in a mobile texture that makes converge the memory, the racists confrontation, the limits of the politically correct, the historic places represented by subjects and, mainly, the dissenting. This schedule, full of crossings to be approaching shows us rich to be thought theoretical and methodologically the relation statements-discourses, in view of that think the break space between these two categories and, paradoxically, their contiguity.

Keywords: Discursive texture; Memory; Historicity.

Para puxar uns fios da rede

A questão racial, sempre presente e ainda mal resolvida neste espectro multicolor que é o Brasil, tem retornado das formas mais violentas e enviesadas possíveis, em que pese o mito ou a discursividade da democracia racial. Há os Tenórios, professores de Literatura, como narrado em uma coluna do maior jornal porto alegreense, que continuam, infelizmente, sendo abordados pelo “insólito” que é sua presença negra em uma esquina urbana às 7 da manhã². E há o estopim desencadeado pelo movimento labial capturado pelo olho da câmera ; “ma-ca-co”, no dia 28/08/14, dirigido ao goleiro Aranha, do Santos. Fora nomeado como bicho. “Macaco também é bicho”, saíram gritando alguns, em defesa da moça loura de olhos azuis, uma das signatárias do enunciado. Suspendamos esse fio da rede, por hora.

Espaço onde jogam algumas condições de produção

Embora a referência física imediata seja o espaço do futebol, a arena histórica na qual a questão racial se impõe transcende não só os limites do estádio, mas também os da cor da pele, porque

é constituída por razões de ordem econômica, política, identitária, dentre outras. Mais adiante, falaremos acerca de alguns domínios de memória que circunscrevem e derivam esses espaços de tensionamento e dissenso. Por hora, detemo-nos em algumas das posições mais salientes no jogo de forças em tela. Ou, melhor dizendo, em campo.

E nos permitimos começar falando de um lugar não muito usual, isso porque pretensamente objetivo, isento: o do analista, pesquisador. Como ser neutro, neutra, no caso, em uma questão que nos toca direto na pele? O conceito de raça não existe, segundo Munaga, trata-se de uma construção histórico-discursiva, de filiação.³

Nos séculos XVI-XVII, o conceito de raça passa efetivamente a atuar nas relações entre classes sociais da França da época, pois utilizado pela nobreza local que si identificava com os francos, de origem germânica em oposição ao gauleses, população local identificada com a plebe. Não apenas os francos se consideravam como uma raça distinta dos gauleses, mais do que isso, eles se consideravam dotados de sangue “puro”, insinuando suas habilidades especiais e aptidões naturais para dirigir, administrar e dominar os gauleses, que segundo pensavam, podiam até ser escravizados. Percebe-se como o conceito de raças “puras” foi transportado da Botânica e da Zoologia para legitimar as relações de dominação e de sujeição entre classes sociais (nobreza e plebe), sem que houvessem diferenças morfo-biológicas notáveis entre os indivíduos pertencentes a ambas as classes.

A fala pública impõe, mais do que qualquer outra, a historicidade do politicamente correto e, por conta disso, os sujeitos estão expostos, sempre, a ser “traídos” por seu próprio dizer. Tal se dá porque a condição da linguagem é o equívoco, estando o sentido sujeito à deriva, ao deslize: – “eu digo x, mas por conta de que há o outro e sua historicidade, eu posso produzir y”.

² Conforme consta em relato em artigo de opinião do Jornal Zero Hora, de Porto Alegre, do Grupo RBS, de 28/08/14, de autoria de Noili Demaman, disponível em <http://wp.clicrbs.com.br/opiniozh/2014/08/28/artigo-a-violencia-cordial>

³ Conforme artigo “Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia, de Kabengele Munanga, disponível em <https://www.ufmg.br/inclusaosocial/?p=59>, acesso em 09/11/2014.

Trajetos da memória de uma designação e efeitos de dissenso

A questão parece residir no “cálculo do sentido”: por que razão o animal “macaco” soaria mais ofensivo que o animal “aranha”? Desde a AAD-69, em que pese seu caráter inaugural, e os limites de sua temporalidade, Pêcheux, já nos apresentava a injunção do outro, causa e consequência do fato de as palavras não serem desvestidas de memória. A fórmula a que nos referimos anteriormente, “digo x e produzo y”, consiste no fato de que a designação *macaco* desliza da mera nomeação de algum animal, por conta do domínio de memória que mobiliza. A noção de memória discursiva, em Courtine (2009, p. 106), “diz respeito à existência histórica do enunciado no interior de práticas discursivas regradas por aparelhos ideológicos.” A partir disso o autor cunha a noção de domínio de memória, a qual implica na constituição de um conjunto de sequências discursivas que pré-existem às formulações de referencia e que possibilitam apreender as diferentes formas de funcionamento de um discurso.

Desse domínio, recorro *bastag*⁴ que circulou amplamente nas redes sociais, *#somostodosmacacos#*, que teve origem em uma agressão simbólica sofrida por Daniel Alves, lateral da seleção brasileira na Copa do Mundo e do Barcelona, no início do mesmo ano de 2014, quando o referido jogador foi cobrar um escanteio pelo time espanhol, a torcida adversária arremessou uma banana no gramado, e a torcida adversária arremessou uma banana no gramado. Ao contrário da atitude defensiva e ofensiva, esperada por todos, de parte do lateral, ele descascou a banana e a comeu. Essa atitude, nova nos gramados,

4 Palavra-chave antecedida pelo símbolo #, conhecido popularmente no Brasil por “jogo da velha” ou “quadrado”. As hashtags são utilizadas para categorizar os conteúdos publicados nas redes sociais, ou seja, cria uma interação dinâmica do conteúdo com os outros integrantes da rede social, que estão ou são interessados no respectivo assunto publicado.

desencadeou repercussão e reação que chegou ao nível do marketing midiático. Dias depois, o apresentador de televisão Luciano Huck lançou camisetas que estampavam a *bastag* mencionada. E sua circulação não foi consensual, sem falar que acionou outros domínios de memórias tão ou mais polêmicos, relacionados ao dissenso discurso científico x discurso religioso. Ou seja, a designação macaco está inscrita em um domínio de memória de forte dissenso, e, vale sublinhar, seu nascedouro não tem datação específica no episódio mencionado, ele é aqui tomado apenas como efeito de origem. Não podemos nos esquecer de que, não raro, negros e mestiços são pejorativamente comparados a macacos.

O campo: a arena-espetáculo de enfrentamentos/confrontos

A loira, olhos azuis, gaúcha típica, a acusada. A racista. Ela teria “sido levada pela torcida” – que tinha mestiços, não focados, também. Já outros argumentaram que não se trata de quem é o “verdadeiro culpado”, mas de se punir como forma de exemplaridade. Conforme postulei desde o início, o objetivo desta abordagem não é o julgamento da questão, mas a análise de alguns desdobramentos de sentido que dela derivaram. A cena do fato, já posta no início, é o campo de futebol, arena da diversão contemporânea. A moça loira encontra-se na posição física de torcedora. Sua injunção emotiva é pelo time, o qual ela afirma “amar, em coletiva à imprensa televisiva”, após o lamentável episódio. Outra dimensão do espetáculo. Como compreender que o amor ao um tenha como sustentação o ódio ao outro, ao diferente? Llosa, em *A Civilização do espetáculo*, ajuda-nos a entender a lógica da barbárie:

Um jogo de futebol pode ser um espetáculo estupendo, de destreza e harmonia de conjunto e desempenho individual, que entusiasma o espectador. Mas, em nossos dias, as grandes

partidas, assim como outrora os circos romanos, servem, sobretudo, como pretexto e liberação do irracional, como regressão do indivíduo à condição de partícipe da tribo, como momento gregário em que, amparado no anonimato acolhedor da arquibancada, o espectador dá vazão a seus instintos agressivos de rejeição ao outro, conquista e aniquilação simbólica (e às vezes até real) do adversário. (2013, p. 35).

Contudo, o controle a que estamos submetidos contemporaneamente permite que alguma câmera atenta possa captar imagens em qualquer lugar. E mais, selecionar, recortar, aproximar, identificar. Enfim, *vigiar e punir*, foucaultianamente falando. E, em se tratando de estádios de futebol, essa estratégia de controle excede os limites do que se poderia supor como cuidados com segurança, pois tem a ver também com as relações econômicas, haja vista que atitudes de violência das partidas redundam em prejuízos monetários para os clubes.

Para refletir acerca de como a instância econômica produz seus efeitos sobre o histórico e a divisão política, e isso de modo dialético, lancemos mão de estudos apresentados por Simone Hashigutti (2008)⁵. Segundo a autora, o funcionamento das torcidas organizadas remonta a 1969, com a Gaviões da Fiel, ligada ao Corinthians, da cidade de São Paulo, que substituiu o tom carnavalesco, movido por charangas, por uma orquestração militar com todo um campo semântico-discursivo relacionado: “linha, pelotão de frente, ataque, etc.” Sublinha a autora que “Essa nova organização provocou como efeito uma reorganização também do próprio espaço do estádio e da forma de controle da polícia”, redundando, inversamente, em aumento da violência e no desencadeamento de outros efeitos discursivos, semantizados em designações tais como “combate”, “luta”, “defesa”, “disputa” e “guerra”. E o motor desse acirramento é a busca por visibilidade social, dado que significativa parte dessas torcidas compõe-se

5 Futebol no Brasil: sentidos e formas de torcer. RUA [online]. 2008, no. 14. Volume 1 - ISSN 1413-2109. Disponível em: <http://www.labeurb.unicamp.br/rua/pages/home/lerArtigo.rua?id=61&pagina=13>

por aquela parcela dos excluídos, dos sem-parcela, nos termos de Rancière (2009)⁶.

Essa posição, um pouco distinta da tese defendida por Llosa, nos traz, minimamente, algumas inquietações: a moça não compunha nenhuma torcida organizada. Faz parte do segmento branco da sociedade. O ataque dirige-se ao segmento negro, porém, não desfavorecido economicamente. Já ela, é moradora do Passo das Pedras – “bairro não-oficial” da capital gaúcha. Ou seja, área de invasão. Lugar dos sem-parcela. Esse dado, que embora possa parecer isolado, mostra o quão complexa é a teia de relações nas quais se encontram implicados embates de natureza racial e econômica. As formas de identificação dos sujeitos respondem a diferentes e múltiplas injunções.

Os furos na rede: primeiros gestos de análise

Meu objetivo, a partir de agora, é atentar para o funcionamento de outra arena: aquela em que a moça loira e seu enunciado foram julgados: a voz dos internautas nas redes sociais. Comentários assinados ou subsumidos por um apelido, constituem-se vozes sem rosto, anônimos na multidão. Não muito diferentes das torcidas dos estádios. Contudo, esse anonimato é historicamente produzido e localizável. Trata-se do que Haroche (2013) explicitou como “A injunção à visibilidade contínua nas sociedades contemporâneas reveladas pela nova condição do homem moderno”. Condição essa que a autora explica pelo enredamento inevitável das coerções produzidas pela era tecnológica. Mudam as formas de subjetivação, os modos de conceber o outro, tudo isso perpassado por um processo de evidenciação que redundando em uma espécie de tiranização. Neste momento, não falamos tão somente da torcedora, uma vez que desviamos o

6 RANCIÈRE, Jacques. *O desentendimento*. Editora 34. São Paulo, 2009.

foco para a posição do espectador/navegador das redes sociais que julga o acontecido. Estabelece-se, a partir de uma premência por opinar/julgar, a culpabilidade, sem se levar em consideração as condições em que emerge o enunciado. Não temos garantias alguma de que também de seus lábios não sairia algum impropério de cunho racista para algum dos jogadores . Mas escutemo-los⁷:

Sd1 - Adriana²³⁵:

Ok, Ótimo! Admitiu, então prendam-na. Não há razões para que alguém que tenha cometido um crime fique impune. A lei está clara e não há contradições neste caso. Prendam-na e caso encerrado. Agora é hora de dar atenção aos 95% de viciados em crack que são negros, aos 70% das vítimas de homicídio que são negras, a desigualdade racial, baixos salários, etc etc. Essas são as vítimas do sistema, não essa mulher!

A imputação da criminalidade é da ordem do inquestionável; e mais, auto-outorgada à sociedade. Sociedade esta que supostamente divide-se em brancos e negros, dos quais a primeira parcela é a que detém os bens econômicos e culturais, e a segunda é a destituída, à qual sobra o mundo da criminalidade. Em suma, uma sociedade binária, isenta de contradições, em que não haveria, por exemplo, brancos morando em áreas de invasão. Isso não inocenta a torcedora dos efeitos do seu gesto, contudo, nem mesmo ela tem consciência de que, em alguma coisa, ela é semelhante àqueles hegemonicamente representados pelo estrato social por ela designados de “macacos”.

Sd2 - simiano⁴:

Me parece muito óbvio até que o racismo em si não foi a real motivação do xingamento da moça. Ela - gremista fanática - simplesmente queria irritar o jogador do time adversário

⁷ Comentários retirados do Site UOL, de internautas, em resposta à notícia do dia 04/09/14, intitulada “Torcedora do Grêmio admite ter chamado Aranha de ‘macaco’, mas nega racismo”. Disponível em: <http://esporte.uol.com.br/futebol/ultimas-noticias/2014/09/04/torcedora-do-gremio-admite-ter-chamado-aranha-de-macaco-mas-nega-racismo.htm?mobile>. Acesso em 10/09/14.

que estava ganhando de dois a zero na casa do Grêmio. Aliás é curioso esse “racismo no futebol” em que 99% das vezes a vítima negra joga na equipe contrária à dos torcedores acusados de serem racistas. As ofensas só acontecem com os jogadores do próprio time quando o mesmo joga muito mal. A cultura de xingar os adversários e o juiz em estádios de futebol existe há décadas e nunca ninguém ligou pra isso, talvez até porque sempre foi evidente que era uma coisa da boca pra fora, pelo menos nos casos em que a raça não estava envolvida. Se querem mesmo levar a sério o “crime” que essa menina cometeu e colocá-la na cadeia com ladras e assassinas, todas as injúrias - raciais ou não - cometidas nos estádios daqui pra frente deveriam ser tratadas com a mesma “seriedade”.

Entre a condenação e a inocentação

A *vox populi*, enquanto posição que julga, pauta seus argumentos em impressões: “me parece muito óbvio”, nisso já encontrando-se instaurado o espaço da contradição, uma vez que a enunciada obviedade sobre não ter se tratado de uma prática racista tem entrada com um verbo que produz efeito de distanciamento dos fatos objetivos (verbo parecer), em que pese o engajamento decorrente do emprego da 1ª. pessoa do singular. O aspeamento que põe em xeque a real existência de práticas racistas no futebol e o caráter criminoso do ato é sustentado com percentuais quase absolutos, da casa dos 99%, que emanam também eles de uma contradição: a vítima negra só estaria na condição de vítima porque a torcida adversária está do lado branco. Além disso, a enunciação teria decorrido de uma suposta intenção de parte da torcida do Grêmio, de irritar a torcida adversária. O enunciado constrói uma naturalização da questão racial, além de minimizá-la, ao circunscrevê-lo no âmbito de uma mera estratégia de conflito entre torcidas. As condições históricas de produção da discriminação racial são totalmente silenciadas. Vale atentar, ainda, para o detalhe, aparentemente desimportante, contudo, altamente simbólico, da auto-designação: o sujeito que diz nomeia-se “simeano”. Ao assumir-

se como símio, inscreve-se no já dito “Somos todos macacos”, mas não enfrenta o racismo, opondo-se a ele; ao contrário, desistoriciza-o, na medida em que o apaga, numa aparente universalização.

Sd3 - Crícorintiano:

Deixemos a justiça condená-la, a lei existe e deve ser cumprida, não vejo razão para execrar publicamente a moça. Ela deve e vai pagar para a justiça assim como o Grêmio está pagando, não vamos arrebrantar com a vida dela errou assumiu e vai pagar. Que sirva de exemplo, começa uma mudança no Brasil com esse fato.

Observe-se que, até certa altura, há convergência entre a posição adotada entre a Sd1 e a Sd3. Ambas apontam para a condenação, colocando-se, o sujeito do dizer, no lugar do “fazer a justiça”, embora na Sd3 haja uma tentativa de apagamento da posição “justiceiro: “Deixemos a justiça condená-la”, o que é, em seguida, desconstruído: “Ela deve e vai pagar para a justiça, assim como o grêmio está pagando...”. Além de, claro, ao réu ter sido imputada a culpabilidade antes do julgamento: “Deixemos a justiça **condená-la**”. Para além desse efeito de antecipação de resultados, há também o efeito de exemplaridade, sobre o qual falávamos anteriormente, o qual foi amplamente discursivizado, no corpo social e nas mídias, como possível sustentáculo de um lugar de ruptura: teria esse fato inaugurado uma mudança efetiva, no Brasil, no que concerne às práticas racistas, em campo e fora dele?

Racismo em campo: reverberações de uma mesma prática

O ocorrido com o goleiro Aranha, em 2014, não se constitui um fato isolado, mas inscreve-se em uma teia de outros acontecimentos semelhantes, os quais assinalam, nas enunciações preconceituosas, o sintoma de que o Brasil não é, definitivamente,

uma democracia racial. E as fronteiras geográficas não são limite para a expressão de intolerâncias desse e de outros tipos. Exemplos recentes disso evidenciaram-se na Copa do Mundo de 2018, na Rússia, na qual dois fatos ganharam repercussão: as ofensas de que o jogador Fernandinho foi alvo na Web, via redes sociais e um comentário racista, feito também nesses meios, por um brasileiro, a respeito do jogador francês Kylian Mbappé. Vamos aos fatos, suas repercussões e sobre como sentidos são produzidos a partir de discursividades.

Os insultos dirigidos a Fernandinho, via redes sociais, decorreram de um gol contra que o meio-campo fez e que tirou a seleção brasileira da Copa do Mundo, em disputa com a Bélgica. O jogador foi chamado, entre outros adjetivos desqualificadores, de “macaco” e de “vagabundo”. A associação de sujeitos negros ou mestiços a símios é algo recorrente em enunciações de cunho racista, fazendo emergir, pela via da memória discursiva, a fronteira que colocaria negros em uma condição de primitivismo e não-humanidade. A inferioridade que decorre desse enquadramento justificaria até tratamentos desiguais se comparada esta parcela à de cidadãos brancos.

É importante dizer que jogadores brasileiros, ao alçarem posição na Seleção que disputa a Copa do Mundo, passam a gozar de admiração potencializada de parte do público, além de tenderem a consolidar sua situação sócio-econômica, haja vista os bons salários. Para além disso, significativa parte deles já desfruta de tudo isso, pela participação em equipes no exterior do Brasil. Esse dado autoriza-nos a compor um perfil dos jogadores negros da seleção em um perfil que não é o mesmo da maioria da população negra. Dados publicados pela Agência Brasil⁸, mapeados no *Atlas da Violência*⁹, dão conta de que

⁸ Agência Brasil, 10/12/2017.

⁹ Lançado em junho pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) e pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública.

Os negros (pretos e pardos) são a maioria da população brasileira, representando 53,6% da população em 2014, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Também são a maioria entre os mais pobres. Entre os brasileiros que compõem o grupo dos 10% mais pobres, com renda média de R\$ 130 por pessoa na família, 76% eram negros em 2015. Ou seja, três em cada quatro pessoas que estão entre os 10% mais pobres do país são negras.

Esses dados nos instigam a refletir acerca do paradoxo que se instaura mediante esse quadro: esses jogadores são etnicamente pertencentes a um segmento historicamente marginalizado e, não raro, tipificado a partir do imaginário da indolência e da contravenção. Seu pertencimento aos grandes clubes de futebol resulta, no entanto, em uma vinculação diferenciada, própria das elites brancas do país, igualmente constituída pela ordem do imaginário. Ora, os insultos do tipo “macaco” e “vagabundo” produz efeito de negação/deslegitimação da segunda vinculação e recuperação da primeira. Isso nos autoriza a pensar que a ordem do imaginário acolhe a presença dos sujeitos negros e mestiços no âmbito do futebol na condição de eles estarem cumprindo uma função que ali exercem na base da concessão, tão somente porque permitem o entretenimento das massas.

Com relação ao jogador francês Mbappé, de ascendência africana, a desqualificação se deu de modo semelhante, porém, mais explicitada a proposição da relação marginalidade/traços étnico-raciais. O youtuber brasileiro Júlio Cocielo publicou no Twitter, em tempo real, enquanto acompanhava um dos jogos da França, o seguinte enunciado: “*Mbappé conseguiria fazer um arrastão top na praia, hein.*” A instantaneidade das redes sociais gerou repercussão imediata, muitas com avaliações negativas acerca da postagem de Cocielo, que conta com milhares de seguidores.

O substantivo *arrastão* é definido pelo Dicionário online Informal¹⁰ como “Ação

orquestrada de vários indivíduos, geralmente vândalos, para saquear e roubar”, e pelo Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa, dentre outros significados, como “assalto realizado por grupo numeroso que aborda uma ou mais pessoas ao longo do caminho por onde passa (bras. inf.)¹¹. Prática relacionada à contravenção, portanto, ela não “cola” de modo natural à figura do jogador, circunscrito na condição de cidadão de bem. A relação só é possível pela emergência da memória discursiva, que relaciona a prática dos arrastões, especialmente nas praias brasileiras, aos segmentos jovens moradores das periferias e majoritariamente negros e/ou mestiços. Em 1992, quando os arrastões nas praias do Rio de Janeiro eram praxe comum, tornou-se corrente, nas mídias, a descrição reiterada do fato como “uma nuvem negra que avança na zona sul do Rio de Janeiro”¹². O enunciado sintetiza o efeito de homogeneização e produz ponto de atualização nos modos como os atributos positivos, do jogador, tais como a velocidade e a destreza, são negativamente ressignificados na enunciação do youtuber.

É pela ordem do imaginário que esse efeito de encapsulamento opera, na medida em que produz, simbolicamente, um enquadramento que toma os sujeitos a partir de uma relação simétrica entre configuração étnica, classe social e delinquência. Pêcheux (1993) explicita esse processo a partir da noção de Formações Imaginárias, definidas por ele como os lugares “que A e B se atribuem cada um a si e ao outro, a imagem que eles se fazem de seu próprio lugar e do lugar do outro” (1993, p. 82-83). A atribuição de lugares resulta do processo de antecipação, pelo qual o sujeito que diz coloca-se no lugar do outro, a partir da ordem do já-dito, já-ouvido. Se esse gesso de “ir lá adiante” fosse isento ou, no limite, plenamente consciente, todos

11 HOUAISS, Antonio. Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

12 Disponível em <https://www.geledes.org.br/medo-e-manipulado-para-forcar-estereotipos-diz-anistia-sobre-arrastoes/>.

os lugares de réplica possíveis seriam antecipados, e a linguagem poderia ficar imune, inclusive, a trélicas do tipo “não foi isso que eu quis dizer”. Mas é porque nós, enquanto sujeitos históricos que somos, enunciamos sob a condição do que Pêcheux (op.cit) designou de esquecimento n. 1, que os sentidos se esfacelam no corpo social. Dizemos porque estamos inscritos em determinada ordem do discurso, ou somos tomados, em nosso dizer, por um modo de conceber o real e sobre o qual talvez nem nos dêramos conta. Do mesmo modo, ouvimos a partir dos lugares em que nos inscrevemos, e por isso, a palavra que parece neutra para um, pode ser carregada de sentidos específicos para nós. A formulação que Pêcheux (1988) faz da noção de esquecimento n. 1, constitutivo da ordem do dizer, dá conta desse “apagamento”, para o sujeito, do lugar do qual ele fala, como se ele enunciasse à revelia dos saberes da Formação Discursiva¹³ que circunscreve seu dizer.

Tentativas de composição da tessitura da rede

Resguardadas as proporções, o que se fez no julgamento do Holocausto, massacre que, aliás, não matou apenas judeus, mas também homossexuais, negros, ciganos, deficientes físicos e tantos outros que não se enquadravam na idealizada “raça pura”, resultou da incapacidade de, na massa, alguém ousar pensar diferentemente do uníssono coletivo. Ou, no mínimo, abrir-se espaço para se pensar que as lógicas universalistas binárias se sustentam por suas contradições. A categoria da contradição, enquanto possibilidade do mesmo no um, é uma das importantes contribuições do legado pêcheutiano, ao articular a materialidade

¹³ A noção de Formação Discursiva é tributária de Foucault (1969), obra na qual o autor define-a como conjunto de enunciados orientados por princípios como a regularidade e a repetibilidade, circunscritos em práticas institucionais. No quadro teórico da Ad francesa, Pêcheux (1975) submete essa noção ao funcionamento ideológico e passa a pensá-la sob o princípio da contradição.

linguística à materialidade histórica. E, coerente com a teoria na qual se inscreve, Michel Pêcheux não construiu esse edifício teórico a partir de um ponto absolutamente original. Bebeu das fontes do pensamento soviético, notadamente de Voloshinov, na ideia ampla do outro e da arena. Dialogou, em seu tempo, não sem dissensos e deslocamentos, com a noção de Formação discursiva de Michel Foucault. Também remontou ao discurso político de Spinoza, no século XVII. Essa convergência divergente de vozes e posições traduziu-se em reapropriação, de parte de Pêcheux, de noções com o devido deslocamento no quadro epistemológico em que estas se inscreveram.

Pêcheux vai afirmar a inscrição da palavra na historicidade que lhe é constitutiva, o que possibilita que atentemos para aquilo que excede a palavra e instaura os espaços de dissenso. A diferença, a divergência decorre da presença do outro na história e, também, implica esta mesma presença. Os lugares de confronto no corpo social materializam-se na linguagem, deixando ver que também aí não são transparentes, o que sustenta a ideia da linguagem como manifestação da historicidade, em suas assimetrias e descontinuidades. No caso em tela, o do racismo em campo e em debates a ele correlatos, a bola não marca gol, mas adentra a rede, mostrando que ela tem furos. Enormes! É disso que se compõe sua tessitura. Desses furos, embora insistamos em querer enxergar apenas os fios.

Referências

AUBERT, Nicole, HAROCHE, Claudine (org). **Les tyrannies de la visibilité: être visible pour exister?** Paris: Érès, 2011.

COURTINE, Jean-Jacques. **Análise do discurso político: o discurso comunista endereçado aos cristãos.** São Carlos: EUFSCar, 2009.

DINIZ, Maiana. “Negros brasileiros não têm por que comemorar Declaração dos Direitos Humanos”. In: **Agência Brasil**, 10/12/2017, disponível em: <http://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2017-12/negros-brasileiros-nao-tem-por-que-comemorar-declaracao-dos>. Acesso em 17/08/2018.

FOUCAULT, Michel. **Arqueologia do saber**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000.

HASHIGUTTI, Simone. Futebol no Brasil: sentidos e formas de torcer. **RUA** [online]. 2008, no. 14. Volume 1 - ISSN 1413-2109. Disponível em: <http://www.labeurb.unicamp.br/rua/pages/home/lerArtigo.rua?id=61&pagina=13>.

PÊCHEUX, Michel, e FUCHS, Catherine. “A propósito da análise automática do discurso: atualização e perspectivas.” **Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux (1997)** : 163-252.

_____. **Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio**. Campinas, Ed. da UNICAMP, 1988.

VARGAS LLOSA, Mario. **A civilização do espetáculo: uma radiografia de nosso tempo e da nossa cultura**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2013.

<https://www.revistaforum.com.br/copa-do-mundo-de-2018-coloca-racismo-machismo-e-homofobia-em-evidencia/>. Acesso em 15/08/18.

<https://odia.ig.com.br/esporte/copa-do-mundo/2018/07/5556052-fernandinho-e-alvo-de-racismo-apos-gol-contra-na-copa-do-mundo.html>. Acesso em 15/08/18.

Submissão em: 24 de agosto de 2018.

Aceite: 02 de setembro de 2018.

O gênero textual narrativa de enigma em sala de aula

pg 19 - 28

Marilúcia dos Santos Domingos Striquer¹

Adenize Aparecida Franco²

Resumo

Este artigo apresenta o relato de uma intervenção pedagógica realizada por bolsistas do PIBID/Letras/Português da UENP que tomou como eixo organizador do processo de ensino e aprendizagem da língua portuguesa o gênero discursivo/textual narrativa de enigma. A intervenção ocorreu em quatro salas de aula dos 6º anos, de dois colégios estaduais da rede pública de ensino do município de Jacarezinho/PR, atendidas pelo subprojeto. A base teórico-metodológica constituiu-se dos preceitos sobre gêneros do discurso e de seu ensino instituídos pelo Interacionismo Sociodiscursivo, e no histórico literário de narrativas de enigma e investigação. O resultado do processo de intervenção pode ser observado na apropriação do gênero pelos alunos que em decorrência produziram livros de contos de narrativas de enigma.

Palavras-chave: Narrativa de enigma; Gêneros discursivos/textuais; Intervenção pedagógica.

THE TEXTUAL GENRE NARRATIVE ENIGMA IN CLASSROOM

Abstract

This article presents the report of a pedagogical intervention carried out by PIBID fellows, of the UENP's Letters/Portuguese subproject, who took as the organizing axis of the teaching and learning process of the Portuguese language the discursive/textual genre narrative enigma. The intervention took place in four classrooms of the 6th grade, from two state public high schools of the Jacarezinho/PR town, served by the subproject. The theoretical-methodological basis was constituted by the precepts of the discursive genres and its teaching instituted by Sociodiscursive Interactionism, and the literary historical of narratives enigma investigation. The result of the intervention process can be observed in the appropriation of the genre by the students who have produced short story books of narratives enigma.

Keywords: Narrative enigma; Discursive/textual genres; Pedagogical intervention.

Introdução

Este trabalho apresenta o relato de uma intervenção pedagógica realizada por bolsistas do subprojeto Letras/Português integrante do Programa de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID), vinculado a Universidade Estadual do Norte do Paraná (UENP), campus Jacarezinho. O trabalho teve como eixo organizador do processo de ensino e de aprendizagem da língua materna o gênero discursivo/textual

1 Doutora em Estudos da Linguagem. Professora adjunta da Universidade Estadual do Norte do Paraná (UENP), campus Jacarezinho. marilucia@uenp.edu.br

2 Doutora em Estudos Comparados de Literaturas de Língua Portuguesa. Professora adjunta da Universidade Estadual do Centro Oeste (UNICENTRO). adenizeafranco@gmail.com

narrativa de enigma. Nossa intenção é explicitar algumas das atividades e o processo de trabalho realizado pela equipe do subprojeto referente à implementação de sequências didáticas para o trabalho com o referido gênero em dois colégios estaduais do município de Jacarezinho, em quatro turmas de 6º anos.

O subprojeto Letras-Português, campus Jacarezinho³, inscrito no PIBID/CAPES, atende, desde 2014, escolas estaduais dos municípios de Jacarezinho e Santo Antônio da Platina. Num primeiro momento, e cerne da proposta pedagógica, priorizamos o atendimento de alunos do 3º ano do Ensino Médio (EM) a partir de orientações fundamentadas no estudo de gêneros textuais da ordem da argumentação. E, em uma ampliação do projeto inicial, a partir de 2015 dedicamo-nos ao trabalho com alunos dos 6º anos do Ensino Fundamental II (EF).

O objetivo primeiro do subprojeto, seguindo os preceitos do programa PIBID, é promover o vínculo entre os graduandos dos cursos de Letras da Universidade Estadual do Norte do Paraná (UENP) e as salas de aula da rede pública de ensino, a favor da melhoria do ensino nas escolas públicas em que o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) esteja abaixo da média nacional.

Divididos, portanto, em dois grupos, simultaneamente, o subprojeto atende turmas do último ano do ensino médio e do primeiro ano do fundamental II (6º ano), o que favorece a experiência e vivência em sala de aula de nossos pibidianos, podendo conhecer e refletir acerca da realidade do processo educativo e do desenvolvimento do aluno ao longo da educação básica. O trabalho, aqui apresentado, detém-se nas atividades desenvolvidas com os alunos do 6º ano dos Colégios Estaduais Luiz Setti e Rui Barbosa, do município de Jacarezinho.

³ O subprojeto conta com 22 (vinte e dois) bolsistas de graduação, 2 (duas) professoras coordenadoras, 3 (quatro) professoras supervisoras.

A justificativa pela escolha da narrativa de enigma como eixo condutor do projeto ocorreu pelo fato de o gênero fazer parte do conteúdo programático da disciplina de língua portuguesa dos dois professores regentes, no PIBID, denominados de professores supervisores, das salas atendidas pelo PIBID. E porque as aventuras detetivescas fazem parte do universo ficcional do ser humano desde as histórias bíblicas como o episódio de Caim e Abel ou da tragédia grega Édipo, rei, de Sófocles. Outra razão é que ao buscar aprofundamento no estudo das características, que formam o gênero, para que então fossem elaboradas sequências didáticas a equipe se deparou com orientações que instituíram um desafio: o referido gênero era considerado por alguns autores mais adequado para o trabalho com o processo leitor do que de produção textual. Conforme Barbosa (2001, p. 171-172),

Trabalhar com narrativas de enigmas nas séries iniciais talvez não seja o mais adequado, posto que a leitura de livros pertencentes a esses gêneros supõe certas capacidades por parte do leitor, dificilmente desenvolvidas ou construídas por leitores iniciantes, posto a complexidade maior em termos de conteúdo temático, de estilo e de construção composicional inerentes a esse gênero. Isso não impede que eventualmente algumas narrativas de enigmas possam ser lidas nas séries iniciais.

Contudo, pautados sobre a perspectiva adotada pelo Interacionismo Sociodiscursivo, em sua vertente didática que conduz nossos trabalhos, a equipe desenvolveu procedimentos pedagógicos para que o gênero fosse abordado nas práticas discursivas da leitura e da escrita. Para tanto, elaborou sequências didáticas conforme sugestão de Dolz, Noverraz e Schneuwly (2004).

Gênero narrativa de enigma: um relato de experiência

Francisco José Viegas, escritor português de narrativas policiais, diz que “Toda literatura

é policial”. Evidentemente que essa afirmação não contempla a discussão de quando, onde e como surgiu uma narrativa à qual, em função das determinações teóricas, decidiu-se nominar como gênero policial, romance policial, romance de detetives, ficção policial e outros designadores, além de uma classificação tipológica conforme características determinantes. Para o autor português, “Toda literatura é policial” (recorrendo a uma afirmação de José Cardoso Pires) porque “o policial nunca deixou de escolher como temas aquilo que é essencial nos problemas literários – a morte, a culpa, o desaparecimento, o enigma, o mistério, a procura...”. Desse modo, como muito já se sabe, os temas em Literatura são reduzidos à forma, à maneira, aos recursos e ao se expor esses temas é que possibilitam que a Literatura tenha resistido e (re)inventado maneiras de se manter.

Não tomemos, entretanto, a assertiva do escritor português levemente, de forma a acreditar que seu posicionamento desconsidera questões pontuais acerca dos espaços que a literatura policial ocupa. Francisco José Viegas tornou-se um dos maiores defensores da literatura policial por ver nessa tipologia romanesca a possibilidade de relação com o imaginário literário e, por perceber que “o romance policial [...] é um dos últimos redutos da ficção narrativa” (VIEGAS, 1999, p. 124), ainda que figure à margem da considerada literatura séria. Tal constatação abrange a já antiga discussão a respeito do romance policial que, durante muito tempo, foi negligenciado e considerado como “literatura menor” em oposição à “literatura clássica” ou “literatura maior”.

Ricardo Piglia, em *Formas Breves* (2004), afirma que o policial, à semelhança dos grandes gêneros literários, conseguiu colocar em evidência o mesmo que “[...] discute a sociedade, mas em outro registro. É isto o que faz a literatura: discute a mesma coisa de outra maneira. O que é um delito, o que é um criminoso, o que é a lei? Discute

o mesmo que discute a sociedade, mas de outra maneira” (PIGLIA, 2004, p.57).

Nesse sentido, o escritor argentino reitera o posicionamento mencionado por F. J. Viegas de que o reduto do policial é a própria literatura, de forma que, mesmo sendo subsidiado pelo conflito Literatura e sublitteratura ou literatura culta versus literatura popular e, também, considerado um produto pertencente ao que se denomina Literatura de massa, o policial passou a ser estudado e, de certa maneira, reintegrado a um lugar importante, quando observamos as teorias e considerações postuladas sobre ele.

Considerando, portanto, a narrativa de enigma ou policial como um gênero textual que atrai a mais variada gama de leitores, dada a sua natureza investigativa e que requer ou conduz à participação do leitor, optamos por escolher esse gênero para propor atividades de ensino com os 6º anos.

A primeira fase da intervenção diz respeito à fundamentação teórica sobre o gênero realizada em reuniões com os bolsistas de iniciação à docência. Nessa fase, foram lidos e discutidos textos literários fundamentais e exemplares da técnica narrativa policial, de autores como Edgar Allan Poe, Agatha Christie e Conan Doyle. Uma vez que são os textos (ainda que adaptados) a serem lidos e trabalhados com os alunos do Ensino Fundamental. Além disso, realizamos discussões a partir do aporte teórico que sedimenta a constituição desse gênero, como apontado. Na sequência, houve a elaboração de uma atividade que pretendeu diagnosticar o conhecimento dos alunos acerca da narrativa de enigma ou policial. Esse diagnóstico teve como objetivo, a partir de uma série de questões, apreender o que os alunos conheciam sobre o referido gênero. Assim, os alunos foram indagados sobre sua experiência como leitor ou espectador de livros e séries que tematizavam o policial, sobre as características dos personagens dessas séries, títulos de obras que remetiam ao universo do policial,

identificação de trechos narrativos característicos desse gênero e, finalmente, coleta de palavras pertencentes à estrutura dessas narrativas, tais como: crime, criminoso, detetive, investigação etc.

Relato de experiência: o gênero narrativa de enigma na escola

Para que a intervenção pudesse ocorrer, a equipe do subprojeto Letras/Português- CJ, primeiramente, realizou: estudos sobre a fundamentação teórica que institui o gênero discursivo/textuais narrativa de enigma; estudos em torno da fundamentação teórica da narrativa policial (Literatura); elaboração de material didático constituídos por sequências didáticas; e realizou leitura de obras de Edgar Allan Poe, Agatha Christie e Conan Doyle.

Em síntese, o arcabouço teórico formou-se pela definição de gênero discursivo de Bakhtin (2003), para quem gêneros são “tipos relativamente estáveis de enunciados” (p. 280), e são construídos dos quais fazem uso os indivíduos em toda e qualquer situação comunicativa. E sobre o gênero específico narrativa de enigma, a constatação é a de que eles são nomeados, muitas vezes, como gênero policial, romance policial, romance de detetives, ficção policial entre outros, uma vez que, de acordo com Viegas (1999), “toda literatura é policial”, e “o policial nunca deixou de escolher como temas aquilo que é essencial nos problemas literários – a morte, a culpa, o desaparecimento, o enigma, o mistério, a procura...”. Nesse sentido, a narrativa de enigma é um gênero que atrai leitores, entre outros motivos, por seus aspectos enigmáticos e investigativos.

Sobre o procedimento de elaboração de materiais constituídos de sequências didáticas, as sequências foram elaboradas com base nos estudos de Dolz, Noverraz e Schneuwly (2004), os quais sugerem que a primeira etapa de uma sequência é a Apresentação do projeto, momento em que o professor deve expor aos alunos o que pretende

realizar com o processo de ensino e aprendizagem do gênero que está sendo abordado. O aluno recebe informações a respeito da função/finalidade social comunicativa do gênero, de onde veio aquele gênero (historicidade), os temas que podem ser por ele abordados, destinatários, que formato assume o gênero. A segunda etapa na produção, pelos alunos, de um primeiro texto, o que permite ao professor identificar as capacidades que os alunos já têm, quais suas potencialidades, e quais os pontos que necessitam de desenvolvimento. As oficinas, nova etapa, são elaboradas pelo professor conforme as necessidades, dificuldades e potencialidades identificadas na produção do aluno. A etapa da produção final acontece quando o aluno tem a oportunidade de por em prática tudo que aprendeu e ainda avaliar seu desenvolvimento.

Em um segundo momento, a equipe foi para as salas de aula, e para que os alunos dos 6º anos tivessem contato com o gênero textual narrativa de enigma, realizou uma série de atividades que serviram como diagnóstico do que os alunos sabiam acerca do gênero, tais como: se eles já haviam assistido a algum filme ou série policial; se haviam lido algum livro pertencente ao gênero; se conheciam algum personagem detetive famoso e que traços destacavam-se no personagem; ao oferecer uma lista de títulos de obras e de fragmentos textuais quais deles, na lista, podiam ser identificados como pertencentes ao gênero narrativa de enigma; atividades identificação de palavras pertencentes à narrativa de enigma. Essa última atividade foi finalizada com composição de um mural pelos próprios alunos.

Na sequência, a definição teórica e as características gerais do gênero foram abordadas e atividades de (re)conhecimento de bilhetes e cartas enigmáticas foram realizadas. Apenas como título de exemplificação, reproduzimos uma das atividades do material didático:

Quadro 1: exemplo de atividade com elementos enigmáticos

VOCÊ JÁ ESCREVEU ALGO USANDO UM CÓDIGO? AJUDE A DESVENDAR O CRIME ABAIXO DECIFRANDO O CÓDIGO USADO:

Odete Camargo Vieira, 51, Largo do Arouche, 127, ap. 82, Centro. Assassinato. $\times \mu \epsilon$
 $\text{¥} \neq \text{¶} \square \square \square \neq \square \neq$ por volta das vinte e duas horas quando entrava em casa, após
 descer do carro de um suposto amigo – Sr. Firmino Paiva, 53. Cofre aberto. Joias
 roubadas. Suspeitos: seu motorista particular, o suposto amigo, $o \times \leq - \diamond \neq \text{¥} \circ \square \Sigma$
 e o porteiro da noite. Motivo: roubo de dinheiro e joias, $\Delta \circ \square \diamond \times \mu$ ou queima de arquivo.

Descubra como a Sra. Odete foi morta, quem foi seu assassino e por que ele a matou. Use a tabela
 abaixo para traduzir o código.

$\neq = A$	$\times = E$	$\circ = I$	$\Sigma = O$	$\square = U$	$\Delta = C$	$\mu = S$
$\diamond = M$	$\leq = X$	$\square = D$	$\epsilon = T$	$\text{¥} = R$	$\text{¶} = N$	$\square = G$
$\square = L$						

A) Como a Sra. Odete foi morta? _____

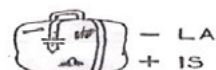
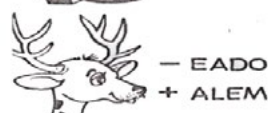
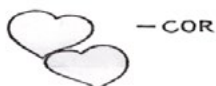
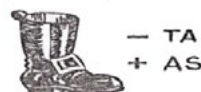
B) Quem matou a Sra. Odete? _____

C) Por que o assassino matou a Sra. Odete? _____

Agora, imagine que você o detetive que descobriu como a Sra. Odete foi morta, quem a
 matou e por quê. Escreva, usando os símbolos do código acima (crie outros símbolos para
 as letras que faltarem como, por exemplo, um asterisco (*) para a letra F, caso você precise
 dela), um bilhete ao inspetor de polícia avisando-o.

Outra forma de enviar uma mensagem é, também, a **carta enigmática**.

1. Alguém saberia dizer o que é uma “carta enigmática”?
2. O que caracteriza uma carta enigmática? Como você imagina que ela deve ser?
3. Veja um exemplo e tente traduzir.



Também foram realizadas leituras de exemplares de narrativas de enigma, mais precisamente narrativas de Conan Doyle – personagem Sherlock Holmes e “Mrs. Josias Amberley”, adaptadas para a faixa etária dos alunos.

Em uma segunda etapa da intervenção, o texto *Mr. Josias Amberley*, de Conan Doyle, em versão produzida e adaptada pelas professoras coordenadoras do subprojeto, foi apresentada aos alunos para uma leitura e debate. Como a versão adaptada era relativamente longa, foram realizadas quatro oficinas para o trabalho da compreensão

e interpretação do texto e das características do gênero, como exemplo, de conteúdos que envolve: o mistério que envolve o texto; qual o crime de que trata a história; quais as pistas deixadas no texto para que os suspeitos possam ser descobertos; qual o motivo do crime; quais as circunstâncias do crime; quem é Sherlock Homes; quais as características desse personagem; quem é Arthur Conan Doyle, autor do personagem Sherlock Homes; a variante linguística empregada no gênero; a origem das narrativas de enigma/policiais.

A seguir a reprodução de uma das atividades:

Quadro 2: exemplo de atividade com elementos característicos do gênero

2. Preencha o quadro abaixo:

Personagens	O que ele é?	O que parecem ser na história: vítimas, suspeitos, investigadores, testemunhas, etc.	Motivos que poderiam ter levado esse personagem a cometer o crime	Pistas que levam a suspeita sobre esse personagem	Motivos que descartam a suspeita
Sherlock Homes	Detetive	investigador			

Em outra oficina, os alunos produziram suas narrativas, a partir da atividade que reproduzimos a seguir:

Quadro 3: Atividade para a produção da narrativa pelos alunos

Crime	Arma do crime	Local do crime	Investigador	Vítima	Criminoso
Assassinato	Grampeador	Sala de Impressão	Xerox Holmes	Sr. Karltusho de Tinta	O malvado Sr. Papel Almoço

QUANDO E ONDE ACONTECEU O CRIME

Às dez horas da manhã, Xerox Holmes entrou na sala de impressão da escola Norte. Foi chamado às pressas porque era dia de provas e o Sr. Karltusho de Tinta havia desaparecido desde o dia anterior.

INVESTIGADOR, VÍTIMA E CRIMINOSO

Xerox Holmes era o maior investigador de todos os tempos. Era alto, magro, pele pálida de tanto fumar charutos cubanos, olhos castanhos e cabelos despenteados. Vestia sempre uma jaqueta de couro desbotada pelo tempo, um cachecol xadrez mesmo quando fazia calor e um chapéu de palha que contrastava com a jaqueta. Seu perfume era uma mistura do cheiro dos charutos com as balas tictac que chupava para disfarçá-lo e por receio de lhe confundirem com um cubano comunista. Usava óculos de graus, mas podia-se ver a lupa inseparável no bolso de sua jaqueta.

Sr. Karlusho de Tinta trabalhava há mais de 10 anos na escola do Norte. Era o encarregado de imprimir todas as provas que os alunos da escola faziam em cada bimestre. Só ele podia fazer aquele trabalho que era supersecreto. Tinha estudado nas melhores escolas de imprimidores que havia no país. Era um senhor já de 40 anos, vestia sempre um macacão branco com vários bolsos em que carregava as tintas para as impressoras. Estas eram como se fossem suas filhas, cada uma tinha um nome: Can (de Cannon), Hepa (de HP), Sam (de Samsung). Ele era dado aos diminutivos porque já convivía com elas há anos.

Sr. Papel Almoço vivia no armário da sala dos fundos da escola do Norte, desde que a sala de impressão fora construída. Era um sujeito amarelado, com as veias azuis salientes pela sua magreza. Parecia que havia tido hepatite e nunca se curara. Aborrecido, ficava trancado na sala à espera de alguém que nunca chegava. Parecia um sujeito calmo, mas há dias vinha tendo ideias delirantes e vontades estranhas.

COMO ACONTECEU O CRIME/COMO FOI RESOLVIDO

Xerox Holmes olhou todos os lugares mais recônditos da sala de impressão, entrevistou o trio de impressoras, Can, Hepa e Sam que nada perceberam de errado durante a noite. Explicaram que o Sr. Karlusho havia tirado suas tomadas do interruptor porque a previsão era de chuva com raios, assim, ficaram sem poder conversar e dormiram profundamente. Xerox Holmes percebeu que havia algumas folhas sobre a mesa do Sr. Karlusho que estavam grampeadas. Eram as terríveis provas de Português preparadas para o dia seguinte, mas apenas a metade havia sido impressa e grampeada. As outras folhas estavam espalhadas pelo chão como se um vento forte houvesse passado por ali.

O detetive dirigiu-se à sala da Diretoria e disse:

- Já sei o que houve com o Sr. Kartusho de Tinta.

Todos olharam apreensivos o importante detetive e esperaram sua revelação. Xerox Holmes sentou-se na poltrona da diretora e ia acender seu charuto cubano quando esta lhe disse:

- Epa, nananinã. Aqui o Sr. é proibido de fumar, inclusive não deveria fumar em lugar algum, pois faz mal à saúde.

Sr. Xerox Holmes tristemente cheirou seu charuto e guardou no bolso da jaqueta. Então suspirou e disse:

- Muito bem, quando entrei na sala de impressão essa manhã, pensei que havia sido os alunos que haviam sequestrado o Sr. Karlusho de tinta para que ele não fizesse as impressões e cópias das provas de português. Mas ao verificar que o grampeador não estava sobre a mesa e parte das folhas voou com o vento que entrou pela porta quando alguém a abriu, percebi que estava errado. Quem matou o Sr. Karlusho foi o Sr. Papel Almoço.

Todos os que estavam na sala se olharam apreensivos. – Como isso era possível?

Holmes continuou:

- O Sr. Papel Almoço movido pelo ciúme que carregava há mais de dez anos quando perdeu o lugar nessa escola para o Sr. Karlusho de Tinta resolveu se vingar. Ontem, à tarde, enquanto se aproximava o temporal, entrou na sala e atacou o Sr. Karlusho com o grampeador, que encontrei na sua sala dos fundos, e que estava com gotas de várias cores – como as tintas que o Sr. de Tintas carregava em seus bolsos. Podem procurar o corpo no depósito de lixo reciclável.

E assim, mais um crime foi solucionado pelo incrível detetive Xerox Holmes.

AGORA É A SUA VEZ:

Crime	Arma do crime	Local do crime	Investigador	Vítima	Criminoso

QUANDO E ONDE ACONTECEU O CRIME

QUEM E COMO É O INVESTIGADOR, A VÍTIMA E O CRIMINOSO

COMO ACONTECEU O CRIME/COMO FOI RESOLVIDO

As primeiras produções passaram pelo processo de investigação diagnóstica pela equipe PIBID, e a partir das dificuldades e problemas apresentados no texto pelos alunos atividades foram elaboradas e implementadas. Por exemplo: problemas com a continuidade de referente: um personagem era apresentado e logo sumia da história; o crime mudava de local; com a progressão temática: detalhamento do local, das personagens; com organização da sintaxe: paragrafação,

construção de discurso direto e indireto com o uso de dois pontos, travessão; concordância e regência; com a ortografia de palavras e de acentuação gráfica.

Após as atividades, os alunos receberam as primeiras produções de volta e puderam revisar e reescrever seus textos. A seguir transcrevemos duas produções a título de exemplificação. As narrativas de todos os alunos formaram dois livros, um de cada uma das salas de aula, que foi depositada no acervo da biblioteca da escola.

Texto 1:

O dia que a Sra. Abóbora sumiu

Em uma noite de sexta-feira, às 23 h aconteceu algo muito estranho no jardim do senhor Malaquias, a senhora Abóbora das Graças desapareceu.

O sr. Malaquias desesperado chamou o investigador sr. Chapolim Colorado, que chegou no primeiro trem. Homem baixo meio gordinho, de olhos castanhos, de cabelo liso. Sempre usa um chapéu xadrez, tênis amarelo e um casaco preto com listras azuis.

A vítima a senhorita Abóbora das Graças é uma pessoa muito calma, de cor meio alaranjada, amiga de todos no jardim onde vive.

A suspeita era a senhora Melancia que é casada com o senhor Mamão Papaya e é muito ciumenta, não gosta de ninguém, vive de mau humor.

O sr. Chapolim Colorado levou alguns dias para solucionar o mistério, quando descobriu foi contar ao Sr. Malaquias. A sequestradora havia sido a sra Melancia, que naquela noite se aproveitou que todos dormiam e foi até o quarto de jardinagem, com uma tesoura e saco de lixo. Cuidadosamente cortou as raízes da srta. Abóbora e a colocou no saco de lixo. O senhor Malaquias curioso perguntou como o investigador descobriu, e assim este disse:

- Após algumas investigações e pistas acabei chegando a conclusão que havia sido a sra. Melancia que sequestrou a srta Abóbora e o motivo foi por ciúmes. Mas, o senhor também ajudou quando me contou que o marido da sra Melancia andou saindo com a srta Abóbora.

O sr. Malaquias, então, perguntou:

- O senhor descobriu isso só com as pistas e com que lhe contei? Espantou ainda completou: - O senhor é demais! Mas conte-me sobre as outras pistas.

Chapolim Colorado continuou:

- Perto da porta do quarto do jardim encontrei pedaços de terras secas e esta é igual as do canteiro da sra. Melancia. E dentro do quarto que está muito bagunçado encontrei vários sacos de lixo rasgados no chão e a tesoura estava jogada no jardim em um canteiro vazio cheio de erva daninha.

Quando questionei as pessoas do jardim, todos disseram que não usavam o quarto de jardinagem e que este somente era utilizado em épocas de festas, porém a última havia ocorrido a quatro meses atrás. Então, percebi que a sra Melancia mentia, porque havia estado recentemente no quarto. E foi, assim, que ao dizer a ela que já sabia de tudo que a sra Melancia confessou.

- E o senhor tem ideia de onde a srta Abóbora das Graças pode estar? - perguntou Malaquias.

- Sim – respondeu Chapolim Colorado. – Ela só pode estar em um lugar, ali embaixo daqueles caixotes, que estão enterrados perto da plantação dos senhores Morangos.

- Vamos averiguar.

Chegando ao local eles desenterraram os caixotes e em um deles que continha um saco de lixo, abriram e encontraram a srta Abóbora que estava um pouco atordoada, desnutrida e com alguns ferimentos, mas nunca ficou tão feliz e falante ao ver o sr Malaquias.

Texto 2:

O assassinato

Aconteceu no dia 03 de maio de 2015, a meia noite, em um grande Centro Cultural, onde acontecia um belíssimo show da cantora Ivete Sangalo, um terrível assassinato a base de martelada. A vítima foi a menina Maria V.

O investigador José Miguel foi o encarregado do caso, ele era alto, bonito, tinha pouco cabelo e era bem sarado. Já a vítima Maria V era alta, bonita, tinha os cabelos lisos e era encorpada. O criminoso um homem alto, feio, cabeludo e muito magro.

O crime aconteceu quando Maria V. saiu do show para tomar um pouco de ar, pois lá dentro estava abafado demais, logo chega Tompson por trás e a atinge com várias marteladas na cabeça.

José Miguel investigou a casa de Maria obtendo, então, várias pistas como: cartas de ameaça e a partir daí começou a investigar e descobriu que era a mesma letra de Tompson. Sabendo que Tompson queria matar Maria V. foi atrás dele e descobriu que a vítima e o criminoso eram primos. Ela tinha contado que iria ao show, pois eram próximos.

Correu atrás de Tompson que estava fugindo e amarrou assim que o capturou e jogou o carro e foram direto para a delegacia. José Miguel entregou as cartas como prova e Tompson foi preso no dia 04/05/2015 e por lá permaneceu até o dia de sua morte.

Considerações finais

Ao apresentamos a intervenção pedagógica, realizada pelo subprojeto Letras/Português-CJ PIBID, que teve como eixo organizador o gênero discursivo/textual narrativa de enigma, destacamos que o lúdico instituído no gênero foi uma adequada ferramenta para o processo de ensino e aprendizagem da língua portuguesa com os 6º anos, os quais em toda as oficinas mostraram-se motivados para a leitura e produção textual.

Diante do desafio de trabalhar não só a prática discursiva da leitura, como sugerem alguns especialistas, mas também a prática da produção textual, constatamos que a construção de sequências didáticas, norteadas pela proposta do ISD, forneceu-

nos as condições necessárias para o trabalho com o referido gênero, uma vez que exatamente conforme postula Baltar et al. (2005, p. 165),

Trata-se, [...], de um ensino dos textos a partir da análise de suas dimensões ‘cotextual’: composição infra-estrutural, modalidades discursivas predominantes, sequências textuais a serviço da textualização; e ‘contextuais’: os ambientes discursivos, os suportes textuais em que ocorrem as atividades de linguagem, o papel dos interlocutores na interação e a situação de enunciação. Essa compreensão de quais textos circulam na sociedade, de quais são suas características e quais seus efeitos na interação social entre os usuários da língua é condição *sine qua non* para que os professores, na sua atuação como mediadores dos trabalhos de leitura e releitura e de escrita e de reescrita desses textos, possam ajudar seus alunos a desenvolverem sua Competência Discursiva (grifos do autor).

Esperamos, portanto, que essa nossa experiência possa auxiliar os professores da educação básica em suas ações pedagógicas no trabalho com a língua materna, tendo esse e outros gêneros discursivos/textuais e a proposta teórico-metodológica do ISD como eixos organizadores.

Referências bibliográficas

BAKHTIN, Mikhail. **Estética da criação verbal**. Tradução Maria Ermantina Galvão G. Pereira. 4. ed. São Paulo/SP: Martins Fontes, 2003.

BALTAR, M. et al. O Interacionismo Sociodiscursivo na formação dos professores: o perigo da gramaticalização dos gêneros textuais. **Signum**, Universidade Estadual de Londrina (UEL), Londrina/PR, n. 8, v. 1. p. 159-172, 2005.

BARBOSA, Jacqueline Peixoto. **Trabalhando com os gêneros do discurso: narrar: Narrativa de enigma**. São Paulo: FTD, 2001.

DOLZ, Joaquim; NOVERRAZ, Michele; SCHNEUWLY, Berdard. Gêneros e progressão em expressão oral e escrita: elementos para reflexões sobre uma experiência suíça (francófona). In: SCHNEUWLY, B.; DOLZ, J. e colaboradores. **Gêneros orais e escritos na escola**. Tradução e organização Roxane Rojo e Gláís Sales Cordeiro. Campinas/SP: Mercado das Letras, 2004, p. 41-70.

PIGLIA, Ricardo. **Formas breves**. Trad. José Marcos Mariani de Macedo. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

VIEGAS, Francisco José. O imaginário do romance policial. In: AAVV. **Do mundo da imaginação à imaginação do mundo**. Lisboa, Edições Fim de século, 1999, p.167-74.

Submissão em: 27 de julho de 2018

Aceito em: 06 de agosto de 2018

O Ideb e seus efeitos de sentido na Educação Básica do Brasil

pg 29 - 40

Márcia da Conceição Pereira Alves¹
Renata Chrystina Bianchi de Barros²
Guilherme Carrozza³

Resumo

Objetivou-se, neste estudo, examinar os sentidos postos em funcionamento na educação pública com a institucionalização do Ideb como indicador oficial da qualidade da educação básica. A pesquisa realizada surgiu na observação de uma situação problema, sobretudo compreendido com um problema social, localizado nos modos como os discursos sobre o Ideb impactam o processo de produção de sentidos acerca da educação básica e dos sujeitos que se constituem a partir das políticas que derivam dos índices produzidos. Realizada sob os fundamentos teóricos e metodológicos da Análise de Discurso a partir de Michel Pêcheux e Eni Orlandi, pudemos compreender que o Ideb, como política de Estado, faz funcionar na escola a lógica do mercado como parâmetro de qualidade, impulsionando, para as práticas de ensino, a elaboração de políticas que fomentam o treino, a capacitação e a habilitação, e não a formação do aluno. A partir dos gestos de interpretação realizados em nossa pesquisa, pudemos dar certa visibilidade para o funcionamento de uma política social que vem fazendo avançar para a escola os sentidos de reprodução das relações de produção e de apreensão de informação.

Palavras-chave: Linguagem. Análise de Discurso. Educação. Ideb. Avaliação.

THE IDEB AND ITS EFFECTS OF SENSE IN BASIC EDUCATION IN BRAZIL

Abstract

This study examines the senses of public education since Ideb (a number that rates the Development of Basic Education in Brazil) was institutionalized as an official indicator of quality of basic education. The research was based on the observation of a problem situation, mainly understood with a social problem, about the discourses of Ideb and their impacts over the process of production of meanings about basic education, as well as the subjects that are constituted from the policies that derive of the rates produced. Based on theoretical and methodological foundations of Discourse Analysis from Michel Pêcheux and Eni Orlandi, we were able to understand that Ideb, as a State policy, operates in the school the logic of the market as a parameter of quality, impelling, into practices of education, the development of policies that promote training, qualification and empowerment, but don't give to students the possibility of being real citizens. Therefore, we think that we were able to give a certain visibility to the functioning of a social policy that takes to school the senses of reproduction of the relations of production and information apprehension.

Keywords: Language. Discourse Analysis. Education. Ideb. Public Policies

1 Doutorado em Ciências da Linguagem (Vale do Sapucaí – UNIVÁS). E-mail marcia.admbh@gmail.com

2 Doutorado em Linguística (Instituto de Estudos da Linguagem - IEL - UNICAMP). E-mail renatabarros@gmail.com, docente do Programa de Pós-Graduação da UNIVÁS.

3 Doutorado e pós-doutorado em Linguística (Instituto de Estudos da Linguagem – IEL – UNICAMP). E-mail guilhermecarrozza@uol.com.br, docente do Programa de Pós-Graduação da UNIVÁS.

Introdução

Nosso objetivo neste estudo é propor reflexões acerca dos sentidos postos em funcionamento na educação pública a partir do estabelecimento do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) como indicador oficial da política pública da qualidade da educação neste nível de ensino. O Ideb foi promulgado pelo governo federal em 2007 por meio do Decreto nº 6.094 de 24 de abril de 2007, que delegou ao Instituto Nacional de Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) a atribuição pela institucionalização e cálculos do indicador.

O Ideb é o principal indicador de desempenho do Plano de Metas e Compromisso Todos pela Educação (PMCTE) para a verificação do cumprimento das metas fixadas no termo de adesão ao compromisso pelos entes federativos, visando indicar os avanços e pontos de estrangulamento da política pública da qualidade da educação básica. O PMCTE é um eixo temático do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), lançado em 2007 previsto no Plano Plurianual (PPA)⁴ vigente entre os anos de 2008 e 2011, período em que o governo elege a qualidade da educação como um elemento de desenvolvimento do país, textualizado da seguinte maneira no referido plano:

A competitividade econômica, a equidade social e o desempenho cidadão são simultaneamente impactados pela educação. A educação de qualidade representa, portanto, um objetivo estratégico sem o qual o projeto de desenvolvimento nacional em curso não se viabiliza. (BRASIL, 2007, p.09).

Percebe-se que à educação é dado um estatuto tal que a coloca como aquilo que vem sustentar a economia, a equidade social e a cidadania, pilares de um projeto desenvolvimentista nacional. Nesse sentido, qualifica-la garantiria a viabilidade desse

projeto. Nesta dimensão política em que o Ideb se inscreve, a partir de um gesto de regulação, o índice passa a significar, frente aos profissionais da educação básica, o padrão norteador para uma educação básica de qualidade. Nesse sentido, passou a ser necessário gerenciar as práticas educacionais para o alcance de índices que pudessem ser interpretados como qualidade.

A Análise de Discurso, perspectiva teórica e analítica que fundamenta este trabalho, é constituída por M. Pêcheux e seus pares, na França, e desenvolvida no Brasil por E. Orlandi e colaboradores. Esta perspectiva nos interessa por ter, como cerne principal, uma abordagem materialista do funcionamento dos processos discursivos, e por fazer funcionar, nos gestos de interpretação analítica, elementos que escapam à compreensão funcionalista dos processos linguísticos. É nesse sentido que buscaremos, neste trabalho, explorar os modos como os sentidos de qualidade da educação básica são postos em funcionamento, como efeito, na educação pública, a partir do estabelecimento do Ideb como indicador oficial da política pública da qualidade da educação básica⁵.

A partir de Orlandi (2007, p.09), compreendemos que os sentidos se constituem ao passo que as significações acerca de um determinado processo se dão. A autora afirma, ainda, que “não há sentido sem interpretação” e, se há interpretação, tal gesto é sempre passível de equívoco, de escape, de que os sentidos sejam outros na relação com a linguagem, que é incompleta. Sendo assim, toda interpretação está sujeita a equívocos. Isso nos leva a crer que uma análise quantitativa que vise medir objetivamente o desempenho de práticas que não são fundamentalmente objetivas pode se dar de modo raso e simplista. Isso porque não há relação direta entre o simbólico e o mundo e

⁵ Em busca feita no portal de periódicos da CAPES, utilizando o Ideb como parâmetro, 43 resultados foram encontrados, mas nenhum tem por base a mesma proposta metodológica utilizada neste estudo. Disponível em <http://www.periodicos.capes.gov.br>.

qualquer formulação que se coloque nesse efeito de relação direta é passível de equívoco, porque há furos na interpretação.

O trabalho da conjugação desses modos de opacidade põe em movimento os sentidos possíveis acerca dos modos como o Estado se posiciona e faz funcionar a educação pública, fazendo funcionar a homogeneização de sentidos para a significação da educação pública. Um dos modos como essa homogeneização se dá pelo Estado, para significar de modo diretivo a educação pública, é por meio de normativos, como o Ideb (cf. RODRIGUES & BARROS, 2015), que visa controlar a dimensão política da educação pública, que se limita às estratégias de alcance dos bons resultados do indicador da política pública educacional no eixo temático de qualidade da educação básica, mas que não garante práticas pedagógicas capazes de instigar o exercício de um pensamento crítico e independente voltado à produção de conhecimento. É nesse sentido, por exemplo, que podemos retomar a citação anterior do Plano de Metas Todos pela Educação (BRASIL, 2007), para supor que a educação viria viabilizar o projeto de desenvolvimento, mas não garantiria – como não garante – sua efetividade.

O paradoxo mais intrigante desse deslizamento de sentidos, em que os sentidos de qualidade escorregam para os sentidos de quantidade, está no fato de que o Ideb é calculado a partir da (A) proficiência média dos alunos da unidade escolar em análise obtida em determinada edição de um exame padronizado, realizado ao final da etapa de ensino; e (B) a taxa média de aprovação na etapa de ensino dos alunos na unidade escolar em análise. Tais variáveis são parametrizadas a partir de uma taxa de referência de 100%. Em uma expressão matemática simplificada, essa parametrização é dada por: $Ideb = A.B/100$.

No cálculo do indicador não há referência à educação como um processo de produção

de conhecimento no campo da educação, mas apenas referência a uma relação de implicação matemática, tal qual vem sendo praticado no processo de modelagem e pelos clamores da qualidade total advindos das indústrias, exaltados desde a Revolução Industrial, dando visibilidade ao processo de migração dos sentidos de qualidade em funcionamento no mercado capital para a Educação gerida pelo Estado.

A questão central deste trabalho, então, está nas dimensões política e simbólica em funcionamento no Ideb, tendo como fio condutor uma argumentação que busque responder a seguinte questão: em que medida os efeitos de sentido produzidos pela institucionalização do Ideb produzem ecos nos modos como se constitui e se pratica a educação pública no país?

A nossa tese é que o discurso circulante na proposição do Ideb promove uma mudança de sentidos sobre a educação pública, alterando o processo de identificação dos sujeitos com a educação, que passa a ser significada como mercadoria; e o direito à educação como moeda mercantil. Nesse processo está empenhado o confronto do político com as políticas públicas, sendo o político a própria divisão e direção de sentidos, e as políticas públicas pensadas como aquilo que direciona os sujeitos individuados em suas relações com o Estado e a sociedade.

Delineando o objeto

Nosso olhar sobre o Ideb, da perspectiva discursiva, pretende atravessar sua superfície, como índice numérico capaz de medir a qualidade de ensino, e considerar a articulação entre o simbólico, o político, a ideologia e a história. E nossa proposta é produzir esse gesto de interpretação a partir dos modos como esta política foi textualizada e afeta os processos de identificação entre sujeitos e escola. Vale dizer, então, que os discursos circulantes

sobre o Ideb impactam diretamente no processo de produção de sentidos acerca da educação básica e dos sujeitos que a/nela constituem, por compor as condições de produção existentes. A partir da gestão do/pelo Estado para a sociedade, que deveria ser beneficiária da política pública educacional, o Ideb faz circular um imaginário de escola que perpassa pela categorização quantitativa como parâmetro de qualidade e de avaliação da qualidade da educação básica. Nesse sentido, faz avançar os sentidos de qualidade advindos do mercado para a arena das políticas públicas do Estado, via política social da educação básica, funcionando nos modos de individuação dos sujeitos.

Corroborando com essa forma de compreender a individuação, Orlandi (2010) ressalta que há, na sociedade capitalista, pelo menos duas formas de mobilidade social: a vertical, com a ideia de subir na vida, tendo o sujeito se esforçado o suficiente para alcançar um objetivo individual; e a horizontal, onde tudo permanece como está, já que o sujeito não se esforçou o suficiente e, então, não foi capaz de alcançar qualquer objetivo.

Esse jogo dicotômico põe em movimento a ideia de sucesso *versus* fracasso no imaginário escolar, ofertando duas opções ao sujeito: conseguir a meta das notas do Ideb e receber as benesses por isso, ou assumir o malogro do fracasso por não atingir a meta postulada pelo Inep para a unidade escolar. Neste cenário, o sucesso é justificado pela oportunidade ofertada pelo Estado, mas o fracasso seria sempre pessoal e intrínseco ao sujeito, tal qual, na relação de consumo, onde os processos de identificação ocorrem pelos padrões e semelhanças entre os consumidores, assim como também vem sendo postulado por Bauman (2008).

O alcance dos índices médios, tomados como metas a serem atingidas, cujas notas do Ideb servem de parâmetro, são pactuadas entre a União e os entes federativos por meio do PMCTE. Assim, os Estados e Municípios repassam essas metas para

suas unidades escolares, as unidades as repassam para os educadores, que as repassam para (e treinam) os alunos para que sejam alcançadas. O estabelecimento das metas ocorre em um processo de organização produtiva pelo qual a união estabelece as metas, mas o ranking dessas notas ocorre a partir dos dados produzidos por cada unidade escolar, havendo um deslocamento entre a parametrização e responsabilização do alcance das metas, em um comportamento próprio da relação produtiva em larga escala num sistema produtivo capitalista.

A título de exemplificação, e adotando como parâmetro os anos iniciais do ensino fundamental, a meta da nota Ideb Brasil para 2021 é de 6 pontos, nota média dos países desenvolvidos pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE). Uma vez estabelecida essa meta, todas as unidades escolares devem atingi-la até esta data, via metas parciais para os anos de 2007, 2009, 2013, 2015 e 2021. Em 2015, a meta Brasil para os anos iniciais do ensino fundamental era de 5,2 e a nota atingida foi de 5,5, superando a projeção inicial em 0,3 pontos ou cerca 6% acima da meta.

Essa ideia de metas já põe em funcionamento, via política da qualidade da educação básica, os enunciados circulantes do mercado, pela qual as metas são recursos metodológicos para separar, de certa forma, quem as atinge de quem não as atinge. Esse tipo de arranjo em uma política pública da grandeza da política educacional contribui para o processo de estabilização da sociedade capitalista tal como ela é, e atualiza a memória na constituição dos sujeitos via diferentes materialidades vinculadas ao mercado e seus discursos circulantes.

Compreendemos que tais políticas de educação são construídas, assim como apontado por Pfeiffer (2010), a partir do consenso do multiculturalismo e de uma ética individualizante, pelos quais o Estado retira o sujeito da sua história

e do arcabouço social, produzindo uma deriva que Orlandi (1999) nomeia de liberal. Nesta deriva, seja pela presença ou pela ausência do Estado, há deslocamentos que podem ser da Lei para o crime, da quantidade para a qualidade, entre outros. Para nós, o que está em funcionamento na criação do Ideb como política pública é o deslocamento dos sentidos de quantidade para os sentidos de qualidade.

O funcionamento desses deslocamentos coloca em cheque a função primária do Estado, e mostra seu grau de ineficiência frente aos próprios parâmetros (do mercado) que ele adota. Nesta ética individualizante, o sujeito é responsável por si e pela sua história a partir de um processo de interpelação-identificação ou não com as formações discursivas que colocam os sentidos de quantidade e comércio em jogo, e pelo acobertamento da causa do sujeito no próprio interior de seu efeito.

Nesta diluição, própria da contemporaneidade num sistema jurídico-capitalista, como no Brasil, é necessário que o Estado forje procedimentos e intervenções capazes de marcar o seu lugar, ao invés de se desligar. E ele o faz promovendo gestos que fomentam os sentidos da qualidade ao mesmo tempo em que sucumbe ao movimento do capital, e estabelece um indicador tão líquido quanto o sujeito moderno, mas baseado em uma lógica matemática complexa. Essa ação acaba por instaurar, na educação pública, novas condições de produção de sentidos que promovem, como efeito, a educação que visa à quantidade de saber, confundindo informação com conhecimento.

Rodrigues e Barros (2015), ao analisarem a educação brasileira, tendo como *corpus* recortes de uma cartilha de inclusão escolar (e instrumentos normativos, de maneira suplementar), apontaram que os documentos destinados a operar intervenção na educação, como formulação que atualiza certas discursividade, não se fecham à abertura do simbólico, a não ser imaginariamente. Disso decorre a impossibilidade de linearização e simetrização,

que o Estado tenta (imaginariamente) suprir com (mais) documentos reguladores, que promovem fissuras no processo de escolarização, ou seja, no funcionamento a que se volta à própria educação, que é a relação entre professores e alunos na sala de aula para a produção de conhecimento. Dessas fissuras, que emergem da tentativa do Estado de estabilizar conceitos e homogeneizar discursos circulantes sobre a educação pública, é que se deve depreender os efeitos de sentidos postos em circulação pelo Estado na educação básica com a institucionalização do Ideb. Nosso percurso de análise, portanto, se fez buscando explorar, pela reflexão, a relação entre a dimensão política do indicador e sua dimensão simbólica, uma vez que é nessa relação que se dá a homogeneização dos sentidos sobre o Ideb que acabam por determinar as práticas da/na educação pública no país.

A dimensão política: tudo que é sólido desmancha no ar.

Segundo Bauman (2008), a sociedade contemporânea pode ser pensada como a sociedade que se modaliza por padrões regulados pelo mercado, que estabiliza os sujeitos num lugar existencial em que se identificam por padrões de consumo. Para o autor, as relações sociais, então, passam a ser distinguidas por uma reconstrução das relações humanas a partir dos padrões e semelhanças observadas nas aproximações entre os consumidores e os objetos de consumo. Partimos, então, dessa posição de Bauman para compreender os modos como os sentidos do/sobre o Ideb circulam, e os modos como esses sentidos afetam as práticas educacionais. Dizemos isso partindo do princípio de que há, no modo como o Estado se articula com o sistema que o constitui – o sistema capitalista, – uma articulação com o mercado produtivo que não escapa às determinações históricas. E, funcionando esse

Estado como articulador simbólico e político no processo de individuação dos sujeitos (ORLANDI, 2012), não se pode deixar de fora essa articulação. É nesse sentido que pensamos que o Decreto que institucionaliza as práticas de avaliação por meio do Ideb materializa essa articulação, na produção do consenso sobre o índice.

Pensar a dimensão política do Ideb circunscrita pelo sistema capitalista, pautada numa agenda globalizada na qual se articulam diferentes políticas de avaliação da educação brasileira, implica reconhecer que os sentidos ali produzidos são efeitos do trabalho do funcionamento da ideologia no processo de formulação desses documentos, fazendo funcionar uma “aparente harmonia” (ORLANDI, 2010, p.14), apagando o conflito e silenciando o político.

No sistema de avaliação educacional do Ideb, não somente a qualidade da educação tornou-se o objeto de consumo, e os alunos, os consumidores, como se estabeleceu uma tensa relação assimétrica e desproporcional entre os objetivos Constitucionais da educação e o que o Estado propõe como qualidade da educação básica a partir de sua regulação normativa, que se encarregou de estabelecer os parâmetros de cálculo do indicador, fazendo deslizar os sentidos de qualidade para quantidade.

Assim, numa relação entre os sujeitos da escola e o discurso jurídico-administrativo estabelecido pelo Estado a partir de uma posição imperativa, este conduz com força de coação e, então, da qual não se pode evadir sem sanções, decorre a impossibilidade da realização de práticas educacionais pelo professor que se voltem ao sujeito do conhecimento, a não ser pela responsividade dos próprios objetivos do mercado.

Na formulação da regulação normativa do Ideb podemos encontrar os parâmetros estabelecidos no Ideb (Decreto 6.094/2007):

Art. 3º A qualidade da educação básica será **aferida, objetivamente**, com base no IDEB, **calculado** e divulgado periodicamente pelo INEP, a partir dos **dados sobre rendimento escolar**, combinados com o **desempenho dos alunos**, constantes do censo escolar e do Sistema de Avaliação da Educação Básica - SAEB, composto pela Avaliação Nacional da Educação Básica - ANEB e a Avaliação Nacional do Rendimento Escolar (Prova Brasil).

Parágrafo único: **O IDEB será o indicador objetivo** para a **verificação do cumprimento de metas** fixadas no termo de adesão ao Compromisso [todos pela Educação - PMCTE]. (BRASIL, 2007, grifos nossos).

Essa regulação normativa atribui para o Ideb a função de indicador objetivo de qualidade da educação básica, e do cumprimento das metas fixadas no termo de adesão PMCTE. Nessa, entre outras sequências linguísticas do documento regulador normativo, podemos apontar a formulação conferida pelo Estado ao termo “qualidade de educação”. Num mecanismo de produção parafrástica (cf. ORLANDI, 2001), podemos apontar para a seguinte formulação: qualidade da educação básica é o índice mais próximo à meta do PMCTE aferido objetivamente pelo Ideb a partir dos dados coletados do rendimento e desempenho escolar dos alunos.

A formulação em destaque, acima, proposta a partir de um mecanismo parafrástico da formulação dada no art.3º do decreto 6.094/2007, acaba por aproximar-se da descrição também oferecida pelo Estado nos documentos do Inep aos modos como o documento significa os termos “rendimento” e “desempenho escolar dos alunos”: as notas/proficiências médias dos alunos obtidas em determinada edição da Prova Brasil em Língua Portuguesa e Matemática; a frequência nas aulas e a taxa de aprovação do aluno ao longo da etapa de ensino (Ensino Fundamental (I e II) ou Ensino Médio). A quantidade de pontos obtidos por cada aluno representa a média da unidade escolar, e é a essa quantidade de pontos combinados com a

frequência e com a taxa de aprovação que o Estado denominará por “qualidade da educação básica”.

Esse modo de significar “qualidade da educação básica”, formulada no documento do Ideb, estabelece uma relação entre qualidade e os parâmetros de acesso e permanência dos alunos na escola, reduzindo os processos de escolarização à combinação de critérios que se voltam ao alcance de números/metapas que apontem o país (Brasil) como país desenvolvido e, ainda, que possa ser identificado como um potencial lugar de investimento advindos de outros países.

Orlandi (2012) já apontou para esse funcionamento ao analisar um recorte da peça publicitária do primeiro mandato do governo da Presidente Dilma Rousseff, cujo *slogan* era “Brasil. País rico é país sem pobreza”. Ao esmiuçar em análise os processos de significação do *slogan*, a autora mostra como os sentidos deslizam para as significações possíveis dos enunciados: país rico → país sem pobreza → país educado → país sem analfabetos. A partir desta análise, Orlandi (idem, p. 140) afirma que “pela maneira como o logo significa nesta forma material em que se formula, o governo não parece saber, ou não procura saber, pois dá como consensual, o que é um país educado”. Nesse lugar, não há espaço para fazer significar os sentidos para “educação”, a não ser os sentidos que o *slogan* faz significar.

São esses sentidos, inclusive, que vimos funcionar nos mecanismos em funcionamento a partir da política de avaliação da educação básica com o Ideb, que se faz circular como processo de contiguidade do governo estabelecido pelo então Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, via PPA (2008-2011), ao governo subsequente. Qualidade da educação passou a ser significada pela quantidade de alunos que acessavam e permaneciam na escola ao longo da etapa básica do ensino, sem se ocupar, inclusive, em estabelecer mecanismos que fizessem funcionar os sentidos sobre educação

já estabelecidos no rol de direitos no texto constitucional, que é o ordenamento jurídico que regula todo o funcionamento do poder imperativo do Estado.

Art.205 A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao **pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.**

Art. 206. O ensino será ministrado com base nos seguintes **princípios**:(...) VII - garantia de **padrão de qualidade**(...) (BRASIL, 1988, grifos nossos).

No enunciado do Art. 205 da chamada Constituição Cidadã, promulgada em 1988, podemos dizer que são produzidos sentidos acerca da educação que não se filiam às redes de sentido postas em funcionamento no Ideb. O que se observa na Carta Magna, são sentidos que se filiam a formações discursivas que fazem significar o sujeito em sua forma jurídica, enunciado como “pessoa que se prepara para exercer a cidadania”.

O que se vê é que, apesar de o Brasil ser signatário da Política de Direitos Humanos da ONU (Organização das Nações Unidas), o Estado vem vinculando a sua política pública de qualidade da educação básica – que deveria responder ao compromisso firmado nesta política de direitos humanos, assim como posto na Carta Magna de 1988 a respeito do **pleno desenvolvimento da pessoa** – a outras questões que não estão relacionadas aos direitos da pessoa humana, como às questões de desenvolvimento mercadológico.

O apagamento do desenvolvimento da pessoa e de outros sentidos possíveis para educação de qualidade promovido pelo Ideb implica, em sua dimensão política, em ressignificar o funcionamento do que vem a ser a própria educação, vinculando-a, reduzidamente, ao acesso e permanência dos alunos na escola, sem tocar, contudo, nas questões de formação da pessoa humana, da pessoa com Direitos.

O Ideb e a promessa de desenvolvimento da Nação

Para se pensar os sentidos postos em funcionamento pelo Ideb, assim como os sentidos sobre o Ideb, é preciso considerar as condições de produção nas quais se formularam as questões do Estado sobre a educação e, conseqüentemente, sua “qualidade”. Com a globalização, os enunciados do mercado avançaram para o arcabouço do Estado, fazendo surgir ali demandas alinhadas às tendências da economia mundial, pondo em questão a materialidade da perspectiva histórica do funcionamento dessa circulação discursiva. A partir disso, o Brasil experimentou uma série de influências internacionais em sua política de Estado, com diversos impactos na política educacional e, conseqüentemente, no sentido posto como qualidade da educação básica.

Em 1973, com a primeira crise do petróleo, a situação da economia mundial agravou-se e o Brasil, com sérios problemas financeiros, contratou diversos empréstimos junto ao Banco Mundial. Esses empréstimos não foram pagos, e, como contrapartida, o Estado brasileiro permitiu ao Banco Mundial intervir em suas políticas educacionais, a partir de 1975, como parte do acordo de financiamento externo (SILVA, 2002). Em meados de 1980, o Banco Mundial prescreveu a educação como elemento para alavancar o crescimento econômico e o desenvolvimento do Brasil, assumindo para si a tarefa de reformular e regular a política educacional brasileira com o propósito de articular a educação à produtividade.

Silva (2002), aponta que tais políticas educacionais estão voltadas ao desenvolvimento econômico e ao fortalecimento do sistema de produção capitalista:

A concepção de educação dos gestores externos subjacente nos documentos setoriais era utilitarista e pragmática definida como meio para que os indivíduos pudessem instrumentalizar e adquirir conhecimentos, comportamentos, atitudes, valores e habilidades, responder às novas oportunidades, ajustar-se às mudanças sociais, culturais e participar em atividades de produção. (SILVA, 2002, p.69)

A autora ainda destaca que os princípios das reformas educacionais impostos pelo Banco Mundial visavam transformar a escola em um lugar do mercado, destacando ainda as seguintes ações: a prioridade na educação básica; melhoria da qualidade na educação; reestruturação administrativa dos órgãos responsáveis pela educação e a descentralização das políticas educacionais; maior participação dos pais e comunidades nos assuntos escolares; participação do setor privado e não governamental nas decisões sobre as políticas educacionais; mobilização e alocação eficaz de recursos adicionais para a educação; a definição de políticas e prioridades baseadas na análise econômica; e, finalmente, enfoque setorial da educação.

O Banco Mundial (1996) procurava esclarecer que a prioridade pela educação básica era justificada pelos benefícios sociais e econômicos dessa educação por se tratar da primeira fase de escolarização do indivíduo, auxiliando na moldagem de sua concepção de mundo. Quanto à melhoria da qualidade da educação básica, o Banco associava os resultados do rendimento escolar à perspectiva de descentralização (da execução) e controle mediante avaliações por meio da estruturação de um sistema nacional de avaliação escolar, cujo Ideb faz parte.

Esses enunciados se sustentam num efeito de pré-construído funcionando pelo apagamento, sendo ressignificados pelo mercado quando este chama para si a responsabilidade de rearticular

a nação pela educação. Deste processo se pode depreender, conforme afirma Pêcheux (1995), que as ideologias têm história própria, uma vez que elas possuem uma existência histórica e concreta⁶. Trata-se de uma construção inconsciente que dissimula a sua própria existência no interior do seu funcionamento, produzindo um tecido de evidências “subjetivas”, devendo entender-se este último adjetivo não como as “que afetam o sujeito”, mas “nas quais constitui o sujeito”. (p.153). Evidências essas que corroboram para que esses normativos, construídos pelo sistema político (pela política), enlacen o sujeito em seu próprio funcionamento.

O trabalho da ideologia é produzir evidências de sentidos. Nas práticas do Estado, por meio do Ideb, a ideologia interpela o sujeito produzindo a evidência de que o sujeito-aluno esteja respondendo aos parâmetros métricos e algorítmicos estabelecidos.

Está em funcionamento, assim, na dimensão política, o Ideb como efeito ideológico elementar que produz um lugar de identificação dos sujeitos envolvidos neste processo que constitui a educação básica no país.

A dimensão simbólica do Ideb: a ideologia e as evidências do “todo mundo sabe que”

Arendt (2011), inicia o seu texto “a crise na educação” escrevendo sobre uma crise geral que acometeu todo o mundo moderno e que, segundo a autora, se refletiu na América em forma de uma crise periódica na educação que se tornou um problema político de primeira grandeza. Isso porque “na América, indiscutivelmente a educação desempenha um papel diferente e incomparavelmente mais importante politicamente do que em outros países”. (ARENDR, 2011, p. 223).

A autora argumenta que o papel político que a educação representa na América é histórico e reside no fato desta terra ser povoada, em sua maioria, por imigrantes. Assim, o papel das escolas seria o de contribuir para que todos que ingressassem nesse novo mundo pudessem confiar no bom senso do sistema político (da política). Por isso, Arendt (2011) trata a natalidade como elemento central do pensamento político por representar a raiz ontológica da ação, da liberdade e da novidade, que são intrínsecos ao nascimento e que representa a oportunidade de rompimento com os preconceitos, fazendo surgir o novo.

Do nosso lugar, dizemos, a partir de Orlandi (1996), que apenas a partir da capacidade do exercício da crítica seria possível uma ordem social, ou seja, seria possível romper com o discurso pedagógico autoritário, uma vez que a apropriação da linguagem é social, pela qual “os sujeitos e linguagem não são abstratos e ideais, mas estão mergulhados no social que os envolve, de onde deriva a contradição que os define” (p. 150).

A questão social em torno do Ideb mostra o quanto o ator legitimado (política) atua para a estabilização dos conceitos que lhes interessam na sociedade, mas que produz fissuras que podem ser resignificadas. Observemos que, com o Ideb, a noção de qualidade em educação foi redefinida. A partir disso, o sujeito de direito passa a ser identificado com esse novo paradigma da educação, produzindo sentidos, então, a partir de novas condições de produção.

A mudança das condições de produção do processo de assujeitamento, com o advento do Ideb, e o seus discursos circulantes sobre qualidade na educação, vem produzindo uma relação sinonímica entre quantidade e qualidade a partir de seu caráter material na relação com o mundo, efeito também do trabalho da ideologia.

⁶ O autor exclui a ideologia geral, que para ele, parece natural ao homem, enquanto animal ideológico.

A tomada de posição não é ato originário do sujeito falando, mas como efeito, na forma sujeito, da determinação do interdiscurso como discurso transversal, isto é, o efeito da ‘exterioridade’ do real ideológico-discursivo, na medida em que ela ‘se volta sobre si mesma’ para atravessar. (PÉCHEUX, 1995, p. 172).

O autor afirma que “todo sujeito é assujeitado no universal como singular ‘insubstituível’” (p.171), despertando no sujeito a noção da sua importância, dotando-o do equívoco das certezas que se fundam nas dúvidas: tem-se certeza, a partir do trabalho realizado pelo Estado – e a ideologia está aí funcionando – que o Ideb afere qualidade em/da educação pela análise do seu algoritmo. Uma vez funcionando na estabilização dos sentidos acerca da ciência (matemática, nesta situação), e dos modos como os resultados são divulgados à sociedade, produz-se um conhecimento universal acerca de um conjunto de informações publicizadas pelo Estado como qualidade.

Neste sentido, Orlandi (2013, p. 79) afirma que “a ideologia funciona pelo equívoco e se estrutura sob o modo da contradição”. O que aparece ao sujeito como sua definição mais interna e essencial é justamente o que o submete. A ideia do singular no universal legitima o enunciador tal qual ocorre com os educadores frente ao Inep, que é um instituto especializado em avaliação de políticas educacionais e, por ser especializado, realiza uma prática política e social na produção de conhecimentos nesta área, mesmo que seja um conhecimento pensado e modelado como “necessidade” social a partir do que se produz imaginariamente pelo Estado.

Esse processo de funcionamento do pré-construído atualiza ao/para o sujeito uma memória de *ato* legítimo quanto às práticas do Inep em seu campo de atuação (avaliação de políticas educacionais). Assim, embora tenham efeitos práticos, a política pública de avaliação da qualidade

da educação básica é legítima, porque é uma ação do Estado. Logo, uma necessidade cega da sociedade.

O direito de acesso à educação de qualidade, porém, é restrito a alguns cidadãos, isto é, não é de acesso a todos os indivíduos, mas apenas para o sujeito jurídico. Conforme lembra Lagazzi (2010, p. 78), ao se referir a Naves (2008), “o acesso dos sujeitos à esfera estatal só é permitido aos indivíduos despojados de sua condição de classe e qualificados por uma determinação jurídica: o acesso ao Estado só é permitido aos indivíduos na condição de cidadãos”.

Aos habilitados, ditos cidadãos, na condição de sujeito jurídico (de direitos e deveres), está disponível a educação de qualidade na ótica do Ideb, que tem em suas condições de produção, conforme apontam Rodrigues e Barros (2015), a constituição de um sujeito *treinado* para ler (decodificar), escrever (codificar) e realizar operações matemáticas; assim, o sujeito não é posto na relação com o discurso polêmico para que possa desenvolver certa capacidade de reflexão (ou ter a impressão de que pensa). Este é um sujeito que se realiza no discurso da sociedade de mercado onde há, como já dissemos, pelo menos, duas formas de realização em funcionamento: ou o sujeito se esforça o suficiente para ter sucesso, ou fracassa.

A situação do fracasso do sujeito, presente no campo educacional, pode ser interpretada como uma imposição da sociedade de mercado, pois o processo de exclusão social precisa de justificativas para que os conflitos surgidos entre a produção coletiva e a apropriação individual da riqueza produzida não se rerepresentem no conjunto das relações humanas como um conflito a ser resolvido no campo da política. (RODRIGUES, 2013, p. 91).

O processo de responsabilização do indivíduo funciona na proposição de que cada sujeito é livre e dono de suas vontades, porém, responsáveis pelo seu próprio sucesso ou fracasso. Faz emergir nas fissuras que aí se produzem uma

nova configuração do processo de assujeitamento: “a forma-histórica do sujeito moderno é a forma capitalista caracterizada como sujeito jurídico, com seus direitos e deveres e sua livre circulação social”. (ORLANDI, 2010, p.15). Essa ação se constitui, historicamente, como uma transferência para os alunos de um papel que é próprio da escola, sem excluir a atuação da família.

Assim, não se pode desprezar aí o trabalho da ideologia, que é constitutivo do sujeito. Os alunos e educadores são afetados pelo efeito de sentido de equidade em um sistema que os faz crer em uma igualdade de oportunidades que, no entanto, já nascem desiguais e polarizadoras.

Considerações finais

A aposta deste trabalho foi à proposição de reflexões a respeito dos sentidos postos em funcionamento na educação pública com o estabelecimento do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) como indicador oficial de qualidade em educação, fundamentados na teoria discursiva proposta por M. Pêcheux (e colaboradores, na França) e continuada por E. Orlandi e colaboradores, no Brasil. Observou-se que os sentidos postos em funcionamento com o advento do Ideb visam atualizar uma memória acerca das lógicas do mercado em funcionamento na sociedade, que vincula as ações humanas à capacidade de aferição quantitativa e da interpelação para o consumo.

A compreensão a respeito do que seria bom ou ruim já retoma a existência de algo que está estabilizado como ciência na sociedade, filiando os sujeitos e constituindo-os numa lógica de existência numa certa relação com o trabalho e o mercado. A própria classificação das escolas pelo Ideb retoma uma discursividade a respeito de ranqueamento e mercado de trabalho, assim como, com a própria

ciência matemática, que tem por base a lógica de classificação e caracterização.

A partir das nossas reflexões analíticas, pensamos que o Ideb vem significando os processos de avaliação enquanto elementos que contribuem para a estabilização de sentidos que não colaboram com a formação de sujeitos autônomos na produção do conhecimento no âmbito escolar. Explorar as dimensões políticas e simbólicas em funcionamento no Ideb possibilitou compreender a fluidez dos sentidos que se materializam na sociedade, impactando o processo de assujeitamento em um movimento cíclico que só poderia ser rompido com um discurso, ao menos, polêmico, conforme propõe Orlandi (1996).

O Estado vem sofrendo um processo de ressignificação pelo qual incorpora em seu núcleo orgânico – de elaboração de políticas públicas – enunciados do mercado, fazendo emergir derivas e fissuras nas quais o sujeito também é levado a interpretar e significar e, assim, se ressignificar a partir de formações ideológicas que passam a constituí-lo num processo de identificação e pertencimento. O Estado fomenta, por essa política educacional, condições de produção específicas para uma educação de/com qualidade que se formula fundamentalmente pela quantidade, fazendo funcionar a lógica do treino, da capacitação e da habilitação, e não da formação.

Nosso receio, a partir desta observação, é que o discurso pedagógico permanecerá sendo autoritário e, então, sem perspectivas de mudanças em curto prazo, pois não há fomento para o exercício da crítica, que Orlandi (1996) aponta como possível saída para essa crise cíclica que acometeu a educação contemporânea e a própria política em seu modo de funcionar.

A educação como um processo político-social complexo e multifacetado representa a raiz ontológica da formação política e das relações

sociais. Portanto, a sua importância está para além da ideia de sucesso ou fracasso de um projeto político ou da avaliação de uma política pública, ela se constitui numa relação cotidiana entre alunos e professores, pais e filhos.

Tomar o Ideb como índice que afere a qualidade em educação pode representar, em certa medida, um gesto perverso em direção às gerações que dependerão desse indicador como padrão e referência de qualidade em educação, promovendo uma desqualificação da escola enquanto espaço de formação e reflexão, deixando avançar, sem resistência, os enunciados do modo de funcionamento do mercado.

Para que tal previsão não se confirme, é necessária uma mudança perene na formulação sobre *educação e qualidade de educação* a partir do campo da educação, e esta é uma afirmação que não pode ser listada como último item da pauta social.

Referências

ARENDDT, Hannah. *Entre o passado e o futuro*. Tradução Mauro W. Barbosa de Almeida. 7ª ed. São Paulo: Perspectiva, 2011.

BAUMAN, Zygmunt. *Vida para consumo*. Tradução de Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.

BANCO MUNDIAL. *El desarrollo en la practica*. Prioridades y estrategias para la educación. Washington: Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento, 1996.

BRASIL. *Decreto nº 6.094, de 24 de abril de 2007*. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6094.htm > Acesso em agosto de 2014.

ORLANDI, Eni P. *Análise de Discurso: princípios e procedimentos*. Campinas, SP: Pontes, 2001.

_____. *A linguagem e seu funcionamento: as formas do discurso*. 4ª. Edição. Campinas, SP: Pontes, 1996.

_____. *Língua e conhecimento linguístico: para uma história das ideias no Brasil*. 2.Ed. São Paulo: Cortez, 2013.

PÊCHEUX, Michel. *Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. Tradução de Eni P. Orlandi [et al.]. 2.Ed. Campinas, SP: Editora UNICAMP, 1995.

_____. Políticas Públicas de Ensino. In: ORLANDI, Eni P. (Org.). *Discurso e políticas públicas urbanas: a fabricação do consenso*. Campinas, Editora RG, 2010.

RODRIGUES, Eduardo A; BARROS, Renata C. B. Discursos sobre Língua(gem) e Sujeito em Documentos Reguladores da Educação: a questão da inclusão. Revista Polifonia, Cuiabá, MT. Vol. 22, nº. 31, p. 372-406, Janeiro-junho, 2015. Disponível em < <http://periodicoscientificos.ufmt.br/ojs/index.php/polifonia/article/viewFile/2196/2197> > Acessado em 01/03/2017.

RODRIGUES, Rogério. Para além de qualquer princípio educativo: a educação escolar como processo de construção do saber. Rev. Conjectura de Filosofia da Educação, Caxias do Sul, v.18, n.3, p. 89-106, set./dez.2013.

SILVA, Maria Abadia da. *Intervenção e consentimento: a política educacional do Banco Mundial*. Campinas, SP. Autores associados: São Paulo, Fapesp, 2002.

Submissão em: 04/07/2018

Aceite em: 23/07/2018

Recepção de *Dom Quixote* no Chile e no Brasil: aproximações e diferenças jornalísticas entre 1884 e 1905

pg 41 - 55

Aline Venturini¹

Resumo

Esse texto se propõe a comparar a recepção de *Dom Quixote* no Chile e no Brasil, a partir de jornais dos dois países publicados em meados do final do século XIX (1884) e início do XX (1905) e cujos títulos levam nomes de personagens quixotescos. Segundo os críticos dos dois países, nesses jornais, a obra é lida de acordo com os seus interesses, centrando-se no nacionalismo e no protesto contra seus governos. A nossa leitura realiza-se pelo viés romântico e idealista, tendo como centro Miguel de Unamuno (1914) e Ortega (1967), ancorando-se na tese de Raquel Villaborba Lara (2014) em relação à recepção do Chile, entre 1863 a 1947, que é comparada à leitura quixotesca brasileira presente no jornal “D. Quixote”. As teorias chartiana, Hermenêutica e da Recepção fundamentam as discussões.

Palavras-chave: Dom Quixote. Recepção. Chile. Brasil. Leitura romântica.

RECEPTION OF DON QUIXOTE IN CHILE AND BRAZIL: JOURNALISTIC APPROACHES AND DIFFERENCES BETWEEN 1884 AND 1905.

Abstract

This text proposes to compare the reception of Don Quixote in Chile and Brazil, from newspapers of the two countries published in the middle of the end of the XIX century (1884) and beginning of the XX (1905) and the titles take names of Quixotic characters. According to critics of the two countries, in these newspapers, the work is read according to their interests, focusing on nationalism and protest against their governments. Our reading is carried out by the romantic and idealistic bias, having as center Miguel de Unamuno (1914) and Ortega (1967), anchoring in the thesis of Raquel Villaborba Lara (2014) in relation to the reception of Chile between 1863 to 1947, which is compared to the Brazilian quixotic reading present in the newspaper “D. Quixote”. The theories of Charity, Hermeneutics and Reception are the basis for the discussions.

Keywords: Don Quixote. Reception. Chile. Brazil. Romantic reading.

Introdução

O objetivo deste artigo é aproximar esses momentos dessa recepção jornalística quixotesca do Chile e do Brasil, fazendo um recorte sobre os jornais que levam, propositalmente, o nome do protagonista. A principal hipótese que norteia esse texto é de que essas leituras foram motivadas, sobretudo, pelos

¹ Doutoranda em Letras da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. E-mail: alineventurini@yahoo.com.br
Orientador: Ruben Daniel Mendez Castiglioni, professor doutor do Programa de Pós-graduação em Letras, da UFRGS.

anseios de justiça e de denúncia dos governos em um contexto de repúblicas recém-instituídas. Sendo assim, os periódicos usavam os personagens para defender a sua linha ideológica. No entanto, a despeito das leituras singulares feitas em cada região, a perspectiva dos dois países se assemelha muito, pois as duas se inspiram nas ideias europeias de Unamuno (1914) e Ortega (1967) sobre *D. Quixote*, na maneira de ver o protagonista como um exemplo e inspiração de idealismo, denúncia e luta. Por isso, a tese principal sustentada aqui é de que as leituras jornalísticas quixotescas chilena e brasileira, realizadas no final do século XIX e XX, representam a síntese de como a América Latina leu o *Quixote*, posto que a maioria dos países sofreu processos semelhantes de consolidação nacional. O protagonista, cujo caráter é definido pela ação de tentar realizar sua fantasia literária de cavaleiro para socorrer as pessoas que mais precisam e de imaginar um mundo diferente, serviu de inspiração para formular o idealismo e para, sobretudo, fazer crítica social e política.

A base desta investigação será a tese de Raquel Villaborba Lara, *La primera edición del Quijote en Chile: reescritura, recepción crítica y reinterpretación en Chile desde 1863 a 1947* (2014), que trata da recepção quixotesca e cervantina no Chile na virada do século XIX para o XX. A autora destaca que a primeira recepção crítica ocorre no Chile em 1863, enquanto que a do Brasil se desenvolverá mais tardiamente, somente em 1905. O que é considerado crítica são os textos que tratam exclusivamente da interpretação de *D. Quixote*, limitando-se, portanto, a determinados gêneros de textos, como ensaios e artigos. Adaptações, reescrituras de *D. Quixote* e obras baseadas em alguns aspectos estéticos e/ou nos protagonistas ocorreram antes da recepção crítica de ambos os países. Contudo, isso não significa que não houve recepção quixotesca antes das respectivas datas delimitadas: os jornais leram a obra de acordo com os acontecimentos políticos

e sociais da época, sempre vendo no protagonista um exemplo de alguém que denuncia e que projeta seu idealismo social sobre a realidade nacional e, por isso, foi usado para fazer crítica política.

Dom Quixote se tornou popular na América Latina desde a publicação de sua primeira parte, em 1605. Contudo, o conhecimento da obra não se deu unicamente por uma leitura independente. Antes, evocou a identificação dos latino-americanos, notadamente, chilenos e brasileiros, por suas necessidades de afirmação nacional e de justiça social. Sendo assim, leram *Dom Quixote* à sua maneira, ao mesmo tempo que o fizeram acompanhando a tendência leitora romântica da obra.

O processo de construção nacional do Chile e do Brasil influenciou a interpretação dessa obra nesses países. Seus respectivos intelectuais a leram segundo seu anseio pela construção de uma identidade própria. Assim, viam nos dois protagonistas, D. Quixote e Sancho, símbolos de luta, de idealismo e de denúncia das injustiças. Essa leitura se efetivou, sobretudo, através dos jornais que circulavam nos dois países na virada do século XIX para o XX intitulados com os nomes dos personagens quixotescos, antes do surgimento da leitura crítica ensaística no Chile e no Brasil.

O capítulo 8 da tese de Lara (2014), intitulado “Corpus de lecturas críticas sobre El Quijote en Chile”, trata no item 8.4 sobre a presença do Quixote nos periódicos chilenos. Lara (2014, p.245) aponta que houve jornais e periódicos que utilizaram como mote principal os personagens da obra. São eles: *Don Quijote. Periódico satírico i de caricaturas* (Santiago, 1884); *Sancho Panza. Semi diario de buen humor* (Santiago, 1893-1894); *Don Quijote, periódico popular de caricaturas* (Santiago, 1902-1903); *Don Quijote, semanario satírico humorístico. Defensor de los intereses de la Alianza liberal* (Concepción, 1917-1918); *Don Quijote, lesera de crítica política y caricaturesca* (Talca, 1934). De acordo com Lara:

Desde 1884 e intermitentemente hasta 1934, circularon em Chile distintos periódicos que llevaban por nombre a los principales personajes cervantinos: Todos estos periódicos tienen como característica común, rescatar el uso de la ironía de las aventuras vividas por don Quijote y trasladarlos a la realidad chilena. (LARA, 2014, p. 245)

A autora aponta, entretanto, que o texto jornalístico mais antigo publicado sobre Cervantes é o artigo de Enrique del Solar, Cervantes Poeta, que está no periódico *La estrella de Chile*, em 23 de Junho de 1872. Este autor é considerado por Echeverría e Sullivan o primeiro cervantista chileno.

Um pouco antes, no Brasil, em 1877, Machado de Assis publicou sua crônica “Aquiles, Enéias, Dom Quixote e Rocambole” no dia 15 de janeiro, no jornal *O Cruzeiro*². A crônica de Machado de Assis pode ser considerada um texto crítico que relaciona D. Quixote com outros três heróis famosos da literatura: o semideus grego Aquiles, o soldado Enéias e, por último, Rocambole. O escritor compara os heróis aos ápices de epopeias da história da humanidade e seus anseios. Aquiles é relacionado à “infância da arte”, isto é, à divisão entre bons e maus, e a crença de que existiam homens invencíveis e semideuses que podiam salvar o mundo sozinhos. Este paradigma de herói passa por Enéias até que D. Quixote transforma o conceito em humor, posto que desnuda o cavaleiro medieval e sua condição perfeita: o personagem é, de acordo com Assis (1982, [1877], p.92): “alma generosa e nobre, mas ridícula nos atos, embora sublime nas intenções. Ainda nesse terceiro herói luzia um pouco da luz aquileida, com as cores modernas, luz que o nosso gás brilhante e prático de todo fez empalidecer.”

Em 1895, Angelo Agostini começa o seu jornal ilustrado *Dom Quixote*, que dura até 1903.

² Embora exista a presença de textos jornalísticos que fogem à delimitação temporal pretendida no artigo (final do século XIX e início do XX), o texto foca nos jornais que levam o nome de D. Quixote nos dois países e que foram publicados na mesma faixa de tempo, uma vez que se torna explícita a leitura política e ideológica realizada tanto pelo Chile, quanto pelo Brasil, usando esta obra cervantina.

Entre 1917 e 1927, Bastos Tigre coordena a revista *Dom Quixote*, que também se constitui como formadora de opinião no início do século XX.

A leitura jornalística dos períodos intitulados Don Quixote no Chile (1884-1934)

O primeiro periódico *Don Quixote. Periódico satírico i de caricaturas, de 1884*, é considerado por Lara (2014) o mais importante relacionado à representação de *Dom Quixote*, posto que é o mais extenso. Foram publicados nas seguintes datas: 6, 10, 17 e 24 de junho de 1884. O periódico se caracteriza, segundo Lara, pela crítica política da época:

Su blanco principal son los intelectuales y políticos proclives al gobierno de su época, el de Domingo Santa María González (presidente entre 1885-1889). Además, el periódico se utilizará como el ente vocero en contra el editor y redactor del periódico que lleva por título *Padre Cobos*, Juan Rafael Allende. Se trata de otro periódico satírico y de clara tendencia anticlerical y en el que se incluyen, también, caricaturas a cargo del ilustrador Luis Fernando Rojas. (Lara, 2014, p.246)

O personagem atua e é representado neste jornal, de acordo com Lara (2014), como alguém que fiscaliza e denuncia o governo frequentemente. As características do Quixote e de seu escudeiro permanecem as mesmas: enquanto que o primeiro utiliza uma linguagem bastante erudita e constrói seus argumentos de forma sábia, o segundo emprega uma linguagem simples e informal, além de demonstrar inocência e praticidade em seu discurso.

Além disso, o jornal possuía uma parte dedicada à literatura, chamada “crônica quixotesca”, que teve como primeiro texto publicado *El tirano Rosas*, criticando Domingo Sarmiento. Essa seção servia, de acordo com Lara (2014, p.249), para criticar os políticos da época, utilizando o Quixote para afirmar as orientações políticas utilizadas pelos jornalistas para proclamar a justiça e a liberdade:

“En un apartado dentro de la crónica Quijotesca, se describe la visita que el caballero andante le hace al nuevo Ministro de Guerra, Carlos Antúnez, para consultarle sobre la ley de caballería.” Tal texto, publicado em junho de 1884, faz referência ao novo ministro da Guerra Carlos Antúnez, que assume o cargo em 21 de maio de 1884. O período político é o da República liberal (1861-1891), caracterizado pelo aumento da estabilidade política e pela expansão do território nacional. O jornal criticava a maneira como os liberais conduziam a nação, através do tom irônico e satírico característico dos personagens quixotescos. O jornal criticava ainda as classes dominantes e o povo. Em 17 de junho foi publicado o artigo “Sancho se subleva”, no qual critica os homens chilenos do século XIX que fingiam ter uma classe superior do que realmente tinham.

O segundo jornal, *Sancho Panza. Semi diario de buen humor* (Santiago, 1893-1894), começou a ser publicado em 18 de setembro de 1893 até fins de janeiro de 1894. Caracteriza-se pelo tom satírico e paródico e seu personagem principal é, desta vez, Sancho Pança. Conforme Lara:

utilizan a su favor es la ironía encarnada em Sancho Panza, quien con su carácter simple e ingenuo, entiende denotativamente las expresiones a las que se hace referencia: (...) hacen de Sancho Panza el personaje que habla y critica específicamente a la sociedad aristocrática, a los políticos conservadores y a los clérigos. (Lara, 2014, p.253.)

Sancho Pança se torna a figura ideal para este intento, posto que representa o povo simples e, por isso, é convocado por seu amo para ir ao Chile assumir o governo e corrigir as injustiças. No entanto, com o tempo, sucumbe aos hábitos do lugar que mais critica, que são o alcoolismo, a mentira, a inveja, a injustiça e outros. Segundo Lara (2014, p.256) esse jornal tem orientação liberal e anticlerical, o qual “pone en evidencia el desencanto hacia la clase política y clerical que se vivía en Chile a fines del siglo XIX.”

O próximo jornal chileno citado por Lara (2014) é *Don Quijote* (Santiago, 1896-1897). Este possui como figura central o personagem Sancho Pança e seu ideal é a defesa da unificação do liberalismo. Investe, segundo a autora, nas caricaturas do povo chileno, assim como fazia *Sancho Pança. Semi diario de buen humor*. Por fim, entre 1902 e 1903, foi publicado *Don Quijote, periódico popular de caricaturas* (Santiago, 1902-1903).³ A estudiosa aponta que, no primeiro número, publicado em 16 de novembro de 1902, o personagem central quixotesco já aparece se intitulando como o redator e justiceiro. De acordo com este periódico, *apud* Lara, o objetivo do Quixote era:

Nuestro credo es el bien público, nuestro programa la verdad, nuestro ideal, el bienestar del pueblo. La patria es el pueblo, i por él trabajamos.⁴ Hénos, pues, aquí lanzados a la pelea. [...] Llegamos en buena hora para luchar i decir verdades i hacer justicia (SANTIAGO, 16 de noviembre de 1902 – Grifo nosso). (DON QUIJOTE, PERIÓDICO POPULAR DE CARICATURAS, 1902, *apud* LARA, 2014, p. 278)

Este periódico possui apelo bastante popular e nacionalista, no sentido de que evoca, como seu principal objetivo, aliado ao personagem Quixote que o intitula e é seu porta-voz, a defesa do povo e da pátria. Neste sentido, não só se propõe a criticar as classes mais favorecidas e o governo, como também estimula a construção do sentimento de nacionalidade e de identidade chilenas. Dessa forma, o Quixote é visto como o ser lutador, idealista, desejoso de livrar a pátria chilena de todas

3 Ainda são citados por Lara mais dois jornais. Contudo, vamos nos deter somente ao que se estende até a data que se encerra o jornal brasileiro *Dom Quixote* de Angelo Agostini, uma vez que o objetivo deste artigo é comparar a leitura política de *Dom Quixote* realizada entre os dois periódicos chilenos no mesmo período, o qual consiste o final do século XIX até 1905, com o de Agostini. Os próximos periódicos chilenos, a nível de informação, são: *Don Quijote, periódico popular de caricaturas* (Santiago, 1902-1903); *Don Quijote, semanario satírico humorístico. Defensor de los intereses de la Alianza liberal* (Concepción, 1917-1918); *Don Quijote, lesera de crítica política y caricaturesca* (Talca, 1934).

4 Grifamos esta frase, pois ela é a ideia-chave que liga a semelhança de leituras de *Dom Quixote* entre os jornais chilenos e o brasileiro entre 1884 e 1905.

as mazelas sociais e políticas, da mesma forma que o Quixote cervantino faz em relação às “viudas e os menesterosos.” Essa leitura está muito presente em Ortega (1967), que vê o personagem cervantino como a representação da identidade espanhola e da busca por soluções para a pátria. Nesse caso, o periódico chileno leu as referências ortegarianas para estabelecer uma conexão identitária com o seu contexto político e social, ou seja, para entender o seu próprio país. Este contexto era representado pelo Quixote neste periódico, de acordo com Lara:

A don Quijote se le transplanta a la realidad del Chile de inicios del siglos XX y se critica directa y duramente a la clase política que ha traicionado los cimientos del liberalismo. A través de esta aventura, cuyo título emula a la versión original cervantina, se dan a conocer hechos puntuales de lo que acontecía en Chile en aquella época. Se menciona al Presidente Germán Riesco, Presidente de la República entre 1901 y 1906 y representante del partido liberal pero a quien acusan de traicionar al partido por hacer concesiones al Partido Conservador. Lo mismo ocurre con Juan Luis Sanfuentes, quien se desempeñó, durante el mandato de Riesco, como Ministro Subrogante de Justicia e Instrucción Pública y de Hacienda. Se hizo muy afamado por sus negocios y en 1902 estableció un pacto con los conservadores, por lo que también fue considerado como traidor por los liberales y por los encargados del periódico de *Don Quijote*. Asimismo, se menciona a Eduardo Videla, diputado durante 1902 y miembro de diferentes comisiones gubernamentales y miembro del Partido Liberal. En el segundo número, aparece un texto en el que don quijote se ezplaya dándole consejos al “malandrín que gobierna este reino encantado” (20 de noviembre de 1902), el Presidente Germán Riesco. (Lara, 2014, p.280)

O governo de Germán Riesco era de orientação liberal. Foi eleito com apoio da Alianza Liberal em 25 de Junho de 1901. Era conhecido por seu temperamento moderado, porém, teve uma curta carreira política. Seu período de governo foi parlamentar: o parlamento tomava as decisões e cabia ao presidente conciliar as diferentes posturas políticas. Nesta época, o Chile passava por grandes dificuldades sociais e econômicas, principalmente as classes menos favorecidas, como os operários,

ferroviários e mineiros. Havia uma inflação dos produtos de primeira necessidade, de modo que Riesco teve muitas dificuldades para governar, entre elas, as greves contínuas da classe operária. Dessa forma, a igreja e os jornais, sobretudo *Don Quijote, periódico popular de caricaturas* (Santiago, 1902-1903) o tomaram como alvo e criticavam sua atuação. O personagem cervantino aparece como uma espécie de conselheiro do presidente Riesco em um artigo publicado neste jornal e referido por Lara (2014), chamado *Consejos que el caballero don Quijote de la Mancha da a don Jerman Riesco para su buen gobierno*. Neste texto, o presidente pede a Dom Quixote que faça uso de sua lança contra “aqueles que saqueiam e roubam o país.”

A leitura empreendida sobre *Dom Quixote* nos jornais chilenos de 1884 a 1903 não só identifica o personagem como uma espécie de salvador idealista capaz de denunciar e lutar contra as mazelas de seu contexto histórico, político e social, mas também é bastante ideológica, relacionada ao liberalismo. Embora esta ideologia seja moderna em relação ao contexto cervantino da primeira edição de Dom Quixote, entre 1605 e 1615, as características justiceiras do personagem, seu apreço pela liberdade, o relacionam, imediatamente, aos valores liberais, que colocam a liberdade do indivíduo em relação ao Estado em primeiro lugar. Já a ligação realizada com o povo se dá pelo idealismo expresso pelo personagem, em seu objetivo como cavaleiro andante em ajudar as pessoas de forma desinteressada. Essas características foram tomadas pelos jornais como forma de expressar sua indignação e defender sua ideologia liberal. Por isso, o personagem foi visto, pelos jornais chilenos, como uma forma de traduzir seu sentimento de revolta contra a situação em que o país se encontrava e, sobretudo, afirmar a identidade.

É interessante que esta afirmação identitária e nacionalista que ocorre no Chile na virada do século XIX para o XX também está presente no

restante da América Latina, o que faz com que as repúblicas comecem a surgir e a se consolidar. Dessa maneira, *Dom Quixote* será lido de forma semelhante em outros países que passavam por um processo parecido com o Chile no mesmo período, como o Brasil.

A leitura do protagonista quixotesco realizada pelo jornal brasileiro ilustrado *D. Quixote*, de Angelo Agostini (1895-1905)

Esta forma de leitura nacionalista sobre *Dom Quixote* encontrada nos periódicos chilenos é semelhante com a que opera o jornal brasileiro *D. Quixote ilustrado*, de Angelo Agostini, que funcionou entre 1895 a 1905. No primeiro número, publicado em 23 de janeiro de 1895, já anuncia este objetivo:

A pouco a pouco os nossos leitores e o público terão ensejo de perceber que este nosso *D. Quixote*, já pelo nome, já pelo carácter exquisito, tem muita afinidade e até mesmo algum parentesco com o decantado e engenhoso fidalgo de La Mancha. Embora o tempo seja outro e o decurso de seculos dêse lugar a progressos admiraveis, na Sciencia, na Arte, na Política, em todos os ramos, enfim, do saber humano, o certo é que neste *fin de siècle* ainda se soffre muito, ainda se é víctima de um sem número de prejuizos moraes, e de inqualificaveis abusos, praticados quasi sempre pelos mais fortes, ou que suppoem sel-o, contra os fracos, que são, na maioria dos casos, os que não teem consciencia da sua força. Apesar de haver derramado rios de sangue humano pela affirmação da supremacia do direito sobre a força, e não obstante a civilização da nossa epocha, ha uma tendencia fatal para adoptar, e dar-lhe fóros de legitimidade, o tremendo axioma do ferreo Bismarck: *-A força antes do direito.* Pois bem: com o pensamento na sua Dulcinéa, que esta patria brasileira, tão bella e tão forte, o *Don Quixote*, que ora se apresenta, está resolvido e prompto a quebrar muitas lanças pelo seu grande ideál, que é: *- Mais civilização, mais progresso, mais humanidade.* (*D. QUIXOTE ILUSTRADO*, 1895, p.2)

O primeiro número anuncia os objetivos do jornal e explica a sua denominação. A partir dela fica clara a distinção entre o Dom Quixote do jornal brasileiro e protagonista cervantino, contudo, também é possível observar a sua semelhança.

O personagem, neste jornal, tratará das questões sociais e políticas brasileiras de seu tempo, distanciado das ideias originais do protagonista em que é inspirado. O principal apontamento em relação a isso é o ideológico: o personagem título do jornal de Angelo Agostini tem uma orientação liberal, enquanto que o cervantino professa as leis de cavalaria e a dinâmica medieval, remetendo a um tempo já superado em relação à realidade dos demais personagens. Ambos, entretanto, se aproximam pelo idealismo, a justiça e o apreço pela liberdade. Ou seja, o Quixote original inspira o Quixote recriado a partir dele, levando a reconhecer, no protagonista criado por Cervantes, o embrião de algumas ideias modernas, como o liberalismo, que surgiram bem depois da publicação da primeira edição do Quixote, em 1605 e de sua segunda parte, em 1615. Esta leitura, entretanto, não é feita apenas pelo jornal de Agostini, ela é frequente.

Além da decantada liberdade individual, outro ponto de contato entre os dois Quixotes é a busca pela justiça. O jornal esclarece, desde o início, que apesar dos avanços científicos, tecnológicos, artísticos e políticos, ainda ocorrem abusos e injustiças dos seres humanos uns contra os outros, sendo os abusadores sempre os mais fortes, ou seja, os poderosos, os que detêm o poder de decisão na sociedade e na vida das pessoas. Nesse caso, o jornal afirma o caráter humanitário do primeiro Quixote no sentido de denunciar as injustiças e, com isso, lutar por mudanças como a a igualdade. Esta ideia está presente nos pressupostos de Unamuno (1914) e Ortega (1967). O primeiro vê o personagem como alguém que questiona a organização humana real e, de certa forma, denuncia suas contradições e injustiças. Assim, ao resgatar o personagem de Cervantes, o jornal brasileiro percebe e transforma algumas dessas características de acordo com a sua leitura de mundo, em uma espécie de leitura antropofágica, conceito que surgiria, no Brasil, somente em 1922, com a Semana de Arte Moderna.

A visão nacionalista do jornal fica explícita quando, na utilização ideológica da figura de Cervantes, afirma que a Dulcinéia de seu Quixote é a pátria brasileira, expressando um ideal utópico de nação, tal qual a personagem Dulcineia é para o Quixote cervantino: um ideal de uma nação justa para todos, na qual não há opressão dos mais fracos pelos fortes. Nesse sentido, o objetivo do jornal de Angelo Agostini é a busca por essa nação-Dulcineia-ideal.

Esse sonho de pátria brasileira se objetiva nos ideais republicanos e liberais formulados ao final: “*Mais civilização, mais progresso, mais humanidade.*” Estes três elementos resumem a ideologia liberal e positivista, que recordam o lema “Ordem e Progresso” posto na bandeira nacional. Civilização, no sentido de construir uma identidade própria civilizada que se afaste da “barbárie indígena” e do estigma de colônia, carregado por muito tempo pelo Brasil e que agora, com a república iniciada, é um ideal a ser buscado; progresso expressa a ideia de crescimento e do ideário positivista de humanidade, o qual está expresso pelas ideias liberais de liberdade.

O Dom Quixote Ilustrado de Agostini pode ser considerado, desde o início, um meio de comunicação de direcionamento republicano e conservador, embora se proclame como um jornal “apartidário e avesso à vida política,” dita como uma “coisa suja”. De acordo com Agostini (Maringoni, 2006) o jornal aplaude as figuras políticas e poderosas do meio e quando há crítica, na maioria das vezes, é bastante moderada. Segundo Oliveira (2006), no número 12 de 13 de Abril de 1896, o editor afirmava que:

A Don Quixote não faz política; considera esta uma verdadeira praga. Também não representa partido algum; representa a si mesmo, e já não é pouco, pois assume toda a responsabilidade dos seus atos. Tem um programa...ah! isto ele tem! Simples, mas grandioso: a prosperidade do Brasil! Também tem uma bandeira, a bandeira mais bela, a bandeira nacional! (Oliveira, 2006, p.219)

Dessa forma, o jornal não assume, completamente, que a sua posição política é, na verdade, muito mais favorável aos que estão no poder do que contrária. Ao afirmar que não faz política e não representa partido algum, não revela, em parte, que sua ideologia é republicana e conservadora, conforme o caráter da doutrina do Marechal Floriano Peixoto. Sua justificativa é o nacionalismo, que representaria o Brasil, e assim não se compromete.

O Dom Quixote de Agostini, tal como o original, não está sozinho em sua luta contra as injustiças que assolam a primeira república. O jornal enfatiza que isso não se faz somente com o idealismo e, nesse sentido, resgata a personagem de Sancho, que é visto como o lado racional, oposto ao idealismo e o sonho presentes no Quixote. Será, portanto, sua interface, chamando a atenção do cavaleiro para os perigos que sua visão demasiada sonhadora não é capaz de ver. Por isso, sublinha que as observações de Sancho são realistas, práticas e também filosóficas. De acordo com Agostini:

Se na realização deste programma, encontrar *D. Quixote* as disilusões que assoberbaram o seu incomparavel homonymo, affontal-as-ha intemerato e prosseguirá àvante -tendo o cuidado, porém, de prestar mais atenção ao seu fiel escudeiro , o precioso Sancho Pança, que o acompanhará, indefectivel, em toda a penosa jornada, que o avisará de todos os perigos iminentes, e lhe dará sempre a nota realista, a nota practica, a nota philosophica dos acontecimentos.(Agostini, 1895, p.2).

Esta visão da dinâmica entre o Quixote, que é o idealismo, o sonho e a Filosofia, e Sancho Pança, que representa a razão e a visão considerada real, não é privilégio do jornal ilustrado de Agostini. Está presente nas leituras europeias realizadas no século XIX, conforme afirma Reguera:

En consecuencia con la nueva manera de leer e interpretar el *Quijote* a partir del Romanticismo , en los últimos veinte años del siglo XIX se va desarrollando un cierto tipo de crítica, al tiempo que toda una imagen de la obra (y del

autor), que es la que heredan los que se acercan a la obra cervantina en el primer cuarto del siglo veinte. Así por ejemplo, como herencia del romanticismo que se desarrolla después de forma reiterada tanto en la literatura como en las artes plásticas, debe considerarse la dualidad Quijote-Sancho como “metáfora de las contradicciones, pero inseparables, componentes de la personalidad humana”, asimismo, la simbiosis entre personaje y creador, con la identificación de este último ante todo “como un rasgo de carácter nacional”, primando por tanto su condición de español, lo cual supone, obviamente, una visión nacionalista (...) (Reguera, 2005, p.62-63.)

O jornal brasileiro de Agostini utiliza-se dessa leitura da contradição entre Quixote e Sancho para construir a sua imagem dos dois personagens cervantinos e, através deles, ler a sua própria condição. O Quixote representa o idealismo e Sancho, a prática e a realidade e ambos se completam, pois sem ideias não se impulsiona a ação. Por isso, o jornal enuncia que Sancho alertará o Dom Quixote brasileiro dos obstáculos, das dificuldades e da forma como as situações realmente se apresentam, sem serem embaçadas pela visão do cavaleiro.

A interação dos dois personagens cervantinos com os acontecimentos políticos e sociais no jornal ilustrado de Angelo Agostini demarca bem o contraste entre eles. Se Dom Quixote comenta os acontecimentos de guerras, como a batalha da Armação, por exemplo, na edição de 9 de fevereiro de 1895, Sancho se encarregará de falar sobre as ocorrências policiais cotidianas, como brigas que ocorrem nas ruas, como no poema “Ameno e útil”:

Nada ha de tão interessante
Como o que lê-se em jornaes
Sobre o que ocorre importante
Em factos policiaes (...)
P’ra apreciar tal leituras
Que muito o pode ilustrar
Que assignante a assignatura
Não quererá de reformar?
Sancho Pança (Agostini, 1895, p.4)

Neste poema, Sancho Pança critica o comportamento do povo, quando ironiza que esse tipo de matéria, como embriaguez, brigas

e abordagens policiais, seja digna para o jornal noticiar. Assim, critica a imprensa carioca no geral. Ao final, afirma que o jornal quer reformar os seus assinantes, isto é, o próprio povo. Além disso, supõe que esse tipo de notícia não é importante, uma vez que serve, apenas, para gerar sensacionalismo e para nenhuma ação prática. O título do poema é “Ameno e útil”, porque esse tipo de notícia não compromete o meio que a veicula, por não se relacionar a nenhum partido ou ideologia política e, dessa forma, é ameno e útil, pois os fatos policiais precisam ser informados para a comunidade. Esse poema, segundo Oliveira (2006) tinha o objetivo de criticar a *revista Ilustrada*, que havia publicado esses eventos dias antes:

Ao que parece, a publicação da rua de Gonçalves Dias sentiu-se atingida por um poema intitulado ‘Ameno e útil’, assinado por Sancho Pança, no terceiro número da *Don Quixote*. Ali, criticava-se, de forma muito genérica, o baixo nível da imprensa carioca. A resposta não tardou, na *Revista Ilustrada*, no. 667. (Oliveira, 2006, p.221)

O personagem Sancho Pança parece adequado para esse tipo de abordagem, uma vez que representa o povo simples e que convive com esses acontecimentos, contrapondo-se a Dom Quixote. Por isso, as características desse personagem são mantidas no jornal de Agostini.

A imagem do povo nesse poema, no entanto, é moralista e negativa, afirmando que o problema da “nação brasileira” era o seu povo pobre, destituído de moral e bom comportamento. Além da proposta de criticar a *Revista Ilustrada*, sua adversária nesse momento, também demonstra a ideia de que os eventos populares eram indignos de serem representados em um jornal.

Sancho aparece citado, também, em outros textos, como o que trata do caso do serviço da empresa de bondes de Villa Izabel obstruído pelos caminhões (na verdade, carroças) que descarregavam produtos perto da linha férrea e

obstruíam a passagem dos bondes. Ao mencionar Sancho Pança, o suposto autor destaca a nota humorística do personagem, seja para dizer que é ingênuo ou, ao contrário, sagaz, ao criticar o aumento dos preços das carroças que se dispõem a transportar os passageiros dos bondes:

Com essa restauração muito lucram as duas populações vizinhas que, duvidosas da pontualidade do correio, para se comunicarem, careciam de andar para lá e para cá, ou de lá para cá, em risco de ficarem no meio do caminho, assados ou afogados, pelos velhos calhambeques em que a Companhia Cantareira lhes proporciona transporte com aumento de 50% no preço das passagens. O meu conterrâneo Sancho Pansa, que é homem de incomparável bom senso, ao ouvir-me fardelar contra esse aumento, observou-me que à companhia Cantareira sobeja razão para o fazer, visto como, propondo-se a transportar os passageiros para outra banda, podia dar-se o caso de alongar a viagem para... o outro mundo. A vista de tal razão... (*DON QUIJOTE ILUSTRADO*, 1895, p.6).

A crítica empregada pela *Don Quixote* de Agostini parece mais enfática e virulenta quando os personagens são mais pobres e humildes, mas bem mais amena quando se trata de figuras poderosas. Oliveira (2006) observou isso, em uma comparação entre duas notícias de crimes noticiadas pelo jornal, uma cometida por um negro e outro por um branco, em que o editor reagiu de forma mais violenta contra o primeiro e mais amena com o segundo. Da mesma forma isso se sucede quanto ao tratamento entre a prostituição pobre e a rica, mostrando os limites do abolicionismo do jornalista, bem como o seu racismo que, outrora, quando trabalhava na *Revista Ilustrada*, não deixava entrever. De acordo com Oliveira:

Assim, a campanha abolicionista desenvolvida por Agostini não era voltada para os pobres e muito menos para os escravos, mas para os membros da própria classe social. Essa constatação ajuda a entender que os aparentes zigzagues na sua conduta política têm a ver com os impasses colocados diante desse setor da sociedade. Por conta das ambiguidades presentes na própria campanha abolicionista, não se pode afirmar com segurança que Agostini seria um defensor incondicional das causas populares. Apenas em parte isso se dava: quando havia convergência de objetivos

com setores das classes dominantes, ou quando determinadas agressões e violências eram exageradas. (Oliveira, 2006, p.228)

A posição política da *Don Quixote*, dita como apartidária, era, ao contrário, bem marcada. Sua posição era elitista, liberal no que condizia apenas aos interesses dos proprietários de terras e escravos e, sobretudo, republicana no sentido mais conservador do termo. A defesa da abolição se dava quando não estava em desacordo com a classe dominante.

Don Quixote e Sancho Pança foram usados por Angelo Agostini para defender sua ideologia conservadora e republicana, levemente abolicionista, apenas na medida de um acordo com a classe dominante brasileira do fim do século XIX e início do XX. O personagem cervantino também foi representado no Chile para falar de seus propósitos ideológicos. Há alguns pontos em comum entre Brasil e Chile em relação a essa leitura jornalística, mas também muitas diferenças.

Pontos semelhantes e divergentes entre os periódicos *Don Quijotes* chilenos e o brasileiro *Don Quixote Ilustrado*, de Angelo Agostini

O personagem cervantino Dom Quixote nomeou vários jornais pelo mundo todo no século XIX. Oliveira (2006, p. 215) afirma que “Cervantes emprestara seu nome para publicações em Havana (1864-65), Madri (1869,1889 e 1892) e Buenos Aires (1883).” No Chile e no Brasil não foi diferente: o protagonista quixotesco inspirou jornais para defenderem suas posições ideológicas e proclamarem o seu nacionalismo.

O sentimento nacionalista é um fator comum de representação, ao menos entre Chile e Brasil. Isso se explica pelo fato de os dois países passarem por processos de consolidação de suas repúblicas durante o século XIX para o início do XX. Nesse sentido, ambos apresentaram leituras

divergentes da obra de Cervantes, adequando-a aos seus interesses, tanto para criticar a república, quanto para defendê-la. Muitas leituras são quase alheias à forma como o livro foi lido na sua época de publicação, pois usam os personagens e as situações para falar de sua própria identidade e problemas sociais e econômicos de seu contexto nacional. Raquel Villaborba Lara (2014) defende essa posição ao estudar a recepção quixotesca e cervantina no Chile em sua tese, usando o pressuposto teórico de Chartier (2009), em sua obra *A história do livro e da leitura*, em que afirma que o livro não está isolado na sua individualidade criadora, mas se inscreve e é interpretado por seus leitores conforme o contexto em que se inserem. De acordo com Salomon (2009, p.7), Chartier afirma que tanto a história literária, quanto a cultural, são construídas a partir “de algumas questões comuns às diferentes heranças e tradições da história cultural. A primeira delas se relaciona às diferentes compreensões da articulação entre ‘essas obras singulares e as representações comuns’: o processo pelo qual os leitores, os espectadores ou os ouvintes dão sentido aos textos (ou às imagens) dos quais se apropriam”.

O pressuposto de Chartier (2009) esclarece as semelhanças da leitura quixotesca que os dois países estabelecem, pois viveram processos parecidos de colonização e de consolidação de suas repúblicas. Isso faz com que suas heranças culturais, bastante influenciadas pelo ideal civilizatório europeu, relacionem a figura de Dom Quixote com esse anseio, pois, na busca de sua identidade, negaram, a princípio, o referencial cultural indígena e africano, por considerá-lo contrário à civilização. Dentro dessa perspectiva, a leitura quixotesca jornalística do fim do século XIX para o XX dos dois países se assemelha nos seguintes pontos: primeiro, o protagonista é visto como um idealista, herói e sonhador. Logo, é apropriado para ser um personagem que denuncia o que considera injusto.

O segundo ponto é ser reconhecido como alguém que ama a sua pátria e luta por ela, embora a obra original de Cervantes não tenha, exatamente, proclamado o sentimento nacionalista, e que tem a ver com essa busca pela identidade nacional própria. O terceiro ponto é a aposta dos jornais em investir na oposição entre Dom Quixote e Sancho Pança, respectivamente, entre idealismo, eruditismo x racionalidade, popular. E, por fim, o quarto ponto é a identificação que criam entre o personagem e as ideias liberais republicanas, salvaguardando as devidas diferenças de contexto entre os dois países. Perpassaremos cada um dos pontos semelhantes de leitura.

Os jornais, tanto chilenos, quanto o brasileiro, veem Dom Quixote como um herói idealista, pois o representam em uma posição de superioridade frente aos governantes que o criticam. Há cenas em que o personagem aconselha os presidentes, ou caricaturas em que D. Quixote aparece tirando o soberano de cima do trono com sua lança.⁵ Também anunciaram, em seus lançamentos, o protagonista como a inspiração para denunciar o que consideram injusto e, sobretudo, para defender suas ideologias. O personagem é visto, tanto pelas publicações chilenas, quanto pela brasileira, como o homem providencial, que olha os acontecimentos colocando-se fora deles, sem estar envolvido, e tem condições de denunciar e de intervir. Essa imagem tem a ver com a busca por um homem providencial que resolva os problemas das duas nações, que estavam começando a construir sua identidade.

5 Essa cena aparece muito nos desenhos de Angelo Agostini, em *Don Quixote Ilustrado*. Não trabalhamos com os desenhos aqui por uma questão de recorte do tema, somente com algumas menções mais importantes nos textos que possuíam pontos de contato com os jornais chilenos. Vale a pena, no entanto, mencionar algumas caricaturas de Agostini: na n. 4, de 16 de Fevereiro de 1895, Dom Quixote aparece carregando o governador do Rio Grande do Sul, Júlio de Castilhos, pela lança, tirando-o da cadeira do governo; outra bem emblemática aparece na n. 7, de 9 de Março de 1895, em que o personagem carrega o governador de Pernambuco pela coleira, este transformado em onça, trazendo-o na frente do Marechal Deodoro da Fonseca e a República cobrindo os olhos, envergonhada.

O segundo ponto trata de Dom Quixote como um nacionalista. Nesse caso, os jornais chilenos e o brasileiro transformam a busca do personagem original, sua princesa fictícia Dulcinea, em suas respectivas pátrias. Nesse sentido, Agostini (1895) chega a anunciar no primeiro número de seu jornal que a Dulcinea de seu Quixote é a nação brasileira e que ele quebrará muitas lanças por ela. Da mesma maneira, *Don Quijote, periódico popular de caricaturas* (Santiago, 1902-1903) anuncia que vai defender “a sua pátria e o bem estar de seu povo.”

Desse modo, o personagem inspira o sentimento de nação, conforme preconiza Williams (2006), o qual significa construção da identidade nacional, sentimento de pertencimento, ao contrário do que seria o nacionalismo ruim, no sentido de dominar outras nações e de promover a segregação. No caso brasileiro, o jornal de Agostini (1895-1905) destaca os ideais positivistas, os quais marcam a orientação ideológica da primeira República, e afirma os dizeres da Bandeira: “Ordem e Progresso”. Já para os jornais chilenos, o povo é um elemento que aparece junto com a ideia de nação, diferentemente do que acontece no jornal de Agostini, cuja preocupação não é, exatamente, com o povo.

O terceiro ponto é a contraposição entre Sancho e Dom Quixote usada pelos jornais para diferenciar o povo da classe dominante, ou ainda, para definir duas perspectivas sobre os acontecimentos sociais e políticos: a idealista e sonhadora, representada por Dom Quixote, e a realista, por Sancho Pança. Em relação à primeira oposição povo x classe dominante, Sancho aparece representado como a voz popular. Nos jornais chilenos, ele é a figura que denuncia o comportamento da classe dominante. Em *Don Quixote ilustrado*, no entanto, embora fale da classe dominante, também censura o comportamento do povo e é usado para alfinetar a imprensa concorrente,

como a *Revista Ilustrada*, meio de comunicação ao qual Angelo Agostini pertenceu outrora.

A crítica à classe dominante feita em *Don Quixote Ilustrado* é muito mais amena da que é realizada pelos jornais chilenos. O personagem Sancho Pança faz parte disso, pois, se no jornal brasileiro é usado para criticar o próprio povo ou os outros meios de comunicação, nos chilenos é identificado com eles. Há uma cena muito importante no jornal *Sancho Panza. Semi diario de buen humor* (Santiago, 1893-1894) em que o personagem é convocado para consertar o Chile, evocando a cena quixotesca da ficção armada pelos duques, conferindo o governo de Sancho Pança em uma ínsula. Esta recriação realizada pelo periódico mostra que o personagem fracassa em seu objetivo, pois adquire os maus hábitos que critica e não consegue manter a ordem no país. Esta imagem mostra uma leitura de que Sancho, por ser uma figura popular, não é capaz de governar, porque tem os mesmos hábitos do povo, o que revela um pensamento ideológico.

A mesma ideia parece estar presente no jornal de Agostini (1895-1905), embora de forma diferente. Sancho não aparece aqui com o mesmo destaque que nos jornais chilenos, a ponto de lá ter um periódico com o seu nome e aqui não. Contudo, a semelhança na forma de mostrar o personagem se dá na crítica extremamente amena que profere à classe dominante. Nos chilenos, é mais atuante, mas a cena em que não consegue governar o Chile passa a ideia da incompetência do povo de governar a si mesmo.

Em Agostini (1895), Sancho será responsável por guiar Dom Quixote pelos acontecimentos políticos e sociais brasileiros, “dando-lhe a nota realista”. Nesse sentido, a separação entre as duas perspectivas representadas pelos personagens é bem ululante, pois Sancho é o realista, o senso comum, e Dom Quixote é o idealista, sonhador e

que vive em um mundo à parte. Nesse sentido, Sancho representa o olhar do senso comum e realista, enquanto que o Dom Quixote é o do visionário que enxerga além do que está explícito. Assim, tanto os jornais chilenos, quanto o brasileiro, colocam Dom Quixote como o personagem que possui mais autoridade para falar seriamente dos acontecimentos e de intervir sobre eles, enquanto que, em relação a Sancho, é mantida a sua ingenuidade e olhar realista, porém, reduzido, sobre a realidade.

O quarto ponto semelhante entre as duas leituras quixotescas jornalísticas, chilena e brasileira, é a perspectiva de Dom Quixote como defensor das ideias republicanas liberais. Esta visão se constrói a partir de algumas características do personagem, entre elas, a defesa da liberdade individual, expressa, por exemplo, nas famosas cenas da libertação dos galeotes e na do menino que apanha do patrão. Além disso, o período recortado para análise, de 1884 a 1905, compreende o início das repúblicas tanto no Chile quanto no Brasil, e se tratava de uma época em que as ideias liberais estavam dominantes no mundo todo. Há, no entanto, as devidas diferenças em relação a isto: enquanto que a república chilena foi proclamada em 1818, a brasileira ocorreu somente no final do Século XIX, em 1889. Além disso, o período republicano chileno, de 1861 a 1891, tinha uma feição menos conservadora que a brasileira que, no fundo, mantinha a mesma política monarquista de outrora. Há, nesse sentido, uma diferença fundamental na forma como as publicações de cada país praticam as ideias liberais e o que defendem. Os periódicos chilenos criticavam os governos republicanos por fazerem concessões aos políticos conservadores, enquanto que o *Don Quixote Ilustrado*, de Angelo Agostini (1895-1905), era totalmente conservador e nunca contrariava os interesses da classe dominante. Desse modo, o

personagem Dom Quixote era usado para expressar interpretações diferentes da própria ideologia liberal, ou partes dela que mais interessavam.

Isso significa que as ideias liberais eram entendidas e praticadas, de forma distinta, entre os dois países: no Chile, ser liberal significava combater o clero e os aristocratas, enquanto que no Brasil, as coisas se aclimatavam conforme os interesses, conforme Schwarz (2012) afirma em seu texto “Por que ‘as ideias fora do lugar?’”.

As ideias liberais, no Brasil, pareciam estar embaralhadas ou “fora de contexto ou lugar”, pois algumas eram defendidas, como o direito à propriedade e à liberdade individual. Estas, contudo, não eram consideradas quando se tratava dos negros escravos e do povo pobre, por exemplo, gerando essa distorção comentada por Schwarz (2012). Essa perspectiva acompanha a leitura do personagem Quixote realizada por Agostini (1895-1905): defende a abolição, mas até a medida em que não entra em conflito com a classe de fazendeiros e cafeicultores; da mesma forma procede com o pobre. Já no Chile, o personagem proclamava as ideias liberais relacionadas ao bem-estar do povo, por entender que o lado oposto o explorava.

Todos esses elementos representados pelo protagonista e seu escudeiro foram motivados pelos próprios interesses dos jornais em questão, e não pela leitura da obra. No entanto, também foram influenciadas por leituras anteriores, principalmente pela perspectiva romântica europeia. Isso significa que, conforme Gadamer (1997), o contexto efetual é importante, mas não é o fator determinante para entender como a história de uma obra literária é construída. O autor argumenta que as leituras anteriores são também consideradas e que toda a perspectiva tem um limite físico, uma vez que não é possível a nenhum leitor prever, completamente, quais leituras virão depois dele.

A perspectiva unamuniana é de que, embora o personagem esteja louco, sua loucura é extremamente lúcida, uma vez que as estruturas sociais não são saudáveis e oprimem o ser humano. De acordo com Unamuno:

Y hemos concordado que una locura cualquiera deja de acuerdo de serlo en cuando se hace colectiva, en cuanto es locura de todo un pueblo, de todo el género humano acaso. (...) Y tú y yo estamos de acuerdo en que hace falta llevar a las muchedumbres, llevar al pueblo, llevar a nuestro pueblo español una locura cualquiera de sus miembros y no esté loco, loco de verdad y no de mentirijillas. Loco, y no tonto. (Unamuno, 1914, p.24)

A ideia de representação nacional espanhola do *Quixote* que está em Unamuno também aparece em Ortega y Gasset (1967), pois o autor vê, no protagonista, o símbolo desse homem espanhol que busca melhorar o contexto de sua pátria, no sentido de “regenerá-la”. Dessa forma, os dois autores professam as ideias do regeneracionismo da geração de 98 espanhola, que procura resgatar o sentimento de nacionalismo.

A leitura de Unamuno (1914) está presente tanto nos jornais chilenos quanto no brasileiro, porém, com a diferença de que o povo é um elemento muito mais citado pelos primeiros do que pelo segundo. Em relação à ideia nacionalista, esta parece bem mais abstrata no jornal de Agostini, que parece considerar como integrantes da nação somente os membros da aristocracia rural. Dessa forma, a expressão que utiliza, logo no primeiro número de seu jornal, *Mais civilização, mais progresso, mais humanidade*, relacionada diretamente ao ideal de nação desejada, não inclui a todos. Ao contrário, quando critica as diversas insurreições que aconteceram no período, como a Balaiada, a Guerra de Canudos e a Revolta da Armação, ou quando emprega maior dureza para com um bandido negro do que um branco, demonstra que sua ideia de pátria não inclui os negros, os indígenas e, muito menos, o povo pobre. Logo, é absolutamente conservador

e parece, em muitos momentos, não admitir isso, ao se proclamar “apartidário”.

Nesse sentido, os dois países utilizam o *Quixote* para defender as ideias de civilização e nacionalismo, mas de formas diferentes. Os jornais chilenos defendem uma nação liberal e que garanta o bem-estar do povo, já para o brasileiro, que seja liberal na medida que sirva aos interesses de quem manda. Dessa forma, os chilenos parecem estar mais de acordo com as ideias de Ortega (1967) e da geração de 98 espanhola.

A questão da contraposição entre Sancho e Dom Quixote, representando cada um uma visão do ser humano, já era uma orientação da leitura europeia quixotesca vigente durante século XIX e que perdurou no XX, conforme afirma Reguera sobre a maneira como alguns estudiosos alemães leram a dupla protagonista:

A. W. von Schlegel, por su parte, realizó una interpretación simbólica de la pareja protagonista, como encarnación de la poesía y prosa de la vida. Schelling, finalmente, fue el que concibió el Quijote como una antinomia entre lo ideal y la realidad, entre espíritu y materia, alma y cuerpo, con términos que determinaron la crítica posterior. (Reguera, 2005, p.46).

A leitura de Schelling foi a adotada tanto pelos jornais chilenos, quanto pelo brasileiro, para usar os personagens para expressar seus interesses. A dicotomia entre ideal (Dom Quixote) x realidade (Sancho) era fundamental para estabelecer a diferença de como os dois personagens ficcionalmente interpretavam os fatos sociais políticos e sociais das duas nações durante o período do final do século XIX para o XX.

Isso significa que as publicações do Chile e do Brasil leram o Quixote, sim, de acordo com seus interesses e seu contexto, porém, se utilizando das interpretações da obra e dos personagens anteriores e que pertenciam ao contexto europeu. Além disso, eram leituras vigentes desse período, tanto na Espanha, quanto em Portugal, de modo

que suas antigas metrópoles marcaram, não só o que tange à leitura do Quixote, como, também, definitivamente, seus processos de construção nacional e de identidade. Esse pressuposto teórico vem de Gadamer (1997), o qual afirma a interrelação entre as diferentes leituras de uma obra de arte, na qual o contexto é importante, mas não é o fundamental; e de Jaus (1994), para o qual a história de uma obra é composta pela sucessão das várias recepções leitoras, que influenciam umas às outras. Certamente, os editores e jornalistas chilenos e brasileiros tiveram acesso a essas leituras e as utilizaram para defender suas ideologias, adaptando-as para a sua interpretação particular dos protagonistas Dom Quixote e Sancho.

O caso da leitura quixotesca jornalística chilena e brasileira ocorre conforme afirma Vieira (2012), seguindo uma tendência de leitura mais espontânea. Contudo, estabelece uma diferença fundamental entre Ortega Y Gasset (1967) e Unamuno (1914), que é:

essa terceira orientação encontra-se sobretudo, nos trabalhos de Ortega Y Gasset y Américo Castro, que se preocupam em enfrentar o problema metodológico na abordagem do texto clássico, ao contrário do que fez Unamuno, por exemplo, que se empenhou na recriação mítica da obra, tratando destacar o sentido vivo e perdurável de um texto clássico, desconsiderando a consistência histórica. (Vieira, 2012,p.43)

As leituras dos dois jornais seguem muito mais a orientação unaminiana do que a de Ortega y Gasset (1967), embora esta esteja presente também na ideia de nação. A questão é que a imprensa se identificará mais com a leitura espontânea, porque permite aclimatar os seus interesses às características do protagonista quixotesco.

Considerações Finais

Com este estudo, conclui-se que a leitura nacionalista realizada por Unamuno (1914), no início do século XX, na Espanha, foi a interpretação

que vigorou nos jornais chilenos e no brasileiro no período citado. Isso ocorreu porque ambos estavam em períodos independentistas e viram, na obra e nos dois protagonistas, Quixote e Sancho, referências de idealistas e lutadores pela liberdade, pela justiça e pelo desejo de tornar o mundo melhor.

Por isso, a fundamentação desta explicação seguiu os pressupostos de Chartier (2009), uma vez que esses países latino-americanos leram *Dom Quixote* de acordo com seus anseios de construção de identidade, liberdade e de criticar os governos de possuíam, ou seja, seguiram o contexto efetual e seus acontecimentos. No que tange esta relação, os dois possuem, evidentemente, diferenças em seus processos de independência, uma vez que, no Chile, a libertação da Espanha já começou com o processo de república, enquanto que no Brasil pouca diferença houve entre monarquia e república. Isto significa o que Schuwarz (2012) afirmou sobre os processos de intauração das ideias liberais, isto é, respeito à liberdade individual e ao direito à propriedade. No Brasil, esta ideologia estava fora de lugar, porque a propriedade privada convivia com a escravidão, formando, assim, uma contradição. O jornal de Agostini demonstrou isso em sua leitura do Quixote como denunciante das injustiças e porta voz de uma república contraditória e conservadora.

No entanto, a leitura chilena e brasileira do Quixote não é apenas influenciada pelo contexto, mas sim, pelas ideias de Miguel de Unamuno, posto que a Espanha, integrante da Europa, ainda ditava os pressupostos interpretativos não só sobre a obra, mas sobre todo o restante. Nesse sentido, é inegável que, em sua busca pela identidade própria, os países latinoamericanos estivessem ainda sujeitos à influência das ideias europeias, pois foi o que conheceram como modelo civilizatório.

Referências

- AGOSTINI, Angelo. *Don Quixote Ilustrado* (1985-1905). In: <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=714178&pesq=> Acesso em: 07\06\2017.
- CHARTIER, Roger. *A história da leitura e do tempo*. Trad. Cristina Antunes. Belo Horizonte: Autêntica: 2009
- GADAMER, Hans Georg. *Verdade e método*. Tradução de Flávio Paulo Meurer. 3.a edição. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 1997.
- GASSET, José Ortega y. *Meditações do Quixote*. Tradução de KUJAWSKI, Gilberto Melo. São Paulo: Livro Ibero-Americano, 1967.
- JAUSS, Hans Robert. *A história da Literatura como provocação à teoria literária*. Trad. Sérgio Tellari, Editora Ática, São Paulo: 1994.
- LARA, Raquel Vilallobos. *La primera edición del Quijote em Chile (1863): reescritura, recepción crítica y reinterpretación em Chile desde 1863 a 1947*. Tese de doutorado. Universidad del Chile, 2014.
- REGUERA, José Montero. *El Quijote durante cuatro siglos: lecturas y lectores*. Valladolid, Universidad de Valladolid, Secretariado de Publicaciones e Intercambio Editorial, 2005.
- UNAMUNO, Miguel. *Vida de Don Quijote y Sancho*. Madrid: Renacimiento, 1914.
- WILLIAMS, Raymond. *Palavras-chave: um vocabulário de cultura e sociedade*. Trad. De Sandra Guardini Vasconcelos. –São Paulo: Boitempo, 2007.
- OLIVEIRA, Gilberto Maringoni de. *Angelo Agostini ou impressões de uma viagem da corte à Capital Federal (1864-1910)*. Tese de doutorado em História defendida na Universidade de São Paulo. São Paulo: Programa de Pós Graduação Scriptu sensu em História, 2006. 335p.
- SCHUWARZ, Roberto. Por que “ideias fora do lugar?” In: *Martinha versus Lucrecia-ensaios e entrevistas*. 1a. edição. São Paulo: Companhia das Letras: 2012. p.165-172.
- VIEIRA, Maria Augusta da Costa. *A narrativa Engenhosa de Miguel de Cervantes*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo: Fapesp, 2012.

Submissão em: 20 de julho de 2018.

Aprovado em: 01 de agosto de 2018.

A oralidade em atividade de reflexão gramatical: conhecimentos linguístico-discursivos no ensino de língua portuguesa

pg 56 - 67

Sílvio Nunes da Silva Júnior¹

Resumo

O presente estudo, situado no campo da Linguística Aplicada (MOITA LOPES, 2006, 2009) ao ensino de línguas, busca refletir sobre a articulação entre oralidade e ensino de gramática em língua portuguesa como língua materna, visando constituir práticas de ensino que estimulem processos de reflexão e construção conjunta de saberes em sala de aula. No plano teórico, discute-se sobre produção oral e gramática no ensino de língua portuguesa com base na problematização da complexidade do ensino de regras gramaticais na escola e da ausência de práticas de ensino baseadas na produção oral dos alunos. Após isso, contextualizando com o que pontua a pesquisa qualitativa de cunho etnográfico e colaborativo, descreve-se uma experiência com o ensino de gramática no ensino fundamental, na qual se toma como ponto de partida a produção oral dos alunos em busca da construção de saberes gramaticais através da reflexão dos alunos acerca do uso da linguagem em sala de aula. Os resultados apontam para a necessidade de levar os alunos a constituírem, além de habilidades puramente linguísticas, conhecimentos linguístico-discursivos, uma vez que as relações contínuas existentes no ensino de língua portuguesa carecem caminhar juntas em busca de uma construção sólida de saberes nos/dos discentes.

Palavras-chave: Oralidade; Saberes Gramaticais; Ensino Fundamental.

ORALITY IN GRAMMATICAL REFLECTION ACTIVITIE: LANGUAGE-DISCURSIVE KNOWLEDGE IN PORTUGUESE LANGUAGE TEACHING

Abstract

The present study, in the field of Applied Linguistics (MOITA LOPES, 2006, 2009), aims to reflect on the articulation between orality and grammar teaching in Portuguese as mother tongue, aiming to constitute teaching practices that stimulate reflection and joint construction of knowledge in the classroom. At the theoretical level, we discuss oral production and grammar in Portuguese language teaching based on the problematization of the complexity of the teaching of grammar rules in school and the absence of teaching practices based on the students' oral production. After that, contextualizing with the one that scores the qualitative research of ethnographic and collaborative character, an experience with the teaching of grammar in the elementary school is described, in which the oral production of the students in search of the construction of knowledge is taken as starting point through the reflection of the students about the use of language in the classroom. The results point to the need to lead students to constitute, in addition to purely linguistic abilities, linguistic-discursive knowledge, since the continuous relations existing in Portuguese language teaching need to move together in search of a solid construction of

¹ Mestrando em Linguística pelo Programa de Pós-graduação em Letras e Linguística da Universidade Federal de Alagoas (PPGLL/UFAL). Bolsista CAPES E-mail junnyornunes@hotmail.com.

knowledge in the students.

Keywords: Orality; Grammar; Elementary School.

Considerações iniciais

Os saberes necessários para a constituição do processo de letramento escolar de alunos da educação básica a partir do ensino de língua portuguesa são muitos. É possível afirmar que, atualmente, ser professor de língua portuguesa é uma das tarefas mais desafiadoras do campo educacional, pelo fato de ser este um componente curricular que exige uma postura articuladora em relação aos objetos de ensino e uma formação concreta pronta para se subverter² (DE CERTEAU, 2009; SANTOS, 2008) de quadros institucionais³ (BOURDIEU, 1996) dispostos na escola enquanto instituição social. Muitas das obrigações curriculares do ensino de língua portuguesa vivem presas a práticas de ensino tidas como tradicionais, o que impede, muitas vezes, de que se possa inovar a prática pedagógica articulando um objeto de ensino com o outro. No entanto, vem-se percebendo emergencialmente a necessidade de fugir dessas práticas, pois somente assim a sala de aula será um espaço amplo em que se possa trabalhar não apenas a língua, mas sim, a linguagem.

Uma dessas obrigações curriculares que reúne uma infinidade de objetos de ensino de língua portuguesa é a gramática, a qual, em muitos discursos de alunos e professores em serviço e pré-serviço, é vista enquanto estrutura complexa de lidar. Ao analisar de forma mais densa algumas gramáticas normativas que seguem a risca o que determina a corrente formalista da língua⁴

2 De Certeau (2009) considera que, na vida social, é preciso que os sujeitos desenvolvam táticas, as quais, no contexto do ensino, para Santos (2008), atuam como maneiras do professor se subverter de estruturas formais dispostas na sua formação e atuação profissional.

3 Bourdieu (1996) chama de quadros institucionais as estruturas sociais que exigem determinados comportamentos e atitudes dos sujeitos na sociedade.

4 Gramáticas formais focadas em estabelecer regras para o uso da língua.

(GÓIS, 1958; CEGALLA, 2008), percebe-se que, realmente, as abordagens gramaticais se tornam complexas, visto que àquelas questões se concebem como um conjunto de regras a serem memorizadas com fins puramente escolares. Entretanto, não é dessa forma que a gramática precisa ser abordada em sala de aula e até mesmo fora dela. Estudos mais voltados ao sociointeracionismo linguístico e à relação entre dialogismo (BAKHTIN, 2003; VOLOCHINOV, 2017) e ensino de língua (GERALDI, 1997; BRITTO, 1997, ZOZZOLI, 1997, 2002) apontam para a necessidade de um ensino de gramática contextualizado.

Antunes (2009) destaca que a habilidade de articular as principais modalidades de linguagem (oralidade e escrita) para fins sociais já demonstra uma já constituída 'gramática do aluno'. A gramática do aluno, também citada por Zozzoli (1997), é composta por saberes gramaticais realmente necessários para a atuação social dos alunos. Assim, da maneira em que se estimula a constituição de uma gramática do aluno, estar-se mostrando, no uso da língua, a importância dos saberes gramaticais para além dos muros da escola. A articulação entre as modalidades de linguagem em sala de aula de língua portuguesa levanta uma nova problemática para a discussão, pelo fato de que em muitas práticas de ensino a escrita ganha maior atenção do que a oralidade, quando as duas modalidades precisam se manter no mesmo grau de importância, desmistificando os afastamentos entre fala e escrita nas práticas sociais de linguagem.

Pensando a partir da problemática do ensino de gramática na escola e da valorização da oralidade em sala de aula, o presente estudo visa discutir sobre a produção oral e o ensino de gramática em busca de uma prática de ensino reflexiva que vise à construção de saberes no ensino de língua portuguesa. Para dar conta do objetivo, o plano teórico traz considerações sobre linguagem, gramática e ensino de língua portuguesa, pontuando, nesse sentido,

as relações entre as modalidades de linguagem no trabalho com a gramática e, com maior ênfase, na atuação da produção oral nas atividades de ensino e aprendizagem. Em seguida, contextualiza-se uma pesquisa qualitativa de cunho etnográfico e colaborativo que foi desenvolvida numa turma de 9º ano de uma escola de esfera pública, na qual pode se observar, na prática, a atuação da oralidade no desenvolvimento de práticas focalizadas na construção de saberes gramaticais.

Oralidade e gramática no ensino de língua portuguesa

O ensino de gramática na escola vem sendo muito discutido em estudos sobre ensino e aprendizagem de língua portuguesa. Muitos contestam as práticas de ensino que têm a gramática enquanto objeto final, outros se mostram de acordo com essas práticas, acreditando que mesmo sendo um contexto social, a escola carece situar-se numa perspectiva mais formal em relação ao uso e a aprendizagem da língua materna. Corrobora-se com Possenti (1996) quando afirma que o objetivo da escola é ensinar o português padrão ou criar condições que propiciem o aprendizado dessa variação⁵.

Quando o autor fala de criar condições, abre espaço para interpretações mais harmônicas do seu discurso com as práticas de ensino que a Linguística Aplicada vem destacando, principalmente as que creem na necessidade de se ensinar com enfoque numa gramática do aluno (ZOZZOLI, 2002). No âmbito dessas condições, pode-se destacar que o ensino da gramática deve partir das práticas de produção escrita, visto que, como se sabe, escrita e oralidade precisam caminhar juntas no ensino, deixando clara a não existência da dicotomia fala/escrita (MARCUSCHI, 2001). Sob esse viés, percebe-se que práticas de ensino de gramática, sem a preocupação com as condições de ensino,

⁵ O português padrão (PP) é tido como uma variação linguística com maior prestígio social.

acabam criando uma dicotomia, a qual Geraldi (1997, p. 45) chama de língua/ensino:

Se o objetivo das aulas de língua portuguesa é oportunizar o domínio do dialeto padrão, devemos acrescentar outra questão: a dicotomia entre ensino da língua/ensino da metalinguagem. A opção de um ensino da língua considerando as relações humanas que ela perpassa (concebendo a linguagem como lugar de um processo de interação), a partir da perspectiva de que na escola se poder oportunizar o domínio de mais de outra forma de expressão, exige que reconsideremos ‘o que’ vamos ensinar, já que tal opção representa parte da resposta do ‘para que’ ensinamos.

Com base no que discute Geraldi (1997), pode-se pensar o quão cautelosas precisam ser as escolhas dos professores em serviço em relação ao que vão abordar em determinados momentos de suas aulas de língua portuguesa, para que as abordagens não fiquem situadas numa mesclagem de objetos de ensino sem se importar com que é preciso ensinar e o para que estar-se ensinando. Isso ocorre com grande repercussão quando os professores – que seguem a risca os objetos de ensino encontrados nos planos anuais de ensino das escolas em que atuam – intercalam gramática e diversidade linguística, impedindo que os alunos consigam entender o que realmente quer se considerar correto gramaticalmente e socialmente.

Uma problematização ainda mais frequente é a de análise gramatical a partir de sentenças soltas que, na educação básica, deixa muitos alunos confusos sobre as relações da gramática normativa com as práticas sociais, isso porque além das análises/explicações partirem de práticas de linguagem aleatórias tudo se limita à escrita, assim, em situações de ensino e aprendizagem, pode-se levantar a crença de que a fala não faz parte da linguagem por não ser também estudada na escola.

Britto (1997, p. 164), sobre esse pensamento, pontua que:

A análise linguística, que se caracteriza por um debruçar-se sobre os modos de ser da linguagem, ocorre no interior das práticas de

leitura e produção. A análise linguística não deve ser entendida como a gramática aplicada ao texto, como supõem os autores de livros didáticos, mas sim como um deslocamento da reflexão gramatical, e isto por duas razões: em primeiro lugar, porque se trata de buscar ou perceber recursos expressivos e processos de argumentação que se constituem na dinâmica da atividade linguística; em segundo lugar, porque ‘as gramáticas existentes, enquanto resultado de uma certa reflexão sobre a linguagem, são insuficientes para dar conta das muitas reflexões que podemos fazer’.

Nesse sentido, cabe lembrar-se da centralidade das práticas de ensino na análise linguística em todos os momentos de produção textual⁶, o que impede que outros fins sejam objetivados no ensino de língua portuguesa. Mesmo que se tenha o intuito de destacar a importância da gramática no ensino, é necessário considerar a importância que outras reflexões sobre a linguagem possuem para o ensino e a sociedade têm para o ensino e a sociedade, como, por exemplo, o trabalho colaborativo a partir dos gêneros do discurso oral (SILVA JÚNIOR, 2017). Os apontamentos para a necessidade de implementar-se as práticas de produção oral em sala de aula não são novos, no entanto vêm compartilhando uma mesma finalidade, a saber:

[...] que as pessoas tornam-se sujeitos críticos e aptos para agirem em seu meio, a partir dessas interações e dos lugares sociais diversificados, que as possibilitam falar – assumindo uma determinada posição – argumentar, concordar, discordar, desempenhando papéis a cada momento da vida cotidiana (GALVÃO & AZEVEDO, 2015, p. 251).

Sabe-se, tendo em vista as condições pessoais, profissionais e acadêmicas que a sociedade vem delegando, que o domínio consistente das modalidades orais e escritas da linguagem tornam-se questões essenciais para a atuação dos sujeitos nas práticas sociais. Nessa perspectiva, no que se refere à relação entre linguagem e práticas sociais, Kleiman (2002) aponta que os estudos sobre letramento expandiram significativamente o debate

sobre a modalidade oral na escola no intuito de contribuir para a formação dos alunos para além dos muros das instituições de ensino.

Britto (1997) ainda complementa que até mesmo a visão de professores de língua sobre a análise linguística em sala de aula é tida de maneira equivocada, já que ela não é creditada como prática focada na construção do conhecimento linguístico-discursivo, mas sim, como prática de reconhecimento de estruturas de palavras e sentenças diversas. No entanto, esse reconhecimento já é fruto de um processo de apropriação discursiva na construção de conhecimento.

A partir daí, encontram-se debates sobre a baixa possibilidade de abordar temas diversificados frente às obrigações do currículo de língua portuguesa na educação básica, a ausência de formação continuada (que é um desafio muito recorrente), etc. Nessa linha de pensamento, Zozzoli (1997, p. 2, *grifos da autora*) destaca que:

Mesmo que a profusão de trabalhos sobre leitura, produção e gramática, em diversas áreas do conhecimento, possa sugerir que há pouco a explorar nesses temas, no contexto da sala de aula, há momentos em que essas questões ainda constituem um desafio para alunos e professores de língua, sobretudo quando se tem o propósito de formar leitores/produtores de texto *para agirem no mundo* e não se visa à simples aplicação de teorias, sejam elas correspondentes ao ponto de vista normativo/prescritivo da gramática dita tradicional ou a modelos predeterminados oriundos da Linguística.

Relacionando essas considerações com as de Britto (1997), vê-se que os autores levam os fins do ensino de gramática para perspectivas semelhantes: a construção do conhecimento e a de agir no mundo a partir de práticas pedagógicas situadas e não impregnadas em modelos pré-estabelecidos pela linguística e outras teorias quando se pensa no ensino com um olhar mais amplo. É nesse contexto que o trabalho com as modalidades de linguagem se apresenta com mais ênfase para a discussão.

⁶ Aqui se fala de produção escrita e, também, oral.

Observa-se, com isso, que as abordagens gramaticais em sala de aula precisam focar no uso da língua na sociedade é essencial para que os alunos possam entender que o que se vê na escola reflete nas práticas sociais, estimulando inquietações em busca de observações mais atentas da linguagem fora da escola, uma vez que não se tem o objetivo de formar alunos para a escola, mas sim, retomando Zozzoli (1997), para agir no mundo, mais especificamente, no seu contexto.

As abordagens com a oralidade se fazem pertinentes por ser a modalidade que os alunos mais contatam no dia-a-dia; além de que o domínio dela é essencial para o desenvolvimento satisfatório da escrita dos alunos, como afirma Possenti (1996):

[...] a função da escola é ensinar o padrão, em especial o escrito (relembre-se que foi dito acima que, na verdade, os grandes problemas escolares estão no domínio do texto, não no da gramática). Até porque, quando a escola ensina, o que ela ensina mesmo é a modalidade escrita dessa língua, mas não propriamente a língua. Inclusive, para ensinar a modalidade escrita, deve pressupor — e pressupõe de fato — um enorme conhecimento da modalidade oral.

A habilidade escrita que se caracteriza como principal objeto de estudo da gramática é impossibilitada sem que, anteriormente, o sujeito aluno não domine a modalidade oral, ou seja, é impossibilitado o desenvolvimento/aprimoramento de uma competência sem o conhecimento necessário da outra, visto que ambas se complementam numa inter-relação que só se distancia quando se estuda a língua em sua construção formal e estrutural enquanto sistema de signos (SAUSSURE, 2006).

Assim, percebe-se que o ensino de gramática na escola depende de diversos fatores que precisam ser considerados no intuito de que as práticas sejam satisfatórias e impliquem positivamente na formação dos alunos, consolidando uma dialogicidade (BAKHTIN, 2003) nas práticas de ensino e aprendizagem de língua portuguesa.

Além disso, fica clara a carência de conhecimento articulador entre teoria e prática na formação do professor, gerando possíveis divergências acerca do que ensinar e do para quê ensinar determinado objeto de ensino da língua.

Procedimentos metodológicos

Para a realização desse estudo, optou-se por adotar os pressupostos da pesquisa qualitativa de cunho etnográfico e colaborativo para apontar como a produção oral pode contribuir para a reflexão sobre a língua e a construção de saberes gramaticais no ensino de língua portuguesa. A pesquisa qualitativa é fundamentalmente interpretativista e realista no que concerne à posição do pesquisador, uma vez que o coloca num “lugar ético-responsivo no ato de se fazer pesquisa, um lugar de não-álibi em que ele não pode não dizer/calar e, ao mesmo tempo, não pode fragilizar o campo e desqualificar ou silenciar os sujeitos implicados na pesquisa (responsabilidade moral)” (ROHLING, 2014, p. 48-49). Nesse sentido, a neutralidade do pesquisador, muito discutida em estudos sobre pesquisa quantitativa, não existe totalmente, pois, na interpretação dos dados, ele acaba se envolvendo por, também, ser participante da sua pesquisa. Essa característica da pesquisa qualitativa propicia “uma partilha densa com pessoas, fatos e locais que constituem objetos de pesquisa, para extrair desse convívio os significados visíveis e latentes que somente são perceptíveis a uma atenção sensível” (CHIZZOTTI, 2003, p. 221).

Hughes (1980, p. 109) discute sobre a pesquisa qualitativa partindo do princípio da realidade social encarada pelo pesquisador desde quando se insere no contexto de pesquisa determinado:

Quando o teórico aborda a realidade social, encontra o campo antecipadamente ocupado pelo que pode ser chamado de autointerpretação da sociedade. A sociedade humana não é meramente um fato, ou um

acontecimento do mundo exterior, a ser estudado por um observador como um fenômeno natural... É um pequeno mundo integral, um cosmos, iluminado de significado a partir de seu interior pelos seres humanos que incessantemente o criam e conduzem como forma e condição da sua autorrealização.

Quando o pesquisador se insere no contexto em que os dados serão coletados, é necessário que aquele ambiente seja observado num ponto de vista comparativo com outros contextos. Esse pensamento surgiu na maneira com que os críticos sociológicos começaram a contestar o paradigma positivista altamente presente nas pesquisas científicas realizadas com base no pensamento de Augusto Comte, que, por sua vez, “propôs que as ciências sociais e humanas deveriam usar os mesmos métodos e os mesmos princípios epistemológicos que guiam as pesquisas em ciências exatas” (BORTONI-RICARDO, 2008, p. 31), as quais, desde aquela época, pautam seus estudos na pesquisa quantitativa e descritiva, isto é, presa a uma análise detalhada de dados numéricos e/ou percentuais, sem se preocupar com os contextos sociais de onde vêm os dados.

Nessa linha de pensamento, o pesquisador qualitativo da Linguística Aplicada

[...] que emprega a montagem é como um confeccionador de colchas ou um improvisador no jazz. Esse confeccionador costura, edita e reúne pedaços da realidade, um processo que gera e traz unidade psicológica e emocional para uma experiência interpretativa (DENZIN; LINCOLN, 2006, p.19).

As diversas reflexões em busca de resultados fiáveis nas pesquisas em Linguística Aplicada comportam extensas coletas de dados. Nessa perspectiva, o pesquisador se torna ao mesmo tempo um confeccionador, o que desperta ainda mais o senso de pesquisa e possibilita uma análise interpretativista de dados mais detalhada e fruto de experiências físicas, psicológicas e emocionais a partir do que foi vivenciado naquele período. Quando a pesquisa é desenvolvida no contexto

escolar, que não é característica estável e única da Linguística Aplicada⁷, a observação se torna ainda mais íntima devido a grande complexidade existente em cada contexto escolar que, por essência, carrega diversas crenças, valores e regras específicas e isso atribui aos servidores e alunos variadas formas de pensar em relação às ocorrências e fatos que o permeia, como a relação da escola com a família, as características gerais do alunado e dentre outros, pois a pesquisa qualitativa em sala de aula objetiva desvelar o que “está dentro da “caixa preta” no dia-a-dia dos ambientes escolares, identificando processos que, por serem rotineiros, tornam-se “invisíveis” para os atores que nela participam” (BORTONI-RICARDO, 2008, p. 49).

Pensando por esse ângulo, a pesquisa qualitativa abarca, há muitos anos, nas ciências sociais, principalmente na antropologia, uma abordagem de pesquisa – em comparação com as outras – relativamente diferente, a qual se detém mais a fundo a identificar o conjunto de crenças, valores, costumes, etc. de um povo, estabelecendo, para tanto, relações intimamente próximas com determinado povo em busca de desvelar as questões norteadoras dos estudos: a etnografia.

Em sentido amplo, “a etnografia deveria ser uma pesquisa intensiva, de longa duração: o etnógrafo precisaria viver no local, aprender a língua nativa e, sobretudo, observar a vida cotidiana” (*op. cit.*, p. 28). Assim, para ser realmente desenvolvida, a pesquisa etnográfica, em seus primórdios, requeria um enorme tempo por parte do pesquisador. Um exemplo interessante de pesquisa etnográfica é o da pesquisa sobre letramento realizada por Brian Street (1984), que deu subsídios a muitos estudos no campo da educação e da Linguística Aplicada por meio da criação dos dois modelos de letramento (autônomo e ideológico) identificados

⁷ Nos dias atuais, os linguistas aplicados não se detêm apenas em estudar o contexto escolar como âmbito de aprimoramento das manifestações de linguagem. Consideram, também, as práticas de linguagem desenvolvidas em outros contextos referentes a outros setores a não ser a educação.

por ele com os resultados de sua etnografia pautada no pensamento de que “cada grupo possui uma história singular, dentro de sua cultura e é preciso entendê-la como parte de um momento específico” (MATOS, 2011, p. 27).

Visto isso, esta pesquisa tomou como base alguns pressupostos da pesquisa etnográfica, a saber: a observação e a reflexão acerca do contexto pesquisado. Da mesma forma, adota-se, também alguns pressupostos da pesquisa colaborativa, a qual, em contexto de ensino e aprendizagem, traz contribuições para o pesquisador e o professor colaborador, uma vez que o ensino se desenvolve a partir da ação conjunta entre eles e, com isso, contribui “para a elaboração de novas compreensões acerca dos trabalhos realizados na instituição escolar, estabelecendo um compromisso da academia de também se engajar na busca das soluções para as problemáticas (...) apresentadas” (HORIKAWA, 2008, p. 27).

O contexto de pesquisa

A pesquisa foi realizada numa escola de esfera pública municipal situada no município de Maribondo – AL. A oferta anual da instituição abriga alunos do 6º ao 9º ano do ensino fundamental. A turma, com 35 alunos, escolhida para a pesquisa, a partir de momentos de diálogo entre o pesquisador e a professora colaboradora, foi a de 9º ano, período vespertino. A professora colaboradora é graduada em Letras/Português e Inglês e especialista em Língua Portuguesa e atua na referida escola há 17 anos, pertencendo ao quadro permanente do

serviço público municipal. Os dados coletados foram materializados em gravações de áudio e registros no diário de campo do pesquisador.

Reflexões sobre a prática

Partindo do que Zozzoli (1999) assinala acerca do não seguimento de padrões ou modelos preexistentes de práticas de ensino e aprendizagem de línguas no campo da Linguística Aplicada, entende-se, aqui, que as atividades que possam envolver o estudo gramatical no ensino de língua portuguesa devem partir de cada realidade e, mais especificamente, de cada necessidade contextual que o professor encara no trajeto profissional. Nesse sentido, é vista, sem dúvidas, a importância da prática de ensino de gramática na escola, no entanto, é de maior pertinência que se busque articular os conhecimentos gramaticais com os que o aluno já tem.

Com base nisso, propôs-se trabalhar, na experiência aqui relatada, com as circunstâncias do discurso, tendo como foco a oralidade, onde, através do diálogo entre professor e alunos se possa constituir uma gramática do aluno, isto é, estabelecer um processo de constituição própria de regras gramaticais importantes para aprimorar os seus conhecimentos linguístico-discursivos. Inicialmente, adentrou-se à sala de aula informando aos alunos que o próximo objeto de ensino seria o estudo do período composto que já tinha sido iniciado em outros momentos, porém, desta vez, com enfoque nas orações subordinadas adverbiais e, nesse momento, ocorreu a seguinte interação:

José: Professora, (vem cá)... vai ter assunto novo hoje, é?

Ricardo: Eu acho que vai... Deixa ela dizer.

Professora: Sim (olha pra eles)... vamos trabalhar com o período composto, pessoal.

José: Eita... coisa difícil.

Laura: Nada de difícil... se não ficar conversando num instante aprende.

Já era prevista a negação de alguns alunos quando fosse dito qual seria a questão a ser trabalhada dando continuidade ao bimestre. O ensino de gramática na escola, infelizmente, ainda vem sendo tido enquanto algo chato, monótono, e pesquisas como esta buscam mostrar que com base em inteligibilidades (MOITA LOPES, 2006, 2009) é possível reverter essas crenças nos contextos pesquisados. Essas crenças são frutos do método estrutural adotado por muitos professores ao seguirem a risca materiais didáticos focalizados numa perspectiva de ensino como reprodução do discurso do professor na formação dos alunos, o que leva em consideração o estruturalismo linguístico (SAUSSURE, 2006) e estudos decorrentes. Travaglia et al (1984, p. 16) aponta que:

O método estrutural é um método direto, pois leva o aluno a utilizar o léxico e as estruturas da língua diretamente sem passar por uma fragmentação analítica da mesma, ou seja, sem a

prévia intervenção de regras gramaticais que, no método tradicional, eram o objetivo primeiro e que só penosamente conduzem o aluno a uma visão do todo da língua, se esta chega a ocorrer.

Na tentativa de sobressair-se desse método que insiste em existir e mediar diversas práticas de ensino de língua portuguesa, o trabalho com as circunstâncias do discurso aproveita as práticas de linguagem exercidas pelos alunos dentro e fora da escola para levá-los a aprender a gramática em sala de aula. Chama-se de circunstância do discurso pela relação interacional que existe no diálogo entre alunos e professores em sala de aula. As circunstâncias, nesse sentido, se concebem enquanto as respostas ativas dos interlocutores e as produções responsivas (ZOZZOLI, 2002), respectivamente.

Sobre as dificuldades de aprendizagem de gramática em língua portuguesa, ocorreu a seguinte situação exposta no diário de campo:

Um aluno relatou que, como havia me dito na entrevista, não gosta de jeito nenhum de gramática e que isso acaba desestimulando ele de estudar. Rebatí dizendo que essa atividade seria diferente e que em todo o trajeto escolar ele teria que ter contato com a gramática querendo ou não. Anteriormente, a professora solicitou que eles pesquisassem em casa sobre as conjunções subordinadas, as quais são primordiais para que analisemos as orações e encontremos nela a subordinação.

Diário de campo

No estudo das orações subordinadas adverbiais, as circunstâncias do discurso ficam visíveis no jogo de perguntas, respostas e análises rápidas, como no trecho abaixo transcrito de um momento da aula:

Professora: Gente, se tenho a oração principal “Eu fui à Bienal?”, quais perguntas eu posso ter a partir dela para formar um período composto?

Rafaela: Pode perguntar “quando?”, né professora?

Laura: Sim. Então juntando a oração principal com a subordinada como fica?

Rafaela: Eu fui à Bienal segunda de manhã.

Laura: Agora vamos ver a ideia... a ideia que ela quer trazer para ser subordinada adverbial.

Rafaela: Essa é a parte mais chatinha.

Laura: Eita, mulher... é não. Veja só... quando você pergunta “quando”, dá ideia de quê?

Podem acompanhar pelo que eu passei pra escreverem no caderno e pelo que vocês já pesquisaram em casa.

Rafaela Do período que eu fui... AH... é temporal?

Laura: Isso. Oração subordinada adverbial temporal.

No dia em que se realizou essa explanação tanto sobre as categorizações referentes às orações subordinadas adverbiais como acerca das circunstâncias do discurso, tais práticas tomaram todo o tempo da aula. Entretanto, via-se a necessidade de fazer algum tipo de atividade que aproveitasse o conhecimento gramatical dos alunos, porém não utilizando sentenças aleatórias com palavras que os alunos não conheçam, mas sim, com construções lexicais criadas por eles. Assim, se pensou em, na próxima aula, reunir os alunos em equipes para realizar uma dinâmica em que uma equipe cria orações principais

e a outra complementa com a subordinação, classificando-as ao mesmo tempo.

Dois dias depois, no início da semana seguinte, foi posta em prática a atividade gramatical. Os alunos dividiram-se em grupo e, no momento inicial, começaram a elaborar dez orações principais. A professora mencionou que eles poderiam utilizar frases que costumam falar ou ouvir em casa, na escola, na rua e em outros lugares, para que se pudesse observar se as respostas subordinadas das outras equipes eram semelhantes com as que conheciam.

Como ilustração da organização da atividade na prática, destaca-se o trecho abaixo, no início da aula:

Professora: Pessoal, a equipe 1 vai escolher qual a equipe desafiada e entregar as orações principais que já foram criadas.

Paulo: (vai logo)... Vamos!

Cíntia: Já entreguei... Quem vai mandar pra gente?

Pesquisador: Alguém vai desafiar a equipe 1?... Se já estiverem com as orações prontas, podem trazer.

Percebe-se, dessa maneira, que a organização para que os alunos procurem constituir uma gramática própria vai dando os seus indícios de modo que o conhecimento já adquirido (o da competição, que já provem de jogos didáticos ou não, presenciais, virtuais etc.) se articula com o ensino da gramática da língua materna, não em seu caráter puramente normativo, mas sim, humanístico e focado nas práticas de linguagem dos alunos na sociedade. Já no tocante aos resultados adquiridos com a prática, a interação abaixo se destaca:

Ivan: A oração que eles mandaram pra nós foi... Minha mãe desmaiou.

Professora: E aí?... Como vocês complementaram?... Não esqueçam de classificar.

Ivan: Eu pensei assim... ESCUTEM... Minha mãe desmaiou porque estava fraca.

Classificamos como causal, professora... tá certo, né?

Pesquisador: Olha...

Laura: PARABÉNS! Que legal!... Concordam, meninos?

Cíntia: Sim... ficou bom!

Nessa breve demonstração fica visível a perspectiva dialógica adotada pelo pesquisador e a professora no desenvolvimento das atividades em sala de aula; além de que a relação entre oralidade, escrita e ensino discutida na primeira seção do trabalho se torna evidente nesse tipo de prática. Da maneira em que os alunos que desafiaram a equipe oposta as orações principais em busca da complementação dos outros, a professora, ao pontuar a realização própria em ver a compreensão dos alunos em relação à atividade, retoma aos discursos daqueles que produziram as orações principais, pois quaisquer inadequações⁸ que pudessem existir já seriam resolvidas no momento da aula.

Outra questão que chamou atenção foi que as produções responsivas dos alunos materializadas nas orações subordinadas adverbiais são frutos de momentos de reflexão conjunta entre os alunos das equipes formadas na aula.

Nas situações de intervenção, ao invés de o aluno receber explicações prontas, muitas vezes inadequadas por ultrapassarem o âmbito da dificuldade em si, procura-se propiciar oportunidades de reflexão, a partir das próprias dificuldades sugeridas (expressas pelos alunos ou apenas observadas pelo professor) (Zozzoli, 1999, p. 13).

Nesse sentido, fica explícita a necessidade de constantes sondagens do professor para observar as necessidades de aprendizagem dos alunos leitores e produtores de texto. No caso dessa atividade, não se pode dizer que se partiu de reais necessidades dos alunos, mas, infelizmente, de cobrança das hierarquias educacionais existentes. Entretanto, a subversão de modelos preestabelecidos propiciou que o pesquisador, a professora e os alunos saíssem de uma possível zona de conforto em relação ao ensino de gramática e apostassem em práticas dialógicas que mostrem resultados mais significativos.

8 Não se optou por nomenclaturas como erro, defeito, etc., prefere-se seguir o termo inadequações proposto por Zozzoli (1985), visto que uma inadequação pode deixar de existir quando é percebida e, ao mesmo tempo, adequada no contexto de produção discursiva.

Considerações finais

Não há dúvidas de que os estudos científicos que abordam o ensino de gramática serão sempre recorrentes. As discussões teóricas e metodológicas são responsáveis pela distinção de um estudo do outro, atribuindo, assim, espaço para o surgimento de variadas abordagens em Linguística Aplicada ou não. A problematização apontada no presente estudo se deu pela necessidade de discutir a oralidade como fonte importante para a construção de novos saberes, neste caso, dos saberes gramaticais, representados pelo estudo da subordinação no período composto.

No aporte teórico do estudo, é possível que se observe, aproximadamente, a quantidade de tempo em que as discussões sobre ensino de gramática na escola existem e como elas impactam nas práticas pedagógicas exercidas por professores de língua portuguesa na educação básica. É pertinente pontuar, também, o quanto os estudos do texto e do discurso possibilitam o cruzamento de olhares para o ensino de língua portuguesa na perspectiva discursiva em que o ensino de gramática contribui linguisticamente, levando os alunos a assumirem posturas críticas e capazes de transformar os contextos sociais em que vivem.

A pesquisa qualitativa de cunho etnográfico e colaborativo atribuiu espaço para observações constantes da teoria implicando na prática e a prática dando espaço para o desenvolvimento de novas teorias. Da maneira em que o trabalho conjunto entre professor colaborador e pesquisador trouxe resultados satisfatórios na prática de ensino de língua portuguesa na educação básica, o tipo de pesquisa denominado para o estudo cumpriu o seu papel de constituir discussões fiáveis, tomando como base, desse modo, a contextualização teórica do tipo de pesquisa.

Para o ensino, acredita-se que o estudo aponta um novo encaminhamento, no qual se focaliza no

processo de reflexão sobre o uso da língua, para as aulas de gramática em língua portuguesa, ao tempo em que esclarece questões relevantes, como, por exemplo, a importância que, no ensino, se relacionem as modalidades de linguagem (oralidade e escrita); o fato de o estudo do português padrão poder, sim, contribuir para a formação social dos alunos a partir dos contextos de ensino e aprendizagem em que são submetidos; considerar que o ensino de língua portuguesa precisa focalizar, sobretudo, a constituição de conhecimentos linguístico-discursivos e não somente linguísticos.

Referências

- ANTUNES, I. *Língua, Texto e Ensino: outra escola possível*. São Paulo: Parábola Editorial, 2009.
- BAKHTIN, M. M. *Estética da criação verbal*. Trad. P. Bezerra. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, [1979] 2003.
- BORTONI-RICARDO, S. M. *O professor pesquisador: introdução à pesquisa qualitativa*. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.
- BOURDIEU, P. *Razões práticas: sobre a teoria da ação*. São Paulo: Papirus, 1996.
- BRITTO, L. P. L. *A Sombra do Caos: Ensino de Língua X Tradição gramatical*. Campinas: ALB: Mercado de Letras, 1997.
- CEGALLA, D. P. *Novíssima gramática da língua portuguesa*. 48. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2008.
- CHIZZOTTI, A. A pesquisa qualitativa em ciências humanas e sociais: evolução e desafios. *Revista Portuguesa de Educação*, v. 16, n. 2, p. 221-236, 2003.
- DE CERTEAU, M. *A invenção do cotidiano*. 7. ed. Tradução de Ephraim Ferreira Alves. Petrópolis: Vozes, 2009.
- DENZIN, N. K; LINCOLN, Y. A disciplina e a prática da pesquisa qualitativa. In: DENZIN, N. K; LINCOLN, Y (Orgs.) *Planejamento da pesquisa qualitativa: teorias e abordagens*. 2. ed. Porto Alegre: ARTMED, 2006.
- GALVÃO, M. A. M; AZEVEDO, J. A. M. A Oralidade Em Sala De Aula De Língua Portuguesa: O Que Dizem Os Professores Do Ensino Básico. *Filologia e Linguística Portuguesa*, v. 17, p. 249-272, 2015.
- GERALDI, W. *Portos de Passagem*. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1997.
- GÓIS, C. *Sintaxe de concordância*. 12. ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1958.
- HORIKAWA, A. Y. Pesquisa Colaborativa: uma construção compartilhada de instrumentos. *Revista Intercâmbio*, São Paulo, v. 18, p. 22-42, 2008.
- HUGHES, J. *A filosofia da pesquisa social*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1980.
- KLEIMAN, A. B. Alfabetização e Letramento: implicações para o ensino. *Revista FACED*, n. 6, 2002.
- MARCUSCHI, L. A. *Da fala para a escrita: atividades de retextualização*. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2001.
- MATTOS, C. L. G. Estudos Etnográficos em Educação: uma revisão de tendências no Brasil. In: Mattos, C. L. G; CASTRO, P. A (Org.). *Etnografia e Educação: conceitos e usos*. Campina Grande: EDUEPB, 2011, p. 19-42.
- MOITA LOPES, L. P. Da aplicação linguística à Linguística Aplicada Indisciplinar. In: PEREIRA, R. C; ROCA, P. *Linguística Aplicada: um caminho com diferentes acessos*. São Paulo: Contexto, 2009.
- MOITA LOPES, L. P (Org.) *Por uma linguística aplicada indisciplinar*. São Paulo: Parábola, 2006.
- POSSENTI, S. *Por que (não) Ensinar Gramática na Escola*. Campinas, SP: Mercado de Letras, 1996.
- ROHLING, N. As bases epistêmicas da análise dialógica do discurso na pesquisa qualitativa em linguística aplicada. *Le&S Cadernos de Linguagem e Sociedade*, v. 15, p. 44-60, 2014.

SANTOS, L. F. A formação inicial dos professores de Letras. *Letras*, Maceió, n.42, p. 105-137, jul-dez, 2008.

SAUSSURE, F. *Curso de Linguística Geral*. São Paulo: Cultrix, 2006 [1916].

SILVA JÚNIOR, S. N. Oralidade e letramento no ensino de Língua Portuguesa: reflexões sobre o uso dos gêneros do discurso em sala de aula. *Revista de Letras*, v. 19, p. 106-119, 2017.

STREET, B. V. *Literacy in theory and practice*. Cambridge: Cambridge University Press, 1984.

TRAVAGLIA, L. C; ARAÚJO, M. H. S; PINTO, M. T. F. A. *Metodologia e prática de ensino de língua portuguesa*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1984.

VOLOCHINOV, V. *Marxismo e filosofia da linguagem*. Problemas fundamentais do método sociológico na ciência da linguagem. Trad. Sheila Grillo e Ekaterina Vólkova Américo. São Paulo: Editora 34, 2017.

ZOZZOLI, R. M. D. A constituição de uma gramática do aluno em leitura e produção de texto: em busca de autonomia. In: *XV Jornada de Estudos Lingüísticos do GELNE*, p. 1-20, 1997.

ZOZZOLI, R. M. D. Compreensão e produção responsivas ativas: indícios nas produções dos alunos. In: ZOZZOLI, R. M. D (Org.) *Ler e produzir*: Discurso, texto e formação do sujeito leitor/produtor. Maceió: EDUFAL, 2002, p. 13-32.

ZOZZOLI, R. M. D. *Le partitif chez les lusophones adultes*: Analyse d'erreurs et propositions méthodologiques. Tese (Doutorado em Linguística e Ensino do Francês), Besançon, França: Faculté des Lettres et Sciences Humaines da Université de Franche-Comté – Besançon, 1985.

ZOZZOLI, R. M. D. O processo de constituição de uma gramática do aluno leitor/produtor de textos: a busca de autonomia. *Trab. Ling. Apl*, Campinas, (33): 7-21, Jan./Jun, 1999.

Submissão em: 22/06/2018

Aceite em: 27/07/2018

O “folhetim eletrônico”

Verdades Secretas: um fenômeno de audiência e de crítica

pg 68 - 80

Rondinele Aparecido Ribeiro¹

Resumo

O presente artigo encara a telenovela como o principal gênero da teleficção seriada e lhe confere o status de produto artístico e cultural. Na atualidade, pode-se falar que a novela pode ser vista como um agente propiciador acerca dos debates sobre a cultura e identidade brasileira. Um fenômeno que merece ser discutido na atualidade é a forma como os escritores têm construído o enredo das novelas. A partir dos anos 2000, pode-se falar, que a velha forma de “contar histórias” centradas numa única complexidade alterou-se. Tal alteração, em termos gerais, deve-se ao alastramento de novas mídias e a alteração comportamental do receptor, que acabam exigindo novos formatos. Assim, o artigo investiga as estratégias aplicadas no folhetim global “Verdades Secretas”. A trama, exibida pela Rede Globo no ano de 2015, no horário das 23 horas, além de obter audiência expressiva para o horário, é caracterizada pela crítica como uma novela de qualidade pela veiculação de temas considerados polêmicos.

Palavras-chave: Telenovela. Folhetim. Gancho. *Merchandising social*.

THE “ELECTRONIC FOLHETIM” SECRET TRUTHS: A PHENOMENON OF AUDIENCE AND CRITICISM

Abstract

The present article considers the telenovela as the main genre of serial telefiction and confers the status of artistic and cultural product. At present, it can be said that the novel can be seen as a propitiating agent about the debates about Brazilian culture and identity. One phenomenon that deserves to be discussed today is how writers have constructed the plot of the novels. From the 2000s, it can be said that the old way of “telling stories” centered on a single complexity has changed. Such a change, in general terms, is due to the spread of new media and the behavioral change of the receiver, which end up requiring new formats. Thus, the article investigates the strategies applied in the global booklet “Secret Truths”. The plot, screened by Rede Globo in 2015, at the 23 o'clock hour, besides obtaining an expressive audience for the time, is characterized by the critique as a quality novel for the placement of themes considered controversial.

Keywords: *Soap opera*. Folhetim. Hook. *Social merchandising*.

Introdução

A telenovela é um gênero midiático ficcional de grande importância para o Brasil. Sua presença aqui é notada desde 1951, quando foi exibida a primeira experiência audiovisual intitulada *Sua Vida me*

¹ Mestrando em Letras, pela UNESP (Assis). E-mail: ribeirorondinele@gmail.com

Pertence. Na atualidade, trata-se de um gênero de bastante prestígio e sucesso no país, que passou a exportar o produto, propagando imagens, hábitos e valores típicos da sociedade brasileira, sendo um formato bastante lucrativo na televisão, haja vista responder pelo grande lucro obtido pelas emissoras por meio das inserções de *merchandising* empregados no conteúdo da narrativa.

Inicialmente desprestigiada pela crítica, destinada a mulheres e concebida como um produto evasivo devido ao emprego da estrutura sentimental, a telenovela, ao longo de sua trajetória, adaptou-se ao cenário brasileiro e se distanciou de sua matriz latina ao incorporar temáticas mais cotidianas e realistas, que passaram a dialogar com o cenário brasileiro. Dessa forma, o gênero passou a se constituir numa verdadeira vitrine cultural e numa forma de narrativização da sociedade, como apontam Buonanno (2004) e Lopes (2009; 2014).

No meio acadêmico, esse gênero televisivo foi incorporado como objeto de estudo e passou a ser estudado como uma legítima forma de interpretação do país. Autores como Tondato (2011) e Baccega (2012; 2013) esclarecem que tamanha é a importância da telenovela no Brasil, que pensar em cultura e comunicação no país, é pensar na existência da telenovela, um “gênero-mosaico” originado a partir da sincronização de linguagens de vários outros gêneros, tais como folhetim, melodrama, *soap opera* e radionovela.

A partir dessas constatações iniciais, o presente artigo intenciona tecer considerações acerca do gênero ficcional de maior importância para o Brasil, que é a telenovela, e avança também numa comparação entre o folhetim e a telenovela. Para tanto, debruça-se no aspecto narrativo presente no gênero e o elege à categoria máxima de promoção da ficção no cenário midiático atual. Devido à estrutura notoriamente folhetinesca, grande responsável pelo sucesso de público e pela recepção positiva da crítica, escolheu-se a

telenovela *Verdades Secretas*, narrativa audiovisual exibida em 2015 pela Rede Globo no horário das 23 horas para apontar relações de hibridização entre a telenovela e o folhetim.

Teorizando a telenovela e seu suporte

Tamanha é a importância que a telenovela adquiriu no Brasil, que sua trajetória se confunde com o seu suporte: a televisão, veículo de comunicação é tido como o mais poderoso meio de comunicação de massas do século XX (VANOYE apud CAMPEDELLI, 1987, p. 05). Essa particularidade, para Vanoye, foi um dos fatores responsáveis pelo fato de a televisão ter extrapolado o status de um simples eletrodoméstico, sendo perfeitamente possível lhe atribuir o posto de uma grande conquista por combinar meio eletrônico, com recursos cinéticos, técnicos e comunicacionais.

Fruto de admiração por alguns e ódio por outros grupos, esse veículo de comunicação onipresente na sociedade foi encarado como um grande paradoxo. Nesse sentido, Maria Tereza Fraga Rocco (1994) aponta que essa divisão radical com a qual a televisão é vista é polarizada por dois grupos: os integrados e os apocalípticos. O primeiro grupo, de acordo com a autora, exalta o veículo e suas potencialidades enquanto meio de comunicação e espaço de socialização; já o segundo, adota uma concepção preconceituosa do meio calcada na alienação devido ao seu aspecto massivo.

Sobre essa polarização, valem as considerações de Rocco:

Resultam de tais posições certos conceitos e preconceitos a respeito de TV, que precisam ser examinados com cautela. De forma geral, questiona-se muito a TV, exaltando-a ou sobre ela lançando “culpas” as mais diversas e das mais diferentes naturezas. Televisão passa então a ser ou o remédio para todos os males ou o agente responsável pelos mais variados e sérios problemas, sejam eles de natureza social, cultural, psicológica e mesmo pedagógica. O espaço de representação da TV hoje, os papéis que desempenha ou que lhe são atribuídos demonstram fartamente que o veículo se

tornou parte integrante, se não integradora, do cotidiano de todas as pessoas em praticamente todo o mundo (ROCCO, 1994, p. 55).

O Brasil foi um dos primeiros países a contar com a transmissão de televisão, constituindo-se, na verdade, como um ato bastante ousado. A primeira transmissão no país ocorreu em 18 de setembro de 1950, sendo idealizada por Francisco de Assis Chateaubriand e foi marcada pelo caráter amador, uma vez que não se teve um planejamento mais sério. Ainda acerca das especificidades da televisão, é importante recorrer às teorizações de Ribeiro, Sacramento e Roxo (2010, p. 07), responsáveis por identificar o caráter onipresente da televisão no cenário brasileiro bem como sua constituição ao longo de sua implantação no país. Para os autores, tal meio de comunicação corresponde à mídia de maior impacto na sociedade, notabilizando-se também como a principal fonte de informação e entretenimento da maioria da população, fator esse responsável por confirmar a onipresença da televisão no ideário nacional.

Na atual conjuntura da sociedade em que a televisão é alçada ao posto de veículo de comunicação mais influente na sociedade brasileira, é oportuno recorrer às teorizações de Lopes:

A presença maciça da televisão em um país situado na periferia do mundo ocidental poderia ser descrita como mais um paradoxo de uma nação que ao longo de sua história foi representada reiteradamente como uma sociedade de contrastes acentuados, entre riqueza e pobreza, modernidade e arcaísmo, sul e norte, litoral e interior, campo e cidade. E, de fato, a televisão está implicada na reprodução de representações que perpetuam diversos matizes de desigualdade e discriminação. Mas, também é verdade que ela possui uma penetração intensa na sociedade brasileira devido a uma capacidade peculiar de alimentar um repertório comum por meio do qual pessoas de classes sociais, gerações, sexo, raça e regiões diferentes se posicionam e se reconhecem umas às outras (LOPES, 2009, p. 22).

A grande verdade é que, enquanto veículo de comunicação, a televisão tem sua programação

estrutura numa série de formatos denominados de gêneros. Martin Barbero (2001) define o gênero como uma estratégia de comunicação. Dentre os vários formatos, a ficção ocupa papel de destaque na televisão brasileira. Nesse sentido, o suporte vale-se de uma grande necessidade humana, que é o gosto pela narração. Pode-se dizer que a televisão ocupa o posto de grande promotora de ficção contemporânea e seu gênero de maior sucesso, a telenovela, fundamenta-se nessa necessidade atávica do ser humano. Sadek (2008), ao estudar as mídias, aponta a complementaridade que ocorre em tal meio: “Todas as formas de contar e de ouvir histórias se mantêm vivas, de modo que sempre acoplamos novas tecnologias, novos formatos e novas estratégias de contar relatos sem excluir ou descontinuar os anteriores” (SADEK, 2008, p. 24).

Ainda sobre a narratividade, o autor explica que os agrupamentos humanos sempre tiveram acesso e sempre dependeram de um suporte para ela se efetivar. “Fomos da roda de conversa para o palco, depois para o livro, o rádio, o cinema e a televisão” (SADEK, 2008, p. 20). Assim, a telenovela representa muito bem o que está sendo explicado por Sadek, uma vez que esse gênero corporifica a longa tradição narrativa da qual o homem mantém uma grande dependência. Enquanto gênero de ficção audiovisual híbrido, já que suas matrizes remontam a vários gêneros importantes na história da trama seriada, tais como folhetim, melodrama, *soap opera* e radionovela, a telenovela, como define Baccega (2013), tem êxito devido ao seu caráter narrativo, já que “a narrativa acompanha o ser humano desde que o homem adquiriu a faculdade de representar” (BACCEGA, 2013, p. 28). A estudiosa explica também que esse gênero continua a ser o mais importante produto da indústria cultural brasileira e terá esse *status* até o momento em que empregar a estrutura que possibilita um diálogo com a sociedade brasileira.

Em seu artigo intitulado *Estratégias de inovação da telenovela*, Aliana Aires (2013, p. 123) aponta de forma bastante esclarecedora e sintética o histórico dos modelos narrativos que tanto fascínio exerceram na humanidade. Da literatura oral à literatura impressa, do folhetim ao cordel, ao livro, ao teatro, do cinema à televisão, vários meios de comunicação se propuseram a narrar histórias, contudo, como aponta a autora, nenhum conseguiu atingir tanto sucesso na América Latina e no Brasil como a telenovela devido ao seu formato seriado que fornece doses homeopáticas aos telespectadores. “Herdeira do melodrama, a telenovela ganhou uma projeção até então inaudita no cenário brasileiro, passando a ocupar um espaço privilegiado na programação televisiva, e configurando-se como um dos maiores produtos de exportação no nosso país” (AIRES, 2013, p. 123).

As estudiosas Tondato, Abrão e Macedo esclarecem:

Desenvolvendo-se a partir da estrutura do romance-folhetim do século XIX, a telenovela adquire uma identidade diferenciada, que não é mais exatamente o antigo folhetim, nem o *feuilleton*, nem os seriados e nem mesmo a *soap opera* americana. Tal identidade, que trata o tempo e a estrutura da narrativa de forma diferenciada, está vinculada às possibilidades da tecnologia televisiva, às condições dramaturgias de seu desenvolvimento, bem como as formas de sua apropriação, que pelas indústrias culturais, quer pelos consumidores (TONDATO; ABRÃO; MACEDO, 2013, p. 155).

Embora o gênero esteja legitimado como uma produção cultural que retrata e refrata o país, a telenovela nos seus primórdios foi vista como um produto menor e evasivo devido à sua composição melodramática, todavia, no decorrer de sua trajetória, pode-se dizer que o gênero abraçou-se ao se afastar de sua matriz latino-americana e incorporou uma estrutura mais realista, que possibilitou tratar de temáticas atinentes ao universo brasileiro. “A telenovela, produto antropofagicamente construído pelos

brasileiros, que deglutiram as influências do circo, do folhetim e do cordel, da *soap opera*, dos cubanos e de Glória Magalhães, já pode ser classificada em fases [...]” (BACCEGA, 2013, p. 30).

Claudia Modagouro (2007) aponta que a telenovela na atualidade é o produto de ficção mais importante da televisão brasileira, ocupando um espaço *sui generis* por notabilizar-se pelo aspecto representativo da sociedade brasileira. Tamanha é a importância ocupada pelo gênero que Tondato (2011) explica que a telenovela na América Latina ocupa o papel de grande amplitude cultural, sobretudo pela sua potencialidade de tratar de questões polêmicas da sociedade e se constituir num produto que participa ativamente do processo de (re) criação identitária.

Sobre as especificidades da telenovela, vale o ponto de vista de Tondato, Abrão e Macedo:

Por meio da telenovela, o homem pode desenvolver novas sensibilidades que o ajudem a interpretar o social e a realidade na qual está inserido, bem como a organizar sua própria vida. Ela possibilita, portanto, que experiências “reais” sejam vividas, nos permitindo dizer que a telenovela, assim como muitas outras obras – é uma ficção real. Uma afirmação que, apesar de contraditória, acreditamos consiga resumir o modo a partir do qual pensamos esse produto midiático (TONDATO; ABRÃO; MACEDO, 2013, p. 153).

Estruturalmente falando, a telenovela emprega o gancho como forma de suspense na criação de expectativas no receptor. Renatta Pallotini (2012) explica perfeitamente sobre o emprego dessa técnica herdada do folhetim. Para a autora, as telenovelas operam com essa simbiose de estruturas. A partir das considerações apresentadas, é lícito afirmar que, mesmo surgido novas formas de comunicação e de entretenimento, a estrutura folhetinesca seriada permaneceu no meio audiovisual como se poderá verificar na telenovela *Verdades Secretas*.

Uma das matrizes das quais a telenovela se originou é as *soap operas*, que consistiam na exibição

de dramas da ficção seriada. De início, eram exibidas em horário diurno e eram patrocinadas pelas empresas “fabricantes de sabão”, que entretinham as massas numa época em que parcela da população não podia ter acesso ao cinema, ao teatro e a revistas. Sobre as configurações da *soap opera*, valem as considerações de Piveta (1999, p. 06) : “As histórias seriadas ou soap operas surgiram nas emissoras das rádios americanas, na década de 1930. Com uma linguagem simples e com temas cotidianos, as soap operas aumentaram a audiência das rádios e conquistaram muitos patrocinadores – Procter e Gamble, Colgate – Palmolive, Lever Brothers”.

Como esclarecem Ortiz, Borelli e Ramos (1991), na década de 1940, todos os dez maiores programas americanos de rádio eram soap operas, sendo que 92% dos patrocinadores se dedicavam a tal gênero radiofônico. Na verdade, pode-se falar, que as soap operas consistiam numa dupla estratégia: a primeira era levar entretenimento para a população; já a segunda, consistia numa estratégia de propaganda criada pelas agências de publicidade em veicular publicidade em momento que parcela considerável da população estava envolvida com a trama seriada.

Como exemplo desse sucesso, podem ser citadas *Amos and Andy*, exibida em 1929 pela WGN e *Painted Dreams*, exibida em 1930 sendo considerada a primeira *soap opera* da história do gênero.

Somente em 1959, é que o rádio passou a veicular tramas menos sentimentais em que sobressaiam uma verdadeira combinação de crimes, violência e ficção. Por sua vez, a gênese da *soap opera* está atrelada a dois gêneros de muito sucesso nos Estados Unidos: os romances domésticos, que faziam bastante sucesso no fim do século XIX e início do século XX e o vaudeville, que consistia em um espetáculo teatral de variedades, que era concebido como uma forma de entreter as pessoas pensando num sucesso comercial.

Além dos folhetins, as telenovelas sofreram influências das radionovelas, gênero surgido nos EUA no final do século XIX. As produções radionovelescas brasileiras foram influenciadas pelas radionovelas latino-americanas de Cuba e da Argentina. Nesses dois países, o formato já estava consagrado desde os anos 1930. Para se ter uma noção de quão avançada era o rádio em Cuba, na cidade de Havana, nos anos 30, o número de emissoras de rádio era superior ao da cidade de Nova York. “Na América Latina, o ponto de partida é Cuba, que vai incluir no formato mais tarde transformado em gênero, a característica do melodrama, que tão bem espelha a América Latina” (BACCEGA, 2013, p. 28).

A primeira radionovela exibida no Brasil tratou-se, na verdade, de uma adaptação da versão original cubana, de Leonardo Blanco e adaptada por Gilberto Martins, que foi responsável pela adaptação de vários sucessos no país. Uma das características predominantes nesse formato era a importação de roteiros bem como a estrutura essencialmente melodramática. Recuperando a gênese da radionovela no país, deve-se comentar a respeito da mudança do escritor Oduvaldo Vianna, que se mudou para a Argentina com a família em 1939, tornando-se dramaturgo passou a escrever para a Rádio *El Mundo*. No ano de 1940, o dramaturgo retornou para o Brasil e ofereceu vários roteiros para as emissoras nacionais. O único que aceitou a ideia foi Vitor Costa, que era diretor de radioteatro da Rádio Nacional, entretanto esbarrou-se nas dificuldades de se encontrar patrocínio para um gênero ainda incipiente no Brasil. A radionovela de Vianna foi lançada pela Rádio São Paulo, tornando-se um grande sucesso. Conforme apontam Borelli e Mira (1996, p. 35), a partir das duas experiências no Rio e em São Paulo, “as radionovelas se tornam febre nacional”.

Sobre a configuração da radionovela no Brasil, valem as considerações de Piveta:

No Brasil, o diretor artístico da Rádio São Paulo, Oduvaldo Viana, descobriu e se apaixonou pela radionovela numa viagem à Argentina e, em 1941, implantou-a no país. As primeiras adaptações foram *A Predestinada* e *Em Busca da felicidade*. O fato de ser um produto importado fez com que as radionovelas e pautasse nos padrões preestabelecidos: temática folhetinesca melodramática e público, em especial, feminino. O sucesso veio rápido. Entre 1943 e 1945 foram transmitidas 116 novelas pela Rádio Nacional, num total de 2985 capítulos (PIVETA, 1999, p. 07-08).

Ainda com relação ao gênero radionovela, observa-se que na década de 1950, o formato entrou em profunda decadência, uma vez que o alto custo de produção e a migração dos patrocinadores para a televisão constituíram fatores decisivos para a derrocada do gênero. Para decretar o fim dessa era consagrada, a partir de 1951, o país passa a produzir telenovelas, ainda que num formato não diário. Tal fato serviu para assinalar a mudança de gosto da sociedade, que agora contava com um meio de comunicação que possibilitava a interação por meio do audiovisual.

No Brasil, usando as definições de Patrícia Piveta (1999), pode-se entender que a telenovela se constituiu como a segunda transformação operada pelo folhetim. “A novidade era que os espectadores podiam ver, e não mais só ler ou ouvir, os personagens da telenovela, o cenário e presenciar toda a trama bem de perto, como se tudo ocorresse na própria sala de estar do telespectador” (PIVETA, 1999, p. 08). Assim, a telenovela transportou do rádio tanto a técnica como autores, diretores e autores, sendo importante mencionar que nessa fase incipiente, não se tinha uma linguagem própria para a televisão, tampouco contava-se com aparato tecnológico. Por essa razão, as primeiras telenovelas eram exibidas em formato diário, como capítulos que duravam cerca de 15 minutos e exibidos duas vezes por semana.

Tal situação só foi alterada com o advento do videoteipe, o que permitiu a revigoração do formato, conferindo-lhe aspecto duradouro e industrial. Dessa forma, as telenovelas deixaram de ser exibidas duas ou três vezes por semana para serem exibidas diariamente. A primeira experiência nesse formato diário foi ao ar em 1963 e chamou-se *2-5499 ocupado*. Tratava-se de uma adaptação da telenovela argentina *0597 Dá Ocupado*. Como atores principais, a trama contou com Tarcísio Meira e Glória Menezes:

Este quadro de transformações se reflete no advento da telenovela diária, tornando-se o produto através do qual os canais concorrem entre si, com todas as emissoras fazendo uma incursão pelo gênero. Repetindo o mesmo padrão comercial das radionovelas, *2-5499 ocupado*, TV Excelsior, foi a primeira telenovela diária, com os direitos comprados na Argentina, onde também são contratados os profissionais de produção, sendo o elenco escolhido no Brasil (TONDATO; ABRÃO; MACEDO, 2013, p. 157).

Em sua origem, como já mencionado, foi encarada como um produto menor por tratar de temas considerados óbvios, essencialmente melodramáticos e evasivos, como sustentam Alencar (2002) e Baccega (2013). Aos poucos, o gênero passou a contar com várias alterações em sua constituição, tais como o emprego do videoteipe, a adoção das tramas veiculadas diariamente e as temáticas, que de evasivas e ambientadas em cenários distantes do país, passaram a contar com o retrato do cotidiano do brasileiro, que passou a se reconhecer nos enredos encenados. Dessa forma, o caráter extremamente melodramático é mesclado a situações mais realistas.

Sobre as alterações ocorridas na década de 1960, valem as lições de Fadul:

As primeiras mudanças vão se dar no domínio das temáticas, ainda na década de 1960, quando acontece o seu processo de abasileiramento e elas passam a se distanciar cada vez mais do melodrama tradicional, conforme sua matriz cubana-mexicana-argentina. Essas mudanças tiveram seu ponto culminante com Beto Rockfeller (1968-1969), que rompeu

com uma série de regras do gênero. O distanciamento no tempo e no espaço, uma das principais características das telenovelas tradicionais, é abandonado em nome de uma aproximação com a vida cotidiana. Os temas dessas telenovelas estavam relacionados com os problemas de uma sociedade que se urbanizava e se industrializava rapidamente (FADUL, 2000, p. 19).

Nesse cenário de mudanças, não se pode esquecer de comentar acerca da importância da TV Tupi para a teledramaturgia nacional. Conforme Fadul (2000, p.16), o mérito da consiste em ter sido a primeira emissora do país além de ser a pioneira na produção de telenovelas. Além disso, deve-se acrescentar que a emissora foi responsável pela introdução das grandes mudanças ocorridas no gênero, como é o caso de *Beto Rockfeller*, telenovela considerada o “divisor de águas” na teledramaturgia nacional:

O estilo dos dramas longínquos de Glória Magadan foi abalado pela TV Tupi, já em processo de declínio, com *Beto Rockfeller* (1968-1969), de Bráulio Pedroso. Considerada a primeira telenovela moderna, com tema atual, referência direta do universo dos espectadores e características tipicamente brasileiras, *Beto Rockfeller* abriu as portas para o desenvolvimento da reconhecida qualidade das telenovelas brasileiras – não foi um acidente, foi uma consequência de tentativas anteriores (SADEK, 2008, p. 36).

A crítica confere a essa obra o *status* de trama revolucionária por empregar um protagonista anti-herói. A obra colaborou também para mudanças que se processariam quanto à recepção, haja vista que a trama, em torno de um herói encarnando a arquetípica malandragem brasileira, seduziu o público masculino. Para o estudioso José Roberto Sadek (2008), essa telenovela pode ser considerada a primeira em estrutura moderna justamente pelo fato de ter abandonado a estrutura melodramática, ter atingido o público masculino, que não figurava como o destino de tais produções bem como por ter inovado empregando diálogos marcados pela coloquialidade e pelo emprego de gírias. “A encenação era naturalista. Espectadores ricos e pobres ficaram encantados com as manobras de

Beto para participar de um mundo que não era o seu” (SADEK, 2008, p. 37).

A partir dos anos 70, a telenovela passa a dialogar diretamente com a realidade nacional. Assim, a estudiosa Esther Hamburger (2005) designa como “novelas-verdade” o conjunto de produções que surgem num contexto bastante conturbado para o Brasil. A obra *O Bem-Amado* (1973), de Dias Gomes, marcou uma profunda alteração no mercado, haja vista ter sido a primeira telenovela colorida exibida pela Rede Globo. Nessa década, os enredos passaram a abordar temáticas subjacentes ao universo brasileiro. Foram incorporados às tramas um forte debate crítico acerca das condições sociais e históricas do país.

Vale acrescentar ainda que foi nessa década que a Rede Globo passou a fixar seus horários bem como padronizou a duração das novelas e dos capítulos. Dessa forma, cada novela passa a ser construída de acordo com o público-alvo dividido por faixa etária, por horários e por temas. Assim, constata-se que a telenovela representou uma realidade até então renegada pelo gênero. De simples produto menor e melodramático, foi-se constituindo como forma de representar e balizar questões culturais, como esclarece Baccega (2013):

A telenovela reflete/refrata o contexto social, respeita o tempo e espaço históricos da sociedade da qual emerge e trata dos grandes temas do cotidiano, os quais são alçados à condição de elementos do universo ficcional. Tem sua verossimilhança construída no interior da narrativa. É desse modo que a ficção colabora, ela também, com a atualização dos mitos fundadores da nacionalidade principalmente no âmbito dos valores (BACCEGA, 2013, p. 36).

A telenovela se legitimou como uma forma de uma verdadeira narrativa acerca da nação, como defendem Lopes (2009; 2014) e Mogadouro (2007). Impulsionada pelo processo de redemocratização pelo qual o país passou, as tramas avançaram na maneira crítica de explorar e contextualizar as temáticas polêmicas pelas quais a sociedade passava.

Nesse sentido, a adoção de campanhas educativas denominadas de *merchandising social*, sobretudo, a partir dos anos de 1990, serviu para legitimar ainda mais a telenovela como verdadeiro componente cultural brasileiro alçado a recurso comunicativo, como defende Lopes (2014). “É possível afirmar que a telenovela no Brasil conquistou reconhecimento público como produto artístico e cultural e ganhou visibilidade como agente central do debate sobre a cultura brasileira e identidade do país” (LOPES, 2014, p. 02). A autora explica que esse status foi obtido porque a telenovela corresponde a um modelo de representação da modernidade brasileira, sendo um fenômeno cultural tão visto quanto falado pela sociedade alimentando repertórios e imaginário social.

Como se trata de um produto de forte penetração nos lares dos brasileiros e se constitui como principal produto de mídia do país, a inserção das ações sociais e educativas no enredo serve como um agente formativo da sociedade, nutrindo os telespectadores de referências. “Por meio do *merchandising social*, as telenovelas vêm agenciando a discussão de questões atinentes à sociedade brasileira – nem sempre contempladas pelas políticas públicas – e encontram na interface com a internet novas possibilidades narrativas, configurando-se também como um tipo de transmidialidade” (CARRASCOZA; HOFF; CASAQUI, 2013, p. 90).

A telenovela, nesse sentido, funciona como um agente de debates, que dá visibilidade a temas sociais polêmicos, que são vividos pelos personagens, os quais são porta-vozes. Por meio deles, os telespectadores recebem conselhos e alertas, possibilitando perceber e captar a realidade. Pode-se dizer que o conjunto de ações propostas pela telenovela estimula o receptor a uma ação ou reação diante da temática abordada, como aconteceu com as ações educativas propostas em *Salve Jorge* (aumento significativo das denúncias envolvendo

tráfico de pessoas) e *Laços de Família* (aumento significativo do número de doares de medula óssea).

Para exemplificar, as produções novelísticas já abordaram o drama de crianças desaparecidas e a luta das mães em tentar encontrá-las (*Explode Coração*, 1995); o Movimento dos Sem-Terra e a presença de dois senadores da república em velório do senador da ficção (*O Rei do Gado*, 1996); a denúncia da exploração do trabalho infantil (*A Indomada*, 1997); o tema da AIDS (*Zazá*, 1997); a doação de medula óssea (*Laços de Família*, 2000); as drogas e o depoimento de viciados em tratamento (*O Clone*, 2001); problemas com alcoolismo e a violência doméstica (*Mulheres Apaixonadas*, 2002); a exploração sexual infantil (*América*, 2005); a violência urbana (*Páginas da Vida*, 2006); a exploração do trabalho infantil (*Avenida Brasil*, 2012); o tráfico de pessoas (*Salve Jorge*, 2012); a temática da prostituição, da violência e do consumo das drogas no mundo da moda (*Verdades Secretas*, 2015).

Acerca dos temas polêmicos retratados na telenovela naturalista, vale o ponto de vista de Tondato, Abrão e Macedo:

[...] a telenovela, com seu poder de suscitar questões polêmicas, contribui para a mudança gradativa da sociedade dado seu forte peso na trama cultural. Em verdade, as questões levantadas em suas tramas já circulam na sociedade, algumas de forma abrangente e outras de maneira incipiente, isto é, começam a ser discutidas. Ao serem abordadas, penetram mais profundamente na sociedade e, com o passar do tempo, se atenderem aos objetivos que a sociedade civil venha colocar sobre aquelas questões, as mesmas passam a fazer parte do cotidiano de um maior número de pessoas (TONDATO, ABRÃO, MACEDO, 2013, p. 199).

Essa condição da narrativa midiática, a qual se notabiliza por travar um diálogo amplo com a realidade faz com que ela se converta num espaço amplo e privilegiado para retratar temáticas sociais bem como ficcionalizar dramas inerentes aos brasileiros. Ademais, é essa especificidade que possibilita o surgimento de novos modos de

perceber a realidade bem como servir como uma iniciativa ampla com a finalidade de informar o receptor, estimulando-o a uma reação, ou até mesmo, uma ação retratada no enredo da telenovela

***Verdades Secretas*: relações entre telenovela e a estrutura folhetinesca**

Verdades Secretas foi a quinta telenovela exibida pela Rede Globo no horário reinaugurado das 23 horas. Escrita por Walcyr Carrasco e veiculada entre junho e setembro de 2015, a telenovela foi a primeira teleficção inédita exibida pelo horário e inovou em vários aspectos, desde a concepção da gravação da narrativa feita com duas câmeras e com formato semelhante ao das minisséries até o tempo de permanência no ar, já que contou com 68 capítulos.

Com um enredo bastante coeso, coerente repleto de sexo, paixão, violência exacerbada, drogas e questões de gênero, a telenovela abordou uma série de temas de forma bastante ousada e realista, tais como um triângulo amoroso nada convencional que deságua na tragicidade (suicídio da mãe e assassinato do amante), a prostituição no mundo da moda (o caso do *book rosa*) e a temática das drogas representada pela personagem Larissa (interpretada por Grazi Massafera), personagem arrivista, invejosa e batalhadora, mas que não consegue trabalhos como modelo e acaba se tornando uma dependente de crack, ditaram o rol de situações enfrentadas pelas personagens da telenovela.

Enquanto o mais importante produto de mídia da indústria televisiva passa a ser um espaço de problematização do país retratando desde a intimidade aos problemas sociais, como ensina Lopes (2009). Dessa forma, a telenovela, como defende a autora, tem a propriedade particular de funcionar como um poder de síntese, já que é capaz de fundir o público e o privado, o político e o doméstico, a notícia e a ficção, o masculino

e o feminino. “É isso o que, a meu ver, tipifica a telenovela brasileira e que cria o quase paradoxo de se ver o Brasil mais nessa narrativa ficcional do que no telejornal” (LOPES, 2009, p. 26).

O enredo de *Verdades Secretas* centrava-se em torno do sonho de uma garota chamada Arlete, interpretada por Camila Queiroz, que alimenta o sonho de ser modelo. A jovem vai morar com sua mãe, interpretada por Drica Moraes, na casa de sua avó depois de o pai abandonar a família. A jovem, motivada na carreira de modelo para ajudar a família, consegue ingressar no mundo da moda, passa a ser chamada de Angel por ser um nome mais comercial. Logo é vítima da agência de Fanny, interpretada por Marieta Severo, ingressando no mundo da “prostituição de luxo”.

Em seu primeiro desfile como modelo, Angel ganha bastante notoriedade, despertando a atenção de Alexandre Ticiano (Alex), interpretado por Rodrigo Lombardi, que, em um acordo espúrio com a empresária Funny, reserva a modelo para ele. Os dois passam a ter um envolvimento cada vez maior, mas Angel acaba criando repulsa pelo cliente quando outra modelo da agência, Lyris, entra na agência e acusa ter sido violentada por Alex.

O empresário tinha um acordo com a dona da agência e ela não oferece nenhum trabalho envolvendo *book rosa* para Angel, fazendo com que a modelo tome a decisão de fazer um programa sem que os dois soubessem. Durante a relação, o cliente acaba infartando e morre. Angel vai parar na delegacia e tem que prestar esclarecimentos para a polícia. Nesse momento, acaba revelando para a avó que era garota de programa.

A avó pressiona a modelo a morar com o pai com o intuito de afugentar a neta do mundo da prostituição. Paralela a essa situação, o empresário seduz Carolina e pede que ela mantenha segredo sobre o envolvimento dos dois. Para impressionar Carolina, Alex quita a dívida de Dona Hilda (mãe de Carolina). Alex se casa com a mãe de Angel e viaja em

lua de mel, levando a enteada junto com a desculpa de que era uma boa hora para eles se aproximarem, já que agora seriam pai e filha. Na verdade, o empresário nutria o desejo de possuir Angel novamente. Seduz a garota e eles passam a ser amantes.

Alex passa a humilhar e a desprezar a esposa e se demonstra cada vez mais preocupado com a garota. Quem desmascara os dois é a filha de Alex, Giovanna, que contou para Carolina sobre o envolvimento extraconjugal do pai. Carolina flagra os amantes na cama. No meio de muita discussão, Carolina tira um revólver e aponta primeiro para Alex. Angel intervém e diz que ama o empresário. Após a discussão e bastante abatida, Carolina escreve uma carta para Angel e comete suicídio.

Após a morte da mãe, a jovem vai morar com o pai. Alex a procura e justifica ao pai de Angel o interesse, dizendo que quer dar uma vida confortável para ela, já que a moça era sua enteada. O empresário viaja com Angel para Angra dos Reis e tenta seduzi-la novamente chamando-a para passear de lancha. Num determinado momento, a personagem saca uma arma a mesma empregada pela mãe- e aponta para o padrasto. Alex tenta convencer a garota a não atirar, mas ela dispara várias vezes contra o amante. Após o crime, a jovem lança o corpo ao mar, limpa as evidências do crime em uma cena extremamente hiperrealista em que está de biquíni e suja de sangue, que se mistura com a água utilizada para lavar a lancha.

A partir do final trágico envolvendo Alex, Angel e Carolina (suicídio de Carolina e assassinato de Alex), fica patente que a telenovela tratou a temática da traição de uma forma bastante original ao recorrer ao hiperrealismo como uma estética que capta e explora as situações da classe média como um fato documentarizante. A temática da traição conjugal é bastante comum nas produções televisuais, que guardam resquícios ou releituras do melodramático, mas em *Verdades Secretas*, essa

violência que pulsou na tela do telespectador ganhou um viés artístico.

De fato, a trama conseguiu mobilizar o público, já que foi uma das maiores audiências do ano de 2015. A trama foi considerada pelos críticos como uma obra de bastante qualidade, sobretudo por desnudar questões polêmicas como a prostituição no mundo da moda, as drogas, a violência, a bissexualidade e o relacionamento trágico envolvendo um trio nada convencional. Segundo dados², o capítulo final de *Verdades Secretas* obteve 27 pontos no Ibope. Vale ressaltar, dessa forma, que a trama teve uma boa aceitação pelo público, a qual pode ser constatada pelo índice de audiência considerado alto devido ao horário em a telenovela foi exibida. Para se ter um dado comparativo, a audiência de *Verdades Secretas* foi superior ao da telenovela *A Regra do Jogo*. Veiculada no principal horário da emissora, essa produção obteve 24 pontos de audiência no dia de exibição do último capítulo de *Verdades Secretas*.

Como a telenovela alimenta também conversas entre família, amigos bem como alimenta uma grande fluxo de notícias e programas relacionados aos bastidores da televisão, muito se falou sobre a novela, que além de ter um ritmo narrativo diferente das demais tramas, contou com poucos personagens e com um número de capítulos bem inferior ao do formato tradicional.

A seguir, tem-se um trecho em que se apresenta à Angel o trabalho com book rosa:

Fanny: [...] Você sabe o que é o *book rosa*?

Angel: Um livro cor de rosa?

Fanny: Não, não é bem isso. [...] Tem agências que não fazem questão de agradar o cliente em tudo, mas eu faço questão de agradar. Aqui na Fanny Models quando um cliente faz um pedido muito especial, eu atendo. Dr. Ming te achou lindíssima.

² Os dados foram retirados do site: <<http://otvfoco.com.br/ultimo-capitulo-de-verdades-secretas-iguale-recorde-de-audiencia/>> Acesso em 03/02/2016.

Angel: Sério? Você acha que eu vou posar para a próxima linha de maquiagem dele?

Fanny: Claro! É possível, é possível no futuro, mas a questão agora aqui é o book rosa. [...] O trabalho da modelo é o trabalho de modelo. Não são todas as agências não, mas algumas, poucas, como a Fanny Models, desenvolve um trabalho especial chamado *book rosa* ou ficha rosa. [...] Ninguém fala muito porque as modelos que fazem esse tipo de trabalho, mesmo as em início de carreira, ganham muito mais dinheiro.

Angel: Que tipo de trabalho é esse?

Fanny: Além dos eventos, dos desfiles, a modelo acompanha o executivo para algo mais.

Angel: Oh, Visky, toda modelo pra ficar famosa tem que fazer?

Visky: Não, claro que não. Muitas tiveram sorte no início da carreira, outras tinham uma condição melhor e não precisaram. [...] Eu não vou mentir pra você, nem toda agência faz, mas boa parte das agências que dizem que não fazem, fazem, ou pelo menos facilitam os encontros.

Angel: Das modelos com os clientes?

Visky: Ai, que palavra feia. Patrocinador, hum? Soa bem melhor. Ter um bom patrocinador ajuda na carreira da modelo. Tem até umas que casam.

Além das estratégias já apontadas, um grande elemento de bastante importância para o sucesso da telenovela foi o emprego do gancho, estratégia emprestada de sua matriz folhetinesca para instigar a tensão e promover a identificação do público com a narrativa. “O gancho cria uma ruptura no conhecido e previsível, levando o ouvinte a tentar saber o desfecho para que, entendendo o inusitado e o intrigante, reconstitua seu universo de conhecimento, que agora abriga essa nova informação” (COSTA, 2000, p. 68). Assim, essa fórmula secular de sucesso foi bastante empregada na telenovela como uma forma de criar tensão e instigar a audiência, que se manteve crescente no folhetim, bem como nos vários comentários pela internet, o que mostra a grande potencialidade da telenovela se constituir numa narrativa acerca do cotidiano, além da sua faceta de promover a geração de conteúdos e debates em outros suportes. Ademais, essa relação folhetinesca foi exacerbada

em *Verdades Secretas* pela escolha do tema polêmico, a instauração do conflito múltiplo com suspense no final de cada capítulo.

Considerações Finais

Este artigo propôs-se a estabelecer um panorama acerca da telenovela brasileira. Longe de esgotar as teorizações sobre esse gênero, este trabalho apontou que a telenovela é vista na atualidade como uma narrativa sobre o país devido a sua capacidade de se inspirar em situações reais e ficcionalizá-las.

Não restam dúvidas de que esse gênero é um forte componente da cultura brasileira pelo seu caráter de veicular hábitos, valores e formas possíveis de conduta. Elevada a um gênero com potencialidades comunicativas pelo fato de dar visibilidade a temáticas polêmicas, a telenovela tornou-se um produto de mediação social justamente pelo seu poder educativo e informativo que sempre suscita ações e reações da sociedade.

Inicialmente concebida como um produto menor da televisão brasileira por empregar uma extensa carga melodramática aliada a um enredo evasivo, o “folhetim eletrônico televisivo” tornou-se uma expressão cultural da América Latina. No Brasil, ganhou um *status* bastante peculiar pelo fato de ter incorporado temáticas sociais e situações cotidianas experimentadas pelos personagens que propiciam a identificação com os telespectadores. O gênero permanece vivo na grade televisiva brasileira e se mostra de grande importância no ideário nacional, sobretudo por criar uma verdadeira comunidade imaginada como propõe Lopes (2014).

A telenovela *Verdades Secretas*, exibida em 2015, conquistou o público, que se viu seduzido pelo enredo nada convencional. Ademais, a narrativa trouxe à baila vários temas considerados

polêmicos, tais como traição, prostituição no mundo das modas, drogas e bissexualidade. Aliada à estratégia secular emprestada de sua matriz folhetinesca, recorreu-se ao gancho como forma de seduzir o público e instigar a audiência, fazendo da produção sucesso nacional e internacional, já que ganhou o Emmy de melhor produção televisual.

Referências

ALENCAR, Mauro. **A Hollywood Brasileira: Panorama da Telenovela no Brasil**, São Paulo: Senac, 2002.

BACCEGA, Maria Aparecida; OROFINO, Maria Isabel Rodrigues (Org.). **Consumindo e vivendo a vida: telenovela, consumo e seus discursos**. São Paulo: PPGCOM – Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Práticas de Consumo, Intermeios, 2013.

BACCEGA, Maria Aparecida. **Ressignificação e atualização das categorias de análise da “ficção impressa” como um dos caminhos de estudo da narrativa teleficcional**. Revista Comunicación, N°10, Vol.1, ano 2012.

BORELLI, Sílvia Helena Simões; MIRA, Maria Celeste. Sons, imagens, sensações: radionovelas e telenovelas no Brasil. In: **Intercom – Revista Brasileira de Comunicação**. São Paulo: Intercom, vol. XIX, n.1, 1996, pp. 33-57.

BUONANNO, M. Além da proximidade cultural: não contra a identidade, mas a favor da alteridade. In: LOPES, M. I. V. **Telenovela: internacionalização e interculturalidade**. São Paulo: Loyola, 2004.

CAMPEDELLI, Samira Youssef. **A telenovela**. São Paulo: Ática, 1987.

CARRASCOZA, João Anzanello; HOFF, Tânia; CASAQUI, Vander. Significações do trabalho e do corpo nas “narrativas de superação”: um estudo dos depoimentos do Portal da superação em Viver a Vida. In: BACCEGA, Maria Aparecida; OROFINO, Maria Isabel Rodrigues (Org.).

Consumindo e vivendo a vida: telenovela, consumo e seus discursos. São Paulo: PPGCOM – Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Práticas de Consumo, Intermeios, 2013.

COSTA, Cristiane. **Eu compro essa Mulher: romance e consumo nas telenovelas brasileiras e mexicanas**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

FADUL, Ana Maria. **Ficção seriada na TV: as telenovelas latino-americanas (Bibliografia anotada da telenovela brasileira)**. São Paulo, ECA-USP, 1993.

HAMBURGER, Esther. **O Brasil antenado: A sociedade da telenovela**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005

LOPES, Maria Immacolata Vassallo de. **Memória e Identidade na Telenovela Brasileira**. Disponível em <http://compos.org.br/encontro2014/anais/Docs/GT12_ESTUDOS_DE_TELEVISAO/templatexxiicompos_2278-1_2246.pdf>. Acesso em 04/05/2016.

LOPES, Maria Immacolata Vassallo de. **Telenovela como Recurso Comunicativo**. MATRIZES, v. 3, n.1, 2009.

MARTIN-BARBERO, Jesús. **Dos meios às mediações: comunicação, cultura e hegemonia**. Traduzido por Ronald Polito; Sérgio Alcides. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2001.

MOGADOURO, Claudia de Almeida. **A Telenovela brasileira: uma nação imaginada**. Eco-Pós, v.10, n. 2, p. 85-95, 2007.

ORTIZ, Renato; BORELLI, Sílvia Helena Simões; RAMOS, José Mário Ortiz. **Telenovela, história e produção**. São Paulo: Brasiliense: 1991.

PALLOTTINI, Renata. **Dramaturgia de televisão**. 2. ed. São Paulo: Perspectiva, 2012.

PIVETA, Patrícia Rosana. **Telenovela: um dos procedimentos educativos da sociedade brasileira**. Londrina: UEL, 1999.

ROCCO, Maria Thereza Fraga. **Que pode a escola diante do fascínio da TV.** Disponível em <http://www.crmariocovas.sp.gov.br/pdf/c_ideias_09_053_a_062.pdf>. Acesso em 12/10/13.

SACRAMENTO, Igor; ROXO, Marco; RIBEIRO, Ana Paula Goulart. **História da Televisão no Brasil.** São Paulo: Contexto, 2010.

SADEK, José Roberto. **Telenovela: Um olhar do cinema,** São Paulo: Summus, 2008.

TONDATO, Márcia Perecin; ABRÃO, Maria Amélia; MACEDO, Diana Gualberto de. Ficção e Realidade Televisivas: **O caminhar pela cultura e o encontro com a telenovela.** In: TONDATO, Márcia Perecin; BACCEGA, Maria Aparecida (Orgs.). *A Telenovela nas Relações de Comunicação e Consumo: Diálogos Brasil e Portugal.* Jundiaí: Paco Editorial, 2013.

TONDATO, Márcia Perecin. **Comunicação e consumo: representações identitárias da mulher na publicidade do prime-time.** Revista ECO-POS, abril, 2011.

Submissão: 12/02/2018

Aceite: 17/07/2018

A mediação do professor-orientador como fator relevante na formação inicial do professor

pg 81 - 97

Raquel Cristina Mendes de Carvalho¹

Resumo

Ao considerarmos que o desenvolvimento humano acontece a partir das relações sociais, conforme a Teoria Sociocultural (TSC), de Vygotsky (1978), então a formação inicial do professor também se constitui das relações com seus pares. A disciplina de Estágio Supervisionado, dos programas de licenciatura, traz ao aluno-professor (AP) a oportunidade de experimentar o fazer pedagógico, por meio do período de preparação da regência e de sua execução, orientado por um professor supervisor (PS). Essa relação entre PS e AP constitui parte da preparação profissional. Dessa forma, o presente estudo teve por objetivo mostrar que o conceito de Mediação, conforme Vygotsky (1978), implica o desenvolvimento do AP na sua formação inicial. Mais especificamente, mostrar até que ponto a mediação realizada pela professora mostra evidência de favorecimento (ou não) do processo de construção do material didático para fins de realização do estágio supervisionado obrigatório. Para tanto, a autora analisou as fases de construção do material didático e os comentários realizados em cada uma das fases. Tais comentários foram feitos durante nas orientações executadas por e-mail. Os resultados comprovam a necessidade da mediação da PS no desenvolvimento da formação do AP.

Palavras-chave: Teoria Sócio-Cultural, Mediação, Formação inicial, Aluno-professor

ADVISOR'S MEDIATION AS A RELEVANT FACTOR FOR PRE-SERVICE TEACHER EDUCATION

Abstract

Considering human development takes place from social interactions, according to the Socio-cultural Theory (SCT) by Vygotsky (1978), then pre-service teacher education constitutes based on peer interactions. The Teaching Practice course, in undergraduate Teacher Education, gives the pre-service teacher the opportunity to experiment pedagogical practices, by means of developing material to be implemented during the period of teaching practice. All of this process is advised and supervised by a professor. The relationship between the professor and the pre-service teacher constitutes a professional preparation. In this way, the present study aimed at showing that the Mediation concept, according to Vygotsky (1978), implies the pre-service teacher's development. More specifically, it aimed at presenting the process of constructing a didactic material for the future teaching practice. For this purpose, the present author analyzed each step of the construction of the Teaching Material and the comments added in each step. Referred comments were added by the time the teacher was sent e-mails to be checked and corrected. Those comments were inserted in the file of the Teaching Material. and data, which proves the professor's mediation on the construction of the referred material.

Keywords: Sociocultural Theory, Mediation, Pre-service teaching education, pre-service teacher.

1. Doutorado em Letras (UFSC), professora no Departamento de Letras na Universidade Estadual do Centro-Oeste – UNICENTRO. E-mail racricarvalho@gmail.com

Introdução

A Teoria Histórico-Cultural, concebida por Vygotsky na antiga Rússia, se caracteriza pelas relações interpessoais estabelecidas pelos seres humanos com seus contextos sociais, históricos e culturais. Entretanto, ao chegar ao ocidente, ficou conhecida no meio acadêmico como Teoria Sócio-cultural (TSC), por se caracterizar uma teoria de relações sociais e culturais do ser humano.

Embora o próprio Vygotsky nunca tenha usado o termo sociocultural, a TSC (LANTOLF e THORNE, 2006) foi assim chamada por se tratar das FPS que se desenvolvem no indivíduo a partir do contexto social e cultural onde as relações acontecem, ou seja, nas relações do homem com o mundo. A complexidade do desenvolvimento humano requer experiências em atividades sociais reais, específicas e significativas, que por sua vez não podem ser diretas, mas mediadas.

Lantolf (2000, *apud* JOHNSON e GOLOMBEK, 2003) defende que

[...] o desenvolvimento cognitivo é uma atividade socialmente mediada, e como tal, a forma como nossa consciência se desenvolve depende das atividades sociais específicas em que nos engajamos (p.730, minha tradução).

A presente pesquisa pretende mostrar de que forma o conceito de Mediação conforme Vygotsky implica o desenvolvimento do aluno-professor de língua inglesa na sua formação inicial. Para melhor direcionar este estudo, a seguinte pergunta de pesquisa norteará a busca de respostas nos dados coletados: Até que ponto a mediação realizada pela professora mostra evidência de favorecimento (ou não) do processo de construção do material didático para fins de realização do estágio supervisionado obrigatório?

Teoria Sócio-cultural

Atualmente, os estudos na área de formação de professores fazem referência à TSC (LIBERALLI,

2012; DELLAGNELO e JOHNSON, 2015; entre outros). Nessa perspectiva, a formação do professor é “baseada no pressuposto que conhecer, pensar e entender dependem da participação do indivíduo em práticas sociais de aprendizagem e ensino” (JOHNSON, 2009, p.13, minha tradução). Dessa forma, parece necessário vivenciar o contexto de ensino para se aprender a ensinar. Entretanto, o conhecimento empírico, apenas, não é suficiente, considerando que a formação do professor depende, conforme Johnson (2009), do conhecimento, da análise e da compreensão do contexto e dos aspectos teóricos que envolvem tal contexto.

Assim, por meio da TSC, pode ser possível compreender o papel da mediação do formador de professores nas práticas do professor. Ademais, a Teoria Sociocultural pode auxiliar o próprio professor a compreender seu papel no ensino.

Uma vez que as interações humanas são, de acordo com Vygotsky (1971, 1978), indiretas, portanto mediadas, essas ações humanas são direcionadas a um determinado fim, e têm um caráter mediador por fazer uso de instrumentos. O caráter mediador dos instrumentos torna-se elo intermediário entre o sujeito e o objeto de aprendizagem/interação.

Esses instrumentos caracterizam a mediação em três formas (VYGOTSKY, 1971, 1978; WERTSCH, 1985): autorregulada, regulada pelo outro e regulada pelo objeto. Quando a mediação é autorregulada, o ser humano faz uso de suas FPS para transformar seu conhecimento; quando a mediação se faz regulada pelo outro, as interações sociais acontecem pela participação do par mais experiente; e quando a mediação é regulada pelo objeto, como o próprio nome já identifica, ela acontece pela interação com um instrumento físico.

Para Vygotsky, as funções psicológicas superiores só se constroem a partir da integração dos fatores biológicos com os fatores culturais, aqueles que evoluíram através dos anos de história humana.

Por essa razão, a mediação configura um conceito concebido como o elemento entre dois indivíduos, ou entre o homem e seu objeto de aprendizagem. Em outras palavras, para Vygotsky, “a mediação é o elo entre os processos históricos e sociais, e os processos psicológicos superiores do indivíduo” (WERTSCH, 2007, p. 178, minha tradução).

A partir dessa teoria, o uso de instrumentos físicos e psicológicos (KOZULIM et al, 2003) é o que faz com que a mediação aconteça. Enquanto o primeiro consiste de artefatos físicos/materiais que orientam as ideias concretas, o segundo materializa-se nos signos, ou seja, instrumentos psicológicos que se caracterizam por serem abstratos. Esses instrumentos permitem compreender o mundo, e modificá-lo para atender às necessidades do indivíduo, ou seja “o instrumento tem a função de regular as ações sobre os objetos, e o signo regula as ações sobre o psiquismo das pessoas” (REGO, 1995, p.50).

Por outro lado, os instrumentos psicológicos são os recursos culturais simbólicos, tais como: sinais, símbolos, números, fórmulas, e principalmente a linguagem verbal. A palavra, para Vygotsky (1992, 2008), é o artefato psicológico fundamental para a mediação, uma vez que ela amplia as possibilidades de interação homem-mundo.

Ao considerar a visão sociocultural de que a mente humana é mediada pela linguagem, o desenvolvimento não é mais o responsável pela socialização, mas sim o resultado dela. Vygotsky (1981, p. 165, apud LANTOLF e THORNE, 2006, p. 266, minha tradução) “teoriza que o desenvolvimento não leva à socialização, mas que por meio das relações sociais as funções psicológicas se desenvolvem”. Da mesma forma, Lantolf e Thorne (2006) defendem que o desenvolvimento mental é o resultado de atividades sociais e interpessoais que alicerçam o funcionamento interpessoal.

Dessa forma, então, é possível considerar que o professor, como ser social inserido em contexto social específico, também tem sua prática

e comportamento mediado pelas suas experiências como aprendiz, como aluno-professor, e mais tarde como professor atuante.

Na sequência, o desenvolvimento deste estudo é descrito de forma mais detalhada.

Método

O estudo foi realizado tendo como corpus as interações realizadas via e-mail, entre dois alunos-professores do quarto ano de Letras-Inglês e a professora supervisora. Primeiramente foi levantado o conceito de Mediação, conforme a Teoria Sociocultural de Vygotsky (1978), bem como estudos realizados por Karen Johnson (2009), entre outros, que serviram de guia para análise dos dados coletados.

Os dados foram coletados a partir das interações realizadas durante o período de construção do material didático para o estágio supervisionado obrigatório (regência). Esses dados contêm os passos das construções das Unidades Didáticas elaboradas para implementação durante a Regência. Os comentários, inseridos nas versões das Unidades didáticas em construção e enviadas por e-mail à professora supervisora, também serviram como corpus da pesquisa, uma vez que esses compõem as mediações realizadas pela PS.

A análise realizada teve como foco a mediação do conhecimento do aluno-estagiário com o propósito de criação de novas zonas de desenvolvimento (VYGOTSKI, 1991).

Análise e Discussão dos Dados

Durante os meses de junho a agosto, os alunos, da disciplina de Estágio Supervisionado do curso de Letras Inglês, constroem uma Unidade Didática (UD) que deverá ser implementada no período de Regência. Tal UD compreende: atividades de leitura relacionadas a um gênero discursivo e caracterização

desse gênero; a análise do interdiscurso ou do aspecto cultural desse texto/discurso; a análise da variedade linguística; e finalmente a produção do gênero estudado (PARANÁ, 2008).

Para a construção dessa UD, a professora-supervisora orienta o passo a passo da produção, em sessões de orientação durante as aulas da disciplina de Estágio Supervisionado. Cada item da UD é elaborado e discutido com o aluno-estagiário. Algumas orientações são realizadas por e-mail, quando o aluno-estagiário envia a UD para a professora-supervisora (PS) e essa lhe dá retorno com comentários.

No primeiro e-mail que a PS recebeu das alunas-participantes (APs) com parte da produção da UD,

não houve questionamento, nem comentário, uma vez que estava de acordo com o esperado. Entendeu-se que a PS concordou com as atividades propostas para o primeiro item da UD – leitura do gênero discursivo e levantamento das suas características (capa de revista de histórias em quadrinhos).

Na sequência, a PS tratou do segundo item conforme as DCE (PARANÁ, 2008), ou seja, o Aspecto Cultural do gênero discursivo sugerido. No e-mail enviado pelas APs, e devolvido pela PS, essa apontou novos questionamentos que as APs deveriam repensar ao preparar as perguntas para discussão com os alunos (Fig. 1).

(Aula 3)

2 – Discutir o aspecto cultural / interdiscurso com os alunos a partir das seguintes perguntas, e descobrir qual o seu conhecimento sobre o gênero trabalhado. As questões direcionam a discussão de maneira que uma leva a outra, assim como também podem se desenvolver além delas.

- Para quem essa capa foi escrita?
- Quem a escreveu?
- Para qual público é direcionada?
- Quais os objetivos do texto? (Informar, persuadir e divulgar)
- Quais leituras podem ser feitas de uma capa? (Tudo depende da busca por informações específicas de seu interesse: Personagens, título, escritor, etc.)
- Onde comic books cover podem ser encontradas?
- Quem tem acesso?
- Quais recursos são utilizados além do texto?
- Você conhece outras comic books? Quais?
- E quanto a outros super heróis e heroínas, quais vocês conhecem?
- Já viu algum filme? Quais? Qual(s) o seu favorito(s)?

Vocês duas devem pensar sobre as seguintes questões e trazer esta discussão para a sala: Qual a função social de uma comic book, ou de sua capa? De que forma a capa de uma comic book interfere, constrói, influencia a vida do cidadão?

Fig. 1 – Questões para discussão sobre o Aspecto Cultural (PARANÁ, 2008) – UD versão 1

Outro item apontado pela PS no mesmo e-mail das APs foi referente à Variedade Linguística (PARANÁ, 2008). Novamente as APs deveriam repensar o objetivo e direcionamento da discussão proposta (Fig. 2).

(Aula 4)

2 – Variedade linguística: Discussão a partir das seguintes perguntas.

A linguagem é formal ou informal?

Como podemos identificar?

Que tipo de estruturas são utilizadas na capa? (imperativa, interrogativa ou declarativa)

Qual a relação da imagem com a história do comic book?

Qual tempo verbal utilizado?

Novamente vocês duas devem se questionar:

- Como as respostas para essas perguntas influenciam na vida do seu aluno?
- Que conhecimento seu aluno vai tirar dessa leitura que está fazendo com você?
- Qual a prática social pode-se tirar dessas respostas?

Vocês duas devem pensar sobre as seguintes questões e trazer esta discussão para a sala: Qual a função social de uma comic book, ou de sua capa? De que forma a capa de uma comic book interfere, constrói, influencia a vida do cidadão?

Fig. 2 – Questões para identificação da Variedade Linguística (PARANÁ, 2008) – UD versão 1

Após a PS retornar o e-mail às APs, elas tiveram uma semana para repensar e refazer (ou não) as atividades da UD. Na segunda troca de e-mails, e conseqüentemente versão 2 da UD, as APs optaram por não modificar as atividades da análise do Aspecto Cultural e Variedade Linguística (PARANÁ, 2008) pois não houve mudança na versão enviada à PS. A decisão por modificar as atividades pode ser atribuída à dificuldade que as APs

tiveram em interpretar os questionamentos oferecidos pela PS, ou por tais questionamentos estarem aquém da ZDP das APs. A mediação oferecida pela OS não parece ter sido suficiente para que as APs refletissem e fizessem modificações nas atividades propostas na UD (versão 2). Por esse motivo a PS optou por inserir mais uma sugestão (em itálico) no comentário feito para a atividade proposta no item Variedade Linguística (PARANÁ, 2008), (Fig. 3)

(Aula 4)

2 – Variedade linguística: Discussão a partir das seguintes perguntas.

A linguagem é formal ou informal?

Como podemos identificar?

Que tipo de estruturas são utilizadas na capa? (imperativa, interrogativa ou declarativa)

Qual a relação da imagem com a história do comic book?

Qual tempo verbal utilizado?

Serão feitas apenas essas perguntas? Acho que vai sobrar aula...! Novamente vocês duas devem se questionar:

- De que forma as respostas para essas perguntas influencia na vida do seu aprendiz?
- Que conhecimento seu aluno vai tirar dessa leitura que está fazendo com você?
- Qual a prática social pode-se tirar dessas respostas?

Levem em consideração o texto do Lynn Mario Souza que dei como tarefa para a próxima aula. Ainda falta material para esta aula!

Fig. 3 – Questões para identificação da Variedade Linguística (PARANÁ, 2008) – UD versão 2

Entretanto, apesar não terem evidenciado nenhuma mudança nas atividades apontadas, as APs optaram por dar continuidade à construção da UD e inseriram outras atividades, desta vez relacionadas ao Aspecto Linguístico (PARANÁ, 2008) proposto a ser trabalhado nas aulas – pronomes pessoais do caso oblíquo: *objective pronouns*. Mais uma vez a PS inserem alguns apontamentos e questionamentos para as APS repensarem (Fig. 4).

(Aula 4)
Aspecto linguístico
Os alunos respondem uma atividade de fill in the blanks, na qual deverão utilizar os objective pronouns.

Exemplo -
Her Him You Them Me Us
1. My brother is a super hero, I`ve never seen _____.

Uma aula só para objective pronouns? Será somente este o conteúdo que os alunos vão usar para produzir a capa de comics? Como vocês pretendem explicar esse assunto? De onde vão partir?
Meninas ainda falta muita coisa...

Fig. 4 – Questões para repensar a as atividades propostas e conteúdo para uma aula – UD versão 2

Ainda nessa segunda versão da UD, a PS identificou alguns outros problemas e questionou sobre o material que não estava evidente (Fig. 5). Nesta fase as APs já deveriam estar com as atividades referentes aos itens Aspecto Cultural, Variedade Linguística e Aspecto Linguístico (PARANÁ, 2008) prontos, entretanto elas parecem apenas ter as ideias, mas não terem elaborado tudo ainda.

(Aula 5)
Os alunos vão ler frases sobre cada super herói em uma worksheet e descobrir a quem pertence cada história.

Como vocês vão elaborar essa worksheet?

Fig. 5 – Questionamento a respeito da atividade não elaborada. – UD versão 2

Mais uma vez, na versão 2 enviada à PS, as APs não evidenciam a atividade a ser proposta aos alunos, e a PS tem que pedir esclarecimentos. Ao perceber que as APs têm apenas as ideias, mas não mostram como a atividade será desenvolvida, PS tem que mediar a construção da UD, solicitando às APs que deixem mais claro o que pretendem (Fig. 6).

(Aula 6)
<https://www.youtube.com/watch?v=5lGoQhFb4NM>

Não entendi... ???

Atividade de leitura
http://readcomicbooksonline.net/reader/Wonder_Woman_2016/Wonder_Woman_2016_Issue_001/4
Os alunos começam a produzir o material que será usado na capa sem saber

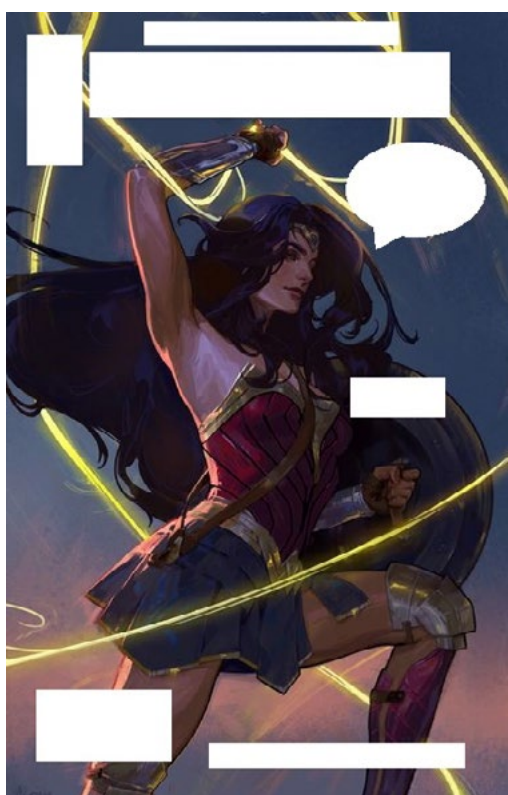
Fig. 6 – Questionamento a respeito da atividade não elaborada. – UD versão 2

Após a PS devolver a segunda versão da UD para as APs, elas ainda tiveram duas semanas para repensarem as atividades desde o início da construção e, desta vez, com as mediações realizadas em sala de aula, as APs tiveram mais tempo e subsídios para reestruturarem sua UD e refazer o que tinha sido questionado anteriormente. Como resultado elas enviaram a versão 3 da UD para nova avaliação da PS.

Na terceira versão da UD, as mediações realizadas anteriormente parecem ter criado novas ZDP, uma vez que as APs modificaram algumas das atividades questionadas. A Fig. 7 mostra a primeira mudança realizada, em que as APs inserem uma nova atividade de prática social em que os alunos deverão evidenciar as características de uma capa de gibi.

(Aula 2)

2 – Atividade fill in the blanks: os alunos recebem uma imagem da Wonder Woman em preto e branco e deverão completar os espaços em branco com as características já vistas, a colocação dos espaços é similar à da capa vista na aula anterior.



3 – Levar outras capas de comic books da Mulher Maravilha, para que os alunos identifiquem as características em pequenos grupos, depois, mostrar no Datashow cada capa e o grupo responsável deve falar sobre ela.

Fig. 7 – Atividade de classificação das características de uma capa de gibi – UD versão 3.

Como a atividade inserida estava de acordo com as propostas das DCE (PARANÁ, 2008), a PS não questionou a elaboração.

Na sequência, as APs optaram por atender aos questionamentos da PS sobre a atividade relacionada à discussão do Aspecto Cultural (PARANÁ, 2008) das capas de revistas de histórias em quadrinhos (gibis) na versão 2, e acrescentaram mais algumas perguntas (destacadas em *itálico*) na versão 3 da UD, conforme evidencia a Fig. 8.

(Aula 3)

2 – Discutir o aspecto cultural / interdiscurso com os alunos a partir das seguintes perguntas, e descobrir qual o seu conhecimento sobre o gênero trabalhado. As questões direcionam a discussão de maneira que uma leva a outra, assim como também podem se desenvolver além delas.

Para quem essa capa foi escrita?

Quem a escreveu?

Para qual público é direcionada?

Quais os objetivos do texto? (Informar, persuadir e divulgar)

Quais leituras podem ser feitas de uma capa? (Tudo depende da busca por informações específicas de seu interesse: Personagens, título, escritor, etc.)

Onde comic books cover podem ser encontradas?

Quem tem acesso?

Quais recursos são utilizados além do texto?

Você conhece outras comic books? Quais?

E quanto a outros super-heróis e heroínas, quais vocês conhecem?

Já viu algum filme ou série? Quais? Qual o seu favorito?

Para que serve uma capa de comic book? O que a imagem deve representar?

Observando esta capa, como vocês acham que será a história?

O que vocês acham da Wonder Woman?

Vocês acham que ela é importante em um meio tão dominado por heróis masculinos?

De que maneira?

Fig. 8 – Acréscimo de perguntas sobre o Aspecto Linguístico (PARANÁ, 2008) – UD versão 3.

Nas versões 1 e 2 da UD, a PS solicita às APs que repensem a função social das capas de gibi, e como o que está escrito numa capa dessas pode influenciar, ou não, a vida do cidadão. As questões inseridas na atividade (versão 3) evidenciam que as APs refletiram sobre a mediação oferecida pela PS, e como elas podem elicitar o pensamento crítico e a discussão na sala de aula com seus alunos.

Ao retomar os questionamentos da PS (versão 2) a respeito da análise da Variedade Linguística (PARANÁ, 2008) em que as APs deveriam considerar os efeitos de leitura e criação de significados, essas optaram por acrescentar duas perguntas (em negrito) e uma atividade de análise de outras das capas de gibis (versão 3), evidenciadas na Fig. 9.

(Aula 4)

2 – Variedade linguística: Discussão a partir das seguintes perguntas.

A linguagem é formal ou informal?

Como podemos identificar?

Que tipo de estruturas são utilizadas na capa? (imperativa, interrogativa ou declarativa)

Qual a relação da imagem com a história do comic book?

Qual tempo verbal utilizado?

Observando essas questões, o que podemos encontrar nas seguintes imagens?

Além do texto, como as imagens oferecem uma visão do que se pode encontrar em cada comic book? (comunicação não-verbal)

Analisar as imagens e os textos com os alunos para associar o que é escrito com a arte da capa e levar os alunos a produzirem seus próprios significados sobre as capas que serão trabalhadas no *power point*.





Fig. 9 – Discussão e análise de outras capas de gibis – UD versão 3

A inserção da atividade de análise de diferentes capas de gibis, com foco não apenas na linguagem verbal, mas também, na linguagem não-verbal, evidencia o desenvolvimento da ZDP e visão das APs para um ensino em que os alunos também podem desenvolver sua criticidade por meio da análise linguística das capas de gibis.

Na sequência, mais uma vez, as APs mostram ter considerado os questionamentos da PS a respeito das atividades sobre o Aspecto Linguístico

(PARANÁ, 2008) em que as APs ainda não tinham elaborado na versão 2 da UD. Nesta versão 3, elas trazem dois exercícios (Fig. 10) em que os alunos praticam os pronomes pessoais do caso oblíquo com base nas capas de gibis analisadas anteriormente. Este tipo de exercício evidencia que as APs conseguiram contextualizar o uso da língua inglesa, com base nas mediações oferecidas pela PS por meio dos artigos científicos sugeridos.

(Aula 4)

Aspecto linguístico

A professora volta para os slides para a identificação dos *objective pronouns* que deverão ser utilizados para a atividade nos seguintes exercícios.

2 – Fill in the blanks: **her him you them me us**

1. My brother is a superhero, but I've never seen _____.
2. – “Why is he always talking about Wonder Woman?”
– “He obviously likes _____”
3. “Where is my ring? “Oh, dear! I've lost _____”
4. Batman is fantastic! I like _____!
5. Brazilians need help, who's going to help _____?
6. They are superheroes nobody can stop _____.

Fig. 10 – Atividades de prática do Aspecto Linguístico (PARANÁ, 2008) – UD versão 3.

Ainda na versão 3 da UD, as APs optam por inserir mais uma atividade de leitura para a Aula 6. Desta vez a escolha é por conhecer a evolução do vestuário da Mulher Maravilha (personagem da capa de revista em quadrinhos trabalhada na Aula 4), e como essa evolução se deu em função do desenvolvimento da sociedade nos diversos anos. A Fig 11 mostra como a atividade foi elaborada.

(Aula 6)

2 – Os alunos serão expostos a evolução das roupas e do corpo da Mulher Maravilha, após uma discussão na qual a professora deverá fazer as seguintes perguntas:

- Por que as roupas foram mudando através do tempo? Está diretamente relacionado à evolução da sociedade?

THE EVOLUTION OF WONDER WOMAN
1941-2016

1941 THE GOLDEN AGE I
Everyone knows what Wonder Woman looks like. Her costume is instantly recognizable, so much so, in fact, that few actually realize how many times it's changed. This is a summary of every costume Diana Prince has worn as Wonder Woman in the comics and in wider culture (excluding alternate universes and canceled projects).

1942 THE GOLDEN AGE II
When she first appeared, she had a white headpiece with a tiara. Her costume was designed by the artist M.C. Gaines. It was a simple, form-fitting outfit with a red top and blue skirt with white stars. Her boots were red and pointed.

1949 THE GOLDEN AGE III
When she first appeared, she had a white headpiece with a tiara. Her costume was designed by the artist M.C. Gaines. It was a simple, form-fitting outfit with a red top and blue skirt with white stars. Her boots were red and pointed.

1959 THE SILVER AGE
Peter Dinklage in 1958 after a prison year on the book. Ross Andru became the new head artist, wanting to do for new years. When a girl, the sample were developed for Dinklage, and the previous rounded angle perched on her feet - already shaped after Marston's death - became more complex.

1969 THE SILVER AGE II
Under Andru, her shorts slowly turned into briefs. The red boots returned near the end of his run (and white stripes), but the costume would not last long. Three years later, Marston returned to give up her "superpowers" and costume in favor of mental arts combat and mod-inspired civilian clothing.

1972 THE BRONZE AGE
Sonia Eklund, founder of feminist magazine Ms., campaigned to get her childhood heroine's powers and costume restored. The costume returned with minor tweaks: she was given a gold belt, blue backwings, curly hair, wavy hair, and flared boots. The look was the basis for her design in Steve Ditko's.

1974 TV MOVIE
The "revival" season made for TV movie dressed a "Wonder Woman" who lacked powers, called to the "real" era comic, but contained a few differences. The biggest difference came from Cathy Lee Crowley being involved with the costume designed by Bill Threinen, a dramatic departure from what had come before.

1975 TV SHOW
When the TV movie wasn't the ABC hit hoped, they went in a new direction closer to the '40s comic - so much closer, in fact, it even took place during the '40s. Lynda Carter wore a Dinklage design, bearing his being involved with the costume designed by Bill Threinen, a dramatic departure from what had come before.

1977 TV SHOW II
ABC asked against returning for a second season. When the series moved to CBS, the character also moved into the present. Dinklage updated the angle to resemble the slanting angle of the comic, and to also cut her heels shorter. The white strap boots not only carried over into the present day, but also into the comic.

1982 THE BRONZE AGE II
Pitched to DC Comics President, Jenette Kahn commissioned a new Wonder Woman character design by graphic designer Milton Glaser, who also designed the DC Comics logo that was in use from 1977 to 2005. Versions on the "classic" WW logo have been created to every decade since.

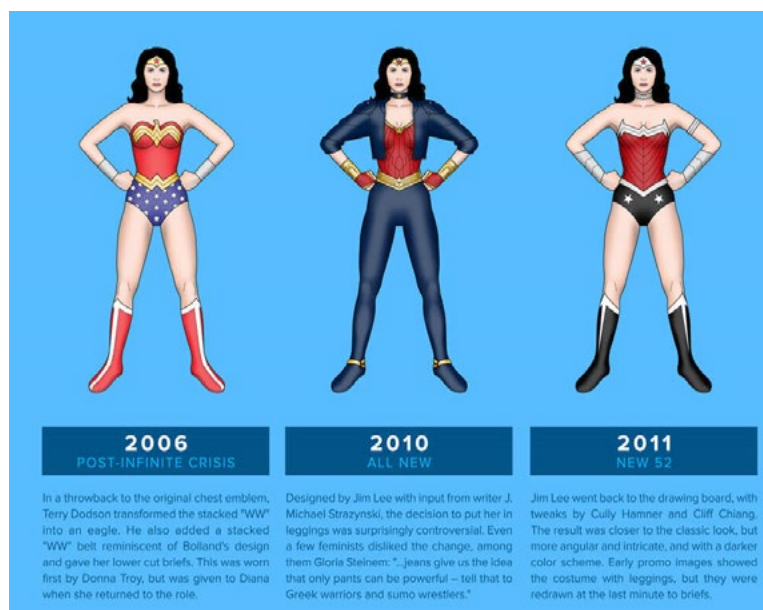
1987 POST-CRISIS
The DC universe was rebooted after Crisis on Infinite Earths. George Pérez revived a second pose to Wonder Woman's belt and tiara, and dramatically lengthened her hair. Her hair braids became silver braids and, most notably, the heels on her boots disappeared and were replaced by flat soles.

1994 POST-CRISIS II
In the '90s Wonder Woman became one of the best-selling books. As a result, Mike Deodato, Jr. was given plenty of creative freedom and he gradually cut her top braids and her fairly high. He went so far as to give her a "Belt" reading "Seven Seven. The blue belt encircle the silver belt together."

1995 THE NEW 52 I
After being given up being Wonder Woman after being stripped of her belt, she simply changed her outfit and went on going. "Wonder" realized that costume, "itself included, it was what was asked for at the time," said designer Brian Bolland. "I just wanted to show her in the original uniform."

1995 POST-CRISIS IV
2011 she went back to the classic look, but made a few modifications of his own. He increased the size of her braids, her boots and belt, changing the color into a full bodysuit covering. The chest emblem became more angular, while the blue was pared down to be closer to blue than cyan.

1998 POST-CRISIS V
After Dinklage's son, the costume received further tweaks to a Post-Crisis look, but with a more cut and wavy curls. Cover artist Adam Hughes inspired Wonder Woman's chest emblem as a single solid shape without further details and, controversially, made her boots blue, more red and yellow.



3 – Após a discussão os alunos deverão criar um Super Herói versão 2017, podendo ser mulher ou homem, mas com características e objetos do século XXI.

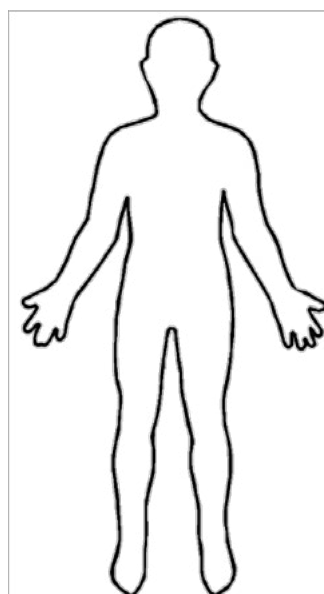


Fig. 11 – Atividade de leitura e discussão – UD versão 3.

Novamente, as APs procuram levar seus alunos a uma leitura e discussão crítica dos efeitos da mídia na sociedade, além de propor uma atividade de criação de uma personagem heroína aos moldes do século XXI, a partir da discussão promovida em sala de aula.

Na quarta versão da UD, as APs retomam um questionamento feito pela PS, ainda na versão

2, e desconsiderado na versão 3, mas desta vez apresentando uma solução pós-reflexão. A PS questionou sobre como as APs fariam a elaboração de uma *worksheet* sobre leitura de frases a respeito dos super-heróis. As APs elaboraram duas atividades de leitura e reconhecimento dos *Superlatives* descrevendo os super-heróis (Fig. 12).

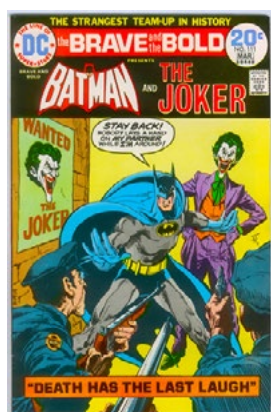
(Aulas 5 e 7)

1 – Superlatives

Chamar a atenção dos alunos para as frases com superlativos nas seguintes capas exibidas no *datashow*.



2 – Entregar para cada grupo uma página contendo imagens de capas de *comic book* de diversos super-heróis que contém *superlatives*, junto com uma worksheet para cada aluno, eles devem procurar as respostas para as questões apresentadas.



3 – Find the answers in the comic book covers provided:

1) Flash is the _____ man alive!

a – faster

b – more fast

c – fastest

2) The _____ superhero is Supergirl!

a – most daring

b – daringiest

c – daringer

3) Batman and The Joker are the _____ team-up ever!

a – stranger

b – strongest

c – strangest

4) Can you believe Superman became the _____ man on Earth?

a – more danger

b – most dangerous

c – dangerouest

5) Flash considers his enemy the _____ villain of all!

a – colorful

b – more colorful

c – most colorful

6) Complete the saying:

In _____ day,

a – brighter b – more brightest c - brightest

In _____ night

a – black b – most black c - blackest

No evil shall escape my sight

7) Flash is running because he killed the _____ man in America!

a – importanter

b – most importantest

c – most important

8) Supergirl and Wonder Woman are the _____ superheroines.

a – stronger

b – more stronger

c – strongest

9) Is Batman the _____ superhero?

a – bravest

b – most brave

c – more bravest

10) Read the new adventures of the _____ superhero: Supergirl!

a – daringnest

b – most daring

c – more daring

11) Wonder Woman and Supergirl fight in the _____ battle of the universe!

a – deadliest

b – most deadliest

c – deadlier

Fig. 12 – Atividades de leitura inseridas para identificação e uso do Superlativo – UD versão 4

As atividades inseridas de prática do Aspecto Linguístico contextualizado, evidenciam a reflexão das APs após a mediação da PS, tanto nos questionamentos enviados por e-mail, quanto nas leituras sugeridas durante as aulas.

Na versão final da UD, as APs ainda aprimoraram a atividade de discussão sobre o

vestuário da Mulher Maravilha ao longo dos anos. Tal atividade melhorada evidencia a reflexão das APs na construção e finalização da UD. A Fig. 13 apresenta como as APs conduziram seus alunos para a discussão e produção final, ou seja, criação de uma capa de revista em quadrinhos – gênero discursivo proposto no início da UD.

(Aula 8)

1 – Discutir as seguintes perguntas:

Porque vocês acham que as roupas foram mudando através do tempo?

Está diretamente relacionado à evolução da sociedade?

Vocês sabem qual a função da Wonder Woman? E do povo dela, as Amazonas?

Vocês acham que hoje em dia os poderes dela seriam bem-vindos para o Brasil? E quanto ao Truth Lasso da Wonder Woman?

Falamos muito de super-heróis dos quadrinhos, de filmes, mas existem super heróis na vida real? Que problemas eles enfrentam ou enfrentariam se existissem?

2 – Criar um Super Herói versão 2017, a partir do modelo, podendo ser mulher ou homem, mas com características e objetos do século XXI.

Depois, os alunos se dividem em grupos e escolhem o melhor desenho para a capa de seu comic book.

Os alunos usam revistas para buscar imagens que completem a sua capa

A aula é dividida em tasks com um tempo determinado para cada uma delas, o tempo é marcado em um cronômetro no Datashow.

Task 1: Os alunos utilizam a linguagem não verbal para completar a sua capa;

Task 2: Os alunos criam um title;

Task 3: Criar um summary usando superlatives e object pronouns;

Task 4: Os alunos devem decidir quem de cada grupo é o cartoonist, writer;

Task 5: price, logo, guest, publisher, date, number;

Task 6: Cada grupo apresenta a capa que produziu para a turma.

Fig. 13 – Aprimoramento da atividade de discussão e atividade de produção final – UD versão final.

Ao longo de toda a construção da UD, as duas APs tiveram sua produção mediada pela PS, pelas aulas com textos que subsidiaram suas reflexões, e pelas discussões necessárias favorecendo a intersubjetividade de cada uma na interação da parceria. O resultado final promoveu a reflexão da pesquisadora em termos de criação de novas ZDP para o favorecimento da formação inicial do professor de língua inglesa.

Considerações Finais

O presente estudo, com base na Teoria Sociocultural – TSC (VIGOTSKY, 1978), teve por objetivo discutir até que ponto a mediação realizada pela Professora Supervisora (PS) mostrou evidências de favorecimento (ou não) do processo de construção do material didático para fins de realização do estágio supervisionado obrigatório (regência).

Conforme a TSC, o conceito de mediação implica, no caso deste estudo, o desenvolvimento do aluno-professor de língua inglesa na sua formação inicial. Desta forma os dados de pesquisa evidenciaram que, por meio de uma mediação estruturada pela PS, foi ativado o conhecimento teórico prático sobre ensino de LI, criando novas ZPDs nas alunas-professoras, favorecendo seu desenvolvimento para a formação profissional.

WERTSCH, J.V. *Vygotsky and the social formation of mind*. Cambridge, MA: Harvard University Press, 1985.

Submissão: 05 de julho de 2018.

Aceite: 23 de Agosto de 2018.

Referências

JOHNSON, K. E. *Second Language Teacher Education – A Sociocultural Perspective*. New York: Routledge, 2009.

JOHNSON, K. E.; GOLOMBEK, P. R. “Seeing” teacher learning. *TESOL Quarterly*, 37. 2003. pp. 729-738.

JOHNSON, K.E.; GOLOMBEK, P.R. The transformative power of narrative in L2 teacher education. *TESOL Quarterly* 45 (4). 2011. pp. 1-24.

LANTOLF, J. & THORNE. S. *Sociocultural Theory and the Genesis of Second Language Development*. New York: OUP, 2006.

LIBERALI, F.C. *Formação crítica de educadores: Questões fundamentais*. Campinas, SP: Pontes Editores, 2012.

OLIVEIRA, M.K.de *Vygotsky: Aprendizado e desenvolvimento – um processo sócio-histórico*. São Paulo, SP: Editora Scipione, 1997.

REGO, T.C. *Vygotsky: uma perspectiva histórico-cultural da educação*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1995.

VYGOTSKY, L.S. *Mind in Society: the development of higher psychological processes*. Cambridge, MA: Harvard University Press, 1978.

VYGOTSKI, L. S. *A formação social da mente: o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores*. São Paulo: Martins Fontes, 1991.

Resumo

A questão da usura entre pessoas é histórica. Conforme observamos as pesquisas e as indagações de Frantz Fanon (2008) em “O homem de cor e a branca”, capítulo terceiro do livro “Pele Negra Máscaras Brancas”, as questões que envolvem o diálogo de aproximação e retração entre grupos étnicos diferentes, ganhou espaço na literatura afro-brasileira no texto de Milsoul Santos (2016) “Sou macho”, inscrito como um dos poemas na publicação “Pássaro preto”. Pensar essas representações estéticas e como elas aparecerão no “Dicionário das Relações Raciais” de Cláudia Santos, ainda no prelo, nos avisa que ela “remete ao conjunto de textos produzidos por mulheres e homens sabedores de seu legado ancestral e portadores de consciência negra”.

Palavras-chave: Literatura afro-brasileira; homens negros; Lei 10.639/03; racismo.

ABOUT THE USURY COLOUR

Abstract

The question about usury between people is historic. Accordingly to research and questions brought by Frantz Fanon (2008) at “The man of color and the white”, third chapter of the book “Black Skin, White Mask”, the questions inside the dialogue of approximation and retraction between different ethnic groups have gained space in afrobrasilian literature in the text by Milsoul Santos (2016) “I’m Male”, a poem in the work “Black Bird”. Thinking about the aesthetics and how they are shown in the “Racial Relationships Dictionary” of Cláudia Santos, still on the making, that alerts us of “being about the texts produced by men and women who are awake to their ancestral legacy and black consciousness”.

Keywords: afrobrasilian literature; black men; Law 10.639/03; racism.

O Homem Com H

A Lei 10.639, de 9 de janeiro de 2003, alterada posteriormente pela Lei 11.645/08, incluiu no currículo oficial da Rede de Ensino brasileira a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira” a ser ministrada nas diferentes disciplinas, com ênfase na Literatura e na História Brasileiras, bem como na Educação Artística. Os conteúdos referentes à História da África e dos africanos, à luta dos negros no Brasil, à cultura negra brasileira e à contribuição do povo negro nas áreas social, econômica e política na constituição do projeto-nação, até então subestimados na educação formal dos brasileiros, tornam-se, hoje, pedras angulares na constituição da cultura média das crianças e dos jovens, desafiando seus professores também quanto ao domínio de novas informações e ao desenvolvimento de atitudes que favoreçam o reconhecimento da participação da cultura africana na modernidade. Neste bojo, o combate a toda forma de reprodução do racismo em nossa sociedade.

¹ Professor visitante no Programa de Pós-graduação em Letras da Universidade Federal da Grande Dourados.

Sendo assim, poder-se-ia observar o contemporâneo a partir da Segunda Guerra Mundial, da Revolução Chinesa, da Queda do Muro de Berlim, do fim do *Apartheid* na África do Sul ou pela contagem de épocas, como no escape de estudantes em 1960-70, o boicote africano a Copa do Mundo em 1966 ou o fim das ditaduras nas Américas nos idos anos 1980, além da libertação dos países africanos em guerras coloniais? Então, o que é atual se torna um problema para o contemporâneo, pois, passados quase 40 anos, poderia não ser atual. Pode-se dizer que o moderno se associa ao contemporâneo, sendo uma aceleração do moderno e do capitalismo científico, relacionado à Agamben (2009), que propõe ser o contemporâneo, qualquer época associada a algo que diz respeito a ela. Pensar esse contemporâneo conduz diretamente à produção de Milsou Santos, que se inscreve atualmente no rol dos poetas que tem uma produção, inicialmente independente, que congrega em si um olhar diferenciado para as produções textuais. Herdeiro do que Paulo Colina (1950-1999) já vaticinava, ele é o espelho daquele quando interage com esses dois versos de *Corpo a corpo* de que “o papel branco vive me jogando / desafios na cara”, as marcas que Alex Ratts pontua em “Letras em cor, em linhas-margens”, prefácio da *Coletânea Ogum's Toques* (2014) sobre “poetas de estradas anteriores” falarem “de um Eu que foi considerado o Outro, o Invisível, que está à margem e resolveu vir para a frente, para a luz e tomar a palavra caminhando na linha tênue e tensa entre o indivíduo e a coletividade” (p. 13-14). Rita de Cássia Almeida Santos (2016), que fez o prefácio para o que ela diz:

[...] ser entendido como um livro [...] ousa nas suas texturas. Transita entre a formalidade e a informalidade, dentro dos códigos vigentes, obviamente. Seus personagens são de sua realidade e é lá que os seus olhos e atenção deitam-se.

A sua literatura, nas mais variadas formas de expressão, põe em relevo o negro, atribuindo-lhe uma conotação francamente positiva e perspectivando-o no centro do mundo atual. Alargando o nosso olhar para o texto, o diálogo necessário envolve o que propôs Fanon sobre atos e fatos históricos de:

[...] que o negro de ter dormido com uma branca era castrado. O negro que possuiu uma branca torna-se tabu para seus semelhantes. É fácil para o Espírito determinar exatamente a natureza desse drama sexual (FANON, 2008, p. 75).

Nas suas inquietações, apresentadas no texto, Fanon problematiza e teoriza algo que a literatura de forma disciplinada pelo fazer contido nas experiências ocidentais e colonizadoras, amarrou e amordaçou nas produções que versam sobre o assunto dentro da narrativa e do jogo textual, as dificuldades de representação do negro de forma valorativa nos textos. Voltando a citar o *Dicionário das Relações Raciais* (no prelo), trata-se da necessidade de pensarmos coletivamente e pluralmente:

[o que] remete ao conjunto de textos produzidos por mulheres e homens sabedores de seu legado ancestral e portadores de consciência com forte cunho identitário e altamente reagente à morte simbólica e/ou formas correlatas, a exemplo do feminicídio, epistemicídio e genocídio da população negra; possui ampla comunicação e alcance. Por isso mesmo, ocorre com frequência, seu uso como método de formação política por organizações de natureza bem variada já que tem potencial viral. Apresenta índices de materialidade antigos e sólidos que podem ser verificados na existência e resistência de uma vasta e crescente produtividade de muitas gerações de escritores/as (publicados/as ou não) cujo legado se interpenetra pela dita literatura universal e nacional aos/às afro-brasileiros/as (SANTOS, no prelo).

Isso implica em pensar/observar aproximações entre os vários textos possíveis que compõem o cenário e materializam essa possibilidade de representação ao longo da produção literária das várias vertentes desses autores/as. Basta observar

o quanto a literatura tem deixado de discutir temas abrangentes e necessários que implicam no apagamento histórico dessas comunidades, lembradas apenas nos momentos de problematizar e culpar a violência social, o espaço de ocupação, a geografia aonde se atualizam os acontecimentos e o lugar de passagem do/a escritor/a, para “coletar” as devidas informações dos passeios que serão permitidos ao eu-lírico ou ao narrador.

Assim, “Sou macho”, texto desta abordagem teórica, está enquadrada perfeitamente nesse *locus*; sigamos e persigamos o que no apresenta o texto:

Sou macho,
na hora de *mijar*,
levanto a tampa do vaso
pra não respingar.

Sou macho,
Me garanto, rapá!
Dou descarga e abaixo a tampa
assim que acabo de usar.

Sou macho,
com “h” de higiene,
aperto sempre pelo fundo
uma pasta de dente.

Sou macho,
sei passar e engomar,
separo as brancas das de cor
que é pras *rôpa* não manchar.

Sou macho,
a cozinha me consagra,
sou o rei do mocotó,
da moqueca e da feijoada.

Sou macho...
De cama, mesa e banho.
Sou macho...
Cozinho, lavo e passo.

Sou macho...
Na pelada, no churrasco.

Sou macho...
Na faxina do barraco.

Sou macho!

O eu-lírico denuncia várias situações que podemos identificar como pertencentes a um outro olhar para o sujeito que é apresentado. A representação do homem enquanto ser desprovido de Humanidade, porém aproximado com a ideia de masculinidade extremada, é típica da representação

presente na literatura ocidental. Perceber o discurso próximo da oralidade, quando termos coloquiais são trazidos para criar um efeito de sentido de proximidade da população, dos bairros periféricos com o fazer literário que, ao longo da nossa história, entrou para o rol de valores simbólicos que são apreciados e dominados pelas classes superiores, revela a preocupação em buscar o diálogo com um outro autor, incompreendido em sua época e que demorou a ser reconhecido pela academia. Lima Barreto trouxe, no início do século XX, o discurso e o linguajar das ruas para o texto literário. Não sendo reconhecido, ficou por décadas esquecido, até ser recuperado por críticos que se debruçaram de forma mais séria e inclusiva sobre suas obras. O mesmo se deu com Carolina Maria de Jesus que, por várias vezes, teve sua obra contestada por não atender às necessidades esperadas das normas que regem a Língua Portuguesa. Mas se a literatura é um devir, no caso da literatura negra, como vaticina Eduardo Assis Duarte, esse devir se realiza a partir do momento em que há a compreensão de que é necessário compreender que se trata de outra narrativa e escrita.

Assim, ser macho “na hora de *mijar*”, traz à tona o ato e a atitude de postar-se em pé, algo que é uma controvérsia social. Também supõe estar autorizado a *mijar* em qualquer lugar, indistintamente de ser dentro de um banheiro, levantando “a tampa do vaso”, ato que remete ao respeito a outra pessoa – no caso mulheres, que possam compartilhar o mesmo espaço. Esse assunto gera várias polêmicas, e está voltado ao respeito à diversidade e às mulheres. Ato contínuo, a percepção que nesses pequenos atos, o respeito às mulheres está presente no ato, no agir, no *mijar* e levantar a tampa. Destampar o desrespeito do uso do espaço coletivo, bem como enfatizar que o faz que é “pra não respingar”, demonstra que o respingo pode ser da própria violência doméstica, que respinga e recolhe em si o ato e a fala como

já foi proposto em “Vozes Mulheres”, poema de Conceição Evaristo.

Convocar Ney Matogrosso para a discussão, nos parece acertado na segunda estrofe. Na letra de Zeca Baleiro e interpretada por Ney Matogrosso, a provocação para a masculinidade do “macho” das Américas, reflete o cotejamento que o eu-lírico provoca. Em tom mesmo de provocação, com o sentido de gerar uma reflexão, mas de marcar o território masculino de poder, aparece nas estrofes e nos versos de “Homem com H”.

Eu sou homem com **H**
E com **H** sou muito home (grifo nosso)
Se você quer duvidar
(Estrofe da Canção de Zeca Baleiro
interpretada por Ney Matogrosso, 2012)

A sátira do cantor/intérprete Ney Matogrosso, montam o contraste necessário para compreender, mesmo que ele se refira:

[...] em tom jocoso sobre como a exigência da coragem e outros imperativos no desempenho do papel do homem idealizado pela nossa cultura castram e aniquilam a personalidade masculina (BRAGHINI, 2001).

O mesmo se dá no texto de Milsoul Santos. Nos versos “Sou macho, / com “h” de higiene, / aperto sempre pelo fundo / uma pasta de dente”, podemos partir da lógica de algumas especificidades da questão cultural que permeia o assunto, delineando num contexto mais amplo a cultura na qual nos inserimos, já que a afirmação de masculinidade e de pertencimento ao espaço social, estão estritamente ligadas. Na cultura sulamericana, ser homem significa tratar-se de considerar alguns desafios do fenômeno em si, fenômeno esse de que “a influência dos mandatos de gênero e dos conceitos tradicionais de homem e mulher na formação da identidade (a cultura antiga) ainda se mostra uma poderosa fonte de influência”, conforme nosso diálogo estabelecido com Lucélia Braghini (2017). Ela ainda nos adverte que ser

homem com H, quando retornamos à cultura antiga, e citando Cuschnir (1992), é:

Ser o provedor econômico da família;
Ser o reprodutor;
Tomar decisões em família;
Tomar a iniciativa nas relações sexuais;
Conseguir ter, ou ter tido, a mulher amada;
Dar ‘porrada’, se necessário;
Protegê-la mesmo que ela declare que não quer ser protegida;
Fazer os trabalhos braçais;
Impor regras, colocar limites para o outro e para si mesmo;
Enfrentar situações sem se desesperar;
‘Comer mulheres’;
Conquistar respeito e admiração;
Ser responsável pelos seus atos;
Ter corpo robusto e falar com voz grossa;
Ser livre, astuto e dono de si.

Logo, a forma de buscar a conservação das identidades que foram atribuídas arbitrariamente a homens e mulheres, cai quando o eu-lírico informa que aperta a pasta de dente, sempre pelo fundo, e não ao leo, conforme prática comum atribuída aos homens, dentro da lógica de manutenção de higiene dentro das residências e no fazer cotidiano, tornando-se independente de sua identidade sexual e de gênero. Se em Ney Matogrosso há uma brincadeira, uma jocosidade, uma provocação na atuação no palco que vêm da letra de Zeca Baleiro, em Milsoul há um grito, o ecoar dessa masculinidade revista, que põe em questão e visa discutir a situação dos homens em reproduzir os papéis atribuídos historicamente a eles: de dominação, de autoritarismos e violência contra as mulheres, além de ser uma violência contra si, que também se caracteriza como violência de gêneros, quando olhamos as várias possibilidades que o enfrentamento e os gêneros, nos oportunizam. Durante toda a vida do homem a palavra masculinidade parte da ideia de enfrentamento, de forçar a busca pela habilidade em ter força e usá-la.

Os números oficiais sobre a violência que persiste nas sociedades, emitem um recado preocupante, e ela está simbolizada e presente nesse outro olhar do eu-lírico, quando esse sujeito

sentir a necessidade/vontade, independente do direito da outra, em que lhe são apresentados questionamentos e oportunidades acerca de seu comportamento sexual, com o devido cuidado de provocar o enfrentamento em relação às suas questões internas, bem como rever os mesmos papéis sociais, que afastem o mesmo de posturas agressivas, determinadas, dominadoras.

Saber “passar e engomar”, reflete bem a mudança de comportamento em “acreditar que todo homem oprime e que toda mulher é oprimida, é a regra num discurso amplamente difundido e reproduzido” (BRAGHINI, 2017), de que homem não é macho se passar roupa e engomar, atividades que tem sido posta como do lugar da mulher na sociedade. A reiteração do ato nos versos, do cuidado em separar “as brancas das de cor/que é pras *rôpa* não manchar”, além de demonstrar o conhecimento de dentro para fora do ato de cuidar das roupas, problematiza o espaço que mulheres de etnias diferentes tem no comportamento do sujeito lírico. Esse sujeito, quando buscamos apoio na discussão ácida de Frantz Fanon, muda o tom do discurso histórico de superioridade entre mulheres brancas e negras. Ele dirá que “historicamente, sabemos que o negro acusado de ter dormido com uma branca era castrado. O negro que possuiu uma branca torna-se tabu para os seus semelhantes” (FANON, 2008, p. 75). A questão do tabu, do enfrentamento às discussões de superioridade de raças, Milsoul responde nesse verso, separando-as e trazendo outro método de relacionamento, de distinção, mas sem cair no engodo histórico que o articulador da Martinica nos apresenta. Ele ainda dialoga com um texto de 1949 de Louis-T. Achille “*Rythmes du monde*”, ao falar em uma palestra nos Encontros inter-raciais que:

Em relação ao casamento propriamente inter-racial, pode-se perguntar em que medida não existe certas vezes, para o cônjuge de cor, uma espécie de consagração subjetiva, em si mesmo e aos próprios olhos, do extermínio do

preconceito de cor que sofreu durante muito tempo. Seria interessante estudar isso em um certo número de casos e, talvez, procurar nessa motivação confusa a razão de certos casamentos inter-raciais realizados fora das condições normais dos casamentos felizes. De fato, certos homens e certas mulheres se casam com pessoas de outra raça, de condição ou cultura inferiores, que não teriam aspirado como cônjuge na sua própria raça, e nesse caso o principal trunfo parece ser a garantia de esparecimento de costumes e de “desracialização” (que palavra horrível) para o parceiro. O fato de algumas pessoas de cor escolherem alguém de raça branca para se casar, parece ter prioridade sobre qualquer outra consideração. Através desse casamento, elas têm acesso a uma igualdade total com esta raça ilustre, senhora do mundo, dominadora dos povos de cor (FANON, 2008, p. 75).

Na realidade, ao mesmo tempo em que revela o descalabro da imposição de um dogma inter-racial de *movimentos* de superioridade em uma sociedade cristalizada, revela a distância em que o nosso homem negro, afrodescendente, cisgênero e latino-americano comum se encontra desse paradigma, alguém que versifica a mulher como qualquer ente humano, mas colocando a negra, aqui, numa posição de respeito e que “é humana”, e como tal, possui suas fragilidades, suas características distintas da lógica problematizada no discurso de Achille, invertendo o lugar dos fortes e fracos. Ressaltamos que da infância à vida adulta, ainda o homem negro, presente na subjetividade dos versos de Milsoul, incorpora componentes estruturais referentes ao que é masculino, ser negro e ser homem. São “valores tão fortes e repetitivos, que passam a ser sentidos como perenes e se impregnam do poder e da influência de um ‘mito’” (BRAGHINI, 2017).

Nessa mudança da sua personalidade, o eu-lírico passa a dar vazão aos seus sentimentos mais profundos, evitando manchar as “*rôpa*”, ou seja – se contaminar pela premissa histórica de que as mulheres brancas são para subir na escala social e as negras apenas para fornicar... Para além, e no chamamento da manifestação de virilidade, o eu-lírico acaba se tornando, de fato, “doce”, brincando

com as palavras, ao se consagrar como uma voz ativa para os homens afrodescendentes, que buscam “o caminho da conquista da verdadeira autoafirmação, que certamente passa por assumir as próprias fragilidades e conseguir se fazer respeitar apesar disso e com isso” (BRAGHINI, 2017). Suposto, é que esse empoderamento/descobrimto do homem enquanto ser negro na sua constituição total abriga outras possibilidades de discussão, que evocam a queda da máscara de violências extremadas e históricas, mas que ganham leveza no ser macho “de cama, mesa e banho”, que cozinha, lava e passa as roupas, que se coloca enquanto resistência e suavidade, mesmo nos espaços externos, como a pelada e o churrasco, ou em espaços tidos como do feminino, “na faxina do barraco”. Milsoul dialoga com a tese de Braghini e “reitera que, quando deixam cair a máscara do ‘super-macho’ que pode bancar tudo, os homens se mostram desamparados, abandonados, débeis, super exigidos, solitários, amedrontados”, ensaiando o voo de liberdade e afastamento:

[da] estrutura neurológica de um indivíduo será justamente a elaboração, a formação, a eclosão no ego de nódulos conflituais provenientes em parte do meio ambiente, em parte da maneira toda pessoal com que este indivíduo reage a essas influências (FANON, 2008, p. 82).

Os conflitos na poética textual de Milsoul são diferentes: ele os utiliza para invocar outras possibilidades. A de trabalhar conceitos de aproximações com a dignidade humana do homem negro, trabalhando conceitos de responsabilidade social e de gênero, já que a luta pela igualdade de não distinguir os papéis sociais marcadamente históricos, busca “a dialética que introduz a necessidade de um ponto de apoio para a minha liberdade expulsa-me de mim próprio. Ela rompe minha posição irrefletida. Sempre em termos de consciência, a consciência negra é imanente a si própria” (FANON, 2008, p. 122) que potencializa

o eu-lírico, potencializando outras vozes literárias. Torna-se a voz que é autêntica, desvinculando-se de outras vozes que falariam de si, sem o devido cuidado de ouvir essa mesma voz. É essa experiência que reflete o que se busca no imaginário de igualdade, que compreende a lógica de proximidades e equidades.

O sentimento de igualdade, de afastamento da necessidade de sempre ter que comprovar sua masculinidade, afasta-o do mito do medo, o medo de sentir prazer, de se entregar a dor, a alteração dos costumes sociais, que são somente costumes, podendo, então, ser alterados e modificados. É preciso avançar, mesmo que lentamente, apesar da dificuldade, de se ter o homem versificado, quando negro, confundido com o bode expiatório de sua vida cotidiana. Assim, e - usando o modelo de pesquisa afrodescendente participante, defendida por Henrique Cunha Junior que, acerca do modelo, enfatiza:

[...] a ênfase é a da produção de conhecimento que permita a intervenção nas situações de caráter estrutural, que moldam a vida da população afrodescendente. Visa uma autonomia do pensamento dos afrodescendentes, com relação à produção eurocêntrica ocidental. Trata-se do processo da produção de conceitos e de metodologias dentro de um projeto científico de expressão das afrodescendências com a finalidade de mudança das relações sociais brasileiras. Inscreve-se no âmbito dos movimentos sociais de maioria afrodescendente. Entretanto, guarda a particularidade da procura de inspiração no conhecimento de base africana (CUNHA JUNIOR, 2006, p. 1).

Neste texto, publicado em 2006, a partir da disciplina que trata da “Etnia gênero e educação na perspectiva dos Afrodescendentes”, ministrada na Universidade Federal do Ceará-UFCE, as colocações de Cunha Junior demonstram uma preocupação do enfoque daquele que está dentro do contexto a ser discutido – no caso os articulistas críticos aqui selecionados, bem como Milsoul Santos, já que o interesse acadêmico pelos temas específicos das populações afrodescendentes, além de ser diminuto, sempre enfrentam diversos

obstáculos, muitos ligados às questões da cultura nacional, das relações étnicas no país e da identidade brasileira (CUNHA JUNIOR, 2006). Portanto, um momento oportuno em que as questões da afrodescendência sugerem que os pesquisadores não trabalhem com respeito à “cultura do outro”; antes, porém, exige que trabalhem dentro da sua própria cultura e com dificuldades que afetam a sua própria existência, releva-se a discussão que Narcimara Luz (2004) introduz para a pesquisa em terreiro e que se generaliza aqui: os de dentro da porteira e os de fora da porteira. A expressão, empregada dentro da área agrônômica, diz respeito ao fato de que há muitos elementos que estão fora do texto, mas que nas entrelinhas podem ser percebidos. Estes seriam, pois, os fora da porteira.

Mas o além das porteiras, até aqui discutidos, ainda é um devir, que necessita da formação de um *corpus* que, inclusive, dialogue com África e as Américas, considerando os limites da CPLP - Comunidade dos Países de Língua Portuguesa e do Mercosul, em termos da literatura ou dos enfoques na especificidade da própria Literatura Afro-brasileira e como ela se insere no contexto de sua gênese, que vem a ser os componentes primeiros da sua constituição estética. Em outra pesquisa sobre *A personagem do romance brasileiro contemporâneo: 1990-2004*, Regina Dalcastagnè (2005) alerta para a ausência de estudos que se debrucem sobre duas identidades, a do afrodescendente e a do pobre. Para Dalcastagnè (2005, p. 15), “de um modo geral, esse tipo de ausência costuma ser creditada à invisibilidade desses mesmos grupos na sociedade brasileira como um todo” e expandimos essa observação para outras localidades aonde a afrodescendência se faz presente ser representada literariamente, de forma coerente com seus valores simbólicos e culturais.

Nos interessa, porém, ao final da discussão do papel masculino, quando ele é afrodescendente, a constituição respeitosa de sua representação literária. Coerente e oportuno é trazer para a

discussão o que propõe Conceição Evaristo demonstrando essas marcas e afirmando:

[que] a literatura negra nos traz a revivência dos velhos arautos africanos, guardiões da memória, que de aldeia em aldeia cantavam e contavam a história, a luta, os heróis, a resistência negra contra o colonizador (2016, p. 02).

Em trabalho anterior, já havíamos concordado e informado:

[...] que essa manifestação literária possa ser um lugar de resistência onde se buscam encontrar vestígios que remetam a um passado diferente daquele mítico/idealizado pelos ocidentais, onde o afrodescendente é um constante objeto e aparece particularizado de forma a ser sempre um “elemento” marginal e periférico na literatura de língua portuguesa. Nesse sentido, essa literatura suplementar aponta para novas possibilidades que não precisam ser fixas, mas que buscam particularizar um diálogo com o passado e a comunidade afrodescendente e que, fatalmente, conduzirá à afirmação de sua identidade (DIONÍSIO, 2013, p. 17).

Eventualmente o diálogo entre o ontem e o hoje da literatura negra - já definido preliminarmente neste artigo, nos traz essa visão mais ampla em que o negro se mostrou “presença” nos espaços físicos da sociedade e no espaço literário, mesmo sendo visto como “elemento” marginal e periférico pela sociedade elitizada branca, sendo que na sua literatura, essas novas escrituras negras, como exemplificado com o poema de Milsoul Santos, se mostram promissoras, atuais e passam a ser “elemento” único e de identidade própria, caracterizadas em sua poesia.

Permeando todas essas afirmativas, para além e com o objetivo de fazer desse devir uma realidade já presente, percebe-se que a literatura negra realmente corre pelas artérias poéticas de Milsoul, desembocando em sangue negro forjado de palavras e rimas provocadoras. Seu escrito ultrapassa seu povo, sem, contudo, esquecer-lo - trazendo à tona aquilo que é de si, sejam suas lutas, seja no narrar sua visão de mundo e do ambiente que o cerca, no narrar sua ancestralidade, mostrando ser não somente um “elemento” particularizado, mas um

fazer poético capaz de escrever com a mesma força com que esse debate se reergue e conquista seus espaços e mostra sua capacidade de articulação, despojando o corpo endurecido pelas questões históricas, em algo maleável e flexível, como nos golpes do jogo de capoeira.

Quanto as questões identitárias, observamos que elas estão em contínua construção, afetadas pelo meio que circunda esse sujeito/poético negro. Quando é escravizado, se percebem essas etapas de construção e de forjamento de identidades múltiplas, conforme Munanga (2003) apregoa:

A elaboração de uma identidade empresta seus materiais da história, da geografia, da biologia, das estruturas de produção e reprodução, da memória coletiva e dos fantasmas pessoais, dos aparelhos do poder, das revelações religiosas e das categorias culturais. Mas os indivíduos, os grupos sociais, as sociedades transformam todos esses materiais e redefinem seu sentido em função de determinações sociais e de projetos culturais que se enraízam na sua estrutura social e no seu quadro do espaço-tempo (MUNANGA, 2003, p. 18)

Logo, a construção de identidades no nascimento e no meio que convive, passa a ser imitado e pertence ao modelo de discussão de um fazer cultural, caracterizando a necessidade de desconstrução ou manutenção dessas identidades já construídas, em constante luta pela liberdade e tendo como objetivo principal se desvincular da cultura eurocêntrica que afeta diretamente o comportamento de homens, logrando a reconstrução de novas identidades e de novos sujeitos.

A identidade desse ser/sujeito é mimese equivocada, desconstruída certamente na poesia de Milsoul, além das assertivas aqui cotejadas e discutidas com Kabengele Munanga e Frantz Fanon, baseadas possivelmente em suas experiências literárias, de suas “escrevivências” e inserções no mundo que os rodeia. Sua visão de mundo e suas leituras/experiências levaram-no a se constituir como um ser problematizador, que busca, pelo viés poético, manter a discussão de

outros/as escritores/as inseridos no contexto das literaturas negras.

Munanga (2003) ainda destaca essas identidades e sua formação:

- A identidade de resistência, que é produzida pelos atores sociais que se encontram em posição ou condições desvalorizadas ou estigmatizadas pela lógica dominante. Para resistir e sobreviver, eles se barricam na base dos princípios estrangeiros ou contrários aos que impregnam as instituições dominantes da sociedade – A identidade-projeto: quando os atores sociais, com base no material cultural a sua disposição, constroem uma nova identidade que redefine sua posição na sociedade e, conseqüentemente se propõem em transformar o conjunto da estrutura social (MUNANGA, 2003, p. 3).

Portanto, as influências citadas por Munanga, nos direcionam ao entendimento de que a sociedade que o circunda, os ambientes em que vive e frequenta, nos ajudam a compreender que o texto poético é um reflexo da sociedade, lugar em que as questões circundantes são discutidas, torna-se frutífero suscitar debates que levem este segmento social, em particular, a uma conscientização criteriosa de sua condição numa sociedade de vícios ainda segregadores. Somente assim se reconhece a contribuição para a formação de um pensamento independente que se emancipa na medida mesma que permita, a futuros pesquisadores comprometidos com estes estudos, perceberem valores que os expliquem e identifiquem. É com este objetivo que se elucida a produção que versa sobre a representação de afro-brasileiros. Portadores de linguagens e simbologias próprias, produtores de discursos tradutores de um *ethos* que os singularize, trazem, em suas inscrições, elementos a apontarem outra ordem de sentido. No texto/poesia de “Sou macho”, “outras” palavras lançam uma luz de um “Pássaro Preto”, luz para “outros” (até agora ocultados) lugares de saber e fazer literários.

Referências bibliográficas

- ADÚN, Guellwaar; ADÚN, Mel; RATTIS, Alex. **Ogum's Toques Negros: Coletânea Poética**. Salvador: Editora Ogum's Toques Negros, 2014.
- AGAMBEN, Giorgio. **O que é contemporâneo? e outros ensaios**. Trad. Vinícius Nicastro Honesko. Chapecó, SC: Argos, 2009.
- DALCASTAGNÈ, Regina. A personagem do romance brasileiro contemporâneo: 1990-2004. In: **Estudos da Literatura Brasileira Contemporânea**. ISSN 2316-4018 on-line. N. 26. 2005. Disponível em: <http://periodicos.unb.br/index.php/estudos/article/view/2123>. Acesso 13/08/2018.
- BRAGHINI, Lucélia. **Masculino e Feminino num Estrato cultural brasileiro: mandatos de gênero e expressões simbólicas arquetípicas**. 2001. [Tese – Doutorado – Universidade Estadual de Campinas].
- BRAGHINI, Lucélia. **Homem com H: Sobre o modelo tradicional de masculinidade**. Disponível em: <https://wsimag.com/pt/cultura/22737-homem-com-h>. Acesso em 15/08/2018.
- CUNHA JUNIOR, Henrique. **Etnia gênero e educação na perspectiva dos Afrodescendentes**. Fortaleza: UFCE; aula, 2009.
- CUSCHNIR, Luiz **Masculino/feminina**. Rio de Janeiro: Editora Rosa dos Tempos, 1992.
- EVARISTO, Conceição. **Literatura Negra: uma voz quilombola na literatura brasileira**. Disponível em: <http://www.bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/aladaa/evaris.rtf>. Acesso em: 13/08/2018.
- FANON, Frantz. O homem de cor e a branca. In: **Pele Negra Máscaras Brancas**. Salvador: EDUFBA, 2008 (p. 53-82)
- MUNANGA, Kabengele. “Diversidade, identidade, etnicidade e cidadania”. Ação Educativa, ANPED. Palestra proferida no 1º Seminário de Formação Teórico Metodológica, SP. 2003. In: Castells, Manuel. **Le Pouvoir de l'Identité**. Paris: Fayard, 1999.
- SANTOS, Cláudia. **Dicionário das Relações Raciais**. Salvador: Editora Ogum's Toques, (no prelo)
- SANTOS, Milsoul. Sou macho. In: **Pássaro preto**. Salvador: Editora Quarteto, 2016. (p. 25-26)

Submissão em: 16 de agosto de 2018

Accete: 26 de agosto de 2018.

O homem disciplinado: incentivo da TV para um corpo economicamente ativo

pg 107 - 116

Jeferson Bertolini¹

Resumo

Este artigo apresenta resultados de pesquisa sobre a *disciplina*. Trata-se do conjunto de técnicas de poder que busca disciplinar os indivíduos e produzir corpos ativos (FOUCAULT, 2013). O objetivo do estudo é analisar dois eventos emergentes no Brasil: o aumento do tema saúde em programas de TV e a crescente dedicação ao corpo por parte do público. O trabalho usa análise de conteúdo de programa de TV sobre saúde e bem-estar (nos quais a disciplina corporal e alimentar é incentivada) e observação participante em supermercado e academia de ginástica (onde se compra alimentos e se exercita o corpo, respectivamente). O manuscrito conclui que, estimulado a controlar a alimentação e exercitar o corpo, o homem contemporâneo se firma como sujeito disciplinado, que se dedica ao corpo como quem se dedica ao trabalho.

Palavras-chave: Disciplina. Corpo. Televisão. Saúde. Atividade física

THE DISCIPLINED MAN: TELEVISIVE INCENTIVE FOR AN ECONOMICALLY ACTIVE BODY

Abstract

This article presents research results about the discipline. It is the set of power techniques that seeks to discipline individuals and produce active bodies (FOUCAULT, 2013). The objective of the study is to analyze two emerging events in Brazil: the increase of the health theme in TV programs and the increasing dedication to the body by the public. The work uses TV program content analysis on health and wellness (in which body and food discipline is encouraged) and participant observation in supermarket and gym (where one buys food and exercises body respectively). The manuscript concludes that, stimulated to control the diet and exercise the body, contemporary man stands as a disciplined subject, who dedicates himself to the body as if engaged in work.

Keywords: Discipline. Body. TV. Health. Physical activity

Introdução

Este artigo apresenta resultados de pesquisa empírica sobre *disciplina*. Trata-se do conjunto de técnicas de poder que busca disciplinar os indivíduos para produzir corpos economicamente ativos (FOUCAULT, 2013). Buscou-se saber o que diz a TV em termos de *disciplina* e o que pratica o público, entendido aqui como um conjunto heterogêneo de indivíduos de uma população, em relação à *disciplina*.

No Brasil, programas de TV sobre saúde e bem-estar incentivam a disciplina corporal. Esses programas tornaram-se comuns a partir de 2000, quando o médico Drauzio Varella participou do

¹ Doutor em Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina. E-mail: jefersonbertolini@gmail.com

dominical *Fantástico*, da *Rede Globo*, apresentando a série *Viagem ao corpo humano*. A aceitação foi tamanha que, em 2011, a emissora criou um programa diário para tratar do tema: o *Bem Estar*.

Este trabalho diz que, no momento em que a TV detalha os segredos do corpo em programas diários, e no momento em que se nota uma crescente preocupação com o corpo por parte do público, o homem contemporâneo se consolida como um sujeito disciplinado, que cuida do corpo com o mesmo afincamento com que trata atividades básicas, como o trabalho.

Tal afirmação se baseia em pesquisa que articula análise de conteúdo de programa de TV sobre saúde e bem-estar (nos quais a disciplina corporal e alimentar é incentivada) e observação participante em supermercado e academia de ginástica (onde as pessoas compram alimentos e exercitam o corpo, respectivamente).

A primeira técnica tenta mostrar o que diz a mídia em termos de disciplina. A segunda observa-se o cotidiano de clientes de supermercado e alunos de academia contempla elementos do discurso midiático sobre disciplina. Não se trata de um estudo de recepção. Não se procura apurar se o que é dito pela mídia influencia o público. Apenas se observa no público a mesma categoria analisada na TV.

Embora não busque medir a influência da mídia, este trabalho observa que, mesmo as camadas da população não expostas à mídia de maneira direta, sejam tocadas de maneira indireta por ela, via amigos, família etc. “Os processos de comunicação sofrem a influência dos meios de comunicação de massa, seja de modo direto, seja em maior escala através dos líderes de opinião” (HABERMAS, 1978, p. 197).

Este é um estudo interdisciplinar. Associa temas da Filosofia, da Sociologia, da Antropologia e de outras ciências humanas à Comunicação Social. A interdisciplinaridade “não é um método novo; é uma estratégia eficiente para a compreensão,

interpretação e explicação de temas complexos” (MINAYO, 2010, p. 441). É “um conceito que invocamos sempre que nos defrontamos com um problema cujo princípio de solução exige o consumo de múltiplas e diferentes perspectivas” (POMBO, 2007, p. 7).

O texto está dividido em cinco seções. A primeira apresenta o conceito de disciplina em Foucault (2013). A segunda destaca a metodologia do trabalho. A terceira aborda o programa *Bem Estar*, alvo da análise de conteúdo por ser o primeiro do país sobre o tema. A quarta traz frases extraídas da análise de conteúdo compatíveis com o conceito de disciplina. A quinta apresenta os resultados da observação participante.

O manuscrito conclui que, estimulado a controlar a alimentação e a exercitar o corpo com afincamento e regularidade, o homem contemporâneo se firma como sujeito disciplinado, que se dedica ao corpo como quem se dedica ao trabalho.

Disciplina

Na análise foucaultiana, a disciplina como tecnologia de poder ganha força a partir do século 17, quando o modelo corporal do soldado, baseado no vigor físico, passou a ser valorizado. No século 18, esse perfil se converteu em algo que se aplica a todos os indivíduos. “A disciplina é um conjunto de métodos que permitem o controle minucioso das operações do corpo, que realizam a sujeição constante de suas forças e lhes impõem uma relação de docilidade-utilidade” (FOUCAULT, 2013, p. 133).

Antes de a disciplina aparecer como tecnologia de poder, processos disciplinares já existiam nos conventos, nos exércitos e em outras instituições clássicas. Mas no decorrer dos séculos 17 e 18 nota-se o estabelecimento de fórmulas gerais de dominação.

Estas fórmulas eram diferentes da escravidão, da domesticidade, da vassalagem e das

disciplinas monásticas porque, com elas, o corpo humano é submetido a uma maquinaria de poder que o esquadriha, o desarticula e o recompõe. “A disciplina fabrica corpos submissos e exercitados, corpos dóceis. A disciplina aumenta as forças do corpo (em termos econômicos de utilidade) e diminui essas mesmas forças (em termos políticos de obediência)” (FOUCAULT, 2013, p. 134).

Esta anatomia política não deve ser entendida como descoberta repentina. Pois a era clássica não inaugurou o poder disciplinar. Ela o acelerou, mudou sua escala, deu-lhe instrumentos precisos.

No gabarito foucaultiano, a disciplina produz, a partir dos corpos que controla, individualidades dotadas de quatro características: celular, porque distribui os indivíduos no espaço; orgânica, pelo controle das atividades; genética, pela acumulação do tempo; combinatória, pela composição das forças.

No conjunto, estas quatro técnicas se servem de uma engrenagem fundamental: a norma. A lei e a norma funcionam de maneira diferente. A lei discrimina entre o permitido e o proibido; busca separar os não adequados do legalmente estabelecido. A norma atua na comparação com a qual há maior ou menor adequação a respeito do que se considera ótimo.

Para Foucault (2013), o sucesso do poder disciplinar se deve a três instrumentos ligados à norma: o olhar hierárquico (refere-se ao dispositivo que obriga pelo olhar), a sanção normalizadora (refere-se a um tipo de mecanismo penal, que tem suas leis próprias, seus delitos especificados e suas próprias instâncias de julgamento) e o exame (combina as técnicas da hierarquia que vigia e as das sanções que normalizam).

Neste contexto, o indivíduo torna-se uma realidade fabricada pela disciplina. “Temos que deixar de descrever os efeitos de poder em termos negativos: ele exclui, reprime, recalca, censura, abstrai, esconde. Na verdade o poder produz; ele

produz realidade; produz campos de objetos e rituais de verdade” (FOUCAULT, 2013, p. 185).

Foucault (2015) afirma que não se explica o poder pelo viés da repressão porque seu objetivo básico não é expulsar os homens da vida social, impedir o exercício de suas atividades, mas gerir suas vidas, controlar suas ações para que seja possível utilizá-los ao máximo. “Objetivo ao mesmo tempo econômico e político: aumento do efeito de seu trabalho; diminuição de sua capacidade de revolta, de luta, de insurreição contra as ordens do poder, isto é, tornar os homens mais dóceis politicamente” (MACHADO, 2015, p. 20).

Para Foucault (2015), o poder não é exclusivo do Estado, porque é algo que se expande por toda a sociedade (poderes moleculares); não é apenas repressivo, mas disciplinar e normalizador (o poder produz); o saber deve ser visto como peça de um dispositivo político que produz o poder e que acaba sendo intensificado por ele (onde há poder, ele se exerce). Em suma, o poder é uma relação.

A genealogia dos dispositivos disciplinares em Foucault (2013) começa pela oposição entre dois modelos punitivos: o *suplício*, ilustrado pelo esquartejamento de Damiens, em Paris, em 1757; e o *emprego do tempo*, ilustrado pelo regulamento elaborado em 1838 pelo político francês León Faucher para a Casa dos Jovens Detentos em Paris.

O *suplício* se dirigia a quem violasse a lei. A pena era aplicada em público para servir de exemplo. No século 19, devido à crueldade das penas, foi extinto em países como França, Inglaterra e Rússia.

Embora não recorram mais a castigos violentos, os sistemas punitivos devem ser pensados em uma certa economia política do corpo. “Mesmo quando utilizam métodos suaves de trancar e corrigir, é sempre do corpo que se trata. Do corpo e de suas forças, da utilidade e da docilidade delas, de sua repartição e de sua submissão” (FOUCAULT, 2013, p. 28).

O suplício fazia parte do sistema legal da época. Não era, em teoria, uma pena arbitrária, como frequentemente se observava na Antiguidade e na Idade Média, quando se aplicava penas ante as quais a crucificação poderia ser considerada um castigo leve. Como era previsto em lei, muitos governos tinham um código que estabelecia o tipo de pena (chibatadas, pedradas, ácido, corte dos tendões) de acordo com cada crime. Este tipo de castigo não era aplicado a todas as infrações. Destinava-se àquelas de maior repercussão.

Em regra, o suplício deveria levar em conta uma investigação. Afinal, já se tinha uma ideia de inquérito desde a Idade Média, quando se estabeleceu que julgar era estabelecer a verdade de um crime; para tanto era preciso conhecer a infração, o autor e aplicar a lei.

O suplício permite que o crime seja reproduzido e voltado contra o corpo visível do criminoso. Faz com que o crime, no mesmo horror, se manifeste e se anule. Faz também do corpo do condenado o local de aplicação da *vindita soberana*, o ponto sobre o qual se manifesta o poder, a ocasião de afirmar a dissimetria das forças (FOUCAULT, 2013, p. 23).

O *emprego do tempo* é compatível com o rigor do regulamento elaborado por León Faucher para disciplinar uma casa de jovens infratores. Dividido em artigos, o documento dizia, entre outros pontos, que o dia dos detentos deveria começar às 6h no inverno e às 5h no verão; que o trabalho tinha de durar nove horas por dia em qualquer estação; que duas horas por dia deveriam ser dedicadas ao ensino.

Todos os artigos disciplinavam tarefas cotidianas e buscavam otimizar o tempo. Sobre o ato de levantar, por exemplo, o manual dizia: ao primeiro rufar de tambor, os detentos devem levantar-se e vestir-se em silêncio, enquanto o vigilante abre as portas das celas; ao segundo rufar, devem estar de pé e fazer a cama; ao terceiro, colocarem-se em fila por ordem para irem à capela fazer a oração da manhã. Há cinco minutos de intervalo entre cada rufar (FOUCAULT, 2013, p. 12).

No intervalo de 75 anos entre um modelo punitivo e outro, há um duplo processo de transformação: a desapareção do espetáculo punitivo, pois a pena vai se deslocar do sofrimento visível à consciência de castigo; e a modificação na finalidade do sistema judicial, que, em vez de julgar e castigar, tentará corrigir e curar, mais oportuno à sociedade capitalista.

Metodologia

Este estudo cruza *análise de conteúdo*, para apurar o que diz a televisão em termos de disciplina; e *observação participante* em supermercado e academia de ginástica, para apurar como o público pratica em relação à disciplina.

A *análise de conteúdo* foi aplicada ao programa *Bem Estar*, da *Rede Globo*. Foram analisados 81 programas (33,19% dos exibidos em 2016). Escolheu-se o primeiro mês cheio de cada uma das quatro estações do ano.

Este estudo adota o modelo de análise de conteúdo proposto por Bardin (2010). “A análise de conteúdo é um conjunto de instrumentos metodológicos que se aplica a discursos extremamente diversificados. Ela absolve e cauciona o investigador pela atração pelo escondido, o latente, o não aparente” (BARDIN, 2010, p. 7).

Uma das principais características desta técnica de pesquisa, que se expandiu nos Estados Unidos a partir de 1915 para investigar mensagens embutidas no discurso do jornalismo e da publicidade, é o conhecimento baseado na dedução ou inferência.

A *observação participante* em supermercado e academia foi feita na Grande Florianópolis. Trata-se da região mais populosa de Santa Catarina, o Estado reconhecido pelos índices de qualidade de vida.

No supermercado, a observação foi feita em visitas diárias, cada uma de 45 minutos, durante 90 dias, em 2016. Elas resultaram em 320 “situações” observadas (situações englobam diálogos entre

pesquisador e pesquisado e diálogos entre pesquisados). O procedimento adotado foram conversas com clientes: o autor deste trabalho, no papel de um consumidor comum, conversou com clientes sobre as expectativas deles em relação aos produtos; por que escolheram os itens que estavam na cesta; quais produtos gostariam de levar e não levaram etc.

Na academia, a observação também foi feita durante três meses, em 2016. Foram 78 visitas, cada uma com duração entre 45 e 75 minutos. Elas resultaram em 250 “situações” observadas.

Matriculado como aluno regular, o autor deste estudo treinou com outros alunos, de diferentes idades e classes sociais, durante o período analisado, procurando saber o que pensam sobre saúde, alimentação, cuidado com o corpo, vaidade, disciplina e afins. As conversas também envolveram instrutores e sócios da academia.

A observação participante é uma técnica etnográfica, sendo frequentemente equiparada à etnografia (RESTREPO, 2010, p. 12). Esta técnica consiste no contato direto do pesquisador com o fenômeno observado, para obter informações sobre a realidade dos atores sociais em seu próprio contexto. “A ideia é que, mediante sua presença, o pesquisador pode observar e registrar, de uma posição privilegiada, como as coisas são feitas, quem as realizam, como e onde”. “Ser testemunha do que as pessoas fazem permite ao pesquisador compreender, em primeira mão, dimensões fundamentais daquilo que lhe interessa da vida social” (RESTREPO, 2010, p. 12).

O programa *Bem Estar*

O programa *Bem Estar* é apresentado de segunda à sexta-feira, ao vivo, entre 10h e 10h45, com o argumento de “ajudar o público a levar uma vida mais saudável”.

O televisivo está na grade de produtos jornalísticos da emissora. É apresentado por dois jornalistas, que adotam a sobriedade do jornalismo ou a informalidade do entretenimento, de acordo com o tema em destaque. Eles contam com a participação de sete médicos consultores (pediatra, psiquiatra, ginecologista, dermatologista, oftalmologista, cardiologista e ortopedista), que participam ao vivo, em sistema de revezamento, de acordo com a pauta.

Além desses sete médicos, o programa escala outros profissionais da saúde, como fisioterapeutas, nutricionistas, farmacêuticos e outros médicos, para fazerem o papel de consultores. Entre titulares e convidados, ao menos dois especialistas participam a cada dia como “especialistas”. Todos usam jalecos brancos com nome bordado e se tratam por “doutor”. Os não médicos convidados a falar ao vivo, como pesquisadores de alimentos, também adotam o jaleco branco.

Em linhas gerais, a atração procura ensinar os segredos da alimentação saudável e a importância da atividade física. Costuma condenar a gordura e incentivar a magreza, apresentada como garantidora da boa saúde.

O estúdio costuma imitar a sobriedade de um consultório médico, pintado em tom pastel e adornado com livros, maquetes médicas, tubos de ensaio e folhagens discretas. Mas pode reproduzir um ambiente de praia ou de piscina, com espreguiçadeira e guardassol, se o tema for ligado ao verão.

O material usado na composição destes ambientes não costuma ser cenográfico. Assim, a mesa da cozinha tem frutas frescas e potes de castanhas, se o assunto exigir; e os consultores e apresentadores podem se servir. Aliás, é comum vê-los provando algum alimento saudável, como suco de couve ou um talo qualquer.

O surgimento do *Bem Estar* se deu após o sucesso de quadros sobre saúde lançados pela

Rede Globo em outros programas jornalísticos da emissora. O mais notório deles foi a participação do médico Drauzio Varella no *Fantástico*.

Em 2018, o *Bem Estar* atingia, segundo a emissora, 5,8 milhões de telespectadores por dia. A audiência era formada por 68% de mulheres e 32% de homens. A maioria era da classe C (47%). Os demais eram das classes A e D (35%) e E (18%). A distribuição do público por faixa etária era: de quatro a 11 anos (4%), de 12 a 17 (6%), de 18 a 24 (7%), de 25 a 49 (42%), maiores de 50 (41%).

Na tentativa de fazer a mensagem ser assimilada pela audiência, o programa usa três estratégias, que este estudo chama de recursos pedagógicos. Trata-se de *recursos metafóricos*, *recursos didáticos* e *recursos de signos*.

Os *recursos metafóricos* usam elementos cotidianos, como comida, e se baseiam na comparação. A metáfora facilita a compreensão daquilo que nos rodeia. “A base psicológica da metáfora é o conhecimento de uma coisa em termos de outra” (FEARING, 1978, p. 66).

Os *recursos didáticos* ajudam a explicar o funcionamento do corpo. Os três mais usados são infográficos, maquetes médicas e comida de verdade.

Os *recursos de signos* parecem implícitos. Estão ligados, por exemplo, à vestimenta dos convidados: o jaleco branco é a vestimenta de todos os entrevistados ao vivo. É usado por médicos e por outros especialistas consultados, como biólogos e pesquisadores. Em abordagem clássica, signo é “algo que, para alguém, equivale a alguma coisa, sob um aspecto ou capacidade” (PEIRCE, 1980, p. 10).

O que diz o *Bem Estar* sobre a disciplina

Especialistas ouvidos pelo programa *Bem Estar* recomendam disciplina a quem quer atingir metas, como perder peso, reduzir a quantidade de calorias nas refeições ou manter uma rotina de atividades físicas. Neste contexto, ter disciplina

traz recompensa àquele que se esforça, que resiste a dor, que é persistente.

No programa, *o discurso disciplinar às vezes se parece com as formas cotidianas de incentivo*: “Seja mais forte que suas desculpas”, diz apresentador após matéria de personagem que pensou em não fazer caminhada diária “por causa de bolha no pé” (04/01, sobre metas de Ano Novo); “Quem quer, consegue”, diz Fernando Rocha, sobre a corrida de São Silvestre, prova que ele disputou dentro de programa de emagrecimento (04/01); “A gente está aqui para não te deixar desistir”, diz o apresentador à neurocientista que se preparava havia 50 dias para correr prova de 10 km (08/01, sobre dança).

O *programa recomenda a vigilância*, mesmo que seja com outros nomes: “Comunique suas metas aos outros”, diz mensagem exibida em tela. “Eles te cobrarão para você não se esquecer delas”, completa médico (04/01, sobre metas de Ano Novo); “Tenho uma amiga que é ponta firme e me ajuda muito a não desistir”, diz neurocientista que faz parte de programa de emagrecimento (08/01, sobre dança).

O *Bem Estar valoriza a voz da autoridade*: “A pessoa tem que ter esta disciplina para o melasma não voltar”, diz dermatologista ao falar sobre a importância de usar filtro solar, inclusive nos dias nublados (19/01, sobre como tratar cravos); “Tem que ter disciplina. Não se pode desistir de usar filtro”, diz outra dermatologista convidada (19/01); “É preciso acabar com essa preguiça”, diz médico sobre indisposição ao exercício (08/04, sobre esporte); “Colesterol alto é igual a derrame e infarto. Tem que [ter disciplina e] baixar agressivamente”, diz médico (26/01, sobre colesterol). “Quando você perceber que recuperou um pouquinho [o peso], retoma a disciplina [para emagrecer]”, diz médica a Fernando Rocha; “80% do tempo com muito controle; 20% do tempo com menos controle”, responde ele (25/07, sobre IMC).

Aquele que tem disciplina vive melhor: “Uma criança organizada aprende mais”, diz o

apresentador (01/04, sobre organização da casa); “Quando você tem organização, você poupa energia, você gasta menos tempo. O ambiente muito desorganizado causa muito estresse”, diz psiquiatra (01/04); “Tire um dia e arrume tudo. Você terá a sensação de dever cumprido”, diz especialista em organização de armários (01/04); “O jeito como as crianças organizam o material escolar dá pista de como elas organizam o pensamento”, diz repórter (01/04); “A organização do mundo externo ajuda eles [alunos] se organizarem internamente”, diz professora (01/04).

Quem não tem disciplina pode ser visto como doente. “Se você não se anima a arrumar o armário, pode ser sinal de depressão, de doença grave”, diz psiquiatra (01/04). Aliás, *disciplina também ajuda na cura.* “O processo foi leito e exigiu disciplina”, diz repórter sobre mulher que fez implante de osso na boca após perder três dentes e ter dificuldade para mastigar (06/04, sobre saúde dos ossos).

Os *telespectadores parecem reagir de acordo com os enunciados de ordem e controle.* “A vontade de comer as coisas nada mais é que impulso. Se você souber controlar, logo passa”, diz diarista que quer emagrecer 30 kg (04/07, sobre trabalho que engorda); “Cansa bastante, mas você perde muita caloria e sente a diferença no seu corpo”, diz bancária que faz aula de jumping para emagrecer (14/01, sobre joelho); “Você sai destruída, mas se sentindo muito bem”, diz outra aluna.

O que o público pratica em termos de disciplina

No discurso midiático, disciplina é uma espécie de chave para o sucesso: serve para emagrecer, manter a dieta, cumprir o treino com regularidade; os enunciados sugerem que os disciplinados vivem mais, que acatar a voz da autoridade faz bem e que regulamentos ajudam a manter o foco. Entre os observados no supermercado e na academia,

o sentido de disciplina é mais ou menos este. Não se fala em controle.

Em relação à alimentação, *disciplina lembra dieta ou controle.* “Se a gente quer manter o peso, se quer ficar bem, tem que se controlar. Não pode comer qualquer coisa. Tem que ter disciplina”, diz jovem à colega de academia; “No começo [matrícula na academia], cheguei a perder a linha. Mas agora estou bem controlado, bem disciplinado”, diz rapaz sobre o hábito de comer lanches à noite; “Eu digo pra minha filha: tenha foco, tenha disciplina, que tu consegue”, diz cliente de supermercado, à amiga, sobre a filha que quer emagrecer.

A disciplina alimentar é comum entre adultos, mas *cada vez mais parece atingir crianças.* “Mãe, eu estava procurando o de gergelim”, diz menino gordo, justificando seu sumiço no supermercado atrás de salgadinho saudável; “A gente pode levar de goma?”, pergunta à mãe, menina preocupada com a quantidade de açúcar de outra bala; “Eu prometo que só como um quadradinho”, diz menino que pedia aos pais uma barra de chocolate.

Nos casos observados, *a disciplina infantil vem da família ou da escola.* “Neném não pode levar bolacha recheada. Tem que levar para a creche bolacha igual a que o papai leva para o trabalho”, diz homem jovem e magro que, ao lado do filho, comprava bolacha integral; “Na escola do meu filho não pode levar bolacha. Também não aceitam suco de caixinha. Só aceitam uma marca que não tem açúcar e conservante”, diz mulher jovem e aparentemente humilde; “Tem muito sal. Não faz bem”, diz casal à filha que queria comprar salgadinho da Elma Chips. A menina ficou emburrada; “Na escola a gente tem que comer salada”, diz menino, com cara de nojo, à amiga da mãe, no supermercado.

O rigor com que se cuida da alimentação é tamanho durante a semana que *o sábado parece ter se convertido no dia do pode:* pode pizza, pode chocolate, pode refrigerante. Pode quase tudo, desde que a semana que passou tenha sido de disciplina e que a

semana que virá também seja: “A gente se controla a semana toda. Chega o sábado tem que afrouxar um pouco”, diz homem adulto que comprava carne e cerveja; “Me cuido a semana toda. Como tudo direitinho. Mas no sábado eu tiro [a disciplina] da cabeça, senão o cara endoida”, diz homem adulto que levava para casa sorvete, dois litros de refrigerante e creme de leite para fazer estrogonofe; “Minha nutricionista diz: disciplina 80% do tempo, liberdade nos outros 20%. Só assim pra gente aguentar”, diz aluna de academia, que sente falta de tomar refrigerante no almoço durante a semana.

Na academia, *notam-se elementos clássicos da disciplina*, como controle das atividades (cada aluno tem seu treino, sua série a cumprir e suas metas a atingir), controle do tempo (duração de cada exercício, quantidade de repetições, tempo de intervalo entre cada série) e controle do espaço (o ambiente fechado e cercado de espelhos permite a vigilância pelo instrutor e pelos colegas).

Aqueles que escapam à disciplina são chamados de termos pejorativos: “Estás bem ladrão hoje”, diz instrutor a aluno que dizia estar “meio cansado” (na academia, roubar significa não completar a série); “Vais ficar aí parado? Vamos se mexer vagabundo”, diz jovem musculoso a colega de treino que mexia no celular.

O *instrutor de academia opera como agente disciplinador*. Ele prescreve os treinos, elogia para incentivar, cobra resultados: “Estou sofrendo um pouquinho, mas vai ficar tudo bem”, diz jovem que fazia abdominais e foi perguntado por um amigo se estava tudo bem; “Dói até a sobancelha. Mas sei que é para o meu bem”, diz aluna sobre treino novo prescrito pelo instrutor; “Ela [instrutora] não me deixa fazer este porque diz que é muito fácil. Sempre me manda fazer outro, que arreventa mais o corpo”, diz aluna, sobre tipos diferentes de abdominais; “Tudo é atividade física. Aproveita a viagem e faz teu treino aeróbico”, diz instrutor à mulher que passaria o fim de semana na praia.

A *disciplina prevê que o aluno não pare*: “Você não pode parar, senão você não volta”, diz aluna à amiga que havia parado uns dias para acompanhar as olimpíadas; “Não falho nem um dia. Se a gente parar porque está frio, porque está chovendo, é difícil voltar”, diz idoso que faz musculação; “Só não venho no sábado. O sábado é para dar um descanso para o corpo, para na segunda-feira a gente estar bem e poder voltar”, diz homem maduro que, além de academia, patina; “O segredo é não parar. É saber que fazendo tudo direitinho a gente vai ter saúde”, diz mulher madura em conversa com amiga; “É um exercício bem difícil. A gente nunca sabe a posição certa do corpo. Mas a gente tenta. Parar, nunca”, diz mulher que dias antes teve dificuldade para fazer abdominal de rolo.

A *disciplina funciona melhor quando há cooperação*: “Hoje eles colocaram um chocolate na minha bolsa. Sei que foi um carinho, mas é chato. Se não ajudarem, a gente perde a linha”, diz à colega de academia mulher que procura emagrecer; “Eu já pedi para minha mãe não fazer bolo no fim de semana. Se ela faz, fica difícil resistir. Aí a gente engorda”, diz aluna de academia a um grupo de amigos no fim do treino; “A gente não consegue dormir tranquila se sabe que na geladeira tem coisa boa. Já disse para o meu marido: se comprar, não deixa eu ver”, diz mulher adulta em conversa com amiga; “Amor, vamos levar pão de queijo?”, pergunta rapaz à namorada no supermercado. “Tu sabes que eu não posso mais comer pão de queijo. Não me tenta”, responde a jovem.

Conclusão

A dedicação que se tem com o corpo atualmente, com todos os fardos e sacrifícios, converte-se em atividade regular, aquela que se pratica cotidianamente para se manter vivo. Trata-se de uma dedicação que, às vezes, assemelha-se com a dedicação que se costuma ter com o trabalho: o

trabalho é prioridade, é aquilo que deve vir primeiro; ao trabalho não se pode faltar; do trabalho não se deve reclamar, pois a falta dele é motivo de vergonha no sistema produtivo capitalista.

Na era do corpo saudável, a atividade física tornou-se compromisso cotidiano, que deve ser cumprido com afinco e regularidade. Assim, se houve um tempo em que se tinha sensação de dever cumprido no fim do expediente, agora esta sensação só é alcançada depois do treino: o dia só termina depois do treino; o corpo só se sente livre depois dele; primeiro vem a obrigação de malhar, depois o prazer de ficar à toa.

Sobretudo em ambientes de exercício físico, como academias de ginástica, o verbo trabalhar tornou-se sinônimo de malhar ou treinar. “Vamos trabalhar?”, diz aluna de academia à amiga a caminho da máquina de exercitar as pernas.

Neste contexto, aquele que não “trabalha” na academia é chamado de “malandro”, em alusão àquele que não trabalha na empresa capitalista: “O que tu faz aí parado? Vamos caminhar, seu malandro”, diz homem maduro a amigo que descansa; “Estás meio vagabundo hoje, né? Desde que cheguei estou te vendo meio parado”, diz, ao autor deste estudo, aluno de academia que busca bíceps fortes.

Esta dedicação ao corpo parece compatível com o poder disciplinar, aquele aplica um poder constante sobre o corpo, que o trabalha no detalhe, que exerce sobre ele “uma coerção sem folga para mantê-lo ao mesmo nível da mecânica” (FOUCAULT, 2013, p. 132).

O poder disciplinar é uma das grandes invenções da sociedade burguesa. “Ele foi um dos instrumentos fundamentais da implantação do capitalismo industrial e do tipo de sociedade que lhe é correlativo” (FOUCAULT, 2010, p. 32).

Guardadas as devidas proporções, esta dedicação ao corpo parece se inscrever na noção de trabalho identificada por Weber (2013) entre os

protestantes ocidentais: o trabalho é uma atividade que deve ser feita com afinco e regularidade por meio de uma vocação, que aparece como uma tarefa ordenada por Deus, como a única forma de viver aceitável por Ele e como expressão de amor ao próximo. “Fora de uma vocação bem sucedida, as realizações do homem são apenas casuais e irregulares, e ele gasta mais tempo na vadiagem do que no trabalho” (WEBER, 2013, p. 36).

Nem o rico pode comer sem trabalhar, pois mesmo que não precise disto para seu sustento, ainda assim prevalece o mandamento de Deus que deve ser obedecido por ele, tanto quanto pelo pobre”. “Isso porque, todos, sem exceção, recebem uma vocação da Providência divina, vocação que deve ser por todos reconhecida e exercida (WEBER, 2013, p. 42).

Neste contexto, o trabalho ganha status de mandamento, que deve ser obedecido por todos e, acima de tudo, praticado.

Referências

- BARDIN, Laurence. *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições 70, 2010
- FEARING, Franklin. *A comunicação humana*. In: COHN, Gabriel. *Comunicação e indústria cultural*. 4. ed. São Paulo: Cia Editora Nacional, 1978
- FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir: história da violência nas prisões*. tradução de Raquel Ramallete. 41. ed. Petrópolis: Vozes, 2013
- _____. *Microfísica do poder*, tradução de Roberto Machado. 2 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2015
- _____. *Em Defesa da Sociedade*. 2 ed. tradução de Maria Ermantina Galvão. São Paulo: Martins Fontes, 2010
- HABERMAS, Jürgen. *Comunicação, opinião pública e poder*. In: COHN, Gabriel. *Comunicação e indústria cultural*. 4. ed. São Paulo: Cia Editora Nacional, 1978

MACHADO, Roberto. Prefácio. In: FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2015

MINAYO, Maria Cecília de Souza. Disciplinaridade, Interdisciplinaridade e Complexidade. In: *Revista Emancipação*. Ponta Grossa, 2010

POMBO, Olga. *Epistemologia da Interdisciplinaridade*. Conferência proferida no Colóquio Interdisciplinaridade, Humanismo e Universidade, promovida pela Cátedra Humanismo Latino. Porto, 2007

PEIRCE, Charles Sanders. *Escritos coligidos*; tradução. de Armando Mora D'Oliveira e Sérgio Pomerangblum; 2. ed. São Paulo: Abril Cultural, 1980

RESTREPO, Eduardo. *Técnicas etnográficas*. In: *Especialización en Métodos y Técnicas de Investigación en Ciencias Sociales*. Fucla, 2010

WEBER, Max. A ética protestante e o espírito do capitalismo. tradução de Vinicius Eduardo Alves. 4. ed. São Paulo: Centauro, 2013

Submissão em: 23 de março de 2018

Aceite em 31 de julho de 2018

O protagonismo da mulher negra na teledramaturgia brasileira: uma análise da personagem Preta da telenovela *Da Cor do Pecado*

pg 117 - 126

Jéfferson Balbino¹

Resumo

A telenovela ocupa grande importância na sociedade brasileira uma vez que mobiliza um grande número de pessoas em frente à televisão todos os dias para acompanhar as tramas que são desenvolvidas. Sendo assim, o presente artigo se propõe em refletir acerca do espaço que as personagens negras ocupam nos enredos das telenovelas brasileiras, sobretudo, quando ocupam o posto de protagonistas como em *Da Cor do Pecado* haja vista que foi a partir dessa obra que a TV Globo passou a produzir telenovelas com atores negros interpretando personagens protagonistas. Para atingir tal intento utilizaremos como referencial teórico as concepções do semiólogo colombiano Jesus Martín-Barbero (1997), as teorias acerca do mito da democracia racial, no Brasil, apontados pelo historiador americano George Reid Andrews (1998) e, concomitantemente, as reflexões do cineasta e pesquisador Joel Zito Araújo (2004).

Palavras-chave: Telenovela; Sociedade; Personagens Negras.

THE PROTAGONISM OF THE BLACK WOMAN IN BRAZILIAN TELEDRAMATURGY: AN ANALYSIS OF THE PRETA CHARACTER IN THE SOAP ÓPERA *THE COLOR OF SIN*

Abstract

The soap opera occupies great importance in Brazilian society since it mobilizes a large number of people in front of the television every day to follow the plots that are developed. Thus, the present article proposes to reflect on the space that the black characters occupy in the plots of the Brazilian soap operas, especially when they occupy the position of protagonists as in *The Color of Sin*, since it was from this work that TV Globo went on to produce soap operas with black actors interpreting protagonist characters. In order to achieve this, we will use as theoretical reference the conceptions of the Colombian semiotist Jesus Martín-Barbero (1997), the theories about the myth of racial democracy, in Brazil, pointed by the American historian George Reid Andrews (1998) and, at the same time, filmmaker and researcher Joel Zito Araújo (2004).

Keywords: Soap Ópera; Society; Black Characters.

¹ Jéfferson Luiz Balbino Lourenço da Silva, graduado em História e em Letras. Mestrando em História e Sociedade pela Universidade Estadual Paulista (UNESP/ASSIS).

Introdução

“Enquanto a direção e produção tiverem somente nas mãos de autores, diretores e produtores brancos nunca reservaram bons papéis para os atores negros até porque sempre tem muitos e bons atores brancos na competição”.
(Ruth de Souza)

Desde o surgimento da telenovela no Brasil, em 1951, temos visto cada vez mais esse gênero artístico conquistar os telespectadores e aproximar-se da realidade vivenciada pela sociedade brasileira. E num país de proporção continental como o nosso, onde a pluralidade deveria predominar em todas as esferas socioculturais, a telenovela tem demonstrado ser uma importante ferramenta capaz de suprir a ‘gritante’ necessidade de se discutir questões como preconceito, racismo, grupos minoritários, visto que esse produto audiovisual têm um grande alcance e, ainda, procura representar e, conseqüentemente, refletir a sociedade a partir da ficção. Entretanto, num país em que têm, segundo dados do IBGE (2017), 54,9% de sua população declarada parda e preta percebemos que a teledramaturgia deixa a desejar na tentativa de representação da realidade social brasileira haja vista que há poucos personagens negros de destaque e em posição social privilegiada nos enredos dos folhetins diferentemente do que ocorre na vida real.

Embora, a teledramaturgia não representa a sociedade brasileira em sua totalidade devemos considerar que, recentemente, houve uma modesta melhora na inserção de personagens negros nos enredos das produções brasileiras como, por exemplo, em 2004, quando a TV Globo produziu a trama *Da Cor do Pecado*, escrita pelo novelista João Emanuel Carneiro, cuja história trazia – pela primeira vez na história da teledramaturgia da emissora – uma atriz negra como protagonista. E detalhe: dessa vez não era uma escrava como

aconteceu, anteriormente, em 1996, na extinta TV Manchete, na telenovela *Xica da Silva*.

No entanto, ao partirmos do pressuposto de que a telenovela brasileira acompanha (ou deveria acompanhar) a realidade ocorrida na sociedade, observamos que o negro – a exemplo do que acontece na vida real – já vem assumindo, embora ainda a passos muito lentos, uma posição de destaque, porém, ainda é um fato completamente irrisório, quando o colocamos em posição de igualdade com o papel social do indivíduo branco, seja na ficção ou na realidade. Afinal, o intento de democracia racial, que as telenovelas brasileiras procuram representar nunca existiu de fato no Brasil, pois, conforme afirma Andrews (1998, p. 334), essa ideologia (que na verdade, trata-se de um mito) foi implementada na sociedade para camuflar os preconceitos que há contra o negro.

Em relação à tentativa de representação do mito da democracia racial na teledramaturgia, Araújo (2008) é bem categórico ao afirmar que:

O mito da democracia racial brasileira, apesar de intensamente criticado por amplos setores da população negra, persiste até hoje na indústria do cinema e da telenovela. Caracteriza-se como uma poderosa cortina que dificulta a percepção dos estereótipos negativos sobre os afro-brasileiros e provoca a falta de reconhecimento da importância dos atores e das atrizes negras na história do cinema e da televisão do país. (ARAÚJO, 2008, p. 979).

Por trazer uma protagonista negra e que não fosse escrava, pode-se dizer que a telenovela *Da Cor do Pecado* rompeu paradigmas na história da teledramaturgia brasileira, porém, esse paradigma não foi rompido totalmente uma vez que a personagem ainda mantinha alguns estereótipos que marcam os personagens negros em telenovelas como, por exemplo, a pobreza, visto que a referida mocinha era uma simples vendedora de ervas no Maranhão. Portanto, neste caso, o negro é representado na ficção trazendo consigo heranças da escravidão o que confere,

para Sodré (1999, p.51), em “racismo midiático” à custa que é atribuído características negativas, justamente, numa personagem negra. E isso ainda ocorre porque “as discussões sobre cultura negra nunca foram o ponto forte das telenovelas globais, as questões raciais estiveram à mercê de outros temas abordados, nem sendo objeto do chamado *merchadising social*” (GRIJÓ & SOUSA, 2011, p. 15).

Vale ressaltar que a TV Globo produz telenovelas com protagonistas negros não simplesmente pelo fato de reforçar a identidade do negro na sociedade, mas sim movida pela condicionalidade de uma estratégia comercial que há por trás, afinal o negro:

[...] se trata da maior parte da população brasileira, apesar de ser tratada como minoria: os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) revelam que, de 1999 a 2009, houve um crescimento da proporção das pessoas que se declaravam pretas (de 5,4% para 6,9%) ou pardas (de 40% para 44,2%), que agora em conjunto representam 51,1% da população normas. (GRIJÓ & SOUSA, 2011, p. 15).

Portanto, a emissora produz telenovelas protagonizadas por atores negros, principalmente, porque visa um retorno comercial e não apenas para contribuir com a questão racial e/ou social.

No Brasil, devido às inúmeras desigualdades sociais ainda existentes, a telenovela acaba sendo para a sociedade mais que um mero produto mercadológico, pois propicia através de seus enredos folhetinescos discussões sociais. Sendo assim, por meio da abordagem proferida pela Escola de Frankfurt, na qual se salientava que os objetos de cultura de massas, ou então, cultura de mídia, como prefere denominar o filósofo americano Douglas Kellner, era uma cultura inferior. Desse modo, ela não obtinha potencial contestador e/ou emancipatório, relegando ao público que a consome uma atmosfera de total passividade (KELLNER, 2001, p. 50). Pode ser observado que

os objetos provenientes dessa ‘categoria’ como, por exemplo, a telenovela, são marginalizados em âmbitos intelectualizados como, por exemplo, a academia. Kellner, a respeito desse assunto, tece a seguinte observação:

[...] A ênfase dada pela Escola de Frankfurt na manipulação chamou a atenção para o poder e a sedução dos produtos da indústria cultural e para os modos como eles podem integrar os indivíduos na ordem estabelecida. A ênfase também no modo como a indústria cultural produz “algo para todos de tal modo que ninguém consegue escapar”, indica de que maneira a diferença e a pluralidade são utilizados para integrar os indivíduos na sociedade existente. (KELLNER, 2001, p. 60-61).

Devido a isso percebemos que foi a partir da identificação do existente elo dos produtos culturais com a consciência da sociedade que os pensadores frankfurtianos passam de fato a considerar os produtos da indústria cultural.

Ainda, a despeito de objeto provenientes de cultura de mídia, Martín-Barbero (1997) alega que quando um intelectual renega a importância de um objeto cultural oriundo de uma cultura de mídia, ele está fazendo uso de “um aristocratismo cultural”, haja vista que o mesmo está se negando “a aceitar a existência de uma pluralidade de modos de fazer e usar socialmente a arte” (MARTÍN-BARBERO, 1997, p. 70). Dessa maneira, não se deve negar a importância cultural que a telenovela exerce numa sociedade, já que é possível encontrar “nas massas um modo de emancipação da arte” (MARTÍN-BARBERO, 1997, p. 76). E, é justamente, o desenvolvimento da sociedade moderna que ocasionou o surgimento de novas ferramentas culturais como, por exemplo, a telenovela, afinal “[...] a nova sensibilidade das massas é a da aproximação [...]” (MARTÍN-BARBERO, 1997, p. 74) e, é isso que a teledramaturgia brasileira busca fazer: aproximar o brasileiro da realidade na qual a sociedade brasileira vive.

A presença do negro em alguns enredos de telenovelas da TV Globo

No Brasil, a emissora que, desde seu surgimento, em 1965, mais investe em teledramaturgia é a TV Globo. E, principalmente, por transformar a telenovela como o carro-chefe de sua programação é, desde 1969, líder nacional de audiência devido ao fato da emissora investir “no padrão artístico, mesclando-o permanentemente aos padrões mercadológico e técnico-produtivo, obtendo resultado excepcional” (TÁVOLA, 1996, p. 96).

Segundo Araújo (2004), a primeira aparição de um personagem negro na produção de teledramaturgia da emissora ocorreu, em 1969, com a trama *A Cabana do Pai Tomás*. A referida telenovela, que foi escrita pelo trio de autores Hedy Maia, Péricles Leal e Walther Negrão, era baseada no romance *Uncle Tom's Cabin* (1852), de autoria de Harriet Beecher Stowe, e girava em torno da vida do escravo Tomás que enfrentava poderosos latifundiários escravocratas no sul dos Estados Unidos, no período em que ocorria a Guerra da Secessão.

O problema que envolve os bastidores dessa telenovela até hoje não ocorre pelo fato de o personagem central ser um escravo, mas sim, por ser um escravo negro interpretado pelo branco (e loiro) ator Sérgio Cardoso que era maquiado de negro para viver o escravo protagonista.

Na época e, sobretudo, na atualidade, a TV Globo alega que o protagonista negro da telenovela *A Cabana do Pai Tomás* só foi interpretado por um ator branco devido a uma exigência da empresa norte-americana Colgate-Palmolive, que era a principal responsável pelo patrocínio das telenovelas produzidas aqui no país nessa época específica.

Com essa atitude, a televisão inaugurava, aqui no Brasil, o chamado *blackface*², que nessa

² (Do inglês, *black*, “negro” e *face*, “rosto”): é um termo que se utiliza, na indústria audiovisual, para se referir a uma técnica teatral na qual os atores colorem-se com o carvão de cortiça

época já era muito utilizado nos Estados Unidos. A técnica utilizada resultou em polêmica, por parte da imprensa como, recentemente, lembrou o jornal virtual *Esquerda Diário*³ (2015):

O ator e dramaturgo Plínio Marcos, em sua coluna “Navalha na Carne”, no jornal “Última Hora”, liderou uma campanha de repúdio à escolha do ator branco para interpretar um personagem negro. Segundo Plínio Marcos, no artigo “Lincoln só queria a igualdade dos homens” (02/05/1969), “não podemos permitir que no Brasil que a gente ama se faça uma afronta à dignidade humana”. (ESQUERDA DIÁRIO, 2015).

Em entrevista concedida ao site de entretenimento *No Mundo dos Famosos*⁴, o ator Milton Gonçalves, que fazia parte do elenco da telenovela *A Cabana do Pai Tomás*, relatou que não sentia satisfeito em ver um ator branco interpretar um personagem negro. O ator foi enfático:

para interpretarem personagens negros. Foi uma técnica muito utilizada no *minstrel shows* norte-americanos sendo muito popular durante o século XIX. Vale ressaltar que essa prática utilizada colaborou no alastramento do estereótipo em relação aos afro-americanos e, ainda, foi considerada uma importante tradição do teatro americano por cerca de um século, somente, chegando ao fim no começo da década de 1980 devido as fortes pressões dos movimentos que defendem os direitos civis dos negros nos Estados Unidos, iniciado na década de 1960.

³ Periódico jornalístico digital, criado em 2014, pertencente “a rede internacional de notícias em 5 línguas”, com mais de 10 milhões de acessos, possui como objetivo propiciar “as ideias da esquerda socialista e revolucionárias nas principais cidades deste enorme país”. Ainda, segundo informações do periódico: “O Esquerda Diário brasileiro é impulsionado pelo Movimento Revolucionário de Trabalhadores (MRT), que é parte da mesma organização internacional do Partido de Trabalhadores Socialistas (PTS) da Argentina”.

⁴ Embora as fontes históricas digitais sejam repletas de instabilidades sendo por isso considerada um grande problema para a bibliografia brasileira, conforme afirma Silveira (2016, p. 273), ainda assim, se usada com cautela em suas devidas ressalvas, não deixam de ser documentos. Partindo desse pressuposto, verifica-se que o site de entretenimento *No Mundo dos Famosos* pode ser considerado uma fonte confiável que – segundo descrição do próprio veículo – existe desde 2007, ou seja, há uma década de existência, onde serviu como fonte para uma dissertação de mestrado, para trechos do livro *Teledramaturgia: o espelho da sociedade brasileira* (2016), possui cerca de 300 entrevistas (as entrevistas são escritas, sendo algumas delas, também, veiculadas em vídeo e/ou em áudio – com diversas personalidades do cenário artístico brasileiro, nas quais possuem autorização dos artistas e, respectivamente, das emissoras e/ou empresas nas quais os mesmos trabalham, é de iniciativa privada e possui como intuito “resgatar fatos históricos sobre a teledramaturgia brasileira”. Fonte: < http://nomundodosfamosos2014.zip.net/arch2014-12-28_2015-01-03.html>. Acessado em 27/04/2017.

Jéfferson, eu não sou tão militante da causa negra como muita gente acha. Durante essa novela eu quase fui mandado embora não devido à gerência do doutor Roberto [Marinho], mas porque um diretor me chamou para eu ir pra São Paulo fazer programa de humor, porque eu não gostei de ver o Sérgio Cardoso que já vinha de uns 5 trabalhos seguidos tendo que se maquiari e por rolha no nariz para fazer papel de negro, sendo que havia muito ator negro da idade dele precisando de emprego. Eu nunca tive nada contra o Sérgio Cardoso, e quero deixar bem claro isso, o que me deixava revoltado era saber que num país onde 52% da população era de origem negra, embora ninguém quisesse ser negro [chamaram um ator loiro para viver aquele escravo negro], mas essa ‘rusga’ não se deu por conta da direção do doutor Roberto Marinho, mas por aqueles que achavam que culturalmente não deveria ser assim [...]. Depois o Lúcio Mauro me procurou junto com um diretor para me convencer a ir fazer o trabalho em São Paulo para não ficar desempregado e eu recusei, enfim depois de muito tempo que eu fui saber que o Wálter Clark deu um ‘pito’ neles todos e que não deixou me mandarem embora, pois daí se caracterizava o preconceito e o racismo. (NO MUNDO DOS FAMOSOS, 2014).

Em vista disso, fica evidente que houve uma insatisfação pelo fato de um ator branco viver um personagem negro. A partir do depoimento do veterano ator Milton Gonçalves pode-se perceber que a equipe da Globo optou por um ator branco em detrimento de um ator negro mesmo que para viver um personagem negro. Após o término da telenovela *A Cabana do Pai Tomás*, em 1970, a TV Globo só traria, novamente, um personagem negro no enredo de suas telenovelas após 5 anos, no caso na telenovela *Pecado Capital*, em 1975, com isso houve um grande intervalo entre uma produção e outra a contar com um ator negro.

A primeira versão da telenovela *Pecado Capital*, escrita pela novelista Janete Clair e produzida pela TV Globo, em 1975, foi a responsável por trazer em seu enredo – pela primeira vez na teledramaturgia da TV Globo – um personagem negro em posição privilegiada. E isso somente foi possível porque o ator Milton Gonçalves pediu para a própria autora da referida telenovela para fazer na trama um personagem que usasse terno e gravata, pois só havia feito escravos e empregados e devido a esse

pedido, Janete Clair criou o Dr. Percival, que era um personagem negro, mas que tinha uma posição social de destaque, pois era um renomado psiquiatra, formado em Harvard (DANIEL FILHO, 2001, p. 117). Embora fosse um personagem bem-sucedido, ele era coadjuvante e, sendo assim, não havia uma grande ação na trama em torno do médico.

Durante as décadas de 1970 e 1980, houve várias telenovelas, principalmente, na programação da TV Globo, que tinham personagens negros, porém, em todas as produções do gênero o negro ocupava posição pouco privilegiada, pois ora era escravo, ora era empregado e quando tinha uma posição social um pouco melhor na trama, esse personagem não tinha real importância na história.

Para Grijó & Sousa (2011, p. 4), durante a década de 1980, houve um crescimento dos movimentos em defesa aos negros e, conseqüentemente, esses movimentos exigiam “uma maior participação do negro nas teledramaturgias”, porém, tal exigência não foi prontamente atendida tendo em conta que nesse período houve, na televisão, diversas adaptações dos romances do escritor Jorge Amado como, por exemplo, as telenovelas *Gabriela* (1975), *Terras do Sem Fim* (1981) e *Tieta* (1989) que, embora tivessem como pano de fundo o universo da Bahia negra, diminuíram as personagens negras de seus respectivos enredos.

A situação dos personagens negros em telenovelas começa a mudar, mais precisamente, na segunda metade da década de 1990, com *A Próxima Vítima*, escrita por Silvio de Abreu e produzida e exibida pela TV Globo, em 1995. Na referida trama, o núcleo de personagens negros ocupavam posição social privilegiada e de participação central na trama. Embora a família Noronha fosse o exemplo de pessoas negras que conquistaram seu espaço numa sociedade, o autor atribuiu a ela algumas características nocivas, porque era uma família com

intrínsecos resquícios de machismo e, ainda, até certo ponto, de homofobia. A família em questão era composta pelos seguintes membros: o casal Kléber Noronha (interpretado pelo ator Antônio Pitanga) que era um contador de empresas e Fátima Noronha (interpretada pela atriz Zezé Motta), uma respeitada secretária-executiva e pelos filhos Sidney (interpretado pelo ator Norton Nascimento), gerente de banco, Jéfferson (interpretado pelo ator Lui Mendes), estudante de Direito e Patrícia (interpretada pela atriz Camila Pitanga), que era modelo.

O autor Silvio de Abreu fez a seguinte menção explicativa acerca do que o motivou a tratar a questão do preconceito racial nesse núcleo de personagens negros em *A Próxima Vítima*:

[...] Era uma novela essencialmente contra o preconceito. Por isso havia uma família de negros de classe média. Eu achava um absurdo, como sempre achei, não ter tido nenhuma família assim em novelas, quando no Brasil existem tantas. Quando essa família estreou na televisão, os críticos foram impiedosos, dizendo que era um absurdo, que não existia esse tipo de família, que ela era idealizada a partir da família americana, e não sei o quê. Dois anos depois, foram descobrir que existem sete milhões de pessoas vivendo nas mesmas condições que aquela família. (MEMÓRIA GLOBO, 2008, p. 311).

Para o novelista, a Família Noronha colocava uma família negra numa mesma posição de igualdade (social) com uma família branca e até com os mesmos problemas (conservadorismo, preconceito etc.).

Em *Xica da Silva*, produzida pela TV Manchete, em 1996, o novelista Walcyr Carrasco conquistou o público para sua telenovela ao mostrar uma personagem destemida, que não se sujeitava às humilhações da sociedade branca por sua cor ou pela situação escravizada. *Xica da Silva* foi a telenovela responsável por trazer – pela primeira vez na teledramaturgia brasileira – uma atriz negra interpretando de maneira absoluta uma protagonista – ainda que no estereotipado papel de

escrava. A referida telenovela trouxe tanto prestígio para a carreira da atriz Taís Araújo que, logo após a realização desse trabalho, ela foi convidada para integrar o time de atores da TV Globo, permanecendo até hoje na emissora.

Da Cor do Pecado: a telenovela que conquistou o Brasil com uma protagonista negra

Da Cor do Pecado foi uma telenovela brasileira produzida e exibida pela TV Globo entre 26 de janeiro a 28 de agosto de 2004, em 185 capítulos. Sendo escrita pelo novelista João Emanuel Carneiro, com supervisão de texto do, também, novelista Silvio de Abreu e direção-geral e direção de núcleo de Denise Saraceni. A telenovela foi protagonizada pelos atores Taís Araújo, Reynaldo Gianecchini e Giovanna Antonelli que compunham o triângulo amoroso central da narrativa. A referida telenovela era ambientada no Rio de Janeiro e em São Luís, no Maranhão. E além das cenas serem gravadas em ambas cidades houve ainda gravações nas ruínas da cidade histórica de Alcântara e, também, na Praia Ponta d'Areia e nos Lençóis Maranhenses.

Assim que estreou na TV Globo, a renomada atriz negra Taís Araújo atuou em diversas telenovelas, porém, sempre interpretando personagens secundárias, até que surgiu a oportunidade de viver, novamente, uma protagonista na telenovela *Da Cor do Pecado*.

A trama foi uma comédia romântica que girava em torno de Preta de Souza (Taís Araújo) – uma feirante negra e de família humilde e batalhadora – e Paco Lambertini (Reynaldo Gianecchini) – um milionário botânico – que se apaixonam à primeira vista quando o jovem a vê dançando numa roda de dança de tambor de crioula⁵, em São Luís,

⁵ Dança de origem africana, popular no Maranhão, em louvor a São Benedito – um dos santos negros de maior popularidade. A dança é realizada ao ar livre, em praças e em terreiros de candomblé não tendo época específica para sua realização, porém, pode-se observar uma concentração

no Maranhão. Paco e Preta vivem uma história de amor que resulta na gravidez de Raí (Sérgio Malheiros). Ao longo da narrativa, Preta, sofre as mais temíveis maldades praticadas pela loira vilã Bárbara (Giovanna Antonelli), ex-noiva de Paco. Bárbara pertence a uma família em decadência social e por isso necessita de um casamento com Paco – único herdeiro de uma das maiores fortunas do país – para livrar-se da falência, afinal o pai de Paco, o empresário Afonso Lambertini (Lima Duarte) é detentor de um grande império, o Grupo Lambertini. No decorrer da telenovela descobre-se que Paco tem um irmão gêmeo: o Apolo, pois é filho de Afonso com uma ex-empregada, Edilásia Sardinha (Rosi Campos), que no passado fora obrigada pelo patrão a deixar o filho que tivera com ela para o mesmo criar uma vez que desconhecia o fato de sua empregada ter dado à luz a gêmeos.

Quando Bárbara toma conhecimento da gravidez de Preta, a vilã se une com o amante Kaike (Tuca Andrada) e com Dodô (Jonathan Haagensen) – um ex-namorado de Preta – para separar o casal principal da telenovela. Vale ressaltar que o personagem Dodô é um dos poucos personagens negros existentes na telenovela que traz consigo marcantes características atribuídas ao negro nas telenovelas brasileiras: o mau-caratismo. Vale ressaltar também que Dodô é o único (dentre os personagens negros existentes na telenovela *Da Cor do Pecado*) que o autor atribuiu um enorme discurso de identidade considerando-se que ele tinha cabelo trançado (rastafári), era cantor de música negra e, ainda, tinha um argumento racial ao tentar convencer Raí que ele, por ser negro, era o verdadeiro pai do garoto.

maior nos períodos que correspondem ao carnaval, às festas de São João e a partir do 2º sábado de agosto, quando ocorrem também as rodas de bumba-boi. Tradicionalmente, toda a festividade de bumba-meu-boi é encerrada com um tambor de crioula”. Fonte: <http://www.educacaoofisica.seed.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=143>. Acesso em 03/03/2017.

Num determinado momento da narrativa, Paco é considerado morto, porém, ele assume o lugar do irmão gêmeo que desaparecerá num acidente e é, justamente, nesse período da narrativa que Paco – devido às armadilhas de Bárbara, ter se decepcionado com Preta acreditando que ela o traiu com Dodô e, também, dera um golpe financeiro nele – conhece e se envolve com Moá (Alinne Moraes) formando outro triângulo amoroso na narrativa.

A respeito de personagens negros em enredos de telenovelas, o novelista João Emanuel Carneiro esclarece que:

Há algum tempo, existiam poucos atores negros, comparativamente aos brancos. De uns dez anos para cá, existe um maior número de atores negros, e talentosos. É importante pensar em papéis para atores negros. Nas minhas novelas, sempre há personagens negros [...]. (MEMÓRIA GLOBO, 2008, p. 23).

Conforme afirma Oliveira & Pavan, o negro vem conquistando espaço midiático pela seguinte razão:

A presença maior do negro na mídia deve-se a uma percepção de que há um segmento afrodescendente com potencial consumidor. A já conhecida pesquisa realizada pelo Instituto Grottera, realizada no final dos anos 1980, que indica que há uma classe média negra composta por 8 milhões de pessoas que movimentam 50 bilhões de reais por ano e renda mensal superior a 2.300 reais. Estes afrodescendentes, segundo a mesma pesquisa, têm sonhos de consumo iguais aos da classe média branca, com uma diferença: sete em cada dez negros sentem-se induzidos a comprar produtos que tenham protagonistas negros em sua propaganda. A telenovela *Da Cor do Pecado* é um indicador desta identificação racial: a audiência dela fica em torno de 42 pontos no Ibope, e as pesquisas qualitativas demonstram que existe uma parcela majoritária de afrodescendentes nesta audiência em função do protagonismo de Taís Araújo e a existência de um núcleo de personagens negros na trama central da ficção. (OLIVEIRA & PAVAN, 2004, p. 3).

O novelista João Emanuel Carneiro afirma ainda que o personagem negro não pode ficar à mercê do estereótipo de bonzinho, ou seja, o autor não deve vitimar o personagem devido ao fato de seu intérprete ser negro:

Em *A Favorita*, criei um deputado negro corrupto, personagem do Milton Gonçalves. Quer dizer, tanto faz se é negro ou branco [...]. Por outro lado, é importante, também, colocar um deputado negro corrupto numa novela. Afinal de contas, por que o negro sempre precisa ser o bonzinho? Isso é muito chato. O negro está condenado a ser eternamente bonzinho, vitimado, o que também é uma condenação, uma nova forma de racismo. Há brancos e negros de boa e de má índole. (MEMÓRIA GLOBO, 2008, p. 23).

Como vemos, a partir do que o roteirista da trama disse acerca das personagens negras que ele criou, pode-se constatar que os autores de telenovelas sempre procuram criar os personagens não necessariamente pensando se ele será interpretado por um ator branco ou negro, porém, isso imbrica numa questão levantada pela veterana atriz Ruth de Souza, que em entrevista ao site de entretenimento *No Mundo dos Famosos*⁶ afirmou que:

O grande problema é que nós não temos na TV autores negros e, devido a isso, os autores brancos só sabem falar do mundo deles, sob a ótica deles. Então o que a gente vê é a mulher negra sempre ser explorada como a sexy e isso é uma coisa que tem impregnada na cabeça das pessoas, porém, se tivéssemos autores negros faríamos coisas como eu fiz no filme *Filhas do Vento*, sob produção do Joel Zito Araújo. Lá eram autores negros, ganhamos 9 prêmios. Então enquanto a direção e produção tiverem somente nas mãos de autores, diretores e produtores brancos nunca reservaram bons papéis para os atores negros até porque sempre tem muitos e bons atores brancos na competição. Eu tive sorte porque não fiz somente escravas como muitos colegas, fiz juízas, professoras, promotoras, pianista, enfim, eu tive sorte de pegar bons papéis. Mas fiz escravas, também, que muito me honraram e alegraram como na novela *Sinhá Moça*, num *Caso Verdade*. (NO MUNDO DOS FAMOSOS, 2014).

Partindo da concepção da atriz Ruth de Souza, podemos compreender que mesmo a protagonista de *Da Cor do Pecado* sendo uma atriz negra numa telenovela que tinha como foco central o debate do preconceito racial, ainda assim, ela pode não ter sido representada como os negros gostariam, por motivo que a personagem Preta de Souza trazia

consigo alguns estereótipos que estão impregnados nos hábitos preconceituosos do brasileiro, afinal a mocinha de Taís Araújo era feirante e de família pobre, ao passo que poderia ser uma protagonista negra, rica e bem-sucedida disputando com uma vilã branca seu grande amor. Por isso há tantas reclamações de diversos movimentos raciais sobre a representação ficcional que os produtores de televisão ainda insistem em fazer dos negros.

No entanto, para Araújo (2008) a personagem Preta propiciou “um fator inédito de autoestima para crianças e adolescentes afrodescendentes de todo país, quebrando paradigmas e estereótipos sobre o negro brasileiro” (ARAÚJO, 2008, p. 981), porém, mesmo após o retumbante sucesso que a atriz Taís Araújo fez com essa personagem, ainda, demorou para emplacar outra protagonista numa telenovela da emissora.

Em contrapartida, na concepção de Oliveira & Pavan a personagem Preta tem em “seu movimento nas relações raciais” o fator da passividade, pois mesmo atuando “como elemento perturbador da ordem familiar branca”, ou seja, criando tensões na vida e na família de Paco ela, também, se porta como vítima se sujeitando a uma fragilidade que é exposta a todos. Ao contrário de outro personagem negro presente na história, o Dodô que é visto como um personagem do confronto, pois “sua imagem é um discurso racial, reforçado ainda mais pelas suas falas”, inclusive, ao ponto de “se colocar como um mercenário e ser rejeitado pelos outros do núcleo negro (Preta, Felipe e Raí).” (OLIVEIRA & PAVAN, 2004, p. 9).

Dessa maneira, seria importante que houvesse na televisão mais profissionais negros, pois como Ruth de Souza declarou, somente um novelista negro poderia escrever o que um ator negro gostaria de dizer através de seu personagem. Afinal, como constata Araújo (2008) a figura enaltecida do negro no Brasil acontece apenas com “o espetáculo da miscigenação das imagens transmitidas do carnaval nos sambódromos do

6 Entrevista concedida ao site *No Mundo dos Famosos*. Fonte: < http://nomundodosfamosos2014.zip.net/arch2014-06-01_2014-06-07.html>. Acessado em 24/01/2017.

Rio de Janeiro para o mundo não encontra eco na telenovela. Persiste sempre a ideia de superioridade do branco” (ARAÚJO, 2008, p. 981).

Considerações finais

Embora a participação de personagens e intérpretes negros em telenovelas brasileiras tenham aumentado, ainda assim continua escassa a importância que os autores dão aos personagens negros. Mesmo em situações em que a personagem negra e sua intérprete assumem a condição de protagonista absoluta num enredo de telenovela como, por exemplo, a personagem Preta de Souza, interpretada pela atriz Taís Araújo em *Da Cor do Pecado*, ainda, assim os autores atribuem para aquela personagem estereótipos que sempre acompanharam o negro na sociedade brasileira, ou seja, atribuem a marca da pobreza, da violência, da escravidão como marcas registradas na vida do negro.

No caso da protagonista de *Da Cor do Pecado*, percebe-se que embora a mocinha da fosse a personagem Preta, em dado momento da história, a coadjuvante Moa Nascimento, interpretada pela atriz Alinne Moraes, praticamente ‘roubava’ o posto de protagonista, pois o autor do folhetim, o roteirista João Emanuel Carneiro, atribuía para a personagem destaque de protagonista, o que resultou numa espécie de triângulo amoroso em certo momento da narrativa o que nos leva a entender que uma parte dos telespectadores da trama acabaram torcendo para o galã terminar a estória com a personagem branca e não com a personagem negra, pois para resolver esse impasse, o novelista da narrativa teve que trazer de volta o irmão gêmeo do galã, Apólo, que todos pensavam estar morto.

Constatamo-nos que a representação do negro na teledramaturgia é, atualmente, mais valorizada o que contribui para combater a exclusão social e os

mais diversos tipos de preconceitos relacionado as pessoas negras. Porém, observamos também que as telenovelas que foram protagonizadas por atores e personagens negros não se dispuseram a propor uma discussão sobre a cultura negra no Brasil, o que é uma enorme falha. O agravante dessa situação vai mais além, quando percebemos que as telenovelas brasileiras são amplamente exportadas à exaustão para os diversos cantos do mundo sendo, inclusive, sinônimo de tramas realistas e com isso acaba passando erroneamente a ideia que o Brasil vive uma democracia racial, afinal em todas telenovelas há mais personagens brancos do que negros, isto é, mediante as telenovelas brasileiras, a imagem que o mundo tem – por meio da ficção – é a imagem de um país branco sendo que não é verdade até porque mais da metade da população brasileira é negra e/ou parda. E devido a isso a teledramaturgia nacional pode ser vista como um elemento que camufla a realidade do país mesmo tendo como intento fazer uma representação mais próximo possível da realidade.

Referências

AGÊNCIA IBGE. **População chega a 205,5 milhões, com menos brancos e mais pardos e pretos.** Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/18282-pnad-c-moradores.html>. Acesso em: 05 de julho de 2018.

ANDREWS, George Reid. **Negros e Brancos em São Paulo (1888-1988).** Bauru: EDUSC, 1998.

ARAÚJO, Joel Zito. **A Negação do Brasil – O Negro na Telenovela Brasileira.** 2ª. ed. São Paulo: Senac, 2004.

_____. **O Negro na Dramaturgia: Um Caso Exemplar da Decadência do Mito da Democracia Racial Brasileira.** In: Estudos Feministas. 16ª. Ed. Florianópolis: 2008.

- BARBERO, Jesús Martín. **Sociedade Midiatizada**. São Paulo: Mauad, 1997.
- ESQUERDA DIÁRIO. **A Representação do Povo Negro nas Novelas da Globo**. Disponível em: <http://www.esquerdadiario.com.br/A-representacao-do-povo-negro-nas-novelas-da-Globo>. Acesso em: 05 de julho de 2018.
- FILHO, Daniel. **O Circo Eletrônico**. 2ª. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001.
- GRIJÓ, Wesley Pereira. SOUSA, Adam Henrique Freire. **O Negro na Telenovela Brasileira: A Representação nas Telenovelas da TV Globo na década de 2000**. In: Anais do XXXIV Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação. Recife, 2011. Disponível em: <http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2011/resumos/R6-2918-1.pdf>. Acesso em: 05 de julho de 2018.
- KELLNER, Douglas. **A Cultura da Mídia – Estudos Culturais: identidade e política entre o moderno e o pós-moderno**. Bauru: Edusc, 2001.
- MACHADO, Costa. AZEVEDO, David Teixeira de. **Código Penal Interpretado**. 6. ed. São Paulo: Manole, 2016.
- MEMÓRIA GLOBO. **Autores: Histórias da Teledramaturgia**. Rio de Janeiro. Editora Globo, 2008.
- _____. **Da Cor do Pecado**. Disponível em: <http://memoriaglobo.globo.com/programas/entretenimento/novelas/da-cor-do-pecado/ficha-tecnica.htm>. Acessado em 16/06/2017.
- NO MUNDO DOS FAMOSOS. **Entrevista Especial**. Disponível em: <http://nomundodosfamosos.com.br/>. Acesso em: 05 de julho de 2018.
- OLIVEIRA, Dennis de. PAVAN, Maria Ângela. **Identificações e Estratégias nas relações étnicas na telenovela *Da Cor do Pecado***. Anais do XXVII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação. Porto Alegre, 2004. Disponível em: http://www.usp.br/nce/wcp/arq/identificacoesestrategias_3texto.pdf. Acesso em: 05 de julho de 2018.
- SILVEIRA, Pedro Telles da. **As fontes digitais no universo das imagens técnicas: crítica documental, novas mídias e o estatuto das fontes históricas digitais**. Antíteses. Londrina, vol. 9, n. 17, jan./jun. 2016. Disponível em: <http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/antiteses/article/view/20595>. Acesso em: 27 de abril de 2018.
- SODRÉ, Muniz. **Claros e Escuros: Identidade, Povo e Mídia no Brasil**. 2ª ed. Petrópolis. Vozes, 1999.
- TÁVOLA, Artur da. **A Telenovela Brasileira: História, Análise e Conteúdo**. São Paulo, Globo: 1996.

Recebido em: 02 de novembro de 2017.

Aceite em: 09 de julho de 2018.

Análise da concordância nominal em Guarapuava, Paraná

pg 127 - 140

Tatiane da Luz Walczak da Fonseca¹

Lucelene Teresinha Franceschini²

Loremi Loregian-Penkal³

Resumo

Neste artigo, analisamos a concordância nominal e os fatores linguísticos e sociais que atuam no condicionamento da variação de número em Guarapuava, Paraná. Este estudo está apoiado, especialmente, nos pressupostos da Teoria da Variação e da Mudança Linguística, delineada por Weinreich, Labov e Herzog (2006 [1968]) e Labov (2008 [1972]). A amostra é proveniente do Projeto VARLINGUA (Variação Linguística de Guarapuava) e é composta de 24 entrevistas, distribuídas por sexo, faixa etária e escolaridade. Os resultados apontam como significativas as variáveis linguísticas posição do elemento e classe gramatical aliadas, marcas precedentes, saliência fônica e tonicidade aliadas. Dentre as variáveis sociais, a escolaridade se destaca, sendo o aumento da concordância proporcional ao aumento do nível de escolarização dos informantes.

Palavras-chave: Sociolinguística. Concordância nominal. Projeto VARLINGUA.

ANALYSIS OF NOUN AGREEMENT IN GUARAPUAVA, PARANÁ

Abstract

In this article, we analyzed the noun agreement and the linguistic and social factors that drive the constraint of number variation in Guarapuava, Paraná. This study is supported, specially, in the assumptions of *Linguistic Variation and Change Theory*, developed by Weinreich, Labov and Herzog (2006 [1968]) and Labov (2008 [1972]). The sample came from the project VARLINGUA (Variação Linguística de Guarapuava) and consisted of 24 interviews rated by sex, age range and educational level. The results showed the significance of the linguistic variables *element position* and *parts of speech* combined, *precedent context*, *phonic salience* and *tonicity* combined. Among the social variables, the educational level stood out and the increase in agreement was proportional to the informants' educational level.

Keywords: Sociolinguistics. Noun agreement. Project VARLINGUA.

Introdução

A Sociolinguística é uma área específica da Linguística que trata da relação intrínseca entre linguagem e sociedade e da questão da variação linguística. Esta área da ciência da linguagem, entre outros interesses, procura verificar de que modo fatores de natureza linguística e extralinguística estão relacionados ao uso

1 Mestre em Letras – Universidade Estadual do Centro-Oeste, Guarapuava, Paraná. E-mail: tatianewalczak@gmail.com

2 Pós-doutoranda em Linguística – Universidade Estadual do Centro-Oeste (PNPD/CAPES), Guarapuava, Paraná. E-mail: lucelenetf@gmail.com

3 Docente da graduação e do Mestrado em Letras na Universidade Estadual do Centro-Oeste, campi de Irati e Guarapuava, Paraná. E-mail: loremi.loregian@gmail.com

das variantes em diferentes níveis. Assim, desvendar como a heterogeneidade da língua – a variação – se organiza, e de que modo essa variação é regulada é um de seus principais objetivos.

Um dos temas de estudo da Sociolinguística, a concordância nominal (doravante CN), já foi analisado no Brasil em amostras de diversas regiões, tais como: o NURC (Norma Urbana Culta), em Salvador, Recife, São Paulo, Rio de Janeiro e Porto Alegre; o Projeto Censo da Variação Linguística do Estado do Rio de Janeiro; o VARSUL (Variação Linguística Urbana na Região Sul), que abrange diversas cidades do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, entre outras.

Neste estudo, pretendemos analisar a CN em Guarapuava, Paraná, e os fatores linguísticos e sociais que condicionam essa concordância. As variáveis linguísticas consideradas neste trabalho foram: saliência fônica e tonicidade aliadas, posição e classe gramatical aliadas e marcas precedentes. As variáveis sociais foram: sexo, faixa etária e escolaridade.

A análise dos dados foi feita por meio de uma amostra retirada do banco VARLINGUA⁴ (Variação Linguística de Guarapuava), composta de (24) vinte e quatro entrevistas, distribuídas por sexo (feminino e masculino), faixa etária (1 - 25 a 45 anos e 2 - 50 anos ou mais) e escolaridade (fundamental I, fundamental II e ensino médio). A escolha do tema se fortaleceu pela carência de pesquisas sociolinguísticas na região de Guarapuava.

Assim, o objetivo geral deste trabalho é analisar o uso da regra variável de CN de número plural em Guarapuava. Os objetivos específicos são: 1) descrever e analisar as variantes usadas por falantes de diferentes características sociais pertencentes à zona urbana de Guarapuava; 2) verificar de que modo os fatores linguísticos e

4 O banco VARLINGUA foi criado por pesquisadores da Universidade Estadual do Centro-Oeste – Unicentro, do Programa de Pós-Graduação em Letras. O banco de dados apoia-se teoricamente na Sociolinguística Variacionista e assemelha-se ao banco do Projeto VARSUL.

extralinguísticos atuam no condicionamento da variação de número no sintagma nominal (doravante SN) na língua falada em Guarapuava; e 3) contribuir para a descrição da CN e para os estudos da variação linguística do Português falado no Brasil (doravante PB), sobretudo no Paraná.

Este estudo justifica-se pelo fato de o PB apresentar casos de variação linguística e a CN ser uma das variáveis passíveis de análise, reforçada pela evidência de que ocorrem frequentemente casos de ausência de CN entre os elementos do SN em Guarapuava.

Na sequência, apresentamos brevemente a teoria norteadora deste estudo, a Sociolinguística Variacionista.

A Sociolinguística Variacionista

A partir de 1966, nos Estados Unidos, no simpósio “Direções para a Linguística Histórica”, organizado por Weinreich, Labov e Herzog, os estudos sobre a variação e a mudança linguística fundamentaram uma nova teoria-metodológica, até porque os autores tinham

[...] razões convincentes para modificar essa posição nos fatos confirmados de que os desvios de um sistema homogêneo não são todos eles erros aleatórios de desempenho, mas são num alto grau codificados e parte de uma descrição realista da competência de um membro de uma comunidade de fala (WEINREICH, LABOV, HERZOG, 2006, p. 60).

Nesse contexto, uma nova teoria linguística, denominada Sociolinguística⁵ entra em cena, e tem como princípio a noção de língua como um sistema inerentemente variável. A Teoria da variação e mudança tem como objeto de estudo a língua falada em um contexto social, ou seja, em situações reais de uso da língua.

5 As principais obras (que são até hoje referências nos estudos sociolinguísticos) são: “Fundamentos empíricos para uma teoria da mudança linguística”, de 1968, publicada por Weinreich, Labov e Herzog, e “Padrões sociolinguísticos”, de 1972, publicada por Labov.

Como a questão da mudança sempre instigou os estudos linguísticos, a Sociolinguística procurou estudar o fenômeno da mudança, enquanto um processo, que segundo Weinreich, Labov e Herzog (2006, p. 122), ocorre em três etapas: “(1) à medida que um falante aprende uma forma alternativa, (2) durante o tempo em que as duas formas existem em contato dentro de sua competência, e (3) quando uma das formas se torna obsoleta”.

Para que ocorra uma mudança na língua, é necessário o surgimento da variação na língua por um longo período de tempo e a existência de duas formas variantes que irão concorrer. Com isso, pode ocorrer uma mudança em progresso ou a variação pode permanecer estável. Na esteira social, o processo de mudança pode estar relacionado ao estudo das novas gerações de dada comunidade de fala, porque a “transferência parece ocorrer entre grupos de pares de faixas etárias levemente diferentes” (Weinreich, Labov e Herzog, 2006, p. 122).

É importante esclarecer que, segundo Weinreich, Labov e Herzog (2006), nem toda variação e heterogeneidade na estrutura da língua podem levar à mudança, porém, toda mudança apresenta variação e heterogeneidade em sua estrutura. Evidentemente, um dos objetivos do presente estudo é verificar se há uma possível mudança em progresso na comunidade de Guarapuava da forma presença de CN para a forma ausência de CN.

Para tanto, à luz da Sociolinguística, nos embasaremos principalmente no pesquisador William Labov ([1972] 2008), considerado o grande nome da teoria variacionista. Para sistematizar, descrever e interpretar os fenômenos da variação linguística, Labov identificou fatores sociais como idade, sexo, escolaridade, etnia, que atuam como condicionadores do aparecimento das variações e das mudanças nas línguas. Por consequência, suas pesquisas conseguiram demonstrar como a avaliação dos dados linguísticos e a variação

constatada podem ser explicadas por meio dos elementos sociais considerados.

Como a metodologia da pesquisa sociolinguística visa a analisar a língua falada de um determinado grupo de pessoas, é provável que o pesquisador se depare com a realidade da variação. A esse grupo a Sociolinguística denomina comunidade linguística ou comunidade de fala, que, pela definição de Labov ([1972] 2008, p.188): “não pode ser concebida como um grupo de falantes que usam todas as mesmas formas; ela é mais bem definida como um grupo que compartilha as mesmas normas a respeito da língua”.

Além disso, cada comunidade de fala compartilha um conjunto de regras de uso linguístico, porém nem todos os membros de uma comunidade falam da mesma maneira. A partir dessas informações, de acordo com Coelho *et al.* (2015), podemos observar que quando admitimos a variedade de línguas no mundo, consideramos um rol de regras linguísticas que faz com que o PB seja diferente de outras línguas e a variação se apresenta em diferentes níveis linguísticos: variação fonológica; variação morfológica; variação lexical; variação sintática; e variação discursiva.

As variações nas línguas estão relacionadas a diversos fatores linguísticos e aos fatores sociais, ou extralinguísticos. Com relação a este último, vale ressaltar que as diferenças entre comunidades e suas características sociais são de natureza quantitativa, isto é, podem ser mensuradas através dos resultados fornecidos pelo programa estatístico utilizado pelo pesquisador, como fez Labov, como fazem outros pesquisadores e como faremos também em nosso trabalho.

Além dos fatores sociais, temos os fatores linguísticos que podem influenciar a variação nas línguas. Na análise da CN, por exemplo, conforme nos apresenta Scherre (1988), temos: a saliência fônica, a tonicidade, a posição do elemento no SN, a classe gramatical do elemento no SN (artigo,

substantivo, adjetivo) e as marcas precedentes, dentre outros.

A seguir, vamos discorrer brevemente sobre o nosso objeto de estudo, a concordância nominal.

A concordância nominal

De acordo com a visão da gramática tradicional, Cegalla (2008, p. 438) destaca que “concordância é o princípio sintático segundo o qual as palavras dependentes se harmonizam, nas suas flexões, com as palavras de que dependem.” Na perspectiva da Sociolinguística, a CN é a reiteração do mesmo conteúdo de um nome no determinante, quantificador ou adjetivo a ele inter-relacionado de forma sintática e semântica (BRANDÃO, 2007).

Ainda de acordo com Brandão (2007), a concordância na categoria de número, mesmo pressupondo as regras tradicionais da língua portuguesa, está sujeita a variações, por isso, o uso das regras são variáveis, dependendo de fatores linguísticos e extralinguísticos, sem que se perca a inter-relação morfossintático-semântica entre os elementos.

A propósito da CN, a ocorrência de variedades de concordância pode estar relacionada aos vários constituintes que compõem o SN e aos fatores linguísticos e extralinguísticos que a condicionam, isto é, os aspectos ligados à estrutura do SN, às alterações morfofonológicas do mecanismo de flexão, às características dos falantes como sexo, idade, escolaridade etc.

Conforme Brandão (2007), o SN é uma construção sintática que contém um elemento central, o núcleo (substantivo ou categoria substantivada), que pode ser único ou acompanhado de outros constituintes como quantificadores ou determinantes. Os principais constituintes que apresentam a flexão de número ou indicam o plural são três classes: a) a que ocupa a posição à esquerda do núcleo (determinantes); b) a dos quantificadores; c) a dos adjetivos, à direita ou à esquerda do núcleo.

Além disso, há fatores importantes que determinam o uso de variedades no SN, que são: a) a classe da palavra; b) a posição linear no sintagma; c) a saliência fônica, entre outros.

Na sequência, apresentamos as variáveis linguísticas e sociais adotadas neste estudo.

Concordância nominal: variáveis linguísticas e sociais

Nesta seção, apresentamos as variáveis linguísticas e sociais adotadas para esta pesquisa. A variável dependente, ou em análise, é constituída pelas variantes *presença* de CN e *ausência* de CN e, de acordo com Guy e Zilles (2007, p. 141), “é tratada em termos das probabilidades e percentuais de acontecimento de determinada alternativa, oposta à ausência dessa alternativa”. Em outras palavras, a variável posta em análise pode conter mais de uma forma, pode apresentar a presença do fenômeno ou a ausência do mesmo.

Neste estudo, a variável dependente CN apresenta duas variantes: ausência de CN e presença de CN, como demonstram os exemplos abaixo:

(1) Eu vejo **as cidade** crescendo, i se fosse pra mim saí de Guarapuava seria pro interior, lugar menor. (VARLINGUA⁶ Inf4 1gM).

(2) A grande coisa que **as pessoas** sempre falam é no friu daqui, porque é notícia né, o friu de Guarapuava. (VARLINGUA Inf12 2cM).

Como podemos observar, no exemplo 1, no sintagma nominal “*as cidade*”, o artigo *as* apresenta a presença de CN e o substantivo *cidade*, segundo elemento e núcleo do SN, apresenta a ausência de CN, ou seja, não recebe a marcação de plural. Já no exemplo 2, no SN “*as pessoas*”, tanto o determinante (artigo) *as*, quanto o núcleo (substantivo) *pessoas* apresentam a marcação de plural.

6 Os dados entre parênteses identificam a *faixa etária*: (1) 25 a 45 anos, (2) 50 anos ou mais; a *escolaridade*: (p) Fundamental I, (g) Fundamental II, (c) Ensino médio; e o *sexo dos informantes*: (F) feminino, (M) Masculino.

No tocante às variáveis independentes, segundo Guy e Zilles (2007, p. 137), elas são “tratadas no Varbrul como ‘grupos de fatores’, formam a parte central do sistema analítico. Cada uma delas representa uma hipótese de possíveis efeitos sobre a variável dependente (a ‘aplicação da regra’)”. Assim, neste estudo, procuramos verificar se as variáveis independentes são relevantes para a aplicação da regra de CN em Guarapuava.

As variáveis linguísticas consideradas nesta análise foram: posição do elemento e classe gramatical aliadas, saliência fônica e tonicidade aliadas e marcas precedentes.

1. Posição do elemento e classe gramatical aliadas:

De acordo com Scherre (1988), a melhor forma de analisar a CN é aliar as variáveis posições do elemento e classe gramatical, a fim de obter resultados mais significativos. Nesta análise, assim como Scherre (1988) em sua tese, aliamos a variável posição linear à classe gramatical, incluindo, também, a posição relativa, que se refere à distribuição dos elementos em relação ao núcleo. Para esta análise, os fatores elencados foram:

1.1. Determinantes antepostos ao núcleo na primeira posição:

(3) *As brincadeira*⁷, eu sempre penso qui é muito diferente de agora né. (VARLINGUA Inf7 2pF).

1.2. Determinantes antepostos ao núcleo na segunda posição.

(4) Já pidi *prus meus patrão*, gosto muito de rádio. (VARLINGUA Inf1 1pF).

1.3. Adjetivo anteposto ao núcleo.

(5) Ela i mais um foram *us melhores aluno* né, ela vai muito bem, bem istudiosa. (VARLINGUA Inf1 1pF).

1.4. Substantivo como núcleo na primeira posição.

(6) Não vô dizê qui eu sei fazê *pratus diferente* assim né, mais o básico. (VARLINGUA Inf10 2gM).

1.5. Substantivo como núcleo na segunda posição.

(7) Tinha *as novenas* de natal, todo ano a gente participava. (VARLINGUA Inf5 1cF).

1.6. Substantivo como núcleo na terceira posição.

(8) *Us nossus horário* são diferente né. (VARLINGUA Inf4 1gM).

1.7. Categoria substantivada⁸ como núcleo na segunda posição.

(9) Eu adotei ela como mãe, eu acho que *us otrus* também. (VARLINGUA Inf13 1pF).

1.8. Categoria substantivada como núcleo na terceira posição.

(10) *Os mais antigo* né, as pessoas mais de idade, ainda te dão mais atenção. (VARLINGUA Inf1 1pF).

1.9. Determinantes pospostos ao núcleo.

(11) *Os professoris meus* erum daquele sistema assim de, ainda do puxão de orelha. (VARLINGUA Inf5 1cF).

1.10. Adjetivo posposto ao núcleo na segunda posição.

(12) Não precisa sê grandis obras né, grandis feitos né, são *coisas simplis*. (VARLINGUA Inf4 1gM).

1.11. Adjetivo posposto ao núcleo na terceira e demais posições.

(13) Nós temo muito cachorro, aí eu digo que são *meus filho adotivo*. (VARLINGUA Inf15 1gF).

2. Saliência fônica e tonicidade aliadas:

Para Scherre (1988), a variável saliência fônica tem como princípio analisar a influência dos elementos mais e menos salientes na formação de plural. Seus fatores são representados por níveis de diferenciação do material fônico na forma singular/plural, apresentando, respectivamente, o maior e o menor grau de saliência fônica.

Scherre (1988) verificou que, ao analisar as variáveis saliência fônica e tonicidade individualmente, ocorria uma sobreposição entre ambas, o que causava diferenças probabilísticas

⁷ Em todos os exemplos, apresentamos em itálico o SN e em negrito o elemento em análise (*as novenas*).

⁸ Entendemos por *categoria substantivada* aquela que “envolve todas as classes gramaticais (adjetivos, possessivos e indefinidos) que ocorrem em SNs que não têm um substantivo ou um pronome pessoal como núcleo” (SCHERRE, 1988, p. 151).

nos resultados, com destaque para os itens regulares e não regulares.

Assim, neste estudo, da mesma forma que em Scherre (1988), aliamos as variáveis saliência fônica e tonicidade, “ignorando a relação oxítono e paroxítono para os itens não regulares e mantendo-a, acrescida do fator proparoxítono, para os itens regulares” (Scherre, 1988, p. 136). Desse modo, consideramos em nossa análise os mesmos fatores da pesquisadora:

2.1. Plural duplo⁹ (oxítono ou paroxítono).

(14) No caso, eu era o segundo mais velho, daí tinha *dois mais novo* né. (VARLINGUA Inf6 1cM).

2.2. Itens terminados em -l (oxítono ou paroxítono).

(15) Como eu não fui bem atendida na minha cidade aqui, *nus hospital* aqui da minha cidade, eu procurei um hospital fora. (VARLINGUA Inf5 1cF).

2.3. Itens terminados em -r (oxítono ou paroxítono).

(16) *As mulher* tão se desvalorizando demais porque elas não tem noção do que elas conseguiram. (VARLINGUA Inf11 2cF).

2.4. Itens terminados em -ão (oxítono irregular).

(17) Graças a Deus eu, tenho *minhas devoção*, saio tranquilo. (VARLINGUA Inf20 2pM).

2.5. Itens terminados em -s (oxítono).

(18) Feiz *dois mesis* ontem, que ele feiz a cirurgia. (VARLINGUA Inf3 1gF).

2.6. Regular oxítono.

(19) Uma minina de oito anos, agora *as mães* não dexum nem chegá perto do fogão. (VARLINGUA Inf9 2gF).

2.7. Regular paroxítono.

(20) Meu pai era um home muito assim, como é que eu te digo, amigo *dos filho*, sabe? (VARLINGUA Inf21 2gF).

2.8. Regular proparoxítono.

⁹ Entendemos por *plural duplo* (ou plural metafônico), o termo que na passagem de singular para plural tenha inserção de -s e também sofra alteração de abertura vocálica, como em (ovo/óvus), segundo Scherre (1988).

(21) Quando eu fiz essa cirurgia *us médico* me derum cinco ano só de vida (VARLINGUA Inf8 2pM).

3. Marcas precedentes

Conforme Scherre (1988), a variável marcas precedentes, analisa a influência do elemento precedente ao elemento analisado para a presença ou a ausência da marca de plural. O objetivo dessa variável é confirmar a ideia de que “marcas levam a marcas e zeros levam a zeros”, entre os elementos do SN. Por exemplo, se um elemento do SN recebe a marca -s de plural, este elemento condicionaria o aparecimento da marca de plural no elemento subsequente. O mesmo ocorreria caso fosse um elemento com ausência da marca de plural, como ilustram os exemplos abaixo, de Brandão (2007, p. 65):

(22) (12a) TodoS oS meuS alunoS leram o livro.

(23) (12b) Comentei oS livroØ didáticoØ.

Desse modo, esta variável contém nove fatores, são eles:

3.1. Ausência de elemento precedente.

(24) O pai na parte da casa ele até que não si envolvia, era a mãe que tomava *as decisão*. (VARLINGUA Inf4 1gM).

3.2. Elemento precedente é um numeral.

(25) Hoje eu tenho *três filho* né. (VARLINGUA Inf10 2gM).

3.3. Ausência de marca morfológica no elemento precedente.

(26) *A minhas tias* também custuravum, a gente sabia um poquinho né. (VARLINGUA Inf7 2pF).

3.4. Apenas uma marca (em -s) precedente.

(27) Intão hoje *us casamento* são bem melhor. (VARLINGUA Inf3 1gF).

3.5. Duas ou mais marcas (em -s) precedente.

(28) Ela mi ajudava lavando *as minhas ropas*. (VARLINGUA Inf5 1cF).

3.6. Mistura de marcas com zero precedente à 3ª e 4ª posição.

(29) Tem *uns prano bom* de saúde, prano bom odontológico. (VARLINGUA Inf2 1pM).

3.7. Mistura de marcas com –s precedente à 3ª e 4ª posição.

(30) *A minhas irmã* jogavam bola.
(VARLINGUA Inf2 1pM).

3.8. Sintagma preposicionado precedente.

(31) Eu, tiu, tia, *um monte de primos*.
(VARLINGUA Inf2 1pM).

3.9. Termo precedente é invariável.

(32) Tem *vários amigo*, né.
(VARLINGUA Inf1 1pF).

Além dessas variáveis linguísticas, consideramos também em nossa análise as seguintes variáveis sociais: sexo, faixa etária e escolaridade. Por meio dessas variáveis, pretendemos identificar quais fatores condicionam o uso da variável CN em Guarapuava.

A variável sexo, na questão da variação e mudança linguística, tem papel fundamental, visto que, na ocorrência de algumas variantes, considerando a forma padrão e não-padrão, segundo Labov ([1972] 2008), as mulheres são mais propensas a utilizarem as formas linguísticas de maior prestígio que os homens, por serem mais sensíveis aos valores sociolinguísticos. Para a análise da variável *sexo*, consideramos dois fatores: feminino e masculino.

A significativa distribuição dos falantes pela faixa etária está comumente relacionada ao que Labov ([1972] 2008) definiu como “mudança em tempo aparente”, uma concepção baseada na hipótese clássica da aquisição da linguagem, e que, teoricamente, significa fazer uma comparação da língua falada pelas diferentes faixas etárias, e, com isso, indicar uma possível mudança em progresso na língua. Ainda segundo o autor, um processo de mudança linguística pode ocorrer quando uma determinada variante é mais frequente na fala da faixa etária mais jovem e menos frequente na dos mais idosos.

Para verificarmos nesta pesquisa se a faixa etária é um fator importante na escolha linguística dos participantes de Guarapuava e, por consequência, se há indícios de uma mudança em

progresso nessa comunidade, consideramos duas faixas etárias: 1- 25 a 45 anos e 2 - 50 anos ou mais¹⁰.

A variável escolaridade também tem exercido grande influência nos estudos sociolinguísticos. No estudo da CN, por exemplo, várias pesquisas têm mostrado que falantes com maior escolaridade fazem maior uso da CN, isso porque a tendência geral é que quanto mais escolaridade, maior é o uso das normas gramaticais trabalhadas no ambiente escolar.

Para analisar essa variável, o presente estudo considera três fatores: Fundamental I; Fundamental II e Ensino Médio.

A seguir, apresentamos os resultados da pesquisa, a partir de cada variável analisada no programa estatístico GoldVarbX para o fenômeno em questão, a CN em Guarapuava.

Resultados gerais da concordância nominal em Guarapuava

Nesta seção, são apresentados os resultados da análise da CN. Para esta pesquisa, analisamos vinte e quatro (24) entrevistas do banco VARLINGUA. Todas as entrevistas foram transcritas e codificadas. Para a obtenção dos resultados, a codificação dos dados foi submetida à análise quantitativa do programa estatístico GoldVarbX.

Os resultados gerais da análise quantitativa dos dados dos 24 (vinte e quatro) participantes da amostra totalizaram 4.213 ocorrências, das quais foram registrados 1.684 casos de ausência de CN (40%), e 2.529 casos de presença de CN (60%). No entanto, considerando os diferentes constituintes do SN, verificamos que os determinantes apresentam a marca de plural em quase 100% das ocorrências; já nos elementos nucleares (substantivos e categorias substantivadas) e nos

¹⁰ Apesar de considerarmos essa estratificação etária, para a constituição da amostra VARLINGUA, procuramos selecionar, na medida do possível, falantes com menos de 40 anos para a primeira faixa etária e com mais de 60 anos para a segunda, estabelecendo assim uma diferença significativa entre as duas faixas etárias analisadas.

adjetivos predomina a ausência de concordância, ou seja, há uma alta frequência de cancelamento da marca (67% e 70%, respectivamente).

Em uma rodada que realizamos sem os determinantes, isto é, somente com substantivos, adjetivos e categorias substantivadas, obtivemos um total de 2.422 ocorrências, 32% (782 ocorrências) de presença de CN e 68% (1.640 ocorrências) de ausência de CN, o que comprova o elevado índice de não concordância nesses constituintes do SN.

Para a análise estatística dos dados, as variáveis selecionadas¹¹, nesta ordem, foram: 1) posição e classe gramatical aliadas; 2) escolaridade; 3) marcas precedentes; 4) saliência fônica e tonicidade aliadas; e 5) sexo.

Primeiramente, apresentamos os resultados das variáveis linguísticas e, posteriormente, das variáveis sociais selecionadas como significativas em nossa amostra, juntamente com seus fatores.

Análise das variáveis linguísticas

Todas as variáveis linguísticas consideradas em nossa análise foram selecionadas pelo programa estatístico GoldVarbX. A seguir, apresentamos os resultados obtidos na análise das variáveis linguísticas posição e classe gramatical aliadas, marcas precedentes e saliência e tonicidade aliadas.

11 A variável *faixa etária* não foi selecionada pelo programa estatístico GoldVarb X, porém, ela será analisada futuramente, em novos estudos.

A tabela 1 apresenta os resultados da variável *posição* e *classe gramatical aliadas*, selecionada pelo programa estatístico GoldVarbX em primeira posição, ou seja, considerada como a variável mais significativa na análise da CN em Guarapuava.

A variável posição e classe gramatical aliadas apresentou um *nocante*¹² para o fator substantivo como núcleo na primeira posição, com 16 ocorrências, e todas elas com a aplicação da regra de concordância.

Pela tabela, é possível notar que os determinantes (artigos, possessivos, indefinidos e quantificadores) antepostos ao núcleo na 2ª posição apresentaram um peso relativo quase categórico para a presença de CN (0.98). Em seguida, seguem os determinantes pospostos ao núcleo como favorecedores da concordância (0.78), os determinantes antepostos ao núcleo na 1ª posição (0.73), e a categoria substantivada como núcleo na 2ª posição (0.57).

Por outro lado, desfavoreceram a concordância, o adjetivo posposto ao núcleo na 2ª posição (0.40), o substantivo como núcleo na 2ª posição (0.29), o adjetivo anteposto ao núcleo (0.23), o adjetivo posposto ao núcleo nas demais posições (0.20) e o substantivo como núcleo na 3ª

12 A terminologia *nocante* ou (*KnockOut*) representa um fator “que, num dado momento de análise correspondente a uma frequência de 0% ou 100% para um dos valores da variável dependente.” (GUY e ZILLES, 2007, p. 158). Em outras palavras, o *nocante* ocorre quando um dos fatores registra 0% ou 100% para a variável dependente, ou seja, não há variação, portanto, esse fator não precisa ser analisado.

Tabela 1: Resultados da *posição* e *classe gramatical aliadas* na presença de CN

FATORES	Aplic./Total	%	P.R.
Determinantes antepostos ao núcleo na 2ª posição	113/115	98%	0.98
Determinantes pospostos ao núcleo	3/4	75%	0.78
Determinantes antepostos ao núcleo na 1ª posição	1634/1676	97%	0.73
Categoria subst. como núcleo na 2ª posição	24/46	52%	0.57
Adjetivo posposto ao núcleo na 2ª posição	6/18	33%	0.40
Substantivo como núcleo na 2ª posição	625/1974	32%	0.29
Adjetivo anteposto ao núcleo	9/25	36%	0.23
Adjetivo posposto ao núcleo nas demais posições	16/61	26%	0.20
Substantivo como núcleo na 3ª e 4ª posição	80/259	31%	0.20
Categoria subst. como núcleo na 3ª e 4ª posição	3/19	16%	0.06
TOTAL	2513/4197	60%	

Fonte: VARLINGUA (2015)

e 4ª posição (0.20). E com uma probabilidade ainda maior, a concordância também foi desfavorecida na categoria substantivada como núcleo na 3ª e 4ª posição (0.06).

Em síntese, pelos resultados apresentados acima, podemos concluir que:

1) Os elementos não nucleares, geralmente os determinantes, quando ocupam a primeira e a segunda posição do SN, apresentam a marca de plural.

2) Já o substantivo, na maioria das vezes, ocupa a segunda posição e não apresenta a marca de plural, provavelmente pela primeira posição já receber a marca.

3) A terceira posição, ocupada principalmente pelos substantivos, seguida dos adjetivos e da categoria substantivada, desfavorece a presença de CN. O mesmo vale para os elementos que ocupam a quarta ou demais posições no SN.

A seguir, apresentamos os resultados da variável linguística *marcas precedentes*, selecionada pelo programa estatístico em terceira posição, após a escolaridade.

Pelos resultados apresentados na tabela 2, podemos observar que o fator ausência de elemento precedente apresentou um peso relativo de 0.82 para a marca de plural. Este resultado se mostrou coerente, pois todos esses casos são de elementos que ocupam a primeira posição do SN, e, por isso, recebem a marca de plural.

Também a ausência de marca morfológica no elemento precedente, favoreceu a aplicação da

concordância (0.64). Esses resultados corroboram com aqueles obtidos por Scherre (1988, p. 207), pois, em sua análise, a ausência de elemento precedente favoreceu a marcação de plural (0.92) e a ausência de marca no elemento precedente apresentou 100% de uso da marca no elemento seguinte.

Em nossos dados, todos os demais fatores desfavoreceram a CN. O fator elemento precedente é um numeral, apresentou um peso relativo de 0.40 para a CN, e os fatores duas ou mais marcas (em -s) precedente (0.39) e termo precedente é invariável (0.36) apresentaram resultados semelhantes. Nos resultados de Scherre (1988), ao contrário, os fatores elemento precedente é um numeral e duas ou mais marcas (em -s) precedente favoreceram a concordância, com 0.56 e 0.61, respectivamente.

O fator sintagma preposicionado precedente ao elemento em análise também desfavoreceu a presença de CN (0.26) em nossos dados, assim como na análise de Scherre (1988), com 0.45.

Nos dados de Guarapuava, o fator mistura de marcas com -s precedente à 3ª e 4ª posição entre os elementos anteriores ao elemento analisado, isto é, o primeiro elemento sem a marca de plural e o segundo elemento com a marca, também desfavoreceu a concordância (0.22). Em seguida, o mesmo ocorreu com o fator apenas uma marca (em -s) precedente, com peso relativo de (0.20), e um número elevado de ocorrências (1.541). Esse resultado já era esperado, pois, na maioria dos

Tabela 2: Resultados da variável *marcas precedentes* na presença de CN

FATORES	Aplic./Total	%	P.R.
Ausência de elemento precedente	1653/1695	97%	0.82
Ausência de marca no elemento precedente	38/41	93%	0.64
Elemento precedente é um numeral	305/708	43%	0.40
Duas ou mais marcas (em -s) precedente	37/95	39%	0.39
Termo precedente é invariável	12/40	30%	0.36
Sintagma preposicionado precedente	3/15	20%	0.26
Mistura de marcas (-s precedente à 3ª e 4ª pos.)	9/41	22%	0.22
Apenas uma marca (em -s) precedente	469/1541	30%	0.20
Mistura de marcas (zero precedente à 3ª e 4ª pos.)	3/37	8%	0.05
TOTAL	2529/4213	60%	

Fonte: VARLINGUA (2015)

casos, esse elemento não recebe a marca por ser um elemento de segunda ou demais posições.

Por último, o fator mistura de marcas com zero precedente à 3ª e 4ª posição entre os elementos anteriores ao elemento em análise, ou seja, o primeiro elemento com a marca de plural e o segundo elemento sem a marca, foi o fator que mais desfavoreceu a presença de CN, com peso relativo de 0.05, resultado semelhante ao de Scherre (1988).

Assim, verificamos que, nos dados de Guarapuava, somente a ausência de elemento precedente e a ausência de marca no elemento precedente favoreceram a marcação de plural. Isso significa que geralmente o primeiro elemento é marcado, e quando isso não ocorre – em 38 ocorrências – é o elemento seguinte que recebe a marca de plural. Em todos os demais casos, a ausência de marca de plural predomina.

A variável saliência fônica e tonicidade aliadas foi selecionada pelo programa estatístico GoldVarbX em quarta posição, na análise da CN em Guarapuava. A tabela 3 apresenta os resultados.

Os resultados da tabela abaixo mostram, para a presença de CN, um peso relativo de 0.92 para o fator plural duplo, e um peso relativo de 0.72 para os itens terminados em -l, seguidos dos itens terminados em -s (0.65), itens que mais favoreceram a concordância em nossa amostra. Na sequência, também favorecendo a concordância estão os itens terminados em -r (0.61), os regulares oxítonos (0.59) e os regulares proparoxítonos (0.56).

Logo abaixo, com resultado próximo ao ponto neutro, estão os itens terminados em -ão (0.51) e os regulares paroxítonos (0.47).

Comparando os nossos resultados aos de Scherre¹³ (1988), podemos verificar que os resultados de vários fatores apresentaram convergência com a análise da pesquisadora. Por exemplo, o plural duplo, considerado o item mais saliente, se mostrou favorável à marcação de plural em Scherre (0.80) e em nossos dados, com um peso relativo ainda maior (0.92). Para os itens terminados em -l, também os mais salientes, o peso relativo em nossos dados (0.72) é semelhante ao de Scherre (0.69).

Favoreceram ainda a aplicação da regra de concordância os itens terminados em -s e os itens terminados em -r, em nossos dados, (0.65 e 0.61, respectivamente), assim como nos de Scherre (0.56 e 0.65, respectivamente). Já os itens terminados em -ão, em Guarapuava, apresentaram um resultado próximo ao ponto neutro (0.51), e nos resultados de Scherre favoreceram a marcação de plural (0.59).

As maiores diferenças entre os resultados de Guarapuava e os de Scherre (1988) estão nos itens regulares: os regulares oxítonos e os regulares proparoxítonos, em nossa amostra, favoreceram a CN (0.56 e 0.59, respectivamente) e, nos dados de Scherre, a desfavoreceram (0.38 e 0.21, respectivamente). Já os regulares paroxítonos, que em Scherre apresentaram uma elevada

13 Os resultados apresentados encontram-se em: Scherre (1988, p. 139).

Tabela 3: Resultados da *saliência fônica e tonicidade aliadas* na presença de CN

FATORES	Aplic./Total	%	P.R.
Plural duplo	15/19	79%	0.92
Itens terminados em -l	26/51	51%	0.72
Itens terminados em -s	47/84	56%	0.65
Itens terminados em -r	41/97	42%	0.61
Regulares oxítonos	46/112	41%	0.59
Regulares proparoxítonos	21/67	31%	0.56
Itens terminados em -ão	16/61	26%	0.51
Regulares paroxítonos	1106/2477	45%	0.47
TOTAL	1318/2968	44%	

Fonte: VARLINGUA (2015)

probabilidade de não realização da concordância (0.17), em nossos dados apresentaram um resultado próximo ao ponto neutro (0.47).

Conforme proposto por Scherre (1988), realizamos também uma análise da saliência fônica e tonicidade aliadas considerando somente os substantivos, adjetivos e categorias substantivadas, ou seja, retirando os determinantes (artigos, possessivos, demonstrativos, indefinidos e quantificadores), a fim de observarmos se os resultados atribuídos aos diferentes fatores sofrem alterações.

Nessa análise, obtivemos um total de 2.422 ocorrências, 782 ocorrências (32%) com presença de CN e 1.640 (68%) com ausência de CN. A tabela 4 apresenta os resultados da saliência fônica e tonicidade aliadas na rodada sem os determinantes.

De acordo com os resultados apresentados na tabela abaixo, podemos verificar que o plural duplo (0.89) continuou sendo o fator que mais favoreceu a concordância em nossos dados. Comparando esses resultados com os da tabela 3, apresentada anteriormente, embora não na mesma ordem da escala dos fatores, os itens terminados em *-s* e os itens terminados em *-l* (0.75 e 0.69, respectivamente), também se mostraram favorecedores da aplicação da regra de concordância.

Na sequência, permaneceram os itens terminados em *-r* e os regulares oxítonos, com o mesmo peso relativo (0.58), ainda favorecendo a CN. Por outro lado, os regulares proparoxítonos, nessa rodada, apresentaram um resultado próximo ao ponto neutro (0.49), e, na rodada anterior, apresentaram um resultado favorável à CN (0.56).

Logo abaixo, estão os regulares paroxítonos (0.47), com o mesmo peso relativo nas duas rodadas. Já os itens terminados em *-ão*, nessa rodada, desfavoreceram a CN (0.44), e, na rodada com todos os dados da amostra, apresentaram um resultado próximo do ponto neutro (0.51).

Em suma, comparando as duas rodadas – com todos os dados e somente com substantivos, adjetivos e categorias substantivadas – verificamos algumas diferenças nos pesos atribuídos aos regulares proparoxítonos e aos itens terminados em *-ão*; nos demais casos, os resultados se mostraram semelhantes, ou seja, a retirada dos determinantes parece não ter influenciado significativamente nos resultados.

Análise das variáveis sociais

Nos dados de Guarapuava, as variáveis sociais escolaridade e sexo foram selecionadas pelo programa estatístico GoldVarbX. Já a faixa etária não foi considerada significativa nesta análise.

Tabela 4: Resultados da *saliência fônica e tonicidade aliadas* - Substantivos, Adjetivos e Categorias Substantivadas

FATORES	Aplic./Total	%	P.R.
Plural duplo	15/19	79%	0.89
Itens terminados em <i>-s</i>	47/84	56%	0.75
Itens terminados em <i>-l</i>	26/51	51%	0.69
Itens terminados em <i>-r</i>	41/97	42%	0.58
Regulares oxítonos	44/110	40%	0.58
Regulares proparoxítonos	21/67	31%	0.49
Regulares paroxítonos	572/1933	30%	0.47
Itens terminados em <i>-ão</i>	16/61	26%	0.44
TOTAL	782/2422	32%	

Fonte: VARLINGUA (2015)

Os resultados da variável escolaridade são apresentados na tabela 5.

Tabela 5: Resultados da *escolaridade* na presença de CN

FATORES	Aplic./Total	%	P.R.
Ensino médio	791/1141	69%	0.68
Fundamental II	1009/1723	59%	0.46
Fundamental I	729/1349	54%	0.38
TOTAL	2529/4213	60%	

Fonte: VARLINGUA (2015)

Os resultados apresentados neste estudo para a escolaridade mostraram que os falantes de Guarapuava mais escolarizados realizam a CN com maior frequência que os falantes menos escolarizados, confirmando nossa hipótese. Os falantes com ensino médio apresentaram peso relativo de 0.68, favorecedor da concordância.

Em seguida, para os falantes com fundamental II, o peso relativo (0.46) desfavoreceu a concordância, fator que, pelo resultado, apontou para o ponto da neutralidade, ou seja, esses falantes quase permaneceram entre as duas variáveis, presença de CN e ausência de CN. Já os falantes menos escolarizados, com fundamental I, apresentaram um peso relativo de 0.38, o que indica um desfavorecimento da aplicação de concordância, conforme o esperado.

Nesse grupo de falantes, predominou, portanto, a ausência de CN, com 0.62. Como afirma Scherre (2002):

Inquestionavelmente, as pessoas mais escolarizadas, mais sensíveis às marcas de prestígio e que exercem profissões de trato público tendem a fazer mais concordância e, se não a fazem, são criticadas por nós, que também deixamos de fazer concordâncias verbais e nominais, de forma regular, quer queiramos ou não, quer reconheçamos ou não (SCHERRE, 2002, p.236).

Pelas palavras de Scherre (2002) e pelos resultados obtidos em nossos dados, podemos observar a importância do fator escolaridade na análise da variável CN, visto que, em alguns contextos, as pessoas deixam de realizar a concordância na língua falada, todavia quanto maior o nível de escolaridade, maior é a frequência de uso da forma padrão.

A variável sexo foi selecionada pelo programa estatístico GoldVarbX em quinta posição. Os resultados são apresentados na tabela 6.

De acordo com Labov ([1972] 2008), as mulheres são mais sensíveis à forma padrão, na medida em que percebem essa forma associada ao prestígio social. Em relação à concordância, estudos anteriores (Scherre, 1988), mostram que as mulheres utilizam com maior frequência a concordância que os homens.

Embora nossos resultados da variável *sexo* encontrem-se próximos ao ponto neutro, conforme a tabela 6, podemos observar que os falantes do sexo feminino utilizam mais a regra de concordância (0.53) que os falantes do sexo masculino (0.46) em Guarapuava. Diante disso, nossos resultados vão de encontro com a postulação laboviana acerca dessa variável.

Tabela 6: Resultados da variável *sexo* na presença de CN

FATORES	Aplic./Total	%	P.R.
Feminino	1321/2125	62%	0.53
Masculino	1208/2088	58%	0.46
TOTAL	2529/4213	60%	

Fonte: VARLINGUA (2015)

Considerações finais

Este estudo buscou analisar o uso da regra variável de concordância nominal de número plural e os fatores linguísticos e sociais que condicionam essa variação em Guarapuava, Paraná. Para a análise dos dados, foram consideradas 24 (vinte e quatro) entrevistas do banco VARLINGUA, distribuídas por sexo, faixa etária e escolaridade e os resultados foram obtidos por meio do programa estatístico GoldVarbX.

Os resultados gerais da análise totalizaram 4.213 ocorrências, das quais foram registrados 1.684 casos de ausência de CN (40%) e 2.529 casos de presença de CN (60%). No entanto, considerando os constituintes do SN, verificamos que os determinantes apresentam a marca de plural em quase 100% das ocorrências. Já nos substantivos, categorias substantivadas e adjetivos a concordância é de somente 32%, ou seja, há uma elevada probabilidade de cancelamento da marca de plural (68%).

As variáveis foram selecionadas pelo programa estatístico GoldVarbX, nesta ordem de significância: 1. posição e classe gramatical aliadas; 2. escolaridade; 3. marcas precedentes; 4. saliência fônica e tonicidade aliadas e 5. sexo. Por meio da análise dessas variáveis pudemos observar a atuação de diferentes fatores no condicionamento da variação do fenômeno da CN.

Na análise da variável posição e classe gramatical aliadas, os fatores linguísticos que favoreceram a presença de CN foram: os determinantes (artigos, possessivos, indefinidos e quantificadores) antepostos ao núcleo na 2ª posição, pois apresentaram um peso relativo quase categórico para a presença de CN (0.98). Em seguida, seguem como favorecedores da concordância os determinantes pospostos ao núcleo (0.78), os determinantes antepostos ao núcleo na 1ª posição (0.73) e a categoria substantivada como núcleo na 2ª

posição com 0.57. Já a categoria substantivada em 3ª ou demais posições e os substantivos e adjetivos, em todas as posições, desfavoreceram a CN.

A variável marcas precedentes apontou como fatores favorecedores da concordância a ausência de elemento precedente (0.82) e a ausência de marca morfológica no elemento precedente (0.64). O resultado do fator ausência de elemento precedente indica que o primeiro elemento do SN geralmente é um termo marcado por não ter um elemento anterior a ele. Por consequência, quando há ausência de marca morfológica no elemento precedente, geralmente o elemento em análise apresenta a marca de plural, em segunda posição. Todos os outros fatores analisados desfavoreceram a CN em Guarapuava.

Em relação à variável saliência fônica e tonicidade aliadas, o plural duplo (0.92), os itens terminados em -l (0.72), seguidos dos itens terminados em -s (0.65), foram os itens que mais favoreceram a concordância em nossa amostra. Na escala da saliência fônica, esses itens são considerados os mais salientes, o que, segundo Scherre (1988), explicaria o maior uso da marca de plural.

Dentre os fatores sociais, destaca-se a influência da escolaridade, selecionada em segunda posição. Conforme já esperado, o aumento da escolaridade leva a um maior uso da concordância. Os participantes com ensino médio favoreceram a presença de CN (0.68), aqueles com fundamental II apresentaram um uso próximo ao ponto neutro (0.46) e no nível fundamental I os falantes desfavoreceram a CN (0.38). Verificamos, assim, que o aumento da concordância é proporcional ao aumento da escolaridade.

Em relação ao sexo, última variável selecionada, verificamos que as mulheres, em Guarapuava, geralmente mais sensíveis à forma padrão, apresentaram maior CN (0.53) do que os homens (0.46). Nota-se, no entanto, que os pesos relativos encontram-se próximos ao ponto neutro.

Referências

- BRANDÃO, S. F. Concordância nominal. In: VIEIRA, S. R.; BRANDÃO, S. F. *Ensino de gramática: descrição e uso*. São Paulo: Contexto, 2007. p. 57-83.
- CALVET, L. J. *Sociolinguística: uma introdução crítica*. São Paulo: Parábola, 2002.
- CEGALLA, D. P. *Novíssima gramática da língua portuguesa*. 48. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2008.
- COELHO, I. L. et al. *Para conhecer sociolinguística*. São Paulo: Contexto, 2015.
- GUY, G. R.; ZILLES, A. *Sociolinguística Quantitativa – instrumental de análise*. São Paulo: Parábola Editorial, 2007.
- LABOV, W. *Padrões sociolinguísticos*. Tradução de Marcos Bagno, Maria Marta Pereira Scherre, Caroline Rodrigues Cardoso. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.
- MOLLICA, M. C.; BRAGA, M. L. (Org.). *Introdução à sociolinguística: o tratamento da variação*. 4. ed. São Paulo: Contexto, 2013.
- PETTER, M. Linguagem, língua, linguística. In: FIORIN, J. L. (org.). *Introdução à Linguística – I. Objetos Teóricos*. São Paulo: Contexto, 2011. p. 11-24.
- PIETROFORTE, A. V. A língua como objeto da linguística. In: FIORIN, J. L. (org.). *Introdução à Linguística – I. Objetos Teóricos*. São Paulo: Contexto, 2011. p. 75-94.
- SAUSSURE, F. *Curso de lingüística geral*. São Paulo: Cultrix, 2008.
- SCHERRE, M. M. P. *Reanálise da concordância nominal em português*. 1988. 555 f. Tese (Doutorado em Linguística). Faculdade de Letras, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.
- _____. Sobre a influência de três variáveis relacionadas na concordância nominal em português. In: SILVA, G. M. O.; SCHERRE, M. M. P. (Orgs.). *Padrões sociolinguísticos. análise de fenômenos variáveis do português falado na cidade do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1998. p. 85-118.
- VIEIRA, S. R.; BRANDÃO, S. F. *Ensino de gramática: descrição e uso*. São Paulo: Contexto, 2007.
- WEINREICH, U.; LABOV, W.; HERZOG, M. I. *Fundamentos empíricos para uma teoria da mudança linguística*. São Paulo: Parábola Editorial, 2006.

Submissão: 07/04/2018

Aceite em 17/07/2018

A universalidade desmantelada e as derivas do gênero: Foucault, Butler e as sexualidades insurgentes

pg 141 - 162

Ederson Luís Silveira¹

Resumo

O presente trabalho qualitativo de natureza documental e bibliográfica visa a situar o pensamento de Judith Butler acerca do gênero, explicitando particularidades e deslocamentos teóricos no âmbito das contribuições aos estudos das identidades e da sexualidade, sobretudo no que confere à Butler o estudo do gênero enquanto categoria política de análise e a Foucault o estudo das análises históricas da sexualidade empreendidas e o desmantelamento da hipótese repressiva. A conclusão aponta para a necessidade contínua de aprofundamento de perspectivas desde que preservada a singularidade de cada autor para que se possa compreender cada vez mais a complexidade dos estudos de gênero e dos processos de subjetivação na contemporaneidade.

Palavras-chave: Sexualidade. Gêneros. Problematização.

Abstract

This qualitative paper of documentary and bibliographical nature aims to situate the thought of Judith Butler about the genre, indicating peculiarities and offsets within the theoretical contributions to the study of identity and sexuality, in particular gives the Butler study the genre while category analysis and policy study of historical analyses Foucault's sexuality undertaken and the dismantling of the repressive hypothesis. The conclusion points to the continuing need for deepening of perspectives as long as it preserved the uniqueness of each author in order to understand the complexity of gender studies and processes of subjectivation in contemporary times.

Keywords: Sexuality. Genres. Problematization.

THE DISMANTLED UNIVERSALITY AND GENDER DERIVES: FOUCAULT, BUTLER AND INSURGENT SEXUALITIES

Apresentando o percurso

Foucault e Butler se aproximam e se distanciam a partir de particularidades inusitadas. A leitura de ambos permite a apreensão de ponderações epistemológicas que perpassam suas obras com terminologias que se tornaram historicamente produtivas para os estudos sobre identidades e sobre a sexualidade, entre outras problematizações, resultando em ferramentas teórico-epistemológicas para pensar o estudo dos gêneros. Dessa forma, visando situar o pensamento de Judith Butler acerca do gênero, buscamos,

¹ Doutorando em Linguística, pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) E-mail: ediliteratus@gmail.com

no presente trabalho, promover a explicitação desta com algumas contribuições foucaultianas no sentido de inserir aproximações entre ambos a fim de buscar fazer emergir de que modo Foucault aparece no pensamento da teórica mencionada e o que é específico dela, para acentuar as contribuições de ambos e pensar a produção de gêneros e os processos de subjetivação na contemporaneidade.

Desvendando problematizações possíveis

O título do presente trabalho traz consigo uma inspiração em Deleuze², proferida em 02 de março de 1972 e em Foucault³, extraída de uma entrevista concedida em 1975. Para ambos a produtividade de determinado pensamento pode ser medida quando este é tomado como uma caixa de ferramentas, que pode servir como lente para enxergar e desnaturalizar conceitos, objetos e o mundo que nos rodeia. Neste contexto, podemos afirmar que ler os textos de Butler implica na abertura de possibilidades de resignificação e reorientações fora da metafísica dominante (DÍAZ,

2. A fala de Deleuze está contida no capítulo “Os intelectuais e o poder”, inserida na *Microfísica do Poder*. “Uma teoria é como uma caixa de ferramentas. Nada tem a ver com o significante... É preciso que sirva, é preciso que funcione. É não para si mesma. Se não há pessoas para utilizá-la, a começar pelo próprio teórico que deixa então de ser teórico, é que ela não vale nada ou que o momento ainda não chegou. Não se refaz uma teoria, fazem-se outras; há outras a serem feitas. [...] A teoria não totaliza; a teoria se multiplica e multiplica. E o poder que por natureza opera totalizações e você diz exatamente que a teoria por natureza é contra o poder. Desde que uma teoria penetra em determinado ponto, ela se choca com a impossibilidade de ter a menor consequência prática sem que se produza uma explosão, se necessário em um ponto totalmente diferente”. (DELEUZE apud FOUCAULT, 2008a, p. 71)

3 “Meu discurso é, evidentemente, um discurso de intelectual e, como tal, opera nas redes de poder em funcionamento. Contudo, um livro é feito para servir a usos não definidos por aquele que os escreveu. Quanto mais houver novos usos, possíveis, imprevistos, mais eu ficarei contente. Todos os meus livros [...] [podem ser pequenas caixas de ferramentas. Se as pessoas querem mesmo abri-las, servirem-se de tal frase, de tal ideia, tal análise como de uma chave de fenda, ou de uma chave inglesa, para produzir um curto circuito, desqualificar, quebrar os sistemas de poder, inclusive, eventualmente, os próprios sistemas de que meus livros resultaram... pois bem, tanto melhor! (FOUCAULT apud POL-DROIT, 2006, p. 52)

2013) e de tornar a ontologia um “campo de contestação” (BUTLER, 1998a; BUTLER, 1998b).

O estranhamento causado a uma primeira leitura dos textos de Butler revela-se a partir das provocações inerentes que (re)surgem a cada momento alertando para as instabilidades e incorrências do gênero e do sexo, sem deixar de fazer perceber que cada instabilidade tem por consequência um efeito político (BUTLER, 2003). Assim, nem o estilo de escrita de Butler nem a gramática e o modo como as palavras são utilizadas nos meios de interação social e de leitura e escrita em âmbito social são neutros. Isso implica em pensarmos a língua(gem) e a gramática nas quais as normas de gênero se instituem dado que, para Butler (2003, p. 59), o gênero é a “estilização repetida do corpo, um conjunto de atos repetidos no interior de uma estrutura linguística reguladora e altamente rígida, a qual se cristaliza no tempo para produzir a aparência de uma substância, de uma classe natural de ser”.

Desse modo, não podemos deixar de assinalar a importância que Butler atribui ao estudo dos modos como operam as práticas de exclusão, marginalização e rechaço presentes nas construções discursivas, o que pode ser notado nas reflexões de Butler em *Cuerpos que importam*:

[...] meu propósito é chegar a uma compreensão de como aquilo que foi excluído ou desterrado da esfera propriamente dita do ‘sexo’ – entendendo que essa esfera se afirma mediante um imperativo que impõe a heterossexualidade – poderia ser produzido como um retorno perturbador, não somente como uma oposição imaginária que produz uma falha inevitável na aplicação da lei, senão como uma desorganização capacitadora, como a ocasião de rearticular radicalmente o horizonte simbólico no qual há corpos que importam mais que outros. (BUTLER, 2002, p. 49)

Em Butler, as identidades não são idênticas a si de modo a conter ou constituir uma unidade estabilizada ou internamente coerente. As reflexões de Butler se direcionam então para as

questões: como estas suposições sobre a existência de identidades fixas, estáveis e “centradas” “impregnam o discurso sobre as ‘identidades de gênero’? [...] Em que medida a identidade é um caráter normativo, ao invés de uma característica descritiva da experiência?” (BUTLER, 2003, p. 37-38). Mais adiante, a autora vai ampliar o debate sobre a construção de identidades assinalando a identidade como entendida socialmente como assegurada por conceitos como sexo, gênero e sexualidade. Temos então identidades vistas como “normais” em detrimento de identidades subversivas. Então,

[...] a ‘coerência’ e a ‘continuidade’ da ‘pessoa’ não são características lógicas ou analíticas da condição de pessoa, mas, ao contrário, normas de inteligibilidade socialmente instituídas e mantidas. [...] a própria noção de ‘pessoa’ se veria questionada pela emergência cultural daqueles seres cujo gênero é ‘incoerente’ ou ‘descontínuo’, os quais parecem ser pessoas, mas não se conformam às normas de gênero da inteligibilidade cultural pelas quais as pessoas são definidas. (BUTLER, 2003, p. 38)

Cabe ressaltar que a autora percebe a identidade como um processo, substituindo a ideia de identidade pela ideia de identificação e criticando dessa forma as fixações de identidades. Ao invés de identidades temos, portanto, processos de identificação. Em Butler (1998a; 1998b; 2002; 2003), neste sentido, existem unidades provisórias e contingentes o que não significa afirmar a inexistência do sujeito, mas alertar para o fato de que ele não exista como algo estabilizado, pronto e acabado, apenas instituído socialmente a partir de unidades formadoras que o caracterizem visando engessar as descontinuidades e instabilidades inerentes às identificações que contradizem as fixações impostas. Para Rodrigues (2009), as identificações não podem estar associadas a estabilidades para não tornarem-se mecanismos de opressão dos sujeitos.

Pensando que assim como a busca em alcançar direitos que estariam destinados aos homens para

as mulheres seria apenas inverter a relação de forças baseando-se nos moldes espelhados no outro conforme afirmado anteriormente, a criação de um terceiro gênero além do masculino e do feminino não aparece em Butler (2003) como solucionadora da questão, pois não se trata da ampliação numérica das identidades, já que números mais expressivos trariam consigo exercícios de exclusão acerca das identidades acrescentadas. Torna-se necessário então um deslocamento no âmbito dos estudos de gênero e sexualidade que ultrapassem a naturalização de gêneros pré-concebidos, pois trata-se de apresentar “possibilidades de gênero que não estejam predeterminadas pelas formas de heterossexualidade hegemônica” (BUTLER, 2006, p. 86). Noutra obra, as discussões da autora se voltam para esta questão:

Uma tendência dentro dos estudos de gênero foi assumir que a alternativa ao sistema binário do gênero consiste em multiplicar os gêneros. Esse ponto de vista provoca invariavelmente a pergunta: quantos gêneros podem haver e como se denominarão? Porém, a alteração do sistema binário não deveria necessariamente conduzir-nos a uma quantificação do gênero igualmente problemática. (BUTLER, 2006, p. 71)

Essa desestabilização de estruturas tradicionais vai ser um dos terrenos profícuos da lógica sobre a qual terá aparição em Butler o conceito de performatividade. Cabe assinalar neste contexto que a partir da História da Sexualidade aprendemos com Foucault (2014c) que tanto o sexo como a sexualidade foram produzidos por um tipo de discurso, sendo que nenhum dos dois é uma “verdade essencial”, já que ambos partem de construções históricas. Então, Butler (1999) propõe a desnaturalização a partir de reflexões que permitissem a desmistificação do sexo e do gênero partindo da constatação de que o discurso engendra comportamentos e perpassa corpos na sociedade. É Foucault quem permite que ela construa a noção de “normas regulatórias da sociedade”. Para Butler (1999; 2003) estas normas supõem

continuidade entre sexo, gênero e sexualidade. O caráter performativo destas normas regulatórias é mencionado porque, para a autora, sua citação e repetição fazem acontecer, produzindo aquilo que nomeiam. Isso ela faz inspirada em Derrida, cujo excerto abaixo pode nos trazer uma ideia das considerações neste contexto:

Poderia uma enunciação performativa ter êxito se sua formulação não repetisse uma enunciação ‘codificada’ ou iterativa ou, em outras palavras, se a fórmula que pronuncio para iniciar uma reunião ou para lançar um barco à água ou para celebrar um matrimônio não se identificasse, de algum modo, com uma ‘citação?’ [...] em tal tipologia, a categoria de intenção não desaparecerá, terá seu lugar, mas desde este lugar já não poderá governar a totalidade desse cenário e o sistema de enunciação. (DERRIDA, 1991)

A teoria dos atos de fala, desenvolvida pelo filósofo Jonh L. Austin, a partir da obra *How to do things with words*. No âmbito de tais ponderações, para Austin (1990) o termo performativo tem relação semântica com o verbo inglês *to perform*, que designa “ação”. Sendo assim, ele vai acentuar que ao proferir algo, se realiza uma ação a partir de um ato que não pode se resumir ao simples ato de proferimento. Mais que pronunciar, dizer, neste contexto teórico, é fazer porque ao proferir um performativo, se está realizando uma ação. Posteriormente, tal proposição foi discutida por Jacques Derrida na conferência *Signature événement contexte*, em 1971 na cidade canadense de Montreal, enfocando, principalmente, considerações austinianas acerca do termo performativo. O desconstrucionista vai acentuar a relação entre o performativo e a linguagem afirmando que

[...] o performativo não tem seu referente (mas aqui essa palavra sem dúvida não convém o interesse da descoberta) fora de si ou, em todo caso, antes e perante si. Não descreve algo que existe fora da linguagem e antes dela. Produz ou transforma uma situação, opera [...]. (DERRIDA, 1991, p.26-27)

A fim de teorizar sexo e discurso como práticas discursivas, Butler vai se inspirar na leitura derridiana de Austin. Assim, inspirada em Austin (1990) que na teoria dos atos da fala apregoa o caráter ativo entre sujeito e meios sociais em que a sociedade aparece enquanto organizada dentro de normas e leis que funcionam pelo discurso e nas leituras de Derrida acerca da teoria dos atos de fala, sobretudo no que diz respeito ao ato performativo que nomeia os objetos aos quais se refere atribuindo existência a eles através do discurso, Butler (2003) promove um deslocamento inferindo que não há gênero sem discurso e os corpos passam a ser vistos como vítimas de processos de generificação. Suas discussões têm caráter político e ontológico, visto que passam a ser questionadas as identidades “homem” e “mulher”, por exemplo, bem como as próprias consequências do verbo “ser” quando alguém afirma aquilo que “é” isto ou aquilo, como se unidades pudessem ser estabilizadas através da enunciação do verbo e de tudo o que viria a ser delimitado pelo sujeito depois deste verbo.

Neste sentido, a “linguagem é investida do poder de criar ‘o socialmente real’ por meio dos atos de elocução dos sujeitos falantes” (BUTLER, 2003, p. 167). No caso do gênero, por exemplo, ao ser chamado de “garota” desde a infância e passar por processos de socialização vinculados ao uso desse termo, o bebê se tornará uma garota com o decorrer do tempo. Ou seja, a linguagem é performativa porque tem o poder de produzir aquilo que nomeia. Butler (2003, p. 209) tem uma visão não essencialista dos significados das palavras, observando, assim, que “a significação não é um ato fundador, mas antes um processo regulado de repetição que tanto oculta quanto impõe suas regras, precisamente por meio da produção de efeitos substancializantes”. A palavra

em si possui uma opacidade, não significando nada; o significado vem da matriz cultural na qual é usada e repetida (BUTLER, 1997).

Caso sejam as normas que materializam o sexo e generificam os corpos, este processo só se faz possível por causa da repetição e reiteração com que ocorre. Esse é um fator importante de ser destacado, pois não se trata de qualquer materialização nem tampouco que ela seja acabada, completa, devido ao fato de o ato performativo se realizar infindavelmente. Dessa forma, “a materialização do sexo, do corpo, não implica determinismo – tampouco de início voluntarismo-, porque não é de nenhum modo e nunca completa, já que se exige persistir neste processo repetitivo de materialização” (DÍAZ, 2013, p. 443).

Assim como não há verdades sobre o sexo e o gênero - só existem discursos historicamente situáveis (FOUCAULT, 1996; 1995) - as relações de poder em Butler a partir da inspiração derridiana, introduzem reflexões sobre as práticas discursivas de reiteração de normas e reiteração de práticas de exclusão, “na qual o poder de fazer o que se nomeia não se faz na vontade do sujeito falante senão que este poder é uma função derivada da cadeia ritual de reiteração” (DÍAZ, 2013, p. 446).

A repetição de gestos pode também resultar na parodização do feminino. É o caso das *drag queens*. Para Guacira Lopes Louro (2009, p. 138), “ao mesmo tempo em que incorpora, ela desafia o feminino e denuncia sua fabricação. Imitar um gênero pode ser uma forma de mostrar o caráter imitativo dos gêneros em geral”. Isso faz com que possa ser percebida a desnaturalização de sexo e gênero, tida frequentemente como natural, já que as paródias também problematizam a noção de origem. Se a lógica que sustenta o pensamento acerca das sexualidades é binária, torna-se então insuportável a multiplicidade de sexualidades, pois um número acima de dois, cuja existência resiste para além de um centro regulador, confunde

modos de perceber que partem de essencialismos e “verdades” sobre o sexo pondo em cheque a lógica das oposições.

A “citacionalidade” e a “iterabilidade” aparecem em Derrida (1991) como traços relacionados à identificação funcional do caráter do performativo não situado em um sujeito singular, mas na dinâmica das convenções. Apropriando-se nessas noções, Butler (2003) vai afirmar que a autoridade conferida a discursos sobre o sexo advém do fato de que as normas sobre estes são continuamente citadas e reiteradas. Baseando-se em Foucault (1999c) podemos afirmar que os saberes e comportamentos advêm de um poder disciplinador e por isso “os sujeitos podem ser dóceis ao poder assim como servir de instrumento” (SILVEIRA, 2014, p. 4).

Cabe acentuar, porém, que o poder disciplinar não é de todo invulnerável, até mesmo porque o poder não existe, o que há são práticas ou relações de poder (MACHADO, 2008, p. XIV):

E esse caráter relacional do poder implica que as próprias lutas contra seu exercício não possam ser feitas de fora, de outro lugar, do exterior, pois nada está isento de poder. Qualquer luta é sempre resistência dentro da própria rede de poder, teia que se alastra por toda a sociedade e a que ninguém pode escapar: ele está sempre presente e se exerce como uma multiplicidade de relações de forças. E como onde há poder, há resistência, não existe propriamente o lugar de resistência, mas pontos móveis e transitórios que também se distribuem por toda a estrutura social. [...] Não é um lugar que se ocupa, nem um objeto que se possui. Ele se exerce, se disputa.

Levando em consideração o conceito de poder sob as lentes de Foucault (2008a) enquanto algo que se realiza através de uma teia de relações que perpassa a sociedade como um todo, podemos entender porque Butler (1998a) entende a ontologia como um “campo de contestação” cujo movimento de resistência situa-se no caminho da resignificação dos corpos e reorientação numa direção divergente dos pressupostos heteronormativos. Dessa forma reitera-se a afirmação de que os corpos são habitados por discursos como “parte de seu próprio

sangue vital” (BUTLER, 1998a, p. 282) e sob esta perspectiva, “a linguagem é, sem dúvida, um âmbito dinâmico de possibilidades não predetermináveis, sempre à espreita de trazer à presença mundos imaginados, ainda que, momentaneamente, não disponíveis” (DÍAZ, 2013, p. 453). A diferença em tomar o conceito de poder a partir dos pressupostos foucaultianos é que

Em uma noção tradicional de poder essas perguntas, provavelmente, não fariam sentido. Quando o poder é compreendido como algo que alguém possui e que é disputado por um outro que é dele despossuído, quando é compreendido como uma relação na qual há um dominante e um dominado, uma relação na qual um sujeito pode impor e proibir ações ou práticas a outro sujeito, essas questões não cabem. (LOURO, 2009, p. 139)

Segundo Miskolci (2009a, p. 151), a teoria *queer* emergiu nos Estados Unidos em fins da década de 1980, “em oposição crítica aos estudos sociológicos sobre minorias sexuais e de gênero, em departamentos normalmente não associados às investigações sociais – como os de Filosofia e de crítica literária”. Os estudos que são colocados debaixo do guarda-chuva dos estudos *queer* compreendem todo tipo de identidade de gênero ou expressão sexual em desacordo com categorias e normas oficialmente aceitas pela sociedade. Neste contexto, os estudos de Judith Butler muitas vezes são inseridos sob o escopo das investigações que consideram a partir do pós-estruturalismo um sujeito como sendo provisório, circunstancial e cindido e, entre eles, a teoria mencionada, por causa das investigações que esta estudiosa propõe.

Por ter como objetivo colocar-se fora dessa categoria tradicional, transgredindo-a em seus fundamentos, a teoria *queer* apropriou-se de um termo – *queer* – capaz de singularizá-la. O termo pode ser traduzido por “estranho”, “ridículo”, “excêntrico”, “raro”, “extraordinário”. Mas a expressão também é designação pejorativa para homens e mulheres homossexuais, podendo ser

traduzido por “bicha”, “viado”, “sapatão”, “boiola”, expressões carregadas de preconceito, e que têm, como observou Judith Butler (2003), a força de uma invocação sempre repetida, um insulto que ecoa e reitera os gritos de muitos grupos homofóbicos, ao longo do tempo, e que, por isso, adquire força, conferindo um lugar discriminado e abjeto àqueles a quem é dirigido. Neste contexto, levando em consideração a utilização do termo, o uso deste faz com que, a partir de uma estratégia política, possa-se valer da significação preconceituosa a fim de contestar, estranhar, criticar e subverter teorias que pretendiam (e pretendem ainda) dizer “como as coisas são”, sem perceber que a descrição teórica do mundo não se dá de forma neutra, mas está comprometida com um projeto de poder normativo e regulador.

Vale destacar que, para o presente trabalho, ao situar alguns postulados de Butler que expandem e ampliam o alcance das problematizações foucaultianas não foi acentuada a categorização de seu pensamento em alguma vertente teórica específica por não se considerar necessário e devido ao fato de ela ser apresentada como teórica vinculada epistemologicamente a mais de uma área do saber⁴. Dessa forma, ao tirá-la das classificações costumeiras no escopo analítico, isso nos permite um deslocamento que possibilita perceber a obra de Butler para além das classificações e nos incita a perceber Butler a partir de suas teorizações, sem resvalar nos redirecionamentos que sua obra sofre com o passar do tempo no encontro com outros autores situados no escopo de qualquer teoria que utilize seus estudos. O que aqui pretendemos problematizar parte da presença do termo

4 Em uma entrevista à revista Cult (RODRIGUES, 2013), Butler menciona que alguns a caracterizam como pós-feminista, o que ela recusa, por exemplo, outros na teoria *queer*, ao que ela lembra que, ao escrever problemas de gênero, tal teorização não existia, mas não nega a autenticidade dos pressupostos estudados e o empenho dos teóricos que situam-se no escopo teórico e epistemológico deste “guarda-chuva” de investigações.

“heterossexualidade” inserido com o tempo nos estudos de gênero, a partir de sua associação com a heteronormatividade – a norma heterossexual.

[...] a heteronormatividade sublinha um conjunto de prescrições que fundamenta processos sociais de regulação e controle até mesmo daqueles que se relacionam com pessoas do mesmo sexo. Assim, ela não se refere apenas aos sujeitos legítimos e normalizados, mas é uma denominação contemporânea para o dispositivo histórico da sexualidade que evidencia seu objetivo: formar a todos para a heterossexualidade ou para organizarem suas vidas a partir de um modelo supostamente coerente, superior e “natural” (MISKOLCI, 2009, p. 332)

De acordo com Foucault (2014b) é preciso ter cuidado com a instituição de regulações dentro da própria “categoria” dos homossexuais, o que produz um **efeito** de que algumas sexualidades estariam “mais adequadas” para empreender a crítica à sociedade normalizadora. Sobre isso, se tornam pertinentes as palavras do professor Durval Muniz de Albuquerque Júnior. (2014, p. 02):

Foucault vai denunciar o fato de que os movimentos sociais voltados para os homossexuais também operavam no interior deste dispositivo da identificação, reivindicando a construção de uma identidade homossexual que, em grande medida, tendia a desconhecer a diversidade e a variedade das formas de vida, de estilos de vida, dos tipos de relações sexuais e afetivas que o rótulo da homossexualidade ou do homossexualismo vinha recobrir. O movimento homossexual caminhava no sentido, assim como faziam todos os dispositivos de identificação, de criar padrões, de veicular tipos, de figurar um dado modelo de homossexual que deveria ser seguido por todos os homossexuais que quisessem ser vistos e ditos como conscientes, engajados, assumidos, bem resolvidos, bem sucedidos, afirmados social e politicamente. Foucault vai denunciar como o movimento homossexual, ao agir assim, estava se deixando capturar pela ordem que requeria, justamente, para que um dado sujeito fosse aceito e integrado, que ele obedecesse a dados padrões de comportamento, que ele introjetasse dados valores e costumes tidos como socialmente aceitáveis, ou seja, o movimento homossexual poderia se tornar uma instância de normalização, docilização, disciplinamento e assujeitamento dos homossexuais a dados padrões tidos aceitáveis pela sociedade. Tornar-se um homossexual de respeito podia implicar em retirar da homossexualidade todas as suas possibilidades contestatórias e libertárias em relação à ordem sexual e social vigentes.

Trata-se de incitar a ir para além do foco das homossexualidades, conforme pode ser percebido através do excerto da fala de Miskolci. Ora, com Foucault (2008a) também aprendemos que o poder é um feixe de relações que percorre as práticas discursivas de diversas situações e lugares não podendo ser visto como algo que se detém, mas que se estende através das relações sociais. Sendo assim, o poder perpassa as relações de qualquer sexualidade e não de uma para a outra hierarquicamente. Há, portanto, um conjunto de regulações que perpassam todas as sexualidades e isso não é mero detalhe.

Sendo assim, “heteronormatividade” não pode ser confundida com “heterossexualidade”. Este é o perigo que nos exige cautelas nas teorizações, pois não diz respeito ao modo como as teorizações são feitas, mas diz respeito aos dizeres reproduzidos frequentemente nos estudos de gênero que pela utilização exaustiva do termo heteronormatividade por vezes negligenciam o fato de que a heterossexualidade também é construída histórica, social e culturalmente, justamente por causa do efeito dessas normas regulatórias que perpassam todas as sexualidades e não somente as que são vistas como desviantes, subversivas ou subalternas em relação a ela.

Em poucas palavras a *heterossexualidade* não existe, mas as heterossexualidades, constituídas, reafirmadas e repetidas, através de reproduções e deslocamentos com o passar do tempo. Este é o ponto da questão. Miskolci (2009b) não confunde heteronormatividade com heterossexualidade, mas no presente trabalho, pode ser decisivo o deslocamento que aqui se propõe: o de assinalar que quando se fala em heterossexualidade também está se falando de uma construção histórica e cultural, já que essa normatização e as regulações sociais impostas também incidem sobre os heterossexuais. Incomoda o excesso de vezes que

a palavra heterossexualidade é utilizada no interior dos estudos de gênero, justamente pelo motivo que mencionamos anteriormente.

Por vezes, há um “esquecimento coletivo” em relação a esta “equivalência” entre heteronormatividade e heterossexualidade e ambos os termos são utilizados como se fossem sinônimos e, por vezes, a própria heterossexualidade emerge como norma a ser combatida, como centralidade a partir da qual as outras estariam subordinadas. Butler (2003) põe em questão o sujeito cartesiano e coloca em cena formas de subjetivação em contínuo devir. Isso requer pensar então na crítica sobre a identidade que se estabelece a partir de Butler entrevistada por Rodrigues (2013, p. 26, grifo nosso):

Quando falamos em uma crítica da identidade, não significa que desejamos nos livrar de toda e qualquer identidade. Pelo contrário, uma crítica da identidade interroga as condições sob as quais elas se formam, as situações nas quais são afirmadas e avaliamos a promessa política e os limites que tais asserções implicam. *Crítica não é abolição.*

Colocamo-nos, portanto, ao lado de Foucault, ao nos situarmos em um lugar reflexivo (ao invés de assumir uma posição em algum lugar demarcado) e ao buscar um olhar de observador e ao não aderir a um movimento ou filiando-nos às configurações de um pensamento específico, com as implicações demarcatórias de fronteiras em que os movimentos teóricos se inserem opondo-se em relação a outros modos de pensar. Este olhar “de fora” pode permitir que encontremos nuances para além das que são problematizadas pelos que estão do lado de “dentro”. Dessa forma, não se trata de “definir uma posição política (o que nos conduz a uma escolha sobre um tabuleiro de xadrez já constituído)” (FOUCAULT, 2014a, p. 41), mas de transitar sobre os postulados estabelecidos, para fazer operar genuínos movimentos de problematização, para além das “filiações” em movimentos pré-estabelecidos.

Como Foucault é nosso cicerone e Butler uma de nossas convidadas ao diálogo, é ao utilizar o pensamento foucaultiano como ferramenta que ajustamos as lentes de nossas observações sobre os temas aqui destacados. Trata-se de uma perspectiva que implica em escolhas e exclusões, cujas escolhas assumimos a responsabilidade. As discussões que aqui são empreendidas dizem respeito mais àquele que escreve que aqueles que são citados, pois, quando alguém coloca dois ou mais pensadores para conversar, a responsabilidade é de quem os colocou em diálogo.

Butler já foi classificada como pós-feminista, devido ao fato de empreender críticas ao movimento feminista. Como ela rejeita classificações (RODRIGUES, 2013), a este lugar ela negou pertencimento. Negar pertencimento a determinada vertente teórica faz com que o pensamento possa olhar “de fora” e perceber problematizações de maior alcance que aquelas percebidas “no interior” dos movimentos, ou seja, a partir daquelas e daqueles que se autoneameiam pertencentes a determinado “lugar”. Uma das críticas de Butler em *Problemas de gênero* (cuja versão em português surge em 2003 pela editora Civilização Brasileira) inicialmente diz respeito a inclusão de um “sujeito” para o feminismo.

Ao invés de considerar a pluralidade de mulheres existentes, o feminismo, em seu início privilegiava o conceito de “Mulher” que Butler, na obra mencionada, criticou devido ao fato do risco de normalização através da homogeneização do gênero a que este se designava. Para a autora, o risco de repetir o modelo naturalizado que as feministas denunciam é acreditar que apenas inverter a hierarquia de gêneros para garantir à mulher que esta ocupe os lugares dos quais esteve historicamente excluída. Crítica semelhante Foucault empreende ao movimento homossexual ao alertar que ao afirmar com tanta ênfase a existência de uma

comunidade homossexual estaria padronizando a partir da criação de uma identidade “própria”. Dizer que existe a mulher, o homossexual recai no equívoco de elencar sujeitos metafísicos que, ao invés de representarem a coletividade, recaem no engano de esquecer a multiplicidade de toda identificação possível aos sujeitos.

Categorizar identidades e sujeitos a partir de um centro regulador – e buscar apenas inverter o centro buscando alcançar os lugares ocupados pelos que ali são situados é apenas inverter a situação e reproduzir o mesmo modelo contra o qual se posicionam. A simples inversão só faz reproduzir o sistema hierárquico que se critica e, dessa forma, é preciso ter cuidado para não (re) produzir modelos. Assim, para ela (BUTLER, 1994), há um risco político em apenas conferir lugares, pois a demarcação de lugares implica em estigmatizar naturalizações e essencialismos aos gêneros.

Desse modo, de acordo com Butler (2003), é ponto para as feministas quando estas recusam a biologização do gênero, ao afirmarem que a biologia não é o destino, mas ao opor masculino e feminino, como gêneros construídos sobre corpos macho e fêmea, elas reiteram o destino como inescapável. Para ela (BUTLER, 2002; 2003), sexo, gênero e sexualidade não existem em relações unívocas: ela questiona o fato de que alguém cujo corpo seja biologicamente fêmea aja a partir de traços e gestos “essencialmente” femininos e, de acordo com a lógica heteronormativa, deseje homens (o contrário disso valendo para corpos biologicamente machos).

Contrariando estas postulações, Butler (1998), vai questionar a “estabilidade” de um movimento que se centra na concepção de sujeito estável, já que afirmar uma política que se assente sobre a concepção de um sujeito estável é, para ela, reafirmar que não pode haver oposição política a este argumento. Então, temos uma diferenciação estabelecida entre recusar a existência do sujeito e recusar a noção de sujeito. Retomemos Foucault,

para quem a subjetividade não está na origem, mas continuamente instaurando-se como um devir. Sendo assim, há muitas maneiras e formas de subjetivações possíveis, diferentes no decorrer da história. O sujeito não é nem pode ser visto como uma substância transcendental:

[...] penso efetivamente que não há um sujeito soberano, fundador, uma forma universal de sujeito que poderíamos encontrar em todos os lugares. Sou muito cético e hostil em relação a esta concepção de sujeito. Penso, pelo contrário, que o sujeito se constitui através das práticas de sujeição ou, de maneira mais autônoma, através das práticas de liberação, de liberdade, como na Antiguidade – a partir, obviamente, de um certo número de regras, de estilos, de convenções que podemos encontrar no meio cultural. (FOUCAULT, 2004a, p. 291)

Esse movimento que se empreende sobre o pensamento de uma época a autora percebeu distanciando-se da teoria para observar a teorização empreendida “de fora”, gesto este que nos alimenta a estabelecer atitude semelhante ao escolher partir de suas teorizações na articulação com proposições do pensamento foucaultiano.

Em Foucault, questões identitárias tornam-se importantes no escopo das teorizações que ele empreende. Criticar a identidade não é “substituir” uma identidade por outra, mais “legítima”, independente das “razões” que se utilize para isso. Há um risco perigoso em se situar em estudos que se direcionem contra a heterossexualidade, ao invés de se voltar contrários à heteronormatização. Não são conceitos sinônimos, como muitas vezes pode parecer, pois a heterossexualidade também é uma construção, percebida a partir da reafirmação contínua de discursos e *performances*, de acordo com Butler. O problema central de nossa crítica aqui é de que

[...] se a identidade se torna o problema maior da existência sexual, se as pessoas pensam que devem “desvendar” sua “identidade própria” e que esta identidade deve tornar-se a lei, o princípio, o código de sua existência; se a questão que elas apresentam perpetuamente é: “Essa coisa é conforme a minha identidade?”, então penso que elas voltarão a uma espécie de ética muito próxima da *virilidade heterossexual*

tradicional. Se devemos nos situar em relação à questão da identidade, deve ser enquanto somos seres únicos. Mas as relações que devemos manter conosco mesmos não são relações de identidade; elas devem ser, antes, relações de diferenciação, de criação, de inovação. É muito fastidioso ser sempre o mesmo. Não devemos excluir a identidade, se é pelo viés dessa identidade que as pessoas encontram seu prazer, mas não devemos considerar essa identidade como uma *regra ética universal*. (FOUCAULT, 2014b, p. 255)

A cautela que tomamos aqui ao nos redirecionarmos para o pensamento de Butler se estende para esta precaução: a de não considerar identidade alguma como regra universal, pois isso seria apenas inverter a crítica que se faz à heteronormatização. Neste contexto, sobre as normas regulatórias, Butler (1999) defende que as normas “atuam” a partir da regulação e da materialização do sexo dos sujeitos e que essas “normas regulatórias” precisam ser frequentemente repetidas, reafirmadas, reproduzidas, reiteradas para que tal materialização se concretize. Apesar disso, ela pontua que “os corpos não se conformam, nunca, completamente, às normas pelas quais sua materialização é imposta” (BUTLER, 1999, p. 154) e, por isso essas normas precisam ser constantemente reiteradas, reconhecidas bem como ter sua autoridade reconhecida, para poder exercer seus efeitos. Com isso, às normas regulatórias do sexo é atribuído pela pensadora um caráter performativo, já que elas têm um poder continuado e repetido de produzir o que é nomeado e, repetindo e reiterando com frequência, as normas daquilo que foi instaurando a heterossexualidade como “natural” em detrimento de outras sexualidades.

Falar sobre determinados sujeitos “no lugar” de outros enquanto legitimados no interior de grupos “minoritários” para teorizar a respeito de questões identitárias faz deixar de lado um dos argumentos centrais do pensamento butleriano: o de que **todas** as sexualidades são construídas histórica e culturalmente. Nenhuma sexualidade deveria estar “no lugar” de outra, mas somada a

outras experiências e modos de vida. É preciso ter cuidado justamente para não criticar partindo do pressuposto de um argumento que se volta para outra sexualidade (no caso a heterossexual) como sinônimo de heteronormatividade. Segundo Louro (2008), é preciso desafiar as normas reguladoras da sociedade, assumindo o desconforto da ambiguidade e do indecível remetendo a um jeito de ser que não aspira o centro e nem parte dele como referência. Ora, a centralidade da heterossexualidade na cultura como algo naturalizado é justamente o que se critica a partir de Butler, não há porque reproduzir o argumento da heterossexualidade como centro a partir do qual todas as outras sexualidades convergem, subordinando-se, mas acentuar que há uma heteronormatividade que pressupõe a existência de uma heterossexualidade transcendental, premissa justamente criticada por Butler.

Levando em consideração o que foi afirmado anteriormente, vale considerar que não é contra a heterossexualidade que as problematizações devem se voltar, mas para o caráter heteronormativo das normas regulatórias, que incide sobre todas as sexualidades (inclusive sobre a heterossexualidade, quando parte do pressuposto de que ela é natural e centro de referência, já que não é toda e qualquer heterossexualidade que é alçada ao centro e há muitas formas de subjetivação “heterossexuais” no decorrer da história).

Desse modo, a crítica que elaboramos, consiste em alertar que, com Butler, se todas as sexualidades são construídas, isso também vale para a(s) heterossexualidade(s). Aqui um dos pilares dos saberes sobre o sexo na cultura Ocidental é posto em cheque e por isso nos inscrevemos em discussões acerca do pensamento butleriano nos diálogos e tensionamentos destes estudos com os estudos foucaultianos. Trata-se, com Butler e Foucault, de discutir o excesso de importância que foi relegado aos binarismos masculino/feminino,

macho/fêmea e em questionar acerca de categorias que abalam as estruturas do pensamento moderno sobre a sexualidade, promovendo o encontro com saberes que ignoramos, ou que desconhecemos e sobre aquilo que não nos permitimos conhecer, assim como as coisas que ignoramos acerca da sexualidade e não negligenciar o fato de que **todas as sexualidades** são construídas.

Em Foucault, o prazer é sempre orquestrado por um conjunto de fatores. São forças, relações de poder que incidem sobre os corpos que buscam normatizar, regular, prescrever e tornar “naturalizados” os gestos coletivos em relação ao cuidado de si, já que “a compreensão que temos de nós mesmos como pessoas capazes de efetuar escolhas livres e autônomas é, ela própria, uma construção que nos permite ser governados” (MARSHALL, 2002, p. 22). Então, o sexo passa a ser visto como algo a ser normatizado e cada vez que entra em cena, aparece revestido de enunciados possíveis. O trabalho arqueológico (porque parte de uma escavação nas camadas descontínuas da história) sobre os enunciados possíveis de uma época torna possível investigar porque surgiu este enunciado e não outro em seu lugar? (FOUCAULT, 2012). Dessa forma, Foucault aponta em várias de suas palestras para a existência das relações entre poder e conhecimento.

Diferente do poder exercido por alguma autoridade de forma vertical sobre os corpos, existe um tipo de poder-conhecimento que não diz respeito ao conhecimento da verdade, mas remete à forma como o conhecimento circula e impõe efeitos no meio social, sobre os corpos e sobre o que (pensamos que) somos. Para Butler (2003), a forma como nos expressamos (*performer*) pode ser visto como efeito deste poder-conhecimento. Foucault (1980) falou sobre o dispositivo da sexualidade, no sentido de haver práticas que tergiversam, cerceiam, constroem modos de olhar para a sexualidade que podem ser sempre outros modos, mas que aparecem

como “evidentes”, como se sempre tivessem existido, enquanto comportamentos “naturalizados” em oposição a outros.

Ao tornar visíveis determinadas práticas em detrimento de outras, são apresentados *modus operandi* delimitados que estão associados aos modos de olhar para a sociedade e para os corpos e sobre como estes devem agir. Neste contexto, expressão e repressão tornam-se avessos de uma mesma moeda. Felizmente, para Foucault (2008a), onde há relações de poder atuando sobre os corpos há resistência. Isso ocorre porque existe modo de escapar às normas estabelecidas pelos padrões “normais” tornando os corpos atravessados por um estado transitório em que continuamente torna-se necessário o reforço das discursivizações sobre o que é “aceitável” e o que é “estranho, diferente”, já que os “sujeitos individuais ou coletivos têm diante de si um campo de possibilidades de diversas condutas, diversas reações e diversos modos de comportamento que podem acontecer” (FOUCAULT, 1995, p. 244). Sobre isso se tornam pertinentes as palavras de Paul Fry, que leciona na Universidade de Yale, na qual Butler foi professora.

Para o professor (FRY, 2013), a partir de Butler não se pode dizer que há sexualidade contínua e específica, mas reforçada com o passar do tempo através dos atos performativos. O que você pode fazer é expressar uma identidade repetindo, imitando e isso se assemelha a uma *performance* daquilo que somos (ou no que vamos nos constituindo enquanto indivíduos dotados de identidades passíveis de mudanças). Dessa forma, o trabalho de Butler não é sobre a construção da identidade, nem sobre o controle da expressão, pois há algo difícil de apreender que está além da expressão, o que resta ao investigador é pensar sobre a natureza e os propósitos da expressão como um todo, então. Por isso, pensar na sexualidade é pensar em como os discursos vão dando contornos aos corpos e de que forma os gêneros são

construções sociais reforçadas ou recalçadas com o passar do tempo. Em meio a tudo isso está o sujeito, não um ente com existência individualizada no mundo, mas, para Fernandes (2012), a partir do pós-estruturalismo, um sujeito cuja identidade é produzida a partir dos efeitos de uma exterioridade constitutiva. Isso implica em pensar, segundo o autor, no funcionamento dos discursos e seus efeitos na constituição dos sujeitos; assevera, pois, a subjetividade produzida pela exterioridade.

Cabe aqui uma ressalva: discurso aqui não é sinônimo de dizer, de enunciado, de fala, mas algo que é exterior à língua, mas que precisa da língua para ter existência material (FERNANDES, 2008). Dessa forma, os sujeitos tomados como posição revelam posições em contraste que revelam lugares sociais e ideologicamente marcados, sendo a linguagem uma forma de materialização destes lugares. Falar em nudez, em sexualidade, em identidade torna-se, portanto, uma questão discursiva. Quando, na entrevista com Carla Rodrigues, em 2013, Butler questiona as implicações de afirmações como “ser lésbica” ela menciona que não sabe exatamente o que isso quer dizer no nível do ser. Dessa forma, Butler pontua: “De fato, eu me preocupo com aqueles movimentos nos quais o discurso tem o poder de estabelecer “o que eu sou” ou “o que você é” – esperamos que nossos desejos e vidas permaneçam, de algum modo, sem serem capturados por este tipo de discurso” (RODRIGUES, 2013, p. 26).

Dessa forma, ela preocupa-se com os nomes e as categorias, que são, para a pensadora, historicamente formadas e, devido a isso, estão sempre em processo de contínuo devir. Ao refletir sobre como as identidades são formadas e as generificações ocorrem performativamente, Butler (2003) faz acentuar o caráter político de seus estudos, portanto, já que direciona-se para reflexões acerca de “como as identidades são formadas, e ainda são constituídas, e que lugar

elas devem ter num espectro político mais amplo” (RODRIGUES, 2013, p. 26).

Em algum momento de sua aula, Paul Fry (2013) chama atenção a uma frase pronunciada por Butler em uma palestra: “desde os dezesseis anos, tenho sido uma lésbica”. A partir disso, se propõem estudos de cunho filosófico sobre como os estudos de Butler ingressam nos terrenos de uma ontologia, partindo a versar sobre o ser. Dissemos que os estudos de Butler passaram e ter caráter de reflexão sobre uma espécie de ontologia. Desde o início do texto, o fantasma da identidade retorna como algo impossível de negligenciar ou ocultar seja nos interditos, seja nos modos como ele vai deixando resquícios naquilo que é dito. Logo no início do texto partiu-se da menção do conceito que não pode ser percebido através da homogeneidade. Isso aponta para o terreno das instabilidades dos termos pelos quais as identidades são (des) construídas e vai ao encontro da afirmação de que a exterioridade produz subjetividades. Como sobre a exterioridade paira a possibilidade de vir a ser outra, o fantasma do devir precisa ser considerado ainda no que tange às identidades, já que, se a exterioridade do sujeito pode ser outra, outras podem ser as formas pelas quais o sujeito se move no espaço de sua historicidade, do ambiente social e cultural em que vive.

O sujeito em Butler, da mesma forma, não é um indivíduo, mas uma estrutura linguística em formação. Sob este prisma, a subjetividade não é um dado pronto e acabado, inerte de possibilidades e movências, uma vez que o sujeito está sempre envolvido num processo de devir interminável, e a produção de subjetividades pode ocorrer de diferentes maneiras. Agora retomemos os enunciados extraídos da fala de Butler (destacadas pelo professor Paul Fry). Quando Butler diz “desde os dezesseis anos tenho sido uma lésbica” ela traz consigo marcas de sua teoria reveladora do enaltecimento da importância dos gestos

performativos na (des) construção da identidade de um sujeito. Para Fry (2013) ser algo é diferente de estar sendo algo, que parte da “encenação” do ser, que revela o movimento contínuo que parte de um início estabelecido (desde os dezesseis anos), mas não se fecha como um todo em si, já que a natureza do verbo revela um gesto inacabado.

Dessa forma, podemos dizer que, em Butler, as questões permanecem em aberto, passíveis de retomadas posteriores e até mesmo desconstruções que subvertam as identidades iniciais daquilo que foi proposto anteriormente. Trata-se, como se procurou mostrar neste texto, do elogio da diferença e do ambiente de tensão possibilitado pelo diálogo entre temas, autores e gestos hermenêuticos sempre renovados, em que os leitores podem confrontar-se com os textos e modificar suas “verdades” entrando em processo de saberes em contínuo devir.

Para Butler (2003), bem como para Foucault (2012), tratar-se-ia de honestamente mostrar estes termos e os lugares onde eles produzem efeitos de sentido para contextualizar e sujeita-los, então, à análise e contestação. Isso leva a perceber os modos como são produzidas as subjetividades (e de como foram sendo construídas com o passar dos anos) através de categorias pelas quais o sujeito é descrito como “gay”, “heterossexual”, “bissexual”, “transexual”, “branco”, “negro” como se os termos trouxessem atrelados a si características “inatas”. Trata-se, portanto de investigar o que está por trás de outros termos como “verdade”, “adequado”, “inadequado”, “correto”, “errado” e em como eles entram em circulação no meio social, atuando na produção de identidades (bem como há existência de sujeitos subversivos em relação às relações de poder que buscam legitimar padrões identitários em detrimento de outros). Butler (2003) vai tentar demonstrar que a estrutura opositiva sexo/gênero é uma oposição metafísica que se apoia sobre o binômio natureza/cultura em que a hierarquia

sobrepõe a cultura, sendo que esta “impõe” significado livremente à natureza, transformando-a, conforme o modelo de dominação perdurado por esta hierarquia.

Para Beauvoir, o gênero é “construído”, mas há um agente implicado em sua formulação, um cogito que de algum modo assume ou se apropria desse gênero, podendo, em princípio, assumir algum outro. É o gênero tão variável e volitivo quanto parece sugerir a explicação de Beauvoir? Pode, nesse caso, a noção de “construção” reduzir-se a uma forma de escolha? Beauvoir diz claramente que a gente “se torna” mulher, mas sempre sobre uma compulsão cultural a fazê-lo. E tal compulsão não vem do “sexo”. Não há nada em sua explicação que garanta que o “ser” que se torna mulher seja necessariamente fêmea. (BUTLER, 2003, p. 27)

Neste contexto, Butler associa o discurso natureza/cultura a outra oposição entre feminino/masculino, em que a natureza, representativa do feminino se subordina a cultura, masculino. O que está em jogo é que o corpo não é um receptáculo sobre o qual a cultura vai operar. Para Márcia Tiburi (2013), a partir de Butler temos a interpretação de que Foucault mostrou, em sua *História da sexualidade*, que até mesmo o sexo, tanto quanto a sexualidade, foram produzidos por um tipo de discurso. Neste contexto, tanto um como outro não seriam verdades essenciais, mas construções históricas. Sendo assim, para Butler (2003), tratar o histórico como natural é uma das estratégias do poder. Sendo o gênero um fenômeno inconstante e contextual, isso faz com que ele não possa ser englobado em ações substantivadoras, mas que ele seja percebido como “um ponto relativo de convergência entre conjuntos específicos de relações, cultural e historicamente convergentes” (BUTLER, 2003, p. 29) sobre o sujeito ainda cabe outra contribuição. Se em Butler e em Foucault a produção de subjetividades é um processo que deve ser analisado a partir de contextos históricos e discursivos específicos (e na sua relação com outros contextos), o significado é apresentado como um evento ocorrido em uma cadeia citacional ininterrupta, sem origem nem fim, em que os sujeitos se inserem.

Assim, as formas de subjetivação seriam intermináveis e modificáveis, transformáveis e desconstruíveis, seja pelo que veio antes em relação ao que veio depois, seja em relação aos diferentes modos de olhar que vão sendo tecidos sobre o mesmo objeto observado. Por isso, os sujeitos podem vir a ser outros, estando em processo de contínuo devir. Não se trata de nomear gêneros, mas de problematizar subjetivações fixas relacionadas ao feminino e ao masculino, reconhecendo que a complexidade da diferença é exponencialmente mais expressiva que a suposta binarização em que os termos foram situados historicamente.

No exemplo de uma frase de Butler mencionado por Paul Fry (2013), o termo **tem sido** evoca a presença de uma oposição (tem sido em oposição ao que é), pois há um elemento de encenação que se infiltra na ontologia. Dessa forma, “tenho sido uma lésbica” aponta para, em certo aspecto àquilo que sou no instante em que enuncio, mas também ao que tenho sido, a forma como tenho me expressado, como se expressássemos papéis como em uma *performance*.

Em outras palavras: quem disse que a heterossexualidade veio primeiro? Quem disse que a heterossexualidade e a norma heterossexual ou normatividade são a mesma coisa? Quem disse que esses termos podem ser utilizados indistintamente por aí como se fossem sinônimos? Quem disse que há comportamentos “adequados” direcionados a gêneros “específicos”? Por trás dos efeitos destes questionamentos estão “verdades” que se impõem como autoevidentes tornando-se veículos ideológicos de opressão a grupos sociais minoritários, marginalizados pela força dos efeitos que as palavras excludentes daqueles que não se “adequam” aos comportamentos “naturais” evocam.

Para Silveira (2016), as reflexões foucaultianas podem ser percebidas no sentido de se articular ao movimento de explicitação de algumas proposições que tornaram a psicanálise possível enquanto

discurso científico a partir de práticas discursivas específicas. Neste contexto, para Chaves (1988), ao situar a interpretação psicanalítica nos terrenos da confissão enquanto uma modalidade sofisticada e científica desta segunda, a interpretação se torna uma maquinaria de poder, um mecanismo de produção de sujeitos – já que, através do conflito edípiano, o sujeito se reconhece a partir da referência à sexualidade ou ao desejo com o qual se identifica ou alimenta em si – tornando a interpretação uma “tecnologia do eu” cujo pressuposto “é a hipótese de que existe uma verdade do sujeito, verdade para quem o sexo se torna referência essencial. Mais uma vez é a questão do poder o critério de define essa mudança” (CHAVES, 1988, p. 120).

Sendo assim, o mal-estar não é pequeno diante das teorizações que buscam levar perceber as coisas de outro modo, problematizando naturalizações do pensamento sobre sujeitos, identidades e discursos, pois isso implica em promover desnaturalizações que nos levem a pensar de outro modo. Neste contexto, com Foucault (2012), aprendemos que pensar de outro modo, diferente do modo como vínhamos pensando, implica em operar mudanças no terreno das certezas que foram se constituindo historicamente como “certezas irrefutáveis” para além das regras que pareciam se mostrar inteiramente à consciência a fim de perceber “o discurso como uma prática complexa e diferenciada que obedece regras e transformações analisáveis” (FOUCAULT, 2012, p. 254) e desdobrar reflexões não nos terrenos da verdade, mas daquilo que foi colocado, com o passar do tempo, no lugar do verdadeiro.

Herculine Barbin foi “um destes indivíduos a quem a medicina e a justiça do século XIX perguntavam obstinadamente qual era a verdadeira identidade sexual” (FOUCAULT, 1982, 05) Foi assim que “durante muito tempo os hermafroditas foram considerados criminosos, ou filhos do crime, já que sua disposição anatômica, seu próprio ser,

embaraçava a lei que distinguia os sexos e prescrevia sua conjunção” (FOUCAULT, 1980, p. 39).

A relação entre os hermafroditas e os monstros não é por acaso. Com o Renascimento, os monstros são aqueles que “se mostram”. A origem latina aponta para a derivação do vocábulo *monstra* que significa “mostrar, apresentar”, mas também poderia ter raiz de parentesco lexical com o termo *monstrum*, também latino, que significa “aquele que revela, aquele que adverte” (COHEN, 2000; KAPLER, 1994; THOMPSON, 1996). Outro dos significados mais interessantes aparece em Tucherman (1999, p. 103) para quem mostro pode ter raiz a partir do vocábulo *monstrare* que significa “ensinar um comportamento, prescrever uma via a seguir”. Longe de apresentar Herculine como sujeito que aponta uma via a seguir, buscamos aqui apresentá-la nos terrenos do indecível e da não-identidade e, portanto, como formas de subjetivação que não se apresentam como o caminho a ser mostrado, indicado, mas como objetos de análise que se situam nas intermitências de um tema a ser problematizado: a ânsia do Ocidente em classificar, catalogar, “encontrar”, reafirmar coletivamente a existência de um verdadeiro sexo.

Se durante a Inquisição os hermafroditas foram perseguidos pela Igreja e queimados em fogueiras por causa de sua ambiguidade sexual, reiteramos a aproximação com a atualidade, em que as fogueiras da inquisição permeiam discursos e práticas sobre a sexualidade. Assim como, para o especialista em monstros da época, o médico – voz de autoridade científica – Ambroise Paré (2000), a partir do Renascimento, os hermafroditas passam a ter o dever de escolher um sexo social e viver de acordo com ele. Assim, roupas, sentimentos, atitudes, papéis sociais, hierarquias, tudo deve estar em conformidade (sic) com o sexo escolhido, o que joga “para baixo do tapete” a existência da ambiguidade de gênero. A pena para quem não o cumprisse seria de perseguição, prisão e, “nos casos

em que a definição como um homem ou mulher não se mostrava clara e satisfatória, a pena de morte” (PARÉ, 2000, p. 38).

O estranhamento de tantos gêneros e sexualidades em vidas que estão em “desacordo” com a heteronormatividade, segundo Foucault, levam a refletir sobre os modos de perceber o diferente, a alteridade monstrual, que se mostra, tal qual frente à realidade de um homem que, ao tentar matar um minotauro em um labirinto, acaba por se confundir com a criatura. A aura dos monstros ainda permanece entre nós na atualidade.

Nos dispomos talvez a admitir que talvez essas práticas não sejam uma grave ameaça à ordem estabelecida; mas estamos sempre prontos a acreditar que há nelas algum “erro”. Um “erro” entendido no sentido mais tradicionalmente filosófico: um modo de fazer que não se adequa à realidade; a irregularidade sexual é percebida mais ou menos como pertencendo ao mundo das quimeras. (FOUCAULT, 1982, p. 04)

O “estilo de vida” de diversos homossexuais, de travestis, de transgêneros, transexuais, etc. aponta para a existência de uma série infindável de discursos regulatórios, de estranheidade, de existência de outros sujeitos que alimentam o mesmo “estilo”. A sexualidade que não se deixa catalogar, que esvai pelas beiradas das classificações, que não aceita ser incluída por uma norma regulatória que circula em torno de uma heterossexualidade tida como única, inata e origem das outras sexualidades é a monstruosidade contemporânea, assim como foram os hermafroditas no século XIX e os travestis no século XVIII. Desse modo, é para o “limbo da não-identidade” (FOUCAULT, 1982) que nos voltaremos no presente trabalho seja porque as formas de sexualidade não podem ser percebidas como inseridas no escopo do binarismo hetero-homossexualidade, por isso privilegia as relações entre pessoas do sexo oposto “subalternizando, silenciando e tornando invisíveis no espaço público as relações homoeróticas” por exemplo, conforme assinalou Miskolci (2009b, p. 331).

De acordo com o pensamento de Butler (2006) então torna-se importante destacar para as reflexões que aqui estão sendo tecidas: não se trata de focar-se necessariamente na mulher ou em um indivíduo em particular, mas a partir de um argumento de implicações políticas, incluir nas reflexões sobre os corpos e as sexualidades (no plural, não mais substantivadas no singular) sujeitos em desacordo com normas sexuais e de gênero, como travestis, transexuais e pessoas intersex. Em 1990, no livro *A epistemologia do armário*, Eve Kosofsky Sedgwick afirma que o armário não é apenas a metáfora que diz respeito àquelas e àqueles que se relacionam com pessoas do mesmo sexo, mas diz respeito a todas as sexualidades. Para este autor (SEDGWICK, 1990; 2007), a ordem heterossexista é mantida e (re)produzida através de discursos e práticas que permeiam as sexualidades como um todo.

Não se trata apenas de referir-se aos que vivem em segredo, mas aos que têm o privilégio de viver e praticar seu “estilo de vida” abertamente. Desse modo, o autor vai ao encontro com a desconstrução de binarismos proposta nos estudos de Butler e retomada por Miskolci, pois não se trata de perceber a partir do binário hetero-homossexualidade, já que este é antes um único sistema interdependente que tem por objetivo “reinscrever incessantemente uma hierarquia que privilegia e reitera a ordem heterossexual desprezando e subordinando sujeitos homo-orientados. De forma sintética, em 1991, Michael Warner denominou esse sistema de heteronormatividade” (MISKOLCI, 2009b, p. 332).

Se levarmos em conta as implicações políticas da manutenção da heteronormatividade em relação aos corpos que não se adequam a heterossexualidade naturalizada e “única”, temos, de acordo com Butler (2002) construções sociais que dizem respeito ao fato de que há corpos que “importam” mais do que outros. Dessa forma, articulada com os estudos foucaultianos, a autora

vai destacar que as possibilidades do que vem a ser permitido e designado como corporeidades possíveis, sexualidade ou humanidade é um jogo de relação entre poderes e saberes que se (re) organizam, entram em conflito, e criam resistências no interior das regulações de gênero. É neste contexto que, para a autora, são reproduzidas, portanto, com o passar do tempo, e reafirmadas, concepções de mundo que moldam políticas sobre quais corpos importam para a nossa cultura.

[...] uma vez que o próprio “sexo” seja compreendido em sua normatividade, a materialidade do corpo não pode ser pensada separadamente da materialização daquela norma regulatória. O “sexo” é, pois, não simplesmente aquilo que alguém tem ou uma descrição estática daquilo que alguém é: ele é uma das normas pelas quais o “alguém” simplesmente se torna viável, é aquilo que qualifica um corpo para a vida no interior do domínio da inteligibilidade cultural. (BUTLER, 1999, p. 154)

De acordo com a Butler (1999), essa inteligibilidade faz com que, em acordo com as normas de gênero, os corpos podem ser reconhecidos como humanos tendo conferidos a si um sexo (baseando-se nos pressupostos idealizados opostos de “macho” ou “fêmea”) e uma sexualidade característica. Os “gêneros inteligíveis” são aqueles que, segundo Butler (2003b, p. 38) “se instituem e mantêm relações de coerência e continuidade entre sexo, gênero, prática sexual e desejo”. Este pensamento perdura ainda hoje quando se reproduz o imaginário de que: Tem pênis – é homem – masculino – deve sentir atração afetivo-sexual por mulheres assim, como Tem vagina – é mulher – feminina – deve sentir atração afetivo-sexual por homens.

Neste contexto, de acordo com Berenice Bento (2006; 2008), em relação às pessoas transexuais, o olhar médico que se opera não é apenas descritivo, mas também prescritivo, já que o uso e suas interpretações também estão subordinados às normas de gênero. Assim, podemos dizer que

a sociedade e as interpretações acerca de sujeitos e sexualidades estão permeadas pelo que Butler (2003) intitulou **efeito de gênero** e sobre o gênero vale constatar que ela o enuncia como sendo uma identidade tenuamente construída com o passar do tempo, este se institui através de uma repetição estilizada de atos. Dessa forma, o efeito de gênero se “produz pela estilização do corpo e deve ser entendido, conseqüentemente, como a forma corriqueira pela qual os gestos, movimentos e estilos corporais de vários tipos constituem a ilusão de um eu permanentemente marcado pelo gênero” (BUTLER, 2003, p. 200). O conceito de performatividade e, portanto, central em Butler, para quem

[...] performatividade é reiterar ou repetir as normas mediante as quais nos constituímos: não se trata da fabricação radical de um sujeito sexuado genericamente. É uma repetição obrigatória de normas anteriores que constituem o sujeito, normas que não podem ser descartadas por vontade própria. São normas que configuram, animam e delimitam ao sujeito de gênero e que são também os recursos a partir dos quais se forja a resistência, a subversão e o deslocamento. (BUTLER, 2002, p. 64)

No escopo destas considerações acerca de repetições estilizadas de atos, vale perceber o próprio modo como as roupas ritualizam as percepções acerca do feminino e do masculino quando este se associa a mulheres e homens através da naturalização de valorações baseadas nos pressupostos binaristas de gênero. Vejamos o exemplo dos *crossdressers*, ou CD, que se aproximam por causa de um hábito comum: o de usar roupas culturalmente associadas ao “sexo oposto”.

No processo histórico de categorização dos sexos, usar roupas do “sexo oposto” faz com que venham à tona relações entre as roupas e a “natureza” dos sexos, a partir da adequação de tipos de vestimentas associadas culturalmente a um ou outro sexo (de novo o binarismo de gênero). Por isso que um homem (no sentido biológico) cuja descrição se resume na utilização “de salto médio,

meias coloridas, maquiagem leve e namorada a tiracolo” faz pensar no mal-estar da cultura que insiste em afirmar a verdade do sexo, embaralhando categorias “estanques” e regulatórias, já que roupas associadas ao corpo feminino (no caso de levarmos em conta a naturalização de que o feminino estaria associado ao corpo da mulher) não deveriam estar sendo vestidas por um homem, ainda mais quando este está acompanhado de uma “namorada a tiracolo”. A monstruosidade, a realidade que se mostra é tamanha que o repórter não consegue ficar sem questionar a sanidade do cartunista.

Quando Henry Benjamin, em 1953, um endocrinologista alemão, forja o termo “transsexualismo” para fazer alusão aos indivíduos nos quais o sexo biológico está em “desacordo” com o gênero deste indivíduo, estas questões é a “normalidade” que emerge no quadro de saberes que se instauram sobre o gênero. Na visão de Benjamin (1966a; 1966b), o sexo masculino convergir com o gênero masculino, sem embaralhamentos. Em 1980, a transsexualidade passa a constar na terceira versão da *Diagnostic and Statistical Manual of Mental Disorders*, documento vinculado à *American Psychiatric Association* (DSM III). Aos transexuais, cabia, assim como para os anormais estudados por Foucault (2010c) para ser reintegrados à sociedade normalizadora e disciplinar a operação de técnicas cada vez mais sofisticadas de “adestramento”, fato que também remonta às postulações do autor acerca da sociedade disciplinar (FOUCAULT, 1999c). O controle sobre o corpo revela o encontro com corpos em desordem ou excessos que assustam e precisam ser detidos para que a ordem impere. A masturbação infantil, por exemplo, não estava compatível com o que se esperava em relação aos comportamentos aceitáveis em relação ao corpo. Dessa forma, situando na história e no tempo, Foucault (2008b) menciona que os controles da masturbação só começam na Europa durante o século XVIII. Mas o controle, ao se intensificar

desloca a ação a ser vigiada em intensificação dos desejos naqueles que são objeto das proibições. Assim,

Repentinamente, surge um pânico: os jovens se masturbam. Em nome deste medo foi instaurado sobre o corpo das crianças – através das famílias, mas sem que elas fossem a sua origem – um controle, uma vigilância, uma objetivação da sexualidade com uma perseguição dos corpos. Mas a sexualidade, tornando-se assim objeto de preocupação e de análise, como alvo de vigilância e de controle, produzia ao mesmo tempo a intensificação dos desejos de cada um por seu próprio corpo... (FOUCAULT, 2008b, p. 146-147)

Vale reiterar o dismantelamento da hipótese repressiva empreendida por Foucault no primeiro Volume da *História da Sexualidade*. Ao analisar textos médicos referentes ao período dos séculos XVII e XVIII, Foucault encontrou, traduções de textos médicos gregos, onde já havia uma descrição “dos fenômenos de esgotamento provocados por uma prática excessiva de sexualidade e um alerta contra os perigos sociais deste esgotamento, para toda a espécie humana”. (FOUCAULT, 2010a, p. 335). Neste contexto, para Foucault (1980; 1999c), do fim do século XVIII ao início do século XIX, desenvolveu-se a sociedade disciplinar. Essa configuração social, baseada na concepção de biopolítica⁵ que tinha por característica investir na produção de “corpos dóceis” que beneficiassem o poder estatal e os modos de produção capitalista vigentes. Aos indivíduos que não se adaptavam às normas, punição e isolamento. Através destes estudos, Foucault quer mostrar como as relações de poder perpassam o interior dos corpos:

O que procuro é tentar mostrar como as relações de poder podem passar materialmente a espessura dos corpos sem ter de ser substituídas pela representação dos sujeitos. Se o poder atinge o corpo, não é porque ele foi inicialmente interiorizado na consciência

5 O termo “biopolítica” designa a maneira pela qual o poder tende a se transformar, entre o fim do século XVIII e o começo do século XIX, a fim de governar não somente os indivíduos por meio de um certo número de procedimentos disciplinares, mas o conjunto dos viventes constituídos em população: a biopolítica – por meio dos poderes locais – se ocupará, portanto, da gestão da saúde, da higiene, da alimentação, da sexualidade, da natalidade, etc., na medida em que elas se tornaram preocupações políticas. (REVEL, 2005, p. 26)

das pessoas. Há uma rede de biopoder, de somatopoder que é, ela mesma, uma rede a partir da qual nasce a sexualidade como fenômeno histórico e cultural no interior do qual, ao mesmo tempo, nós nos reconhecemos e nos perdemos. (FOUCAULT, 2014a, p. 38)

Tem início assim um projeto extensivo de “normalização” de sujeitos, que buscava uma “essência universal”, baseada nas leis “da natureza” que possibilitasse evitar o surgimento dos anormais. Assim como os “anormais” do século XIX, o crossdresser também é “[...] monstro banalizado e pálido [...] é também um descendente desses incorrigíveis que aparecem nas margens das técnicas modernas de ‘adestramento’” (FOUCAULT, 2010b).

Não se trata aqui de discutir aspectos da patologização do gênero, mas de acentuar, com Deleuze (1992, p. 216) que “num regime de controle nunca se termina nada”. Dessa forma, de acordo com Pelúcio (2009), os anormais são - a cada imaginário coletivo reproduzido sobre os gêneros naturalizados sob um suposto binarismo irrevogável - convocados a entrar nos consultórios e receber conselhos, ajudas e orientações, gerando uma leva de patologização de sexualidades. Ainda que, de acordo com Foucault (1999, p. 103) “este tríplice aspecto de panoptismo – vigilância, controle e correção – parece ser uma dimensão fundamental e característica das relações de poder que existem em nossa sociedade” é preciso acentuar, com Leite Jr. (2011), que a questão dos limites entre homens e mulheres permeou diversas instancias e não apenas a psicanálise ou a psicologia, mas também a biomedicina, as artes, a religião e as ciências humanas. Vale destacar que, se os saberes que proliferam acerca das sexualidades são muitos e operam sob diversos domínios e instâncias, porque a sexualidade haveria de ser apenas uma? Cada representação de gênero que foi sendo (re) produzida nos diferentes domínios em que a sexualidade foi objeto revelam a presença de práticas

reguladoras de formação e divisão de gênero. Cabe questionarmos, com Butler (2003, p. 38):

Em que medida as práticas reguladoras de formação e divisão do gênero constituem a identidade, a coerência interna do sujeito e, a rigor, o *status* auto-idêntico da pessoa? Em que medida é a “identidade” um ideal normativo, ao invés de uma característica descritiva da experiência?

Historicamente, o reforço das categorias homem e mulher enquanto naturalizadas e com características que se opunham como se um fosse apenas o contrário do outro, o processo de naturalização das diferenças ou igualdades cultural e conceitualmente criadas encobre relações de poder que organizam estas noções, pois “classificar pessoas de acordo com o genital ou suas representações psíquicas pode revelar-se tão arbitrário quanto classificar seres humanos por tipo de cabelo, tamanho dos pés cor da pele ou dos olhos” (LEITE JR, 2011, p. 199). Dessa forma, a busca pela verdade do sexo é infundada, pois revela a obsessão em catalogar e cercar sujeitos. As misturas de sexo não são “apenas disfarces da natureza”, como lembra-nos Foucault (1982) e as discussões que se baseiem em uma identidade considerando-a única, primeira, “original”, verdadeira, só faz urgir a problematização frequente de uma discussão com implicações políticas.

Neste contexto, a busca pela verdade do sexo traz à tona os esforços “necessários” para a manutenção de um padrão heteronormativo regulador das sexualidades, que objetiva “normalizar” sujeitos. Tem-se assim uma espécie de ficção reguladora de gêneros que organiza critérios acerca de quem são os humanos “verdadeiramente” e atualiza-se no julgamento dos sujeitos que não são tão “verdadeiros” quanto os “legítimos” corpos que importam (BUTLER, 2002).

Se as vestes de um sujeito designam seu gênero ou seu sexo ou as partes biológicas de seu corpo definem características intrínsecas de seu comportamento e “estilo de vida”, tem-se, em contraponto a isso inúmeros exemplos que destoam dessa insistência em ratificar a (re) nomeação da verdade do sexo. Então, situamos o papel do intelectual, a partir de Foucault, cujas palavras não foram corroídas, mas proliferaram através dos tempos e se fazem cada vez mais presentes na atualidade. Esse papel, segundo Foucault (2004b), consiste em mostrar às pessoas que elas são livres e que tomam por verdadeiros temas fabricados em um momento particular da história, esquecendo que essas evidências podem ser destruídas e criticadas. O autor destaca que “O papel do intelectual é mudar alguma coisa no pensamento das pessoas”. (FOUCAULT, 2004b, p. 29b).

Encerrando sem fechar a discussão

O presente trabalho de natureza documental e bibliográfica visou apresentar algumas relações teóricas possíveis e singularidades do pensamento de dois autores: Judith Butler e Michel Foucault. O trabalho interpretativo mostrou que ambos os pensadores são pertinentes para lançar luzes aos estudos de gênero, desde que sejam preservadas as distinções entre um e outro.

Reiteramos, a esta altura, que a responsabilidade das reflexões e problematizações bem como as incoerências que porventura possam emergir é de quem assina o presente texto. Mais do que pensar o gênero como categoria política ou o ato de colocar o sexo em discurso esperamos que possa servir de aparato teórico para quem tiver interesse em obter ferramentas conceituais para o estudo de gênero na contemporaneidade.

Referências

- ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. O descarado, a cara-metade, o rosto: Michel Foucault e a análise de discurso do movimento homossexual. *Cadernos Discursivos*, v. 1 n. 1, p. 1 - 20, 2014.
- BENJAMIN, Harry. Eu quero mudar meu sexo. In: CAPRIO, Frank. S. (org.). *Tudo sobre o sexo*. São Paulo: Ibrasa, 1966a.
- _____. *The transsexual phenomenon*. Nova York: Julian Press, 1966b.
- BENTO, Berenice. *A reinvenção do corpo: sexualidade e gênero na experiência transexual*. Rio de Janeiro: Garamond, 2006.
- _____. *O que é transsexualidade*. São Paulo: Brasiliense, 2008.
- BUTLER, Judith. *Cuerpos que importam: Sobre los limites materiales y discursivos del "sexo"*. Buenos Aires: Paidós, 2002.
- _____. Corpos que pesam: sobre os limites discursivos do sexo. In: LOURO, Guacira Lopes (Org.). *O corpo educado: pedagogias da sexualidade*. Belo Horizonte: Autêntica, 1999. p. 151-172.
- _____. *Deshacer el género*. Barcelona: Paidós, 2006.
- _____. *Excitable speech*. New York: Routledge, 1997.
- _____. Gender as performance: an interview with Judith Butler. *Radical Philosophy*, London, n. 67, s. p., Summer 1994.
- _____. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Trad. Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- CHAVES, Ernani. *Foucault e a psicanálise*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1988.
- COHEN, Jeffrey Jerome. A cultura dos monstros; sete teses. In: SILVA, Tomaz Tadeu da. (Org.). *Pedagogia dos monstros*. Belo Horizonte: autêntica, 2000.
- DELEUZE, Gilles. *Conversações, 1972-1990*. Trad. Peter Pál Pelbart. São Paulo: ed. 34, 1992.
- DERRIDA, Jacques. Assinatura acontecimento contexto. In: DERRIDA, Jacques. *Margens da Filosofia*. Campinas: Papirus, 1991, p. 349-373.
- DÍAZ, Elvira Burgos. Desconstrução e subversão: Judith Butler. *Sapere Aude*. Belo Horizonte, vol. 4, n. 7, 1º sem. 2013, p. 441-464.
- FERNANDES, Cleudemar Alves. *Análise do discurso: reflexões introdutórias*. 2ª ed. São Carlos: Claraluz, 2008.
- FOUCAULT, Michel. *A arqueologia do saber*. Trad. Luiz Felipe Baeta Neves. 8ª ed. Rio de Janeiro: Forense universitária, 2012.
- _____. *A ordem do discurso*. São Paulo: Loyola, 1996.
- _____. *As palavras e as coisas*. 8ª ed. Tradução: Salma Tannus Muchail. São Paulo: Martins Fontes, 1999a.
- _____. As Relações de Poder Passam para o Interior dos Corpos. In: _____. *Ditos & Escritos IX: Genealogia da ética, subjetividade e sexualidade*. Organizador Manoel Barros da Motta; tradução: Abner Chiquieri. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2014a, p. 35-43.
- _____. Entrevista com Michel Foucault. In: _____. *Ditos & Escritos I. Problematização do sujeito: Psicologia, Psiquiatria e Psicanálise*. 3ª ed. Organizador Manoel Barros da Motta; Tradução: Vera Lúcia Avellar Ribeiro. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010a, p. 331-344.
- _____. *História da loucura na Idade Clássica*. 6ª. ed. Tradução: José Teixeira Coelho Netto. São Paulo: Perspectiva, 1999b.
- _____. *História da sexualidade Vol. I: a vontade de saber*. 3ª ed. Tradução: Maria Thereza da Costa Albuquerque e J.A. Guilhon. Rio de Janeiro: Graal, 1980.
- _____. Michel Foucault, uma entrevista: Sexo, Poder e Política da Identidade. In: _____. *Ditos & Escritos IX: Genealogia da ética, subjetividade e sexualidade*. Organizador Manoel Barros da Motta;

- tradução: Abner Chiquieri. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2014b, p. 251-263.
- _____. *Microfísica do poder*. 26ª ed. Trad. Roberto Machado. Rio de Janeiro: Graal, 2008a.
- _____. O sujeito e o poder. In: DREYFUS, H.; RABINOW, P. *Michel Foucault: uma trajetória filosófica para além do estruturalismo e da hermenêutica*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995, p. 231-49.
- _____. O verdadeiro sexo. In: _____. *Herculine Barbin: Diário de um hermafrodita*. Tradução Irley Franco. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1982, p. 1-9.
- _____. *Os anormais: curso no Collège de France (1974-1975)*. Tradução Eduardo Brandão. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2010b.
- _____. Poder-corpo. In: _____. *Microfísica do poder*. 26ª ed. Trad. Roberto Machado. Rio de Janeiro: Graal, 2008b, p. 145-152.
- _____. Prefácio à *História da Sexualidade*. In: _____. *Ditos & Escritos IX: Genealogia da ética, subjetividade e sexualidade*. Organizador Manoel Barros da Motta; tradução: Abner Chiquieri. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2014c, p. 207-213.
- _____. Uma estética da existência. In: *Ditos & Escritos V: Ética, sexualidade, política*. Organização: Manuel Barros da Motta. Rio de Janeiro: Forense Universitária. 2004a, p. 288-293.
- _____. Verdade, poder e si mesmo. In: *Ditos & Escritos V: Ética, sexualidade, política*. Organização: Manuel Barros da Motta. Rio de Janeiro: Forense Universitária. 2004b, p. 294-300.
- _____. *Vigiar e punir: história da violência nas prisões*. 20ª ed. Tradução Raquel Ramalhe. Petrópolis: Vozes, 1999c.
- FRY, P. *Queer Theory and Gender Performativity*. Yale: Open Yale courses, 2013. Disponível em: <<<http://oyc.yale.edu/english/engl-300/lecture-23>>> Acessado em agosto de 2014.
- KAPPLER, Claude. *Monstros, demônios e encantamentos no fim da Idade Média*. São Paulo: Martins Fontes, 1994.
- LEITE JR., Jorge. *Nossos corpos também mudam: A invenção das categorias “travesti” e “transexual” no discurso científico*. São Paulo: Anablume, 2011.
- LOURO, Guacira Lopes. Foucault e os estudos queer. In: RAGO, Margareth; VEIGA-NETO, Alfredo. (Orgs.). *Para uma vida não fascista*. Belo Horizonte: Autêntica, 2009, p. 135-142.
- _____. *Um corpo estranho: ensaios sobre sexualidade e teoria queer*. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.
- MACHADO, Roberto. Por uma genealogia do poder. In: FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. 26ª ed. Tradução Roberto Machado. Rio de Janeiro: Graal, 2008.
- MARSHALL, J. D. Governamentalidade e Educação liberal. In: DA SILVA, Tomaz Tadeu (Org.). *O sujeito da Educação*. Petrópolis: Vozes, 2002, p. 21-34.
- MISKOLCI, Richard. A teoria queer e a sociologia; o desafio de uma analítica da normalização. *Sociologias*. Porto Alegre, ano 11, n. 21, jan/jun 2009a, p. 150-182.
- _____. Abjeção e desejo: afinidades e tensões entre a teoria queer e a obra de Michel Foucault. In: RAGO, Margareth; VEIGA-NETO, Alfredo. (Orgs.) *Para uma vida não fascista*. Belo Horizonte: Autêntica, 2009b, p. 325-338.
- PARÉ, Ambroise. *Monstruos y prodígios*. Madrid: Siruela, 2000.
- PELÚCIO, Larissa Maués. *Abjeção e desejo*. São Paulo: Anablume, 2009.
- POL-DROIT, Roger. *Foucault: entrevistas*. Rio de Janeiro: Graal, 2006.
- REVEL, Judith. *Foucault: conceitos essenciais*. Tradução Maria do Rosário Gregolin, Nilton Milanez e Carlos Piovesani. São Carlos: Claraluz, 2005.

RODRIGUES, Carla. A filósofa que rejeita classificações [entrevista com Judith Butler]. *CULT*. n. 185, ano 16, novembro de 2013, p. 25-29.

SEDGWICK, Eve Kosofsky. A epistemologia do armário. *Pagu*. Campinas, n. 28, 2007, p. 19-54.

_____. *Epistemology of the closet*. Berkeley: University of Columbia Press, 1990.

SILVEIRA, E. L. Colocando o sexo em discurso: olhares de Foucault sobre a psicanálise. *Linguagens: Revista de Letras, Artes e Comunicação*, v. 10, n. 01, p. 61-80, 2016.

_____. Entre selfies, curtidas e subjetividades: sobre os sujeitos contemporâneos e o cuidado de si. *O corpo é discurso*, v. 32, p. 4-10, 2014.

THOMPSON, Rosemary Garland. From wonder to error: a genealogy of freak discourse in Modernity. In: _____. (Org.). *Freakery: cultural spectacles of the extraordinary body*. New York: New York University Press, 1996.

TUCHERMAN, Ieda. *Breve história do corpo e seus monstros*. Lisboa: Vega, 1999.

Submissão: 01/03/2018

Aceite em: 16/07/2018

O signo linguístico e as imagens: sobre representar e desvendar

pg 163 - 171

Ana Rosa Gonçalves de Paula Guimarães¹

Resumo

O presente artigo utilizando-se da revisão bibliográfica busca saber o que envolve os signos linguísticos e a pluralidade das imagens representativas. Para isso, discorre acerca do desenvolvimento da língua e da linguagem, bem como sobre a imagem acústica e o objeto. A arte apresenta diversas nuances de expressão da imagem, sendo ela: a fotográfica, a pintura, a expressiva e a abstrata. Qualquer imagem é uma representação da realidade, ou um aspecto da realidade.

Palavras-chave: Signo linguístico; linguagem; imagem; representação.

THE LANGUAGE SIGN AND THE IMAGES: ON REPRESENTING AND DESVENDING

Abstract

This article uses the literature review and seeks to know what involves the linguistic signs and the plurality of representative images. To do this, he discusses the development of language and language, as well as the acoustic image and the object. The art presents several nuances of expression of the image, being: the photographic, the painting, the expressive and the abstract. Any image is a representation of reality, or an aspect of reality.

Keywords: Linguistic sign; language; image; representation.

Introdução

Este estudo pretende avaliar as contribuições de Saussure (1999), Pinto (1995) e Barthes (2003), acerca do desenvolvimento da língua e da linguagem, tendo como referencial o significante e o significado; a imagem acústica e o objeto. Como exemplos de como a linguagem é carregada de sentidos e de signos linguísticos, vale-se de Veríssimo (1983) e Swift (1971). O filme “O enigma de Kaspar Hause” (1974), do cineasta alemão Werner Herzog, será analisado a fim de ser observado como a personagem reinventa e decifra seu novo universo.

A arte da era estética possibilitou a cada mídia oferecer seus efeitos, assumir seus papéis “redespertando” novas possibilidades de metamorfoses (RANCIÈRE, 2012a). A obra de arte sempre foi um princípio reproduzível, sempre foi possível imitar aquilo feito por pessoas.

¹ Doutoranda em Letras, pela Universidade Federal de Uberlândia. E-mail: anarosa.psi@hotmail.com

O signo linguístico

Para Saussure (1999), a língua, para certas pessoas, corresponde a uma nomenclatura, isto é, por exemplo, supõe-se haver ideias complementares feitas, preexistentes à palavra, como o vínculo que une um nome a uma coisa, pressupondo, com isso, uma operação muito simples. Contudo, tais concepções são criticáveis e tal visão simplista mostra que a unidade linguística é uma concepção dupla, constituída da união de dois termos: o conceito e a imagem acústica.

O signo linguístico não une uma coisa e uma palavra, mas um conceito e uma imagem acústica, que estão unidos e um depende do outro. A imagem acústica não é o som material, ou seja, o seu caráter puramente físico, no entanto, seria a impressão psíquica desse som – a imagem sensorial captada pelos sentidos é o “material”, o conceito, geralmente, mais abstrato. Portanto, a imagem acústica é a representação natural da palavra enquanto fato da língua virtual, fora de toda realização pela fala. O fundamento psíquico das imagens acústicas aparece quando observamos a nossa fala: à ideia de ação vocal, à palavra falada, à realização da imagem interior do discurso.

O signo, dessa forma, apresenta a combinação do conceito e da imagem acústica, porém, no uso recorrente, designa a imagem acústica apenas, por exemplo, uma palavra – *arbor*. O conceito e a imagem acústica podem ser substituídos pelos termos significado e significante, respectivamente. Estes dois termos assinalam a oposição que os separa: entre si ou do todo de que fazem parte.

O primeiro princípio do signo linguístico, segundo Saussure (1999), é a arbitrariedade, a qual une o significante ao significado. Como exemplo, a ideia de “mar” não está ligada por relação alguma interior, a sequência de sons m-a-r que lhe serve de significante, poderia ser representada por outra cadeia, comprovando, por isso, as diferenças

entre as línguas e a própria existência de línguas diferenciadas: “o significado da palavra francesa *boeuf* (“boi”) tem por significante *b-ö-f* de um lado da fronteira franco-germânica, e o-k-s (*Ochs*) do outro” (SAUSSURE, 1999, p. 82).

Sendo assim, todo meio de expressão acolhida em uma sociedade repousa em um princípio: o hábito coletivo ou, o que vem a dar na mesma, na conversão, como signos de cortesia, como os chineses que saúdam seu imperador prosternando-se nove vezes até o chão. Como signo de cortesia há certa expressividade natural, não menos fixados por uma regra, e tal norma que obriga a emprega-los, não no seu valor intrínseco.

Os signos são inteiramente arbitrários e realizam o ideal do procedimento linguístico, pois a língua como o mais completo e mais difundido sistema de expressão, também é o mais característico de todos. Assim, a Linguística é construída em padrão de toda Semiologia, contudo, a língua não é senão um sistema particular. Saussure (1999), ainda destaca que o símbolo como atributo não é completamente arbitrário, pois ele não está vazio, existe o vínculo natural entre o significante e o significado, como o símbolo da justiça – a balança não poderia ser substituída por qualquer objeto, como um carro, por exemplo. Entretanto, a palavra “arbitrário” requer uma observação, visto que o significante é imotivado, ou seja, é arbitrário em relação ao significante, com o qual não há nenhum laço na realidade.

Porém, existem duas objeções a respeito do primeiro princípio: a onomatopeia e a exclamação. Nas onomatopeias a escolha do significante nem sempre é arbitrária e jamais são elementos orgânicos de um sistema linguístico. Seu número é menor do que se acredita, como as palavras francesas *fouet* (“chicote”) ou *glas* (“dobres de sinos”) podem sugerir uma sonoridade, contudo, ao remontar às suas formas latinas (*fouet* deriva de *fāgus*, “faia”, *glas* = *classicum*); a qualidade dos sons atuais é resultado

fortuito da evolução fonética. As onomatopeias autênticas, como, por exemplo, *tic-tac*, são a imitação aproximativa e já convencional de certos ruídos.

Já as exclamações são bastante próximas das onomatopeias, que são expressões espontâneas da realidade, como que ditadas pela natureza. Em sua maior parte, pode-se negar o vínculo entre significado e significante. Tais expressões variam de uma língua para a outra, como no francês *aié!*, que corresponde em alemão *au!* e em português *ai!*. As onomatopeias e as exclamações são de importância secundária, e sua origem simbólica é em parte contestável.

O segundo princípio proposto por Saussure (1999), corresponde ao caráter linear do significante que, sendo de natureza auditiva, desenvolve-se no tempo e apresenta as características que toma do tempo: a representação é uma extensão, que é mensurável em apenas uma dimensão – uma linha. Sua importância é igual a primeira lei – a arbitrariedade do signo.

Por oposição aos significantes visuais (sinais marítimos etc.), que podem oferecer complicações simultâneas em várias dimensões, os significantes acústicos dispõem apenas da linha do tempo; seus elementos se apresentam um após outro; formam uma cadeia. Esse caráter aparece imediatamente quando os representamos pela escrita e substituímos a sucessão do tempo pela linha espacial dos signos gráficos (SAUSSURE, 1999, p. 84).

A língua não pode igualar-se a um contrato puro e simples, porque em qualquer época rememorada, a língua aparece como uma herança da época precedente. O nome atribuído às coisas teria um contrato estabelecido entre os conceitos e as imagens acústicas, considerando a língua como o produto de fatores históricos, os quais explicam o signo linguístico como imutável. Dessa forma, o fator histórico da transmissão da língua a domina e exclui toda transformação repentina e geral. Os sujeitos, em grande maioria, não têm a consciência das leis da língua e assim, não poderiam modificá-la.

A língua forma um todo com a vida social, sendo naturalmente inerte. Seu caráter rígido não é somente por conta da coletividade, mas, também, devido ao tempo – a solidariedade com o passado. Portanto, para Saussure (1999), as leis da língua abarcam os seguintes aspectos: o caráter arbitrário do signo; a multidão de signos necessários para constituir qualquer língua; o caráter demasiado complexo do sistema e a resistência da inércia coletiva a toda renovação linguística.

O tempo, que assegura a continuidade da língua, tem um outro efeito, em aparência contraditório com o primeiro: o de alterar mais ou menos rapidamente os signos linguísticos e, em certo sentido, pode-se falar, ao mesmo tempo, da imutabilidade e mutabilidade do signo (SAUSSURE, 1999, p. 89).

As alterações, isoladas ou combinadas, levam sempre ao deslocamento da relação entre o significante e o significado. A língua é situada, simultaneamente, na massa social e no tempo, ninguém pode modificá-la e, de outro lado, existe a arbitrariedade dos signos, o que implica em uma liberdade de estabelecer a relação entre a matéria fônica e as ideias: “[...] o tempo altera todas as coisas; não existe razão para que a língua escape a essa lei universal” (SAUSSURE, 1999, p. 91). O princípio da continuidade anula a liberdade, porém, a continuidade alude em uma alteração e um deslocamento mais ou menos considerável das relações.

De acordo com Pinto (1995), a concepção peirceana de signo está combinada com a ideia de terceridade, que significa que algo está no lugar de outra coisa para alguém, isto é, representa. A terceridade do signo apresenta um lugar-entre, um algo-entre. É algo circulante, repassado para outrem, não pertencendo a ninguém ou à duração de tempo, de seu uso. A primeiridade refere-se a uma abstração pura; a secundidade é a referência a um correlato, sendo, portanto, uma relação de representação – a relação entre o signo, o objeto

e a interpretante. A terceridade, então, é definida pela capacidade de representar (terceridade), se algo existe (secundidade) e é primeridade. O terceiro corresponde a conexão entre a qualidade e o fato, entre o primeiro e o segundo. Considerar algo como um terceiro é tê-lo como signo. O terceiro não é uma somatória, mas exerce a ideia de que um signo é outras coisas além do signo. O qualissigno é o caráter formal e uma qualidade do signo. Apresenta a virtualidade de algo ainda não atualizado, como também determina, por exemplo, na verificação de identidade cópias ou réplicas com um determinado original.

O signo cria significação, em vez de passivamente esperar que o sujeito o invista de sentido em outras palavras, o sujeito interpreta o signo à sua maneira e gera nesse processo seus próprios interpretantes, mas o signo não é vazio, e o sujeito não o preenche através de um *fiat* divino (PINTO, 1995, p. 50).

O signo pode ser alcançado pela representatividade de uma lei, uma regularidade, um hábito, uma convenção, uma previsão ou conceitos parecidos. Para Pinto (1995), o símbolo não reflete tais conceitos, pois ele é propriamente a lei, a regularidade, o hábito e assim por diante. Qualquer símbolo controla seu significado, enquanto um nome próprio e indicial. Representado como um objeto em algum aspecto ou capacidade, o signo revela algum aspecto do objeto, o interpretante, que se refere do mesmo modo que o signo àquilo que ele menciona.

O ícone é caracterizado como aquele signo que é determinado por seu objeto, por compartilhar as particularidades dele. É o responsável pela revelação de interpretantes inesperados. O signo deve compartilhar de uma única propriedade monádica do objeto, isto é, um traço para que possa ser visto pelo objeto como ícone daquele objeto. Já o índice se define em contraposição com o ícone. Ele aponta para fora de si na direção do objeto.

Barthes (2003) destaca que o mito é definido pela maneira com que se profere a mensagem, isto é, ele não tem limites formais, contudo não substanciais. Toda unidade comunicativa visa transformar os próprios objetos em fala, se significarem alguma coisa. A linguagem comum, que exprime o significado, é considerada em um todo, uma correlação, pois abarca o significante, o significado e o signo que é associativo dos dois primeiros termos.

O significante do mito, para o autor (2003), se apresenta de uma maneira ambígua, porque, é simultaneamente sentido, pleno de um lado e vazio do outro. O sentido passa a ser concebido enquanto uma reserva instantânea de história, assim como uma riqueza submissa, visto ser necessário que a cada momento a forma possa reencontrar raízes nele e daí se nutrir. O significado engloba a forma e o conceito; o conceito irá absorver a forma e ele será, simultaneamente, histórico e intencional – a força motriz que faz proferir o mito.

Um significando pode ter vários significantes, como é o caso dos significados linguísticos, psicanalíticos e míticos. O mito é recebido diante da necessidade de voltar-se para à duplicidade do seu significante: o sentido e a forma. Sua função específica é a de usurpar a linguagem, transformando uma intenção histórica em natureza, como também, é um instrumento da comunicação humana e da utilidade das ideologias.

Em “Porta de Banheiro”, de Veríssimo (1983), observa-se a movimentação dos signos linguísticos, estes adequados aos sentidos sociais produzidos, como, por exemplo, nos banheiros públicos, a porta para homens e para mulheres podem ser definidas por Homem e Mulher; Damas e Cavalheiros; Mickey e Minnie; Adão e Eva. O conceito (as imagens acústicas) e o objeto (os significantes) são gerados diante do contexto e acompanham as mudanças sociais.

Swift (1971), na abertura de “Viagens de Gulliver”, aponta para a maneira de três professores de línguas se aperfeiçoarem. Consistia em abreviar o discurso, visto que todas as coisas inimagináveis seriam apenas substantivos. O segundo projeto era o de abolir completar todas as palavras, para entoar brevidade. Os eruditos e sábios aderiram ao movimento de se expressarem por meio de coisas, entretanto, os assuntos longos teriam de ser carregados nas costas como um fardo. A vantagem de tal prática seria vinculada à língua universal e o homem poderia guardar debaixo dos braços o número suficiente de instrumentos necessários.

Outro exemplo acerca da linguagem é o filme “O enigma de Kaspar Hause” (1974), do cineasta alemão Werner Herzog, é uma história ambientada em Nuremberg, por volta de 1833, e explana que até aos 18 anos, Kaspar não havia tido nenhum contado humano. O filme apresenta-se fragmentado e desnaturaliza o real.

A linguagem, como consideram Saussure (1999), Pinto (1995) e Barthes (2003) envolve uma complexidade e uma diversidade de enfrentamentos e entendimentos, fundada a partir do significado e significante. A língua como um sistema constituído por uma rede de signos exprime seu valor funcional, sintático e semântico em uma cadeia elementar – um conjunto de convenções sociais adotadas pela sociedade, a fim de que seus membros interajam de forma com que todos se compreendam. Para Saussure (1999), a língua é a parte social da linguagem.

Nesse sentido, Kaspar até os seus 18 anos não tinha conhecimento acerca do que estava além da caverna em que morava. A principal forma com a qual o ser humano se comunica é por meio da linguagem verbal, ou seja, a fala, propiciada pelo meio. Quando um sujeito apresenta algum problema na fala, como, por exemplo, as afasias, ele sofre um deslocamento e uma marginalização por parte da sociedade. Com isso, Kaspar por não

ter aprendido a linguagem humana, não conseguiu até o seu resgate, desenvolver suas habilidades cognitivas mais importantes para a socialização e para a comunicação. Estava isolado e era a forma com que tinha aprendido e se acostumado a viver. Não havia outros referências.

Os processos linguísticos envolvem não somente a emissão do som, mas a ativação de vários órgãos que em conjunto com a articulação do ar criam os fonemas e a construção da língua, que colabora com os processos de funcionamento mental. Kaspar Hause não conseguiu desenvolver suas habilidades cognitivas, pois não teve em seu ambiente de crescimento e maturação alguém com que o fizesse, através de estímulos, desenvolver a sua fala e a sua linguagem verbal.

Apesar de explicado pela linguagem, pelas palavras, por signos linguísticos, enfim, a paisagem em que foi colocado Kaspar Hause permanece turva e indecifrável. Tão turva quanto as sombras que se movem nos desertos de seus pesadelos. Conhecer o mundo pela linguagem, por signos linguísticos, parece não bastar para dissolver o permanente mistério e a perplexidade do olhar de Kaspar Hause. Talvez porque a significação do mundo deve irromper antes mesmo da decodificação linguística com que o recordamos: os significados já vão sendo desenhados na própria percepção/cognição da realidade (BLINKSTEIN, 1995, p. 17).

Kaspar, portanto, foi prisioneiro em um espaço limitado dos sentidos, das invenções, dos descobrimentos e dos símbolos. Chegando à cidade, seu mundo interno foi invadido por outras paisagens, pessoas, regras e convenções sociais que, de certa forma, o obrigaram a aprender. A aprendizagem da personagem, assim como a de uma criança, seguiu à imitação e a tentativa e erro a fim de que ele conseguisse decifrar e inventar o novo mundo que lhe foi apresentado.

A influência do meio no sujeito diante do mundo e da sociedade possibilita que o signo linguístico, substitua ou represente as coisas, isto é, a realidade (BLINKSTEIN, 1995). Kaspar Hause não dispunha de uma realidade já fabricada, já dada,

por isso, teve que aprender a aprender, porém, de uma maneira muito particular. As crianças de seu meio já tinham aprendido algumas coisas e estavam a aprender outras; os adultos tinham ensinado e ensinavam a estas crianças e elas ensinam a Kaspar.

A imagem

É denominada, inicialmente, a imagem ao enunciado ou ao conjunto de enunciados que os signos linguísticos estão dispostos, a fim de ressaltar os traços do que é constituído como o objeto do discurso. O caminho da escrita desenvolve-se mediante espaços repletos de objetos, com os quais criam um equivalente verbal – as palavras, “num esforço de adequação minuciosa do escrito como o não escrito, da totalidade do dizível com o não-dizível” (GUIMARÃES, 1997, p. 60)

[...] que o texto literário faz não é somente substituir a presença da imagem (essa força que promove a ilusão de que não há brecha alguma entre ela e seu objeto dinâmico) pela sua *re-presentation* no discurso, mas também exibir a distancia que se separa (GUIMARÃES, 1997, p. 60).

De acordo com Aumont (2012), qualquer imagem é uma representação da realidade, ou um aspecto da realidade. E, nesse sentido, Rancière (2012b) destaca que a arte é feita de imagens, seja ela figurativa ou não, quer seja reconhecida ou não a forma de personagens e espetáculos adaptáveis. Existem dois tipos de imagens, segundo Guimarães (1997), estabelecidas pelo verbal e pelo visual, que não se encontram separadas diante da diferença do material com a qual uma se realiza e pela natureza diferenciadora e constituidora dos signos. A linguagem, tanto da imagem literária, quanto da imagem técnica, visam a dispor das relações entre o visível e o legível, entre o que se vê e o que se lê.

O narrador é o elemento mediador entre as imagens, assim como elas se representam no momento de sua constituição imediata e a

significação que elas ganharão ao longo do texto. Rancière (2012b) pontua que o trabalho da imagem prende ao cotidiano na impessoalidade da arte, retirando-lhe desde a uma simples expressão a um caráter determinado.

Para Sontag (2004), a fotografia não seria apenas uma imagem, assim como a pintura, mas uma interpretação do real, um vestígio e uma pegada, e ainda:

[...] uma foto nunca é menos do que um registro de uma emanção (ondas de luz refletidas pelos objetos) – um vestígio material de seu tema, de um modo que nenhuma pintura pode ser (SONTAG, 2004, p. 170).

Nesta imagem participativa no mundo-imagem, o registro mostra que o que aconteceu, sempre acontecerá daquela maneira.

A força das imagens fotográficas acontece devido ao fato de que elas são uma realidade material, segundo Sontag (2004), informativas, que deixam rastros do que tenham emitido, ao transformar a realidade em uma sombra. Para Rancière (2012b), a fotografia torna-se uma arte a serviço de seus recursos técnicos de uma poética dupla: testemunhas mudas e detentoras de um segredo que será roubado pela imagem trazida em seu rosto. A dupla do objeto refere-se a uma aproximação e a uma distância.

Vivemos em uma época remetida ao instantâneo e, simultaneamente, convive-se com o sincretismo, com a compreensão aberta e com o “totalismo”, o qual é fruto do medo. Há o medo da reflexão, o pensamento que se desdobra com a possibilidade de um enigma, como os mistérios das religiões e do inconsciente. Nesse sentido, as metamorfoses da imagem ostensiva, de acordo com Rancière (2012), manifestam-se por meio da dialética contemporânea das imagens.

A metamorfose, de Kafka, revela a transformação, a despersonalização, a perda absoluta da condição de indivíduo – esmagado por todos os processos da contemporaneidade,

perde de tal sorte a alma que deixa de ser ele mesmo. Rompe uma fissura absoluta entre ele e ele. E ele se transforma em uma barata. Quem é que não viveu qualquer coisa semelhante diante deste poder esmagador, desse poder sem face, sem nome, sem código? (GOLDBERG, 2008 p. 141).

No decorrer do século XIX houve uma disputa entre a pintura e a fotografia acerca do valor artístico de seus produtos. Esse embate foi a expressão de uma transformação histórica mundial, da qual nenhuma de ambas as partes estavam conscientes enquanto tal. Para Benjamin (2017), na medida em que a época de seu fundamento cultural apagou-se para sempre a sua aparência de autonomia, o câmbio funcional da arte encontrava-se fora do campo de visão daquele século. Sendo assim, acerca da fotografia, da pintura e do cinema, Aumont (2012, p. 273) destaca:

[...] a invenção da fotografia, depois a do cinema, de alguma forma canalizou, drenou a necessidade de imitação sempre presente na raiz da atividade artística, e a eliminou assim da pintura – a qual podia a partir daí lançar-se na aventura da abstração?

A pluralidade das imagens na esfera artística, para Aumont (2012), pensador crítico moderno, é efetuada por meio das contraposições: entre o realismo e o real e entre a imagem e a semelhança. O mundo das imagens possui várias nuances, de acordo com o autor, como: a invenção, a imagem abstrata, a expressiva e a aurática.

A arte abstrata apresenta uma visão negativa, isto é, é a arte das imagens não representativas (não-figurativas), a arte da perda da representação. O valor abstrato difere da arte representativa.

A imagem representativa ou pura é constituída por sua intenção referencial, ou seja, mostra a realidade, profere sempre um discurso ao menos implícito sobre essa realidade. É a partir da fusão da arte pictórica abstrata que foi possível a elaboração de imagens que minimizam a relação entre a imagem, sendo ela, representativa

ou a realidade. A imagem representativa engloba as artes plásticas, a escultura, as noções de plasticidade, modelabilidade e flexibilidade. “A imagem representativa, sempre, foi também imagem abstrata” (AUMONT, 2012, p. 275).

Esta imagem é composta pela proporção e pelo movimento. A plasticidade remete a algo além do representativo, enquanto técnica. Com isso, a imagem representativa absorve a imediatabilidade do visível:

[...] a forma de valorização de uma presença, concebida como real, atual, efetiva, e não como um substituto representativo, imaginário, virtual. Essa ideia é, no fundo, apenas um prolongamento do que acabamos de expor: cada vez mais sensíveis aos valores específicos do material pictórico e de sua organização plástica, pintores e teóricos acabaram vendo nesse material, plasticamente trabalhado, a única realidade da pintura, ficando a representação relegada à categoria de subproduto, às vezes decididamente indesejável (AUMONT, 2012, p. 285).

A definição realista significa o sentido da realidade e do naturalismo. A obra de arte, como presença direta do mundo visível, efetua-se diante da forma, pois é uma outra transformação da ideologia da presença em sentir.

A imagem expressiva, por sua vez, induz a um estado emocional. Significa expressão singular, “exprimir-se”, “exprimir a si”:

[...] o que exprime a obra caracterizada como expressiva, o que exprime a expressividade? Por quais meios uma obra se torna expressiva, que lhe confere, sua expressividade? E, sempre presente, a pergunta implícita: quem é fiador da expressividade, que a verifica? (AUMONT, 2012, p. 289).

O vínculo quase sempre estabelecido entre novidade e deformação refere-se a aureola luminosa mais ou menos sobrenatural emanada de certas pessoas ou de certos objetos. A metáfora é a de que: se a obra de arte tem aura, é porque irradia, emite vibrações particulares, não podendo ser vista como objeto comum. Para Aumont (2012), a aura constata em quase todas as sociedades que conheceram o desenvolvimento artístico, que é a

arte dotada de valor especial que confere a suas produções uma natureza fora do comum, um prestígio particular.

Ainda, para Aumont (2012), a definição formal da imagem corresponderia a uma obra de catálogo convencional ou de domínio vivo, que pode ser comparável a de todo organismo vivo: uma concepção que floresceu no século XX. A definição espectral ou pragmática induz certo estado emocional em seu destinatário. Mesmo no cinema, o elemento mais emocional sempre foi à música.

Há pouco em comum entre a linguagem verbal e a cinematográfica. São dois canais distintos ou dois códigos de linguagem diferentes. Abre-se a um novo espaço, do ícone ao símbolo ou do símbolo ao ícone. Guimarães (1997) parte do argumento cinematográfico, que é tido como técnica autônoma e acabada, e não simples mediação entre o texto literário e o filme. A imagem não é uma realidade simples, pois as imagens do cinema são relações entre o dizível e o visível, entre as causas e os efeitos.

De acordo com Rancière (2012b), as operações realizadas mobilizam as funções-imagens diferentes, sentidos distintos da palavra imagem.

A imagem do filme, portanto, não se opõe à transmissão televisiva como a alteridade à identidade. A transmissão também tem seu outro: a performance efetiva no palco do estúdio. E o cinema também reproduz uma performance realizada diante de uma câmera (RANCIÈRE, 2012b, p. 15).

Segundo Rancière (2012b), a relação simples produzida pela semelhança de um original, não necessariamente será uma cópia fiel, mas tão somente o suficiente para tomar o seu lugar. O jogo de operações artísticas possibilita a alteração da semelhança. A potência do texto literário media e fornece uma imagem que resiste ao pensamento daquele que a produziu e daquele que procura identificá-lo.

Considerações finais

As imagens em literatura apresentam uma relação com o referente, visto que a imagem é presa ao domínio da referência. Com isso, os textos buscam o regime de signos equivalente à organização dos objetos em uma extensão, utilitária as diferentes estratégias para o preenchimento das páginas.

Desse modo, os signos linguísticos tendem às qualidades sensíveis da imagem, isto é, não as fazem, porém aproximam-se sob o conceito de forma de uma insuficiência ou deficiência. Criado por meio dos signos linguísticos, o visível da narrativa é um elemento de segundo grau resultante do trabalho conceitual. Os signos linguísticos *re-presentam* o objeto do discurso – o enunciado ou o conjunto de enunciados seja fixado pela percepção ou presente na figuração da memória, que estabelece com esse objeto similaridades qualitativas modeladas tanto por traços visíveis quanto acústicos.

Referências

- AUMONT, Jacques. A parte da arte. In: _____. *A imagem*. 4.ed. Trad. Estela dos Santos Abreu; Cláudio Cesar Santoro. Campinas, SP: Papirus, 2012. (Ofício de arte e forma).
- BARTHES, Roland. *Mitologias*. Trad. Rita Buorngermino, Pedro Souza e Rejane Janowitz. Rio de Janeiro: Difel, 2003.
- BENJAMIN, Walter. *A obra de arte na era de sua reprodutibilidade técnica*. Trad. Gabriel Valladão. Porto Alegre, RS: L&M, 2017.
- BLINKSTEIN, Izidoro. *Kaspar Hause ou a fabricação da realidade*. São Paulo: Cultrix, 1995.
- GOLDBERG, Jacob Pinheiro. *Psicologia em curta-metragem*. São Paulo: Novo Conceito Editora, 2008.

GUIMARÃES, César. O que é uma imagem em literatura? In: _____. *Imagens da memória: entre o legível e o visível*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1997.

PINTO, Júlio. *1, 2, da semiótica*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1995.

RANCIÈRE, Jacques. A imagem pensativa. In: _____. *O espectador emancipado*. Trad. Ivone C. Benedetti. São Paulo: Martins Fontes, 2012a.

RANCIÈRE, Jacques. O destino das imagens. In: _____. *O destino das imagens*. Trad. Mônica Costa Neto. Rio de Janeiro: Ed. Contraponto, 2012b.

SONTAG, Susan. O mundo imagem. In: _____. *Sobre fotografia*. Trad. Rubens Figueiredo. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

SAUSSURE, Ferdinand de. *Curso de Linguística geral*. Trad. Antonio Chellini, José Paulo Paes e Izidoro Blinkstein. São Paulo: Cultrix, 1999.

SWIFT, Jonathan. *Viagens de Gulliver*. São Paulo: Abril Cultural, 1971.

VERÍSSIMO, Luiz Fernando. *Porta de Banheiro*. Revista Veja. 28 de setembro, 1983.

Submissão em: 10 de julho de 2018

Aceite em 05 de agosto de 2018

V de Versões na revista *sãopaulo*: o posicionamento jornalístico sobre manifestações de rua

pg 172 - 184

Luana Vitoriano Gonçalves¹

Flávia Cristina Silva Barbosa²

Tácia Rocha³

Resumo

Neste trabalho discute-se, pela Análise de Discurso francesa pecheutiana, que *versões* sobre manifestações de rua a *Folha de S. Paulo* (in)visibiliza na Revista **sãopaulo**, ao retomar as manifestações do passado e compará-las por meio de categorias pré-construídas em um infográfico. De 12 categorias regulares nas manifestações, segundo o discurso da Folha, analisa-se o funcionamento de três delas: *visual* (dos manifestantes), *slogans* (pautas levadas às ruas) e *ferramentas* (meios para realização dos atos), o que gera, como efeito, uma negatização dos movimentos de 2013, na *versão* da revista em relação a essas mobilizações. Os resultados desvelam que na/pela revista **sãopaulo**, há deslize e negatização de sentidos, abrindo margens para outras interpretações dos vários períodos abordados pelo veículo. Ao tentar explorar versões como sendo a “abordagem literal dos fatos”, “a verdade”, a revista instaura sua versão sobre todos esses atos.

Palavras-chave: Manifestações de rua. Revista **sãopaulo**. Análise de Discurso.

V OF VERSIONS IN MAGAZINE SÃOPAULO: THE JOURNALISTIC POSITIONING ON STREET MANIFESTATIONS

Abstract

In this article it is argued, through the French Discourse Analysis of Pechêux's work, that *versions* on manifestations of street, the *Folha de São Paulo* show oof or not in the Magazine **sãopaulo**, when retaking the manifestations of the past and compare them by using pre-built categories in an infographic. Of twelve regular categories in the manifestations, according to speech of the Folha, analyzes the three functioning of them: *appearance* (of the manifestants), *slogans* (guidelines taken to the streets) and *tools* (half for accomplishment of the acts), what it generates, as effect, deny the 2013 movements, in the *version* of the magazine in relation to these mobilizations. The results desvelam that in the /por the Magazine **sãopaulo**, has slip and negatização of directions, opening edges for other interpretations of the some boarded periods for the vehicle. When trying to explore versions as being the “literal boarding of the facts”, “the truth”, the magazine restores its version on all these acts.

Keywords: Manifestations of street. Magazine **sãopaulo**. Discouse Analysis.

1 Mestre e doutoranda em Letras – Estudos Linguísticos – Universidade Estadual de Maringá. E-mail: vitoriano@geduem.com.br

2 Mestre em Letras, área de concentração em Estudos Linguísticos, Universidade Estadual de Maringá. E-mail: flaviafcsb@gmail.com

3 Mestre e doutoranda em Letras, área de concentração em Estudos Linguísticos. Universidade Estadual de Maringá. E-mail: tacia.rocha.f@gmail.com

Introdução

Em 2013, o Movimento Passe Livre (MPL) organizou atos contra o aumento da passagem do transporte coletivo, as *Jornadas de Junho*, como ficaram conhecidas. Iniciado nas primeiras semanas de junho, as manifestações do MPL perduraram ao longo do mês, se propagando em vários estados do país. Além da questão do transporte público, “novas” reivindicações foram levadas às ruas, por meio de cartazes como: a Proposta de Emenda Constitucional 37/2011⁴ (PEC 37); os gastos com a Copa; a desvalorização da saúde e da educação, entre outras.

Tais mobilizações se colocaram, tanto para os integrantes quanto para a mídia como apartidárias, pela recusa de bandeiras de partidos resultando no anonimato como uma das marcas registradas de tais atos. Semelhante à outras manifestações internacionais, a máscara do *Senhor V*⁵, personagem da História em Quadrinhos (HQ) e do filme *V de Vingança* (*V for Vendetta*), inspirado em Guy Fawkes⁶, tornou-se símbolo por expressar a negação da “identidade” dos manifestantes, a revolta contra os modelos políticos, além de mobilizações sem um líder específico.

Inspirada nas materialidades artísticas supracitadas – HQ e filme – a *Folha de S. Paulo* publicou, no dia 23 de junho de 2013, a edição da Revista **sãopaulo**⁷ dedicada à cobertura das manifestações de 2013, intitulada *V de Vozes*. Os capítulos desse suplemento funcionam pela paráfrase

4 A PEC 37 propunha poder exclusivo à polícia para promover investigações criminais, tarefa concentrada atualmente sob responsabilidade do Ministério Público.

5 Segundo o jornal *Folha de S. Paulo*, a máscara começou a ser usada em manifestações de rua em 2008, pelos *Anonymous* e ganhou destaque em 2011 com o movimento *#occuppy*, ambos nos EUA.

6 Guy Fawkes foi preso, torturado e condenado à morte porque era católico na Inglaterra e porque “decidiu liderar uma insurreição popular” (SUPERINTERESSANTE, 2015, online). Disponível em: <<http://super.abril.com.br/historia/guy-fawkes-conspirador-ou-heroi>>. Acesso em: 16 fev. 2018.

7 A Revista **sãopaulo** é uma “complementação” às edições de domingo (FOLHA DE S. PAULO, 2014, online)

à expressão “V de Vingança” e são distribuídos em nove temáticas⁸, de acordo com o enfoque dado aos aspectos recortados das manifestações. Essa peculiaridade das manifestações de 2013 causou alvoroço na mídia conservadora tradicional – índice das mudanças capitalistas da sociedade – e marcou certa ruptura aos moldes tradicionais de mobilizações já ocorridas no país e suas implicações nas demandas/intervenções políticas.

Para este trabalho, mobilizamos apenas uma dessas nove temáticas (ou seções), intitulada “V de Versões” com as “principais características” de cada manifestação. O tópico elenca aspectos que seriam recorrentes em manifestações de rua, de forma a propiciar, em termos de efeito de sentido, uma comparação entre movimentos de diferentes épocas. Portanto, o recorte analítico é composto apenas pelos tópicos *visual* (relativo aos manifestantes), *slogans* (pautas levantadas nos movimentos) e, por fim, *ferramentas* (os meios que possibilitaram tais atos), de um total de 12 desses tópicos que serviriam para “descrever” manifestantes/manifestações de várias épocas.

Norteadas pelo referencial teórico da Análise de Discurso francesa pecheutiana, interessa-nos, pois, investigar, na tênue fronteira entre notícia/informação e interpretação/opinião, que *versões* sobre manifestações de rua a Revista **sãopaulo** (in) visibiliza em “V de Versões”. Para tanto, elegemos o conceito de *versão* abordado por Orlandi (2001) como principal fio condutor para compreender os sentidos a serem ditos e os sentidos a serem silenciados para que a publicação faça funcionar discursos estereotipados sobre manifestações de rua, como se fosse possível traçar um “perfil” de

8 Conforme o índice da revista, as temáticas se dividiram em: *V de Vitória* (imagens da celebração pela baixa da tarifa), *V de Violência* (cenas de violência e pancadaria), *V de Visões* (o que foi dito sobre os protestos na semana), *V de Vingança* (a HQ que inspirou este especial), *V de Versos* (Veja os cartazes que uma gráfica publicou de graça), *V de Vovós* (As senhoras também se manifestaram), *V de Versões* (Desde 1968, o que mudou nos protestos), *V de Vândalos* (uma lição de história antiga), *V de Viral* (Redes sociais são a ferramenta do século).

como se constituiriam esses atos no espaço público, de modo estável, premeditado, fechado à evidência do sentido.

As Versões

O viés discursivo considera a impossibilidade do fechamento da interpretação, pois questiona a suposta transparência da língua e mostra a impossibilidade de se compreender a comunicação como “um processo assim serializado: alguém fala, refere alguma coisa, baseando-se em um código, e o receptor capta a mensagem, decodificando-a” (ORLANDI, 2003, p. 21).

Por meio da língua, podemos comunicar ou não comunicar, mesmo sendo o sistema linguístico o mesmo para aqueles que contam ou não com um dado conhecimento (PÊCHEUX, 2009), porque a significação de determinada sentença linguística depende das relações sociais, históricas e, sobretudo, de significação, de interpretação. Essas, por sua vez, são também relações de sentido (ORLANDI, 2001). É ilusão, do ponto de vista discursivo, acreditar na linearidade da comunicação (ORLANDI, 2003).

A produção de sentidos passa pelo linguístico e, ao mesmo tempo, pelo político em um encontro com o simbólico, ou seja, um texto, dentre suas possibilidades de formulação e interpretação, “traz consigo um conjunto de versões possíveis que o rodeiam” (ORLANDI, 2001, p. 142). Em outras palavras, “ao lado de um texto formam-se famílias parafrásticas de tudo o que se poderia dizer. Essa margem em que as versões se gestam são parte do processo de significar” (ORLANDI, 2001, p. 142).

Além do mais, existem sempre outras formas de se dizer, outras *versões* para um mesmo enunciado, o que Orlandi (2001) considera como a impossibilidade de se chegar à unidade. A autora (2001, p. 94) explica que as versões são

uma “condição da formulação”, por isso são intrínsecas à significação textual.

Dessa maneira, a ideia de texto implica, da mesma forma, considerar a “noção de formulação e de versões”, sendo que todo texto é sujeito à “variação do/no dizer” (ORLANDI, 2001, p. 16). Isso porque a língua é falha, característica essa que não significa defeito (ORLANDI, 2003). Pelo contrário, em busca da objetividade, da coesão e da coerência, algumas (ou muitas) lacunas do/no enunciado são preenchidas pelo outro.

Portanto, se depende do outro e, então, a interpretação não pode ser controlada. Ela nos escapa, apontando para outros discursos que, a princípio, seriam não esperados em determinada situação sócio-comunicativa, pois “há diferentes versões de leitura que constituem tantos modos de compreensão distintos” (ORLANDI, 2001, p. 70).

Neste artigo, (re)pensamos as *versões* sobre manifestações de rua colocadas em funcionamento na/pela Revista **sãopaulo**. A fim de caracterizar o texto jornalístico como informativo, “neuro”, o jornal trabalha com a ideia de evidência, o que se identifica com o que Orlandi (2003, p. 45) postula: “a evidência do sentido, que, na realidade é um efeito ideológico, não nos deixa perceber seu caráter material, a historicidade de sua construção”.

Ao mesmo tempo, por mais que o jornal trabalhe no/pelo estabilizado do dizer, ao tentar o fechamento do(s) sentido(s), pela estabilização, o discurso materializado na Revista **sãopaulo** escapa e coloca em funcionamento o confronto das categorias de uma manifestação com as categorias das outras. A suposta aproximação funciona, no conjunto, como uma versão sobre o que foram as manifestações de rua, do passado e do presente. “É, portanto, a (im)possibilidade da eficácia da notícia” (PIMENTEL, 2008, p. 46).

Assim, “[...] a *variação* aponta para a repetição e o novo, o *mesmo* e o diferente, instaurando a evidência

ou abrindo para o questionamento” (PIMENTEL, 2008, p. 46, grifos da autora). Por isso, sempre a leitura e a interpretação estão orientadas por uma textualidade, uma versão, em “meio a outras possíveis” (ORLANDI, 2001, p. 65). O jornal, mais do que recordar os fatos, ele os “filtra” e os ressignifica, a partir de uma ideologia que orienta a produção do discurso a respeito das manifestações de rua, antigas e atuais. Por outro lado, as versões permitem “a configuração da notícia, no sentido da *re*-atualização do acontecimento”, quanto à textualização (PIMENTEL, 2008, p. 46).

Manifestações de rua, entre convergências e divergências

Do ponto de vista da Análise de Discurso, as manifestações de rua nos interessam enquanto mobilizadoras do discurso político. Toda manifestação, direta ou indiretamente, tem repercussão política, se entendermos que as mudanças sociais almejadas pela população manifestante dependem de transformações nas políticas públicas para fins coletivos. Nas manifestações de rua, temos uma discussão deslocada dos postos atuantes no governo para grupos pertencentes ao sujeito social, não legitimado para falar sobre política.

Apesar de serem marcados principalmente por um grande número de integrantes, os movimentos de rua, para Gohn (2011), são ações coletivas e sociais, de cunho sócio-político e cultural, que permitem à sociedade e à população diferentes formas de se organizar e apresentar suas demandas à classe política. Para isso, como forma de realização, os movimentos assumem diferentes táticas e metodologias variáveis, isto porque tais atos podem ir da simples denúncia, “passando pela pressão direta (mobilizações, marchas, concentrações, passeatas, distúrbios à ordem constituída, atos de desobediência civil, negociações

etc.) até as pressões indiretas” (GOHN, 2011, p. 335).

Esta forma de apresentação seria uma esquematização canônica das manifestações. Mas, assim como a sociedade se transforma, os modos de expressão política vêm se transformando à medida que novas práticas integram à sociedade e permitem reinterpretções do espaço civil e de seus sujeitos. No século XX, é possível observar novos rumos para as mobilizações sociais no Brasil, o que confere a esses movimentos peculiaridades do cotidiano urbano, provenientes “das novas funções que passam a se concentrar nas cidades”, pois os meios de produção e o ritmo capitalista da cidade “orientará as ações e os conflitos que ocorrem no meio urbano” (GOHN, 2009, p. 59 – 60).

Nesse sentido, a Revista são paulo aproxima quatro movimentos das últimas cinco décadas, estabelecendo contrastes expressivos entre as quatro manifestações, apresentados ao leitor para que ele pudesse recuperar os referidos fatos. O marco histórico que coloca em dois extremos as quatro manifestações é o estabelecimento da Constituição, em 1988. As duas primeiras, de 1968 e de 1977, tinham como pano de fundo a repressão e a ditadura militar, enquanto as outras duas, de 1992 e de 2013, irromperam em um período transitório, já democrático e com alguns direitos assegurados pela Constituição.

Os eventos ocorridos em 2013 permitiram recordar as (quatro) manifestações ocorridas em outros momentos no país. Mais que isso: quanto mais os movimentos ganhavam força e destaque na mídia mais as comparações vinham à tona, naquele cenário contestador, a princípio, pelo aumento da tarifa do transporte coletivo, mas que tomou outros rumos. Novas pautas foram levadas às ruas, na voz dos manifestantes e estampadas em cartazes.

Além disso, com um “ar tecnológico” as *Jornadas de Junho* se apresentaram outra roupagem, em comparação às outras décadas. Como a sociedade,

hoje, se comunica pela Rede (CASTELLS, 2013), o *Facebook*, o *Twitter* e outras redes sociais na internet foram usadas como meio de divulgação e de organização dos atos, possibilitando (facilitando) o planejamento de estratégias possíveis para levar às ruas um grande número de pessoas.

Diante das teorias sobre o caráter empírico das manifestações, cabe salientar que, na Análise de Discurso, compreendemos as manifestações pelos efeitos de sentido advindos destes atos, enquanto acontecimento (histórico, midiático e/ou discursivo) colocado sob compreensão e interpretação: são atos para se *falar* e para serem *falados*. As manifestações, como atos a serem lidos, são interpretadas pelo jornal que as faz significar pela “constituição, a formulação e a circulação” (ORLANDI, 2001, p. 150) dos discursos sobre elas.

Por isso, neste trabalho, não nos interessa os sujeitos empíricos na rua, mas o modo como a mídia os enuncia. Orlandi (2001, p. 153), ao falar sobre o discurso de divulgação científica, mostra que “o jornalista científico ocupa uma posição-sujeito específica determinada que não resulta de mera soma, nem substituição”, pois “[...] é preciso que se produza um efeito metafórico pelo qual algo que significava de um modo, desliza para produzir outros efeitos de sentidos, diferentes”. Tal qual na divulgação de conhecimento científico, para falar sobre as manifestações, o jornal “[...] toma um discurso constituído em uma ordem e formula seu dizer em outra ordem [...]” (ORLANDI, 2001, p. 153). O discurso jornalístico passa a enunciar sobre política, sociedade e engajamento da instância cidadã.

O jornal e a edição *V de Vozes*, na revista *sãopaulo*

Mesmo se apresentando de uma forma mais “descontraída” em comparação ao jornal tradicional *Folha de S. Paulo*, pela abordagem, a princípio, de temas voltados à cidade, à cultura e

ao lazer, a Revista **sãopaulo** está regulada pelo discurso jornalístico ao qual está vinculada. Dessa forma, ela é também um discurso institucional, legitimado pelo veículo que a representa.

O discurso jornalístico (e midiático em geral) faz circular na sociedade sentidos naturalizados/institucionalizados, como uma consequência da imagem (validada) que projeta na sociedade de informar, relatar, e dizer, sempre, a “verdade”. Esse *status* do jornal reforça o “mito da informatividade”. Isso significa dizer que a forma como o discurso jornalístico é representado e se apresenta na/para sociedade sustenta a ideia de “uma linha fictícia” capaz de separar informação e opinião (MARIANI, 1999, p. 51).

Ao saber e poder dizer algo, “as leis de imprensa passam a prescrever o que pode e o que não pode ser dito” (MARIANI, 1996, p.83). O poder de dizer algo, na prática jornalística, se torna ainda mais reconhecido quando a Constituição Federal assegura a Liberdade de Imprensa, tornando sólida a proibição da censura dos meios de comunicação.

Nesse ponto, a tradição e a circulação do jornal são, sobretudo, fundamentais para explicar a legitimação e a aceitação de determinado veículo midiático na sociedade. É o que observamos no caso do jornal *Folha de S. Paulo*, um dos mais antigos e com maior circulação na cidade de São Paulo e no país, contando as versões impressa e digital.

A Revista **sãopaulo** é parte do jornal *Folha de S. Paulo* e é publicada aos domingos. A edição, tomada para análise, circulou entre os dias 23 a 29 de junho de 2013. Além de notícias em geral sobre a cidade, a edição *V de Vozes* dedicou um capítulo para falar sobre as manifestações de 2013, recuperando, para isso, outras quatro manifestações de rua que marcaram a história do país.

O *design* da capa da Revista **sãopaulo** foi montado a partir de frases levadas às ruas em cartazes pelos manifestantes, umas ligadas às outras desenhando, ao fundo da página, um espiral,

enquanto que o título *V de Vozes*, em vermelho, ocupou o centro da capa. A letra “V” aparece envolvida por um círculo, à estética empregada no símbolo da HQ e do filme *V de Vingança* (*V for Vendetta*).

Para “abordar” as quatro manifestações de rua (1968, 1977, 1992 e 2013), a revista usou como recurso uma espécie de infográfico, marcado pela distribuição das características das manifestações em categorias, em uma tentativa de aproximá-las. À primeira vista, o modo de organização textual utilizado em tal seção na revista indica que os movimentos são equiparados, como se na essência houvesse realmente semelhança, em termos concretos, entre eles. É o saber discursivo sobre manifestações “que torna possível todo dizer e que retorna sob a forma do pré-construído, o já-dito, que está na base do dizível, sustentando cada tomada da palavra” (ORLANDI, 2003, p. 31).

Demarcando o corpus, compreendendo sentidos, indagando interpretações

Dentre as seções de *V de Vozes*, dedicado à abordagem das manifestações de 2013, a investigação proposta se debruça no capítulo *V de Versões*. Cada uma das quatro páginas da seção que integra nosso material de análise refere-se a uma manifestação de rua, em diferentes momentos sócio-históricos. Há uma tentativa de categorizar manifestações de rua, demarcando supostas características e pontos comuns entre elas.

O recorte do material foi feito a partir da observação do funcionamento discursivo das regularidades no material de análise, colocando, de um lado, as categorias que se referiam às manifestações (em termos de organização) e, de outro, as que falavam sobre os manifestantes (em termos de apresentação). Feito isso, outro recorte fez-se necessário, considerando *quem eram esses manifestantes* (*Visual*), depois, *o que eles pediam/reclamavam* (*Slogans*) e, por fim, *como se manifestaram*

(*Ferramentas*), a fim de compreender como as categorias vão deslocando e ressignificando os sentidos sobre manifestações de rua.

Observamos que, na materialidade linguística, as categorias das manifestações vão produzindo, pelo conjunto, uma negatização das manifestações mais recentes, ocorridas após o período de redemocratização, ao mesmo tempo em que compara os quatro atos públicos, materializando discursos que apontam para a perda de engajamento sócio-político por parte dos manifestantes. Ausência de compromisso essa que culmina nas *Jornadas de Junho*, como efeito de sentido.

Dispomos, a seguir, uma sequência discursiva de 12 recortes das categorias disponíveis na Revista **sãopaulo** *V de Vozes*, compreendendo *Visual* dos manifestantes, *Slogans* ou pautas levantadas nas manifestações e, por fim, *Ferramentas* que permitiram a concretização/realização dessas ações públicas. Por meio do movimento analítico desses recortes, investigamos o funcionamento das versões que se colocam em funcionamento pela (in)visibilidade no discurso da Revista **sãopaulo**.

Recortes:

Recorte 1: Visual: (1968)

“Barba e cabelos compridos para os homens, além de calças curtas e jaquetas estilo militar, como as de Che Guevara.

Contra a opressão e a submissão feminina, minissaia, botas e peças masculinas, como calças compridas”

Recorte 2: Visual: (1977)

Pós-hippie e pré-punk. Calças boca de sino, tênis **Kichute**, Conga ou sandália de couro tipo carteiro e caneta no bolso da camisa. Costeletas, cabelo black power. (grifo do jornal)

Recorte 3: Visual: (1992)

“Roupa preta, batom preto e tinta verde e amarela no rosto. Faixas com as inscrições “Fora Collor” e “impeachment” na testa, adesivos na roupa. Camisetas e calças jeans.”

Recorte 4: Visual: (2013)

“Lenços, camisetas ou máscaras para cobrir o rosto, mochila, bandeiras do Brasil, nariz de palhaço, bandana verde e amarela. Acessórios: máscaras de gás lacrimogêneo, óculos de natação, vinagre, **skate**, bicicleta” (grifo do jornal)

Recorte 5: Slogans de 1968:
“Sejamos realistas, exijamos o impossível”
“A imaginação no poder”
“Abaixo a ditadura”
“É proibido proibir”

Recorte 6: Slogans de 1977:
“Abaixo a ditadura”
“Ensino público e gratuito para todos”
“Liberdades democráticas”

Recorte 7: Slogans de 1992:
“Fora Collor”
“Impeachment já”
“Pela ética na política”

Recorte 8: Slogans de 2013:
#vempraruá
#ogiganteacordou
Não é só por R\$ 0,20
(Fulano) não me representa

Recorte 9: Ferramentas: (1968)
“Megafones e panfletos impressos em mimeógrafos. As convocações eram feitas por meio de cartazes colados nas ruas.”

Recorte 10: Ferramentas: (1977)
“Informavam-se pelos jornais, TV e rádio. A comunicação era feita pelos centros acadêmicos nas universidades, e os grupos percorriam as salas de aulas para avisar sobre as passeatas. O movimento dependia do corpo a corpo.”

Recorte 11: Ferramentas: (1992)
“Assembleias em universidade eram o principal meio de mobilização. A divulgação era feita por panfletos e no boca a boca. Nas ruas, megafones, faixas e pichação”

Recorte 12: Ferramentas: (2013)
“Manifestações noturnas”
Twitter, Facebook, SMS, Whatsapp, Instagram, uso de hashtags, transmissão de vídeo em streaming, hackeamento de sites”

Observamos, nesta sequência discursiva, duas manifestações ocorridas antes do período de redemocratização, período de ditadura militar (1968, 1977), e duas ocorridas após esse período (1992, 2013). Nas três categorias constituintes do *corpus*, *Visual*, *Slogans* e *Ferramentas*, verificamos que a forma como a revista materializa discursos a respeito das manifestações de 1968 e 1977 tece um perfil que as coloca como ações mais comprometidas e engajadas, em relação às mobilizações de 1992 e de 2013.

Na categoria *Visual* de 1968, observamos que o perfil dos manifestantes é descrito à semelhança de Che Guevara, símbolo revolucionário das

manifestações tradicionais da esquerda política, principalmente quanto ao modo como tal ícone se vestia: “Barba e cabelos compridos para os homens, além de calças curtas e jaquetas estilo militar, como as de Che Guevara” (*Recorte 1*). Estilo esse usado para descrever e, ademais, padronizar os homens. As mulheres manifestantes são retratadas por vestirem “minissaias, botas e roupas masculinas”, que, na visão da revista, são trajes “contra a opressão feminina” (*Recorte 1*).

É partindo do clichê que a Revista **sãopaulo** encontra recurso para tentar descrever uma manifestação de esquerda. Pelo funcionamento das regularidades, esses sujeitos, manifestantes de 1968, são significados no e pelo lugar-comum, associados a figuras de destaque na História ao se tratar de militância política. Se a representação desses manifestantes faz sentido é porque, de forma estereotipada, as figuras simbólicas com as quais foram associados ficaram marcadas no tempo e em um dado contexto histórico, por suas filiações e posições bem demarcadas na política de esquerda. Ao mesmo tempo em que relaciona os manifestantes com a figura de Che Guevara, a revista atribui a eles uma identidade (produto pronto, acabado) que sustenta a ideia do mito, intocável, incorruptível, não dissipado no movimento das décadas no imaginário social. Essa categoria, que apresenta o *Visual* dos manifestantes de 1968, aponta, nesse contexto, para a roupa significando atitude e posicionamento sócio-político.

Menos enfaticamente, em *Visual*, de 1977, há também um perfil tecido ao longo desta categoria, como observamos em 1968. Os detalhes das roupas descrevem os manifestantes de cima abaixo, mais que isso, os normatizam, como se houvesse apenas essa possibilidade de apresentação ou se todas as pessoas se configurassem dessa forma nas manifestações ocorridas nesse ano. No *Recorte 2*, o perfil deles é descrito como: “Pós-hippie e pré-

punk. Calças boca de sino, tênis **Kichute**, Conga ou sandália de couro tipo carteiro e caneta no bolso da camisa. Costeletas, cabelo black Power” (grifo da revista). Mesmo assim, as roupas dos manifestantes “retratadas” pela revista se ligam a ações políticas e culturais ocorridas no país, como, por exemplo, o movimento *punk*, que contou com militantes pela causa

Assim, nos atos de 1968 e 1977 a roupa é um elemento que traça um perfil (sólido e político) dos manifestantes. A categoria *Visual*, dessas duas décadas, é representada como uma alegoria, não só do estilo individual, marca, sobretudo, um modo de pensar, uma década x, e remete às principais características e transformações sócio-culturais de um período determinado. A mesma categoria nas outras manifestações, de 1992 e de 2013, não significa os sujeitos dessa forma: a revista gradativamente ofuscou suas faces e seus valores em meio a artefatos que, à primeira vista, parecem desconectados da causa política.

Em 1992, verificamos a recorrência e o destaque às cores, na categoria *Visual*, principalmente à cor preta, como observamos no *Recorte 3*: “Roupa preta, batom preto e tinta verde e amarela no rosto.” Não há mais um perfil traçado, como nas categorias das manifestações anteriores, com a descrição “dos pés à cabeça” dos manifestantes, mas, apenas, a referência de que eles se vestiam com “Camisetas e calças jeans”.

A forma como a Revista **são paulo** discursiviza sobre a categoria *Visual*, relativa a 2013, produz um efeito de maior distanciamento dos manifestantes em relação aos outros das outras épocas. Esse afastamento gradativo, culminante nas *Jornadas de Junho* materializa o apagamento dos sujeitos e de seus valores, ou seja, há um processo de coisificação desses sujeitos, que são, agora, representados pelos objetos que levam às ruas.

Assim, em 2013, não há mais perfil, não há mais ligação a movimento algum. A revista apenas

elencar objetos variados: “Lenços, camisetas ou máscaras para cobrir o rosto, mochila, bandeiras do Brasil, nariz de palhaço, bandana verde e amarela. Acessórios: máscaras de gás lacrimogêneo, óculos de natação, vinagre, **skate**, bicicleta” (grifo da revista), como observamos no *Recorte 4*. Como efeito de sentido, os objetos que simulam o retrato dos manifestantes de 2013 remetem, a todo o momento, à futilidade, superficialidade, como, por exemplo, o nariz de palhaço. Quando não remetem à banalidade, esses “acessórios” estão articulados às ações não pacíficas e ilegais. As camisetas e as máscaras para cobrir o rosto, retomam, pela memória, os *Anonymous* e os *Black Blocs*, grupos sempre representados pela mídia em geral de maneira negativa. Outro detalhe, nesta categoria, que chama a atenção, é a necessidade de acrescentar a palavra “acessório”, sendo que grande parte da categoria se resume em listar objetos usados pelos manifestantes. Além do mais, nas outras manifestações também aparecem acessórios em meio ao visual, mas que não são alvos de destaque na materialidade linguística.

Nesse caso, a revista trabalha com os sentidos estabilizados sobre o que é uma manifestação de rua. A memória discursiva é determinante para colocar esses dizeres em funcionamento, pois ela pode ser caracterizada como o mecanismo que, a partir de um texto, restabelece “os ‘implícitos’ (quer dizer, mais tecnicamente, os pré-construídos, elementos citados e relatados, discursos-transversos, etc.) de que sua leitura necessita: a condição do legível em relação ao próprio legível” (PÉCHEUX, 1999, p. 52). É a memória sobre manifestações tradicionais de esquerda impondo-se sobre os eventos de 2013, e produzindo discurso de confronto entre o que é estabilizado, em termos de mobilizações, e o que surge como novidade, em termos de manifestações.

Então, ao fazer um simulacro sobre manifestações de esquerda política, a revista vai, a cada uma das categorias, afastando e apagando

os sujeitos como agentes das manifestações. Em 2013, o foco recai para o movimento em sua particularidade, significado como um aglomerado disperso de pessoas que não se identifica com os estereótipos tradicionais da esquerda.

Por conta disso, a revista tenta estabilizar o movimento mais recente, utilizando, para isso, a representação de sujeitos opacos, que no fio do discurso noticioso foram sufocados pelo emaranhado de objetos dispersos. Esse modo de enunciar imputa às próprias manifestações a ideia de fugacidade própria do espaço digital e não adequação a um “movimento legítimo” de transformação da sociedade.

Todo o *corpus* está orientado por essa instabilidade do jornal (e da mídia) para com essas manifestações que rompem com a tradição, instaurada pela memória, e criam particularidades influenciadas, principalmente, pela *internet*. A comparação segue em todas as categorias, inclusive demarcando o que os manifestantes pediam nas ruas, por meio de pautas e *slogans*.

Nos anos de 1968 e 1977, a categoria *Slogans* aparece com frases estruturalmente elaboradas, aliás, obedecendo às regras, tal como prega a gramática tradicional: em 1968, “Sejamos realistas, exijamos o impossível”; “A imaginação no poder”; “Abaixo a ditadura”; “É proibido proibir”. Orlandi (1999, p. 62) aborda os lemas de 1968 como “enunciados que funcionam em suas relações parafrásticas, relacionando-se em suas diferentes formulações ao que pode significar “liberdade””. Em 1977, a Revista **sãopaulo** retoma os seguintes slogans: “Abaixo a ditadura”; “Ensino público e gratuito para todos”; “Liberdades democráticas” (*Recortes 5 e 6*). Por isso, é preciso traçarmos algumas considerações gerais a respeito do contexto sócio-histórico dessas manifestações.

Nas décadas de 1968 e 1977, o país vivia um período de ditadura militar; não se podia falar sobre os governantes e nem a respeito do regime de

governo do/no país. As instituições, jornais, escolas, artistas não tinham o direito de dizer e, ademais, eles tinham de dissimular a repressão a que toda a sociedade estava submetida. Por isso, as pessoas foram às ruas tentando (re)conquistar esse direito suprimido, exigindo a decadência da ditadura militar.

Além do mais, a Constituição Federal de 1988 assegurou à população algumas das demandas reivindicadas nas manifestações 1968 e de 1977, como “a universalização do ensino fundamental, a oferta obrigatória de educação infantil pelo Estado e o crescimento da oferta do ensino médio [...]”, e, em termos de direitos sociais: “saúde, educação, proteção à maternidade e à infância e assistência aos desamparados” (BRASIL, 2014, *online*).

Já em 1992, o principal impulso das manifestações foi quando Pedro Affonso Collor de Mello acusou Fernando Collor de Mello “de ser sócio de Paulo César (PC) Farias em negócios ilícitos para levantar recursos que custeavam gastos pessoais e campanhas políticas” (O ESTADÃO, 2014, *online*). Então, as pautas reclamavam “ética na política” e o impeachment do então presidente Fernando Collor de Mello, o primeiro presidente eleito por eleições diretas após o Regime Militar no país. Assim, parte dos direitos reivindicados nas manifestações anteriores (1968 e 1977) havia sido assegurada pela Constituição Federal.

A estrutura das frases designando as demandas levadas às ruas, em 1992, se apresenta de maneira mais simples e menos subjetiva em comparação às apresentadas na categoria *Slogans* das outras manifestações de 1968 e de 1977, assim como aponta o *Recorte 7*: “Fora Collor”; “Impeachment já”; “Pela ética na política”.

Em 2013, verificamos a maioria dos *slogans* relacionados à internet com o símbolo “#” (*hashtag*) marcando a influência e a presença das redes sociais nas manifestações. Esses mesmos *slogans* também foram usados pela publicidade, por marcas de carro e de bebidas, antes das manifestações. Outro *slogan*

“selecionado” pelo jornal é o “não é por vinte centavos”, que faz alusão ao motivo inicial das manifestações, o aumento de R\$ 0,20 da tarifa de transporte coletivo.

Passando para a categoria *Ferramentas*, há sentidos que seguem a mesma orientação das outras, mostrando o declínio dos movimentos populares ao longo dos anos. As ferramentas apresentadas em 1968 e em 1977 apontam para eventos que exigiam dos participantes esforço e empenho, como observamos nos *Recortes 9 e 10*: (1968) “Megafones e panfletos impressos em mimeógrafos. As convocações eram feitas por meio de cartazes colados nas ruas” e, em (1977), “Informavam-se pelos jornais, TV e rádio. A comunicação era feita pelos centros acadêmicos nas universidades, e os grupos percorriam as salas de aulas para avisar sobre as passeatas. O movimento dependia do corpo a corpo”.

Na categoria *Ferramentas*, de 1992, o movimento aparece associado à pichação (1992), como verificamos no *Recorte 11*: “Assembleias em universidade eram o principal meio de mobilização. A divulgação era feita por panfletos e no boca a boca. Nas ruas, megafones, faixas e pichação”. Neste ponto, a presença da palavra “pichação” produz um efeito negativo, de descrédito, dessa manifestação, visto que essa prática é sempre entendida pela sociedade como um ato fora da lei, uma depredação do patrimônio público e privado. É aí que observamos a palavra estabelecer “relação com a exterioridade” (ORLANDI, 2003, p. 30), abrindo margens para sentidos plurais, que escapam.

Esse efeito de desvalorização das manifestações é ainda mais acentuado na categorização das *Ferramentas* utilizadas em 2013: “Manifestações noturnas, Twitter, Facebook, SMS, Whatsapp, Instagram, uso de hashtags, transmissão de vídeo em streaming, hackeamento de sites”. As redes sociais e as ferramentas da *internet* ocupam

quase todo o elenco de instrumentos utilizados nas manifestações. Além disso, a revista afirma que as manifestações eram noturnas, como uma tentativa de fechamento dos sentidos. Essas características, em termos de imaginário, têm por efeito refutar o caráter pacífico pregado nas manifestações. Esse efeito produzido pela materialidade linguística recupera a definição de Orlandi sobre o discurso, compreendendo-o como “palavra em movimento, prática de linguagem” (ORLANDI, 2003, p. 15), um sentido que não se fixa.

O aspecto que mais diferencia as *Jornadas de Junho* das demais manifestações é a presença da internet como principal meio de organização entre os manifestantes, que estão sempre no entre-lugar, divididos entre a internet e o espaço físico, visto que a internet possibilita a correlação entre o individual e o coletivo, local e global (CASTELLS, 2013, *online*). A partir da significativa mudança da sociedade e as ferramentas de comunicação, é possível observar o fato de que “nossos sistemas de crenças e códigos historicamente produzidos são transformados de maneira fundamental pelo novo sistema tecnológico e o serão ainda mais com o passar do tempo” (CASTELLS, 1999, p. 414).

Assim, com a era digital tornou-se possível participar das manifestações e ao mesmo tempo se comunicar com outras pessoas de outros locais, de outros movimentos. Além de ser possível, agora, nessa sociedade em que o virtual é constitutivo, acompanhar a reação/repercussão midiática, concomitantemente ao acontecimento dos eventos. Os movimentos são locais e globais ao mesmo tempo (CASTELLS, 2013, *online*). Temos, nesse contexto de 2013, uma “cultura da virtualidade real” (CASTELLS, 1999, p. 415).

Como afirma Castells (2013, *online*), a humanidade está conectada, e verificamos essa presença da Rede nas manifestações de 2013. Ademais, esse é um dos pontos determinantes que diferencia as *Jornadas de Junho* das demais

manifestações ocorridas no país nas outras décadas (1968, 1977 e 1992 e outras ocorridas no cenário brasileiro).

Os próprios cartazes levados às ruas divulgaram a participação e a influência das redes sociais, para organizar e mobilizar o movimento. Além dos símbolos das redes sociais estampados em cartazes, observamos também outra questão que também estabelece relação com a internet: o anonimato que a Rede é capaz de proporcionar. O espaço digital é protegido (CASTELLS, 2013, *online*). Nele, os sujeitos podem ser disfarçados (é o caso das páginas, que o responsável não fica visível para quem “curte” a página ou dos perfis *fakes*, em que os nomes usados são fictícios, como uma forma de preservação de identidade).

Essa mesma ideia da preservação da identidade também está presente nas manifestações de 2013, pela presença das máscaras do *Senhor V*, personagem protagonista da HQ e do filme *V de Vingança (V for Vendetta)*. Com a máscara, todos são tidos como iguais, não há, a princípio, liderança, e nem a necessidade de filiação a um partido político (tradicional).

Em razão dessa ideia, em que o apartidarismo se faz possível, o grupo *Anonymous* também faz uso da máscara, para se *des-identificar* do sistema político atual e se reconhecer como um movimento que se quer autônomo. O grupo afirma não seguir “partidos políticos, orientações religiosas, interesses econômicos e nem ideologias de quaisquer espécies,” por se considerarem “uma idéia” (ANONYMOUS, 2014, *online*).

Foi a partir desses postulados que as *Jornadas de Junho* ganharam fôlego como um movimento apartidário e sem líderes. *Senhores V's* que estão tentando exercer formas de democracia, violando o sistema. Eles saíram da internet e se normatizaram a partir de uma identidade que se queria comum a todos os manifestantes. Sem um líder, o controle torna-se mais custoso às autoridades (políticos,

policiais). Sendo essas outras maneiras de o povo se fazer ser ouvido pela classe que, simbolicamente, o representa: a política.

Essa outra maneira de se manifestar questiona as bases capitalistas da sociedade. Por esse e outros motivos, da posição discursiva de discurso institucional e de direita, a Revista **sãopaulo** não pode subsidiar esse tipo de movimento que vai contra o sistema político capitalista em vigor. Por isso, ao (re)contar as manifestações de rua ocorridas nas últimas quatro décadas no país, recontando cada um dos quatro eventos, a revista coloca em funcionamento sua própria versão, sendo as manifestações de junho referenciadas de maneira negativa.

A categorização utilizada pela Revista **sãopaulo** equipara aspectos gerais e físicos das manifestações, enquanto que o conjunto se coloca como efeito sobre as manifestações de 2013. Para Orlandi (2001, p. 73), “do ponto de vista textual, as versões são degradações”. Em todas as categorias há essa perda, gradual, em termos de conteúdo e em termos de sentidos, pela interdição e dispersão, tendo como base a representação estabilizada sobre o que é uma mobilização de rua, que circula na sociedade e o discurso jornalístico coloca em funcionamento.

A censura dos meios de comunicação é contestada pela Constituição, mas a censura, em termos de interdição no sentido que falta (ORLANDI, 1999) depende do que pode ou não ser dito em dado contexto, em dada circunstância. As condições históricas e ideológicas de produção fazem com que o discurso da Revista **sãopaulo** sobre as manifestações de 2013 signifiquem negativamente, dando visibilidade a traços “positivos” ou positivados em outras manifestações e interditando outros “negativos” ou negativados, e visibilizando características “negativas” sobre as manifestações de 1992 e, principalmente, nas de 2013. Em algumas manifestações, os “sentidos são

retomados e sustentam um efeito de negatividade [...]” (MARIANI, 1996, p. 127). Em outras, o olhar midiático interdita o que não se pode dizer sobre outras mobilizações, de forma que elas sejam configuradas com aceitabilidade pelo discurso jornalístico.

Considerações finais

Ao longo do *corpus* verificamos que, pelo conjunto apresentado na/pela revista, há deslize e negatização de sentidos, abrindo margens para outras interpretações a respeito de como a *Folha de S. Paulo* concebe as mobilizações de vários períodos. Como efeito-conjunto, emerge a “comparação” das quatro manifestações, o que funciona como um recurso para (des)caracterizar as *Jornadas de Junho*, por meio de uma gradação dos atos ao longo dos anos.

As quatro manifestações abordadas na/pela revista encenam uma suposta decadência gradativa dos movimentos sociais, seja em termos de cultura, organização e objetivos. Os manifestantes de antes (1968 e de 1977) são apresentados como subversivos no *corpus*, o que mostra uma postura política demarcada, de esquerda. Por isso, como efeito sentido, essas manifestações de 68 e 77 são representadas como legítimas, pois apresentam “motivos reais” para as pessoas saírem às ruas.

A Revista *sãopaulo*, ao falar sobre 1992, faz com que a ideia de segregação das causas políticas ganhe um esboço mais consistente - vestígios de dizeres que preparam o terreno para o afastamento derradeiro: os (des)encontros causados nas/pelas manifestações de junho de 2013. Essas, por sua vez, são negatizadas pela revista, pois não demandam o mesmo “trabalho” e “preocupação” para os manifestantes como em outras épocas, e são agora feitas de formas não legitimadas e tidas como ilegais.

A presença da internet, nas *Jornadas de Junho*, é exemplo disso: sendo ela a ferramenta que cumpre o papel de organização das manifestações, a ideia de gradação das manifestações é reforçada,

pois o espaço virtual é representado por uma suposta falta de engajamento material (e ativo) nas manifestações. Então, o que se coloca no jornal como uma “aproximação” entre as manifestações funciona também como um distanciamento entre movimentos de outros anos e de junho 2013.

A Revista *sãopaulo*, ao tentar explorar *versões* sobre manifestações de rua como sendo a “abordagem literal dos fatos”, “a verdade”, instaura sua *versão* sobre todos esses atos. Tendo como base as mobilizações tradicionais de esquerda política, questiona a *novidade* em relação ao que está *posto*, ao mesmo tempo em que significa tais eventos e os sujeitos neles envolvidos. Retomando Orlandi (2001), observamos que, em meio às versões possíveis, um sentido é, no meio dos outros, por uma articulação entre as condições histórico-ideológicas de produção e os dizeres em funcionamento na enunciação.

Por fim, os dizeres da *Folha de S. Paulo* (in)visibilizam sentidos pelos mecanismos de interditar e de autorizar: a interdição também coloca à vista e estabiliza outras interpretações, que são, sobretudo, a perspectiva do jornal (o que ele pode e deve dizer). Assim, a versão desse veículo midiático sobre as manifestações de rua é instaurada, pois, como diz Orlandi (1999, p. 59) “são os sentidos que impõem limites”.

Referências

ANONYMOUS BRASIL, 2014. Disponível em: www.anonymousbrasil.com. Acesso em: 15 fev. 2018.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**: promulgada em 5 de outubro de 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/Constituicao.htm>. Acesso em: 05 15 fev. 2018.

CASTELLS, M. **Redes de Indignação e Esperança**. Fronteiras do Pensamento, 2013.

Disponível em: <<http://www.fronteiras.com/canalfronteiras/entrevistas/?16%2C68>>. Acesso em: 15 fev. 2018.

_____. **A sociedade em rede.** Trad. MAJER, R. V. 6ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

FOLHA DE S. PAULO. **Conheça a revista são paulo.** Grupo Folha. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/institucional/conheca_a_revista_saopaulo.shtml>. Acesso em: 15 fev. 2018.

GOHN, M. da G. Teoria dos movimentos sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos. MG: **Revista Brasileira de Educação**, v. 16 n. 47, 2011.

MARIANI, B. **Discurso e instituição:** a Imprensa. In: **Rua** - Revista do núcleo de Desenvolvimento da Criatividade. Campinas: Unicamp, n.5, p.47-61, mar. 1999.

_____. **O comunismo imaginário:** práticas discursivas da imprensa sobre o PCB (1922 -1989). 1996. 256 p. Tese (Doutorado em Linguística) – Instituto de Estudos da Linguagem, Unicamp: Universidade Estadual de Campinas, 1996. Disponível em: <<http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?code=vtls000115692&fd=y>>. Acesso em: 15 fev. 2018.

O ESTADÃO. **Há 20 anos, denúncia explosiva abria caminho para o impeachment de Fernando Collor.** Disponível em: <<http://blogs.estadao.com.br/radar-politico/2012/05/25/ha-20-anos-denuncia-explosiva-abria-caminho-para-o-impeachment-de-fernando-collor/>>. Acesso em: 15 fev. 2018.

ORLANDI, E. P. **Análise de discurso:** princípios e procedimentos. 5. ed. Campinas: Pontes, 2003.

_____. **Discurso e texto:** formulação e circulação dos sentidos. Campinas: Pontes, 2001.

_____. Maio de 1968: os silêncios da memória. In ACHARD, P. et all. **O papel da memória.** Campinas-SP: 1999, p. 59

PÊCHEUX, M. Papel da memória. In: Achard, P. et al. **Papel da memória** (Nunes, J.H., Trad. e Intr.). Campinas: Pontes, 1999, p. 49 – 56.

_____. **Semântica e discurso:** uma crítica à afirmação do óbvio. 3. ed. Campinas: Pontes, 2009.

PIMENTEL, R. M. L.. **Versões de um ritual de linguagem telejornalístico.** 2008. 368 p. Tese (Doutorado em Linguística) – Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2008. Disponível em: <<http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?code=vtls000436880&fd=y>>. Acesso em: 15 fev. 2018.

REVISTA SÃO PAULO. **V de vozes:** v de versões. Jornal Folha de S. Paulo, 23 – 29 de junho de 2013. Disponível em: <acervo.folha.com.br>. Acesso em: 15 fev. 2018.

Submissão em: 03 de março de 2018

Aceite em: 08 de julho de 2018.

Gestos de interpretação sobre o discurso político: uma análise de “democracia” em diferentes materialidades discursivas

pg 185 - 196

Thaís Costa da Silva¹

Viviane Teresinha Biacchi Brust²

Resumo

Este trabalho apresenta uma análise discursiva e contrastiva entre dicionários da língua portuguesa do Brasil, com o objetivo de analisar a produção de sentidos, mais especificamente, no verbete democracia, enquanto palavra que pode ser lida e ouvida diariamente, no universo das ruas, das manifestações, da cidade, fazendo referência ao discurso político. Os dicionários são: *Novo Aurélio Século XXI*, de Aurélio Buarque de Holanda Ferreira e *Dicionário Online de Português*, instrumentos linguístico-discursivos da maior importância neste início de século.

Palavras-chave: Dicionário. Discurso. Sentidos. Verbetes.

GESTURES OF INTERPRETATION ON POLITICAL SPEECH: AN ANALYSIS OF «DEMOCRACY» IN DIFFERENT DISCURSIVE MATERIALS

Abstract

This work presents a discursive and contrastive analysis between dictionaries of the Portuguese language of Brazil, with the objective of analyzing the production of meanings, more specifically, in the entry democracy, as a word that can be read and heard daily in the universe of streets, manifestations, of the city; referring to political discourse. The dictionaries are: *New Aurelio Século XXI*, by Aurélio Buarque de Holanda Ferreira and *Online Dictionary of Portuguese*, linguistic-discursive instruments of major importance at the beginning of this century.

Keywords: Dictionary. Speech. Senses. Entry.

“Pai, afasta de mim esse cálice”³

“Afasto de mim este cale-se”⁴

1 Mestranda em Estudos Linguísticos (PPGL/UFMS), inserida no projeto de pesquisa “A constituição do sujeito na e pela língua: investigações acerca do processo de gramatização, manutenção e atualização do saber nos e sobre os instrumentos linguísticos - Terceira Fase”, da Linha de Pesquisa Língua, Sujeito e História coordenada pela professora Dr. Verli Petri (CORPUS/UFMS/PPGL).

2 Doutora em Estudos Linguísticos (PPGL/UFMS). Professora Substituta junto ao Departamento de Metodologia do Ensino, do Centro de Educação da UFMS (20h).

3 Referimo-nos, nessa epígrafe, à canção de Chico Buarque e de Gilberto Gil, composta em 1973, em ato contra a censura, em óbvia alusão ao discurso religioso, bíblico, da agonia de Cristo no Calvário; proibida então, só foi liberada, para gravação e ao público, cinco anos depois, cfme. “Notas sobre Cálice”, de Zuza Homem de Mello, in: http://www.chicobuarque.com.br/letras/notas/n_zuza_calice.htm. Acesso em 04/08/2018. Tornou-se um hino à democracia. Recentemente, 29/julho/2018, foi cantada pelos compositores, em ato político – Festival Lula livre, no Rio –, a favor da liberdade do ex-presidente Lula.

4 Citamos, nessa epígrafe, o título de artigo assinado pelo ex-presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, em 19/07/2018, no jornal Folha de São Paulo, preso na Carceragem da Polícia Federal em Curitiba, PR, uma vez que recupera a canção referida na nota anterior, em deliberada posição de protesto. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/.../luiz-inacio-lula-da-silva-afaste-de-mim-este-cale-se>. Acesso em 04/08/2018.

Algumas palavras iniciais – palavras sobre uma palavra

O presente trabalho está vinculado ao projeto de pesquisa “A constituição do sujeito na e pela língua: investigações acerca do processo de gramatização, manutenção e atualização do saber nos e sobre os instrumentos linguísticos”⁵ e visa a apresentar uma análise discursiva e contrastiva entre dicionários da língua portuguesa, objetivando investigar a produção de sentidos pelo viés da palavra, tangenciando questões relativas à língua e ao discurso. A partir da perspectiva discursiva, nossa proposta é contrastar o verbete “democracia” no interior dos dicionários: *Novo Aurélio Século XXI*, de Aurélio Buarque de Holanda Ferreira (dicionário impresso) e *Dicionário Online de Português* (dicionário digital), instrumentos linguístico-discursivos da maior importância no século XXI. Explicitemos, no entanto, por que democracia – ou: por que essa e não uma outra palavra? Interessa-nos compreender o processo de constituição ideológica, social e histórica de uma palavra que pode ser lida e ouvida, diariamente, no universo das ruas (em casa, na escola, no *shopping*, etc.), das manifestações (passeatas, cartazes, redes sociais, etc.), no discurso político (nas vozes dos governantes e dos candidatos de oposição), entre outros. Interessa-nos espaços de reflexão com base em uma questão referida por Pêcheux ([1975] 2009), a partir de um dito de Lênin –a língua vai aonde o dente dói, sobre a relação do sujeito com seus dizeres, em seus mal-estares. No encontro entre uma atualidade e uma memória – referimo-nos aos acontecimentos passados, de 1964, e aos recentes, de 2016 –,a palavra democracia (sustada, suspensa ou sustentada) mobiliza o imaginário e determina a praxis do sujeito sócio-historicamente situado. É do lugar de analistas de discurso, igualmente inscritos

⁵ Coordenado pela professora Verli Petri, orientadora e colega.

em dadas condições de produção (de sentidos) que nos lançamos a este pensar.

Para isso, apresentamos algumas considerações teóricas, as quais tocam a questão do discurso e do dicionário na perspectiva da Análise de Discurso e da História das Ideias Linguísticas, na expectativa de melhor compreender como se constitui o verbete democracia no interior dos dicionários neste início de século XXI e como se dá a circulação dos sentidos para além dos dicionários. Queremos, com isso, tomados por um gesto de leitura, ainda inicial, problematizar os modos de produção de sentidos, via dicionarização do verbete democracia, norteados pelas seguintes questões: de que modo o suporte, no qual é apresentado o verbete, intervém na produção de sentidos? Como se efetiva o funcionamento da história em diferentes dicionários? Que discurso é esse que coloca em relação os sentidos produzidos no dicionário e os mobilizados por sujeitos na cidade?

Algumas considerações teóricas: no curso do discurso

Inicialmente, é indispensável definir o que é dicionário. Geralmente, entende-se o dicionário como um objeto de consulta, que apresenta a ortografia correta e os significados das palavras. No discurso do senso comum, o dicionário é visto como obra de referência, que fica na prateleira mais alta da biblioteca, que deve ser consultada ali e imediatamente depois retornar ao seu lugar; é delegado a ele o papel de dirimir todas as dúvidas sobre a língua (ou as línguas), uma vez que nele se guardaria o discurso da certeza; tais sentidos concorrem para formalizar sua historicidade, que vem sendo calcada em um estereótipo reproduzido através dos tempos. Apesar dessas ideias terem sido reproduzidas no espaço escolar e universitário por muito tempo, já existe um trabalho consistente na área dos estudos linguísticos que questiona essa

história e provoca os consulentes do dicionário a se questionarem acerca da língua que ele “guarda”, bem como das formas como ele pode ser tomado. Já não podemos ver somente o estereótipo de dicionário que guarda uma “língua imaginária” (ORLANDI, 2009), já que a língua fluida constitui os sujeitos e os sentidos. Segundo Nunes (2011, p.101), o dicionário não é somente lugar de consulta, de certeza, ele faz parte de uma historicidade, de uma época, e é, portanto, “lugar de observação do léxico”. Isso nos interessa: observar a palavra em funcionamento dentro e fora do dicionário.

Ancorados na perspectiva teórica da Análise de Discurso e da História das Ideias Linguísticas, tomamos o dicionário como objeto discursivo, isto é, enquanto discurso, “‘efeitos de sentidos’ entre os pontos A e B”, tal como o postulado por Pêcheux ([1969] 2010, p. 81). Esses “efeitos de sentidos” são mais que transmissão de informação, são relações históricas, sociais, ideológicas, o que podemos observar nas materialidades para além da língua, como é o caso da imagem que exploraremos também no interior desta reflexão. Para tanto, consideramos o dicionário como instrumento linguístico resultante da Revolução Tecnológica da Gramatização, ou seja, levamos em conta a perspectiva de Aurox (1992), na qual “o processo que produz a descrever e a instrumentar uma língua na base de duas tecnologias que são ainda hoje os pilares do nosso saber metalinguístico: a gramática e o dicionário”. Consideramos o dicionário (e a gramática) como instrumentos linguísticos essenciais ao processo de gramatização das línguas e, ainda, tratamos o dicionário como uma materialidade discursiva (cf. NUNES, 2006).

Entendemos que é importante estudar o dicionário numa perspectiva discursiva enquanto “um objeto histórico que implica tanto em observar a estabilização dos sentidos em circunstâncias específicas, quanto em apreender suas transformações, suas atualizações, suas

rupturas” (NUNES, 2007, p. 173), pois fazem parte das condições de produção do discurso em que eles se inserem; já que os dicionários trazem informações sobre a língua e sobre a sociedade, mobilizando a exterioridade e a historicidade que lhes são constitutivas.

De nossa perspectiva teórica, entendemos por condições de produção algo que dá conta não apenas do contexto sócio-histórico, mas também do imaginário produzido pelas instituições, sobre o já-dito, sobre a memória. E é a essa memória do dizer que Orlandi (2009, p.30) vai chamar de interdiscurso, responsável pelos sentidos que ressoam de outro lugar, mostrando a necessidade dos movimentos parafrásticos e polissêmicos para a constituição dos sentidos. O jogo entre paráfrase e polissemia, assim, atesta o confronto entre o simbólico e o político. Assim, conforme Orlandi:

Cabe ao analista compreender como o político e o linguístico se interrelacionam na constituição dos sujeitos e na produção dos sentidos, ideologicamente assinalados. Como o sujeito (e os sentidos), pela repetição, estão sempre tangenciando o novo, o possível, o diferente. Entre o efêmero e o que se eternaliza. Num espaço fortemente regido pela simbolização das relações de poder. (ORLANDI, 1999, p.38)

Sobre os dicionários, palavras sobre as palavras

Com base nas condições de produção de cada dicionário, fizemos uma breve análise das notas que introduzem os dicionários. Conforme Petri (2008, p.10), o dicionário *Aurélio* se dedica a “reunir verbetes da língua viva, atualizada cotidianamente, num esforço de controlar, ou pelo menos de contenção dos possíveis efeitos de sentidos que essas palavras possam produzir na língua portuguesa atual”. Visto que esse dicionário dialoga com as edições anteriores, a fim de atualizar as palavras e os sentidos, é possível observar a

dedicação de *Aurélio* com a produção de efeitos de sentidos nas relações entre língua e sujeito.

O *Dicionário Online de Português* tem como objetivo “criar o melhor e mais adequado dicionário *online* gratuito de Língua Portuguesa. Todos os conteúdos foram criados ou selecionados pela sua equipe, utilizando várias fontes de referência”. Na seção nomeada “Sobre nós”, ao clicarmos em um hiperlink no *site*, temos que:

Reconhecendo o caráter dinâmico da língua portuguesa e a constante evolução de suas palavras, o Dicionário contextualiza suas definições com exemplos reais de uso da língua, destacando também expressões idiomáticas e de uso corrente, bem como regionalismos, coloquialismos, estrangeirismos e neologismos”. Uma citação atrás da outra, veja como se faz isso na metodologia da pesquisa... “Nos verbetes, as acepções estão classificadas gramaticalmente e ordenadas conforme o uso; outras informações relevantes, o domínio conceitual ou a área do conhecimento para a qual os significados se aplicam, estão destacadas com colchetes, seguidas pela etimologia (entre parênteses) no final da definição.”

Esse dicionário é considerado de fácil acesso e de fácil compreensão, pois as definições são breves e possuem exemplos do cotidiano, aproximando o leitor da sua definição.

Os verbetes: recortes de palavras e de sentidos

Nesta seção, disponibilizamos os verbetes dos dicionários de Língua Portuguesa consultados na íntegra. Desse modo, os dicionários como *corpus* desta pesquisa, a fim de que se conheçam e observem as diferenças e as semelhanças nos processos de produção de sentidos envolvidos na constituição dos dois dicionários selecionados, o que se deve a determinadas condições de produção nas quais estão inseridos.

Dicionário Online de Português⁶:

Democracia. S.f. 1. Governo em que o poder é exercido pelo povo.

2. Sistema governamental e político em que os dirigentes são escolhidos através de eleições populares: o Brasil é uma democracia.

3. Regime que se baseia na ideia de liberdade e de soberania popular; regime em que não existem desigualdades e/ou privilégios de classes.

4. Nação ou país cujos preceitos se baseiam no sistema democrático.

Etimologia (origem da palavra democracia).

Do grego *demokratia*.as

Novo Aurélio Século XXI:

Democracia. S.f. 1. Governo do povo; soberania popular; democratismo. [Cf. *vulgocracia*.]

2. Doutrina ou regime político baseado nos princípios da soberania popular e da distribuição equitativa do poder, ou seja, regime de governo que se caracteriza, em essência, pela liberdade do ato eleitoral, pela divisão dos poderes e pelo controle da autoridade, i. e., dos poderes de decisão e de execução; democratismo. [Cf. (nesta acepç.) ditadura (1).]

3. País cujo regime é democrático.

4. As classes populares; povo, proletariado.

Democracia autoritária. Ciênc. Pol. Sistema de governo surgido após a 1ª Guerra Mundial, em geral anticomunista, firmado na supremacia do poder executivo em relação aos demais poderes.

Democracia popular. Ciênc. Pol. Designação comum aos regimes políticos monopartidários dominantes nos países da área socialista. [Cf., nesta acepç., *república popular*.]

⁶ Disponível em: <<https://www.dicio.com.br/democracia/>> Acesso em: 20/03/2018

O verbete democracia no interior dos dicionários: recorte de sentidos

Podemos verificar alguns processos de produção de sentidos, através do estabelecimento das relações entre palavras idênticas em diferentes dicionários, a saber: processo de determinação, processo de antonímia, processo de paráfrase e a própria historicidade que os constitui.

No Novo Aurélio Século XXI, temos a definição de democracia acompanhada de determinantes, como: “democracia autoritária e democracia popular”, possibilitando duas direções de sentido, em contraponto ao *Dicionário Online de Português*, em que não há presença de determinantes, mas possui exemplos, como: “O Brasil é uma democracia”. Ou seja, de um lado, temos uma definição de democracia como algo “mundial”, e, de outro lado, reduzindo “democracia” somente como algo do Brasil; sendo assim, observamos o processo de determinação sendo realizado. Vemos também o processo de antonímia, em que, no *Dicionário Online de Português*, temos ditadura como antônimo de democracia; já no *Novo Aurélio*, não temos ditadura como antônimo de democracia. Logo no início das definições nos dois dicionários, há o processo de paráfrase em funcionamento, em que o *Novo Aurélio* define como “governo do povo, soberania popular”, e o *Dicionário Online* como “governo em que o poder é exercido pelo povo”.

Os dois dicionários são produzidos em determinadas condições de produção, século XXI, portanto, considerados atualizados e de fácil acesso; nesse sentido, o *Novo Aurélio* abrange a historicidade da época e o *Dicionário Online* contempla um olhar voltado à atualidade. Verificamos também o funcionamento do efeito “palavra-puxa-palavra” (PETRI, 2018) no interior dos dois dicionários. O *Novo Aurélio* indica as acepções que devem ser conferidas, como “Cf. nesta

acepç. ditadura⁽¹⁾ e o *Dicionário Online* disponibiliza o hiperlink que, ao clicar, vai direto ao verbete a ser conferido; sendo assim, conforme observamos, se estabelecem relações entre palavras no interior do mesmo dicionário pelo efeito “palavra-puxa-palavra”. Por essa rede de produção de sentidos, no interior dos dicionários que estudamos, torna-se possível explicitar as relações estabelecidas entre as palavras, aquilo que faz parte da construção do dicionário. Outrossim, destacamos que esse efeito “palavra-puxa-palavra” foi realizado a partir dos processos de produção de sentidos, o que pode ser destacado pela presença de paráfrase, antonímias, determinação e historicidade.

O verbete democracia para além dos dicionários: sentidos em recorte

No intuito de promover uma reflexão sobre os sentidos de “democracia” para além dos dicionários, pensando nos sentidos já-lá, já-ditos, já-postos e que podem sempre vir a ser outros, buscamos, em mídias sociais, imagens e notícias que, ao nosso ver, são também lugar de visibilidade e de circulação de determinada palavra. Neles, podemos observar os possíveis movimentos de aproximação e distanciamento das definições encontradas nos dicionários. Para que possamos desenvolver o que pretendemos, nossas reflexões se darão a partir de dois processos fundamentais na linguagem: paráfrase e polissemia.

Desse modo, ao fazermos essa “leitura” das imagens que estamos propondo, buscamos ir além do que se diz nos dicionários, como lugar de legitimidade de sentidos; ao trazermos à baila o que fica explícito nas evidências; buscamos entender o que constitui o processo. Concordando com Petri (2010, p.6), quanto à produção dos sentidos, “entendemos que implica ainda a inscrição dos sujeitos em determinada formação discursiva e as singulares relações que cada sujeito estabelece com as formações ideológicas às quais está “livremente” submetido”.



Figura 17: “Servidores do Judiciário e do MPU lançam manifesto em defesa da democracia”,

A figura 1, intitulada como “Servidores do Judiciário e do MPU lançam manifesto em defesa da democracia”, veiculada no site Sul 21, em março de 2016, remete a uma manifestação que defende a legalidade, a democracia e o Estado Democrático de Direito, repudiando ações contra as liberdades individuais e democráticas. Como podemos observar nos cartazes, os manifestantes lutavam para que o ano de 2015 fosse diferente do ano de 1964 – quando o golpe visava, sob a justificativa de colocar “ordem” no

país, a interromper a democracia – e também expressavam a demanda da ampliação da cidadania dos trabalhadores urbanos e rurais. Ou seja, os manifestantes assumem a posição em defesa da democracia, de seu estabelecimento de fato, tal como é definida, pedindo ainda mais amor e menos ódio. Sobre essa questão, Streck, Gonçalves e Petri (2018, s/p) afirmam que “o discurso de ódio é pautado na violência, na segregação, em uma diferenciação entre o superior (aquele do qual provêm o ódio) e o inferior (o sujeito a quem se dirige o ódio), e isso abrange inúmeros grupos minoritários e ‘excluídos’”. Aqui temos um exemplo disso que é definido pelas autoras, assim como temos uma aproximação de democracia com o que está posto nos dois dicionários, como o governo cujo poder é exercido pelo povo. A rede de sentidos, de que falávamos antes, ganha mais um “ponto”, um “nó”, dando continuidade a uma direção de sentidos em detrimento de tantas outras possíveis.



Figura 28: “Manifestos em defesa da democracia”

7 Disponível em: <<https://www.sul21.com.br/em-destaque/2016/03/servidores-do-judiciario-e-do-mpu-lancam-manifesto-em-defesa-da-democracia/>> Acesso em: 20/03/2018.

8 Disponível em: <<http://www.pt.org.br/manifestos-em-defesa-da-democracia/>> Acesso em: 20/03/2018

A figura 2, intitulada como “Manifestos em defesa da democracia”, veiculada no *site* do PT⁹, é usada como capa de notícias sobre as diferentes manifestações ocorridas no Brasil. Neste *site* há um *link* em que, ao clicar, o usuário é direcionado à notícia sobre o manifesto, onde são encontradas diversas outras manifestações, como: manifesto dos advogados do Paraná, dos Africanistas, dos docentes da universidade da Unicamp. Essa imagem, portanto, traz em si uma memória, a de que o Brasil é uma democracia exatamente por estar em defesa da democracia, o que remete ao que está posto no *Dicionário Online de Português*, inclusive, aproximando-se do exemplo “O Brasil é uma democracia”. Além de estar assumindo uma posição em defesa da democracia, não só a favor de Dilma Rousseff¹⁰, do PT, mas em defesa da democracia no modo geral, manifesta-se em defesa do povo sobre os seus direitos, seja na saúde, seja na educação, pelas universidades, ou seja, em prol de seus direitos garantidos constitucionalmente mesmo, aproximando-se do que está posto nos dicionários.



Figura 3¹¹: “Membros da CUT e petistas fazem ato contra impeachment em Cuiabá”

A figura 3, intitulada “Membros da CUT e petistas fazem ato contra impeachment em Cuiabá”, veiculada no site do G1, em dezembro 2015, remete-nos a uma manifestação cujo objetivo consiste em cobrar a cassação de Eduardo Cunha e pedir respeito à democracia. Caracterizado como um ato nacional, em defesa da democracia, em que se posicionam contra o *impeachment*, justificam que “não há comprovação de crime de responsabilidade da presidente eleita pela maioria do povo brasileiro”. Observamos que há um distanciamento entre o que aqui se encontra e aquilo que está posto no dicionário, não no sentido de estar diferente, mas sim na mobilização de sentidos outros, transbordando os limites do verbete, pois, aqui, golpe implica pensar em algo que sabota a democracia; já no dicionário não temos esses outros sentidos, já que estão em outras condições de produção, quando não fazem referência ao golpe. Ao estabelecermos relações com os dicionários, deparamo-nos com a questão: afinal, o que é então democracia? Aqui, nessa imagem, temos o enunciado definidor: “Defender Dilma é defender a democracia”, em que $x = y$; assim, y também é igual a x , ou seja, defender a democracia é defender Dilma, que responde à questão.

¹¹ Disponível em: <<http://g1.globo.com/mato-grosso/noticia/2015/12/membros-da-cut-e-liderancas-do-pt-fazem-contra-impeachment-de-dilma.html>> Acesso em: 20/03/2018.

⁹ PT- Partido dos Trabalhadores é uma associação voluntária de cidadãos e cidadãs que se propõe a lutar por democracia, pluralidade, solidariedade, transformações políticas, sociais, institucionais, econômicas, jurídicas e culturais, destinadas a eliminar a exploração, a dominação, a opressão, a desigualdade, a injustiça e a miséria, com o objetivo de construir o socialismo democrático”.

– Estatuto do PT, Artigo 1º. Disponível em: <<http://www.pt.org.br/estrutura-partidaria/>> Acesso em: 20/03/2018

¹⁰ A presidente sofreu retaliação do presidente da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha (PMDB-RJ), com a abertura do processo de impeachment. Disponível em: <<https://exame.abril.com.br/brasil/2015-um-ano-difilic-para-dilma-rousseff/>> Acesso em: 20/03/2018



Figura 4¹²: “O manifesto da Saúde pela Democracia”,

A figura 4, intitulada “O manifesto da Saúde pela Democracia”, veiculada pelo *site* GGN - autodenominado o jornal de todos os Brasis-, em abril de 2016, mostra que estudantes, professores, pesquisadores, intelectuais e militantes do campo da saúde se reuniram para defender as conquistas de um sistema universal de saúde, integral e pública, as quais se deram lado a lado à luta pela redemocratização do país. O efeito de sentido que aí funciona está na posição de que, se não houver democracia, não há direito; por isso, assumem tal posição, a de democracia como o seu partido, em defesa da democracia e do estado de direito. O enunciado “Meu partido é a democracia” é uma paráfrase ao verso do Cazuza “Meu partido é um coração partido”; mas, e o que significa coração partido? Conforme Petri e Grantham (2018, p. 08), “‘meu partido’ produz um sentido de “situação político-partidária”, recuperando elementos da memória discursiva de que os sujeitos eleitores são interpelados ideologicamente e devem tomar partido, fazer parte de”. Ou seja, aqui eles definem o seu partido como sendo a democracia, fazendo

12 Disponível em: < <https://jornalggn.com.br/noticia/o-manifesto-da-saude-pela-democracia> > Acesso em: 20/03/2018.

também alusão ao não dito: se democracia é um partido, quais são os outros partidos? Se a democracia é parte de algo, qual seria o todo?

Ao analisarmos o verbete democracia em diferentes dicionários atuais do século XXI, tem-se o efeito de que os sentidos sobre democracia vão sendo atualizados; no entanto, como podemos ver, alguns sentidos de democracia são silenciados nos dicionários e isso também produz sentidos. Assim como nas imagens, os manifestantes assumem uma posição em uma dada formação discursiva, quando, sabemos, a ideologia interpela sujeitos e determina sentidos, sempre.

Significação das imagens: efeitos de sentido

Michel Foucault, em “Isto Não É um Cachimbo” ([1973] 2008) traz reflexões sobre o tema dos desenhos feitos por René Magritte, em que temos na tela *Os dois mistérios*, de 1966, dois cachimbos, um pintado e outro flutuando no ar, além de uma frase com o mesmo nome do quadro. O cachimbo do quadro, a palavra cachimbo ou a frase acerca do cachimbo não são cachimbos, pois são representações dele, isto é, não existe relação direta entre o nome e a coisa.

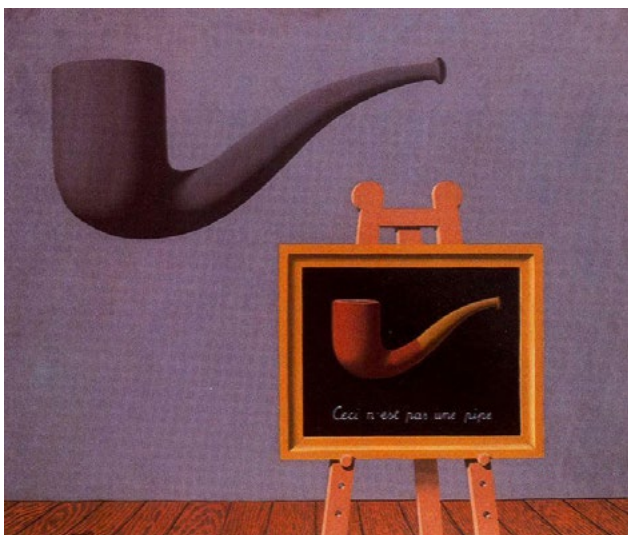


Figura 5: Isto não é um cachimbo

O quadro remete a isso, não é um cachimbo, mas o desenho de um cachimbo, em que o desenho é apenas a representação de um objeto. A frase que aparece no quadro não é um cachimbo, já que “isto não é um cachimbo, mas uma frase dizendo que não é um cachimbo”. Além disso, temos a seguinte frase: “este quadro, esta frase escrita, este desenho de um cachimbo, tudo não é um cachimbo” (FOUCAULT, [1973] 2008, p. 35). Então, como nós podemos afirmar alguma coisa? Entretanto, é inevitável relacionar o que está escrito com o desenho do cachimbo. Podemos refletir que no espaço entre a frase e a imagem há o espaço do lugar comum, o espaço do senso comum e espaço que liga coisas que parecem óbvias, mas na verdade não são. Então, temos uma possibilidade de análise da imagem, ou seja, apesar de existirem muitas outras, esse quadro instaura uma dúvida para o que é “verdade” ou o que é “real”, o que é não-verdade, o que é não-real, ou seja, no fundo, não podemos ter certeza de nada e podemos observar um modo de chegar próximo dessa relação entre realidade e conhecimento a outras instâncias do pensamento: através da arte. Isso, de certa forma, desacomoda a leitura que podemos fazer das imagens (assim como também das palavras), porque não só deixa em evidência a questão dos sentidos como também o ponto de vista a ser

tomado na interpretação, o qual se submete ao conhecimento e à abordagem de quem o analisa.

FOUCAULT ([1973] 2008) mostra que se trata de uma representação, que não há relação direta entre o objeto, a representação do objeto e o nome do objeto. Com base nisso, escolhemos fazer referência a essa obra, pois podemos considerar que Michel Foucault tornou-se “popular” na medida que sua obra “Isto não é um cachimbo” é reconhecida não só por filósofos, linguistas, mas também por outras pessoas, quando puderam fazer referência a ela, modificando frases, imagens, entrando nesse fio do discurso, sem perder (a memória) da ideia central.

Colocamos a citada obra em discussão aqui neste texto com o objetivo de dar continuidade às análises de imagens, atentando à possibilidade do efeito imagem-puxa-imagem. Assim, ao descobrirmos a primeira imagem disponível em uma publicação, foi possível encontrar, através das ferramentas da internet, no próprio Google imagens, outras imagens que fazem parte de “Ceci n’est pas une démocratie”.



Figura 6¹³

Na figura 6, a imagem é um cassete. Teoricamente, não há relação parafrástica direta, tampouco indireta entre cassete e democracia. Os efeitos de sentidos produzidos são que, em

13 Disponível em: <<https://www.facebook.com/anarcomiguxosVI/photos/a.1023164014457480.1073741828.1022841364489745/1524475264326350/?type=3&theater>> Acesso em: 05/04/2018.

algumas situações, a força física é usada no lugar da inteligência e do diálogo e é vista, muitas vezes, como solução para problemas complexos – em outras palavras, “é preciso dar um basta a essa agitação, chega de conversa, vamos à ação, à ordem”. Nesse caso, acessamos os sentidos a partir do processo metonímico, no qual uma parte da violência policial pode ser simbolizada pelo cassetete e reconhecida em diferentes línguas ou grupos sociais ocidentais. Usar um cassetete em uma manifestação ou em algum ato seria próprio da democracia? O que o cassetete tem a ver com democracia? Há um espaço de contradição, pois o cassetete é próprio à polícia, nos remetendo ao que está posto na definição dos Aparelhos Repressores do Estado (Althusser, 1987); sendo assim, o uso da força policial remete à ditadura e não à democracia. Olhando pelo viés da contradição, a representação do cassetete nos remete ao risco de estilhaçamento que a democracia corre, sobretudo, a brasileira.

Ao depararmos com essas imagens, questionamo-nos se alterar o nome é alterar os sentidos. Compreendemos que a imagem do cachimbo e a frase sobre ele (ou melhor, sobre a negação daquilo que poderia ser) servem como referência para outras imagens; porém, temos outras imagens, designadas por diferentes nomes. Agora temos democracia com outros sentidos sendo produzidos e reproduzidos em diferentes condições de produção:



Figura 7¹⁴

14 Disponível em: < <https://placard.ficedl.info/article8772.html?lang=fr> > Acesso em: 05/04/2018.

A figura 7 é composta pela imagem de uma urna com alguns papéis representando o voto popular; logo abaixo, a frase “Isto não é democracia”, que transmite o sentido de algo que poderia ser o real, ou a representação do que pode, por um processo metonímico, representar um sistema político democrático. Aproximando-se da definição posta nos dicionários analisados, democracia é um “regime de governo em que todas as importantes decisões políticas estão com o povo, que elegem seus representantes por meio do voto”. Muitas vezes, há o equívoco desse sentido, pois o sistema democrático designa um regime político em que o poder pertence ao povo. Mesmo que os candidatos sejam previamente selecionados, dentro de partidos, interpelados pela ideologia, o direito de escolha do povo é a partir dessa lista prévia dos candidatos, o que faz com que esse sistema estabeleça uma escolha ilusória; de qualquer modo, representa uma demonstração de democracia. A representação da democracia pelo voto já não garante mais que a democracia se efetive...

Efeito de conclusão

A partir do percurso que propomos inicialmente, concluímos que o dicionário não dá conta de todos os saberes, por mais atual que seja considerado: saberes e sentidos mudam de acordo com as condições de produção. Ao analisarmos “democracia” nas ruas, nas manifestações atuais, especificamente nas imagens, confirmamos que, no dicionário, não estão postos todos os sentidos, os sentidos são móveis e movimentam-se. Nos casos analisados, à luz das demandas sociais, se atrelam à memória de não se deixarem calar, de poderem se dar a ressignificações, deslizando ou reafirmando sentidos, alimentando ou provocando o (des)conforto muito mais do direito à metáfora do que do efeito da contenção/manutenção do sentido

Portanto, podemos afirmar que os dois dicionários são importantes instrumentos linguísticos, consideráveis em suas especificidades. Mesmo que os dois pertençam ao século XXI e que cada um apresente-se por meio de um determinado suporte (impresso ou digital), consideramos que interferem na produção de sentidos, atestando que não há neutralidade no dizer dos e sobre os verbetes e que a ideologia está sim funcionando em dadas condições de produção. As imagens analisadas, enquanto materialidades discursivas outras, também entendidas como discurso, possibilitaram a visibilidade de um leque de sentidos produzidos, calcadas na paráfrase e na polissemia.

Desse modo, fizemos um gesto de leitura, ainda que inicial, problematizando os modos de produção de sentidos, via dicionarização do verbebo democracia contrastando com as imagens. Fomos norteados pelas questões que nos propusemos e procuramos respondê-las no decorrer do trabalho, cabendo reafirmar que o modo do suporte no qual é apresentado o verbebo (impresso ou online) intervém na produção de sentidos. Nas análises, mostramos que discurso é esse que coloca em relação os sentidos produzidos no dicionário e os mobilizados por sujeitos na cidade, especificamente em manifestações nas ruas. Assim, construindo sentidos, nas ruas, nos dicionários – em suas redes –, em vozes, em escritos ou em silêncios (que também atordoam¹⁵), o sujeito da e na língua, busca e encontra sentidos, não aprisionando palavras na garganta, tampouco sucumbindo aos imperativos “cale-se”. Gestos de interpretação.

Referências Bibliográficas

ALTHUSSER, Louis. *Aparelhos Ideológicos de Estado*. 3ª edição. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1987.

15 Em referência à canção “Cálice” (1973), conforme nota 3.

AUROUX, Sylvain. *A revolução tecnológica da gramatização*. Trad. Eni P. Orlandi. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1992.

FOUCAULT, M. *Isto não é um cachimbo*. 5. ed. Traduzido por Jorge Coli. Rio de Janeiro: Paz e Terra, [1973] 2008.

NUNES, José Horta. *Dicionários no Brasil: análise e história*. Campinas, SP: Pontes; São Paulo: Fapesp; São José do Rio Preto: Faperp, 2006.

ORLANDI, Eni P. Lexicografia Discursiva. In: _____. *Língua e Conhecimento Linguístico: para uma história das ideias no Brasil*. São Paulo: Cortez, 2002.

ORLANDI, E. P. *Análise de Discurso: princípios e procedimentos*. Campinas: Pontes, 1999.

PECHÊUX, Michel. (1969) *Análise automática do discurso* (AAD-69). In: GADET, F; HAK, T. (Orgs). Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel 108 Pêcheux. Tradução de Bethania Mariani et al. 4. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2010.

_____. *Semântica e Discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. 4. ed. Traduzido por Eni Puccinelli Orlandi [et al]. Campinas: Unicamp, [1975] 2009.

PETRI, Verli. A produção de efeitos de sentidos nas relações entre língua e sujeito: um estudo discursivo da dicionarização do “gaúcho”. *Revista Letras*. Nº 37. P. 227-243. Jul/Dez, 2008.

PETRI, Verli & SCHERER, Amanda. O funcionamento do político na produção de sentidos: o dicionário como trajeto de leitura In: *A análise do discurso e sua história: avanços e perspectivas*. Campinas, SP: Pontes Editores, p. 359-373, 2016.

PETRI, Verli. *Um outro olhar sobre o dicionário: a produção de sentidos*. Santa Maria: PPGL-Editores. (2010)

PETRI, Verli. De “garganta do diabo” para “ponte sobre o vale do menino Deus”: reflexões acerca das práticas sociais e dos modos de designar o espaço público. *RUA [online]*. n.16. v.1, p. 66-82, 2010.

PETRI, Verli. “História de palavras” na história das ideias linguísticas: para ensinar língua portuguesa e para desenvolver um projeto de pesquisa. *Conexão Letras*. n. 19.v. 13, p. 47-58, 2018.

PETRI, Verli & GRANTHAM, Marilei. *Meu coração é um coração partido: o político como espaço de produção de sentidos*. In: GRIGOLETTO, Evandra; NARDI, Fabieli de. Livro do SEAD. Campinas: Pontes, 2018.No Prelo

SILVA, M. V. Instrumentos linguísticos: língua e memória. *Revista Letras*. Santa Maria: UFSM/PPGL, n. 27, p. 109-116, 2003.

STRECK, Betiane; GONÇALVES, Gabriela; PETRI, Verli. Discursos de ódio no Facebook, comentários hostis nos posts: a análise de discurso como espaço de resistência. IN: SOUSA, Lucília; GARCIA, Dantielli; DARÓZ, Elaine; ISHIMOTO, Adonai. “*Resistirmos, a que será que se destina?*” 2018. No prelo.

Dicionários utilizados como objeto de análise:

FERREIRA, A. B. de H. *Novo Aurélio Século XXI: o dicionário da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

Dicionário Online de Português. Disponível em: <<https://www.dicio.com.br>>. Acesso em: 01/03/2018

Submissão em: 07 de agosto de 2018;

Aceite em: 16 de agosto de 2018.

Interfaces